

Coordenação
Purificação Silvano
Antônio Leal

ESTUDOS DE  DE
SEMÂNTICA

ESTUDOS DE
SEMÂNTICA

TÍTULO	Estudos de Semântica
COORDENAÇÃO	Purificação Silvano António Leal
EDITOR	Faculdade de Letras da Universidade do Porto Centro de Linguística da Universidade do Porto
CONCEÇÃO GRÁFICA	Invulgar - Artes Gráficas
ANO DE EDIÇÃO	2015
TIRAGEM	150 exemplares
ISBN	978-989-8648-42-6
DEPÓSITO LEGAL	403155/15

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projeto Pest - OE/LIN/UI0022/2014

ÍNDICE

O Imperfeito e o tempo dos indivíduos <i>Fátima Oliveira</i>	9
Sobre a iteração do Pretérito Perfeito Composto em Português Europeu <i>Fátima Oliveira e António Leal</i>	25
Pretérito Perfeito Composto e a quantificação em Português Europeu <i>Fátima Oliveira, António Leal e Fátima Silva</i>	41
O valor temporal das orações gerundivas em Português <i>António Leal</i>	55
Relações retóricas e temporais em orações gerundivas adverbiais <i>Luís Filipe Cunha, António Leal e Purificação Silvano</i>	63
A semântica das frases com subordinação adverbial: o contributo das relações retóricas <i>Purificação Silvano</i>	73
A questão semântica da subordinação temporal em frases complexas com completivas finitas e não finitas <i>Purificação Silvano</i>	89
A interpretação temporal dos Infinitivos em orações completivas de verbo <i>Luís Filipe Cunha e Purificação Silvano</i>	101
Subtipos de verbos de movimento e classes aspetuais <i>António Leal e Fátima Oliveira</i>	113
A seleção de propriedades aspetualmente relevantes nos verbos de tema incremental <i>António Leal</i>	125

Phase states and their interaction with individual-level and stage-level predicates <i>Luís Filipe Cunha</i>	137
Algumas reflexões sobre escalaridade e <i>degree achievements</i> em Português Europeu <i>António Leal, Idalina Ferreira e Luís Filipe Cunha</i>	153
Termos de espécie e tipos de predicação <i>Fátima Oliveira e Luís Filipe Cunha</i>	161
Tipos de genericidade <i>Fátima Oliveira e Luís Filipe Cunha</i>	179
Adjetivos massivos e contáveis em construções predicativas com <i>ser</i> e <i>estar</i> <i>Luís Filipe Cunha, Idalina Ferreira e António Leal</i>	191
<i>Cada vez mais</i> : algumas observações acerca da quantificação e da graduação <i>Luís Filipe Cunha e António Leal</i>	199
Iteração, frequência e habitualidade: algumas reflexões <i>Luís Filipe Cunha</i>	211
Consecutive sentences in European Portuguese: a quantificational approach <i>António Leal, Luís Filipe Cunha e Purificação Silvano</i>	233
Bibliografia.....	249

PREFÁCIO

Este livro apresenta uma seleção de trabalhos realizados entre 2002 e 2014 pelo grupo de semântica do Centro de Linguística do Porto e reúne estudos que envolvem algumas das temáticas dominantes no grupo. Uma delas é o Tempo e os primeiros oito textos incidem fundamentalmente sobre relações temporais de diversos tipos, desde questões semânticas associadas a diferentes tempos verbais em Português Europeu (por exemplo, Imperfeito e Pretérito Perfeito Composto), a discussão sobre a existência ou não de informação temporal em frases gerundivas e infinitivas até a diferentes tipos de relações temporais e retóricas em frases complexas completivas e de subordinação adverbial. Os quatro textos seguintes abordam em particular temas aspetuais que incluem questões relacionadas com verbos de movimento, verbos de argumento incremental, a distinção entre estados faseáveis e não faseáveis e ainda a relação entre ‘degree achievements’ e escalaridade. Os dois artigos seguintes, embora focando a sua atenção em problemas de genericidade, abarcam também problemas de Aspeto e Tempo na medida em que se discute a articulação entre termos de espécie e tipos de predicados ou qual a diferença entre frases genéricas e frases habituais. O texto 15 aborda o problema dos efeitos da distinção entre adjetivos massivos e contáveis em construções com ‘ser’ e com ‘estar’ e a sua articulação com predicados de indivíduo ou de fase. Os três últimos textos têm como tema central questões de quantificação e envolvem problemas de gradação e de quantificação de situações ou até de indivíduos ou propriedades.

Os trabalhos aqui apresentados, embora associados em grupos temáticos, manifestam diversos tipos de relações entre si. Assim, os textos sobre Pretérito Perfeito Composto podem ser relacionados com o texto sobre iteração, frequência e habitualidade e este último pode ser também relacionado com o texto sobre tipos de genericidade. Na medida em que estes também envolvem tipos de predicados, o texto sobre estados faseáveis pode também ser relevante. Os textos sobre construções gerundivas estão também relacionados entre si, apesar de o segundo apresentar uma perspectiva de análise contemplando as relações retóricas que permite fazer algumas pontes com o texto sobre relações temporais e retóricas em frases com subordinação adverbial finita e não finita. Por outro lado, o texto 4, que discute se há tempo nas gerundivas, pode também articular-se com o texto sobre a interpretação temporal dos infinitivos em completivas de verbo. Este, por sua vez, pode articular-se também com o texto sobre a semântica da subordinação temporal em completivas finitas e não finitas. O primeiro texto desta seleção articula Tempo, Aspeto, tipo de predicados e atribuição de propriedades a indivíduos e pode relacionar-se em particular com o texto sobre estados faseáveis. O texto sobre ‘degree achievements’

foca questões de Aspeto e como a sua característica escalar permite compreender diferenças relativamente a outras classes aspetuais, podendo relacionar-se com o texto 10 ou ainda com o texto sobre subtipos de verbos de movimento, embora as questões discutidas sejam de natureza diferente. Quanto ao último texto, apesar de se centrar numa abordagem quantificacional, é possível estabelecer alguma relação com questões associadas a tipos de predicados que surgem em vários textos já mencionados e ainda com o texto sobre *cada vez mais*, que também trata de questões de quantificação, tema também abordado no texto 3 a propósito do Pretérito Perfeito Composto.

De seguida, apresenta-se um breve resumo de cada um dos textos.

O Imperfeito e o tempo dos indivíduos - Neste artigo discute-se o que distingue o tempo Presente dos tempos do passado, Imperfeito e Pretérito Perfeito, no que diz respeito à possibilidade de inferência da existência ou não de um indivíduo. Esse efeito ocorre com predicados de indivíduo (ou que se comportem como tal) e não com predicados de fase. Os tempos do passado, com aqueles predicados, têm o efeito de não atribuir a propriedade relevante ao indivíduo, mas o Imperfeito associa, em frases simples (sem contexto explícito) e em certos contextos, um efeito suplementar: o predicado não se aplica porque o indivíduo já não existe. No entanto, quando o contexto fornece elementos que permitem restringir a localização temporal, o Imperfeito deixa de produzir esse efeito, havendo em grande medida relações temporais de subordinação.

Sobre a iteração do Pretérito Perfeito Composto em Português Europeu - Depois de feita uma caracterização do PPC em PE, pondo em evidência as suas interpretações possíveis, a relação que é estabelecida com o ponto de perspectiva temporal, a natureza do verbo que ocorre sistematicamente nesta construção (o verbo *ter*) e a do particípio verbal, este trabalho discute fundamentalmente a particularidade mais notória do PPC em PE, a iteratividade, e identifica as condições que permitem o seu surgimento: (i) o ponto de perspectiva temporal tem de ser o momento da enunciação; (ii) podem coocorrer com o PPC todas as classes aspetuais, exceto os predicados de indivíduo não faseáveis; (iii) há restrições relativamente ao tipo de expressões que podem ocorrer como objeto direto ou como modificadores de tipo temporal, na medida em que o PPC é incompatível com a quantificação cardinal. No sentido de explicar estes condicionalismos é proposto que a leitura iterativa do PPC em PE resulta de um operador silencioso subjacente.

Pretérito Perfeito Composto e quantificação em Português Europeu - Neste estudo é discutida a propriedade aspetual de cumulatividade enquanto propriedade que define o PPC em PE, mostrando que, quando está envolvido este tempo, as sequências de eventualidades denotadas pelos predicados verbais são sempre indeterminadas, pois não pode haver determinação da sua cardinalidade exata. Esta característica impõe restrições relativamente ao tipo de expressões que podem coocorrer, nomeadamente objetos diretos e oblíquos não argumentais. Verifica-se assim que é possível uma leitura em que os indivíduos na denotação do objeto direto são distribuídos pelas eventualidades denotadas pelo predicado verbal. Por outro lado, na maior parte dos casos, a inserção de um adverbial de frequência não acarreta diferentes interpretações. No entanto, o facto de haver diferenças significativas em

alguns casos permite colocar a hipótese de serem dois mecanismos com um diferente ‘output’. Assim, o PPC é um operador de pluralização de situações que não admite multiplicação de indivíduos, mas apenas a sua distribuição pelos subeventos.

O valor temporal das orações gerundivas em Português - Neste estudo é discutida a questão de as gerundivas apresentarem ou não informação temporal. É defendido que o Gerúndio Simples transporta o traço [presente] e o Gerúndio Composto, o traço [passado], avaliados em relação ao ponto de perspectiva temporal (PPT), que, na maior parte dos casos, é a oração principal. Esse traço temporal acarreta alterações aspetuais nas predicacões: com Gerúndio Simples, é atribuída duratividade aos eventos que basicamente a não possuem (mantendo-se naqueles que já a possuem) e retirada a fronteira final para o desenrolar do evento (naqueles que a possuem na sua estrutura básica); o Gerúndio Composto atribui uma terminação arbitrária às eventualidades que são, na sua forma básica, atéllicas (estados e processos).

Relações retóricas e temporais em construções gerundivas adverbiais - O objetivo central deste artigo é o de analisar algumas interações que se estabelecem entre as relações retóricas ou discursivas e a organização temporal das situações em construções gerundivas adverbiais, no enquadramento teórico da *Segmented Discourse Representation Theory*, de Asher e Lascarides (2003). Assim, nas construções com o Gerúndio Simples, as relações retóricas determinam as relações temporais, mas, com o Gerúndio Composto, as marcas de temporalidade exibidas pela forma verbal impõem restrições sobre o tipo de relações retóricas disponíveis. O Gerúndio Simples parece ser um tempo gramatical relativamente “neutro”, no sentido em que não veicula informação que influencie a ordenação temporal das eventualidades. Quanto ao Gerúndio Composto, os traços de temporalidade desempenham um papel preponderante.

A semântica das frases com subordinação adverbial: o contributo das relações retóricas - Os objetivos deste trabalho são os de analisar as relações de sentido que se estabelecem em frases com subordinação adverbial recorrendo a relações retóricas e de mostrar de que modo interagem as relações retóricas e as relações temporais neste tipo de frases. O objeto de estudo é constituído por frases com orações temporais introduzidas por *quando*, *antes de*, *depois de* e *enquanto*, orações causais com *porque*, orações finais com *para*, condicionais com *se* e orações concessivas com *embora*. Neste estudo é defendido que uma análise que tem em conta a interação entre as relações temporais e as relações retóricas contribui para um melhor entendimento semântico e discursivo das frases complexas com subordinação adverbial.

A questão semântica da subordinação temporal em frases complexas com completivas finitas e não finitas - Neste texto é discutida a questão semântica da subordinação temporal em frases completivas de verbo, finitas e não finitas, introduzidas pelos verbos *dizer*, *afirmar*, *considerar*, *pensar* e *querer*. A proposta de análise fundamenta-se na articulação do ponto de perspectiva temporal (PPT) e do ponto de referência (PR) da *Discourse Representation Theory*, de Kamp e Reyle (1993) com a conceção de domínio temporal de Declerck (1991), de forma a determinar em que medida e sob que condições há, ou não, subordinação temporal nas frases com

completivas. O estudo mostra que, no âmbito de frases complexas com completivas finitas e não finitas num *corpus* de texto jornalístico, há subordinação temporal e a criação de um novo domínio temporal, sendo, no entanto, este último o dominante.

A interpretação temporal dos Infinitivos em orações completivas de verbo - Neste estudo são investigadas as relações temporais que se estabelecem em completivas de verbo não finitas, procurando distinguir quais os elementos linguísticos que contribuem para a sua determinação. As conclusões apresentadas propõem que as formas de Infinitivo Simples parecem codificar alguma informação temporal, embora esta se revele defetiva e nem sempre “visível” ou “ativa”, dependendo do tipo de configuração relevante. Esta informação é diferente consoante o tipo de verbos introdutores: com verbos como *dizer* ou *afirmar*, o Infinitivo Simples estabelece uma relação de sobreposição temporal entre a subordinada e o tempo da situação da frase matriz; com verbos que condicionam a localização da oração que selecionam, a informação temporal veiculada pelo Infinitivo Simples é preterida em relação à orientação conferida pelo verbo da frase matriz.

Subtipos de verbos de movimento e classes aspetuais - Neste trabalho, aborda-se um subtipo de verbos de movimento em PE. São assim considerados alguns verbos inergativos relativamente aos quais é proposta uma subdivisão: verbos como *caminhar*, *nadar* ou *correr* constituem um grupo que se distingue de verbos como *vaguear* ou *deambular* quanto à especificação da direção através de um SP. Os primeiros aparentam ser lexicalmente indeterminados quanto à telicidade da predicação enquanto os segundos parecem determinar a atelicidade das predicções em que se inserem. A identificação destas subclasses sugeriu a divisão, no interior das predicções básicas, não apenas entre processos e processos culminados, mas entre processos, processos culminados e processos “culmináveis”, uma divisão tripartida que resulta da divisão em duas subclasses da classe dos processos. A compatibilidade destes verbos com SPs introduzidos por *para* e por *até*, juntamente com as diferentes leituras que se podem identificar, sugerem também uma distinção entre estas preposições. Assim, é proposto que *para* opera uma delimitação da predicação de tipo aspetual, interna, e que *até* opera uma delimitação de tipo temporal, externa.

A seleção de propriedades aspetualmente relevantes nos verbos de argumento incremental - O objetivo principal deste trabalho é apresentar uma proposta de descrição de verbos de argumento incremental que é aspetualmente relevante para determinar a telicidade de algumas predicções. Para tal, é considerado que há algumas especificações associadas às entradas lexicais e é assim proposto um sistema de traços: o traço [percurso] e o traço [objeto]. Para dar conta dos verbos de criação, é ainda proposto o traço [pré-existente]. Estes traços dizem respeito às propriedades aspetuais que o argumento homomórfico deve exibir para que consiga determinar a telicidade da predicação, no caso de se estabelecer um homomorfismo não iterativo. Por fim, este sistema de traços permite explicar diferenças interpretativas entre grupos de verbos, nomeadamente quando ocorrem expressões nominais determinadas no singular ou nomes simples contáveis no plural e nomes não contáveis.

Phase states and their interaction with individual-level and stage-level predicates - Neste estudo é abordada a distinção, feita pelo autor, entre estados

faseáveis e não faseáveis, dado que é considerado que as situações estativas não são uma classe aspetual homogénea, pois há estados que compartilham algumas propriedades com eventos e outros que nunca se comportam como eventos. Neste trabalho discute-se esta distinção com outra conhecida na literatura, predicados de indivíduo e predicados de estádio, e é considerado que são propriedades relevantes mas distintas das predicções estativas. Tal é ilustrado pela análise e discussão de construções predicativas com *ser* e *estar* em PE.

Algumas reflexões sobre escalaridade e *degree achievements* em Português Europeu - Neste trabalho discute-se a natureza dos DA que descrevem eventualidades cuja mudança pode ser captada através de alterações ao longo de uma dada escala. São estabelecidas algumas semelhanças e diferenças entre o PE e o Inglês, investigando hipóteses não só sobre o seu significado básico, mas também sobre a forma como a estrutura escalar associada a estas construções permite explicar os comportamentos observados. Embora nas duas línguas os verbos herdem o tipo de escalas associado aos adjetivos de que os DAs são derivados, distinguem-se porque em PE a diferença entre escalas abertas e escalas fechadas não se reflete em termos de telicidade, dado não ser imposta uma leitura preferencial ou obrigatoriamente télica ou atélica dos predicados envolvidos.

Termos de espécie e tipos de predicados - Este estudo discute a interação recíproca entre o predicado e as expressões de carácter nominal com valor de espécie que o acompanham. Assim, considera-se que os predicados de indivíduo fornecem as condições indispensáveis para uma leitura de espécie dos nominais e estes, por sua vez, poderão, em circunstâncias apropriadas, desencadear certas alterações nas características básicas das configurações em que ocorrem, conferindo-lhes traços de predicados de indivíduo, requisito necessário para que uma leitura de espécie possa vir a ser licenciada. Deste modo, é defendido que, para além de uma leitura de espécie parecer estar confinada a configurações que manifestem traços de predicados de indivíduo, mesmo que estes não pertençam ao seu valor semântico de origem, outros fatores estão possivelmente envolvidos, como o contexto e o conhecimento do mundo. Assim, é proposto que, diferentemente da ideia de que a genericidade envolve ou termos de espécie ou frases genéricas, a leitura de espécie de um nominal depende também de toda a frase, em particular do predicado, pelo menos em línguas como o PE.

Tipos de genericidade - As restrições interpretativas observadas em certas frases estão na base deste estudo que discute a questão da genericidade e das diferentes formas que pode assumir: atribuição direta de propriedades distintas a espécies (por contraste com propriedades gerais), atribuição de propriedades por repetição de situações a espécies e a indivíduos e simples repetição de situações sem atribuição de propriedades. As diferenças entre estes tipos de genericidade são bem visíveis nas estruturas linguísticas que lhes estão associadas: a presença *vs.* ausência de quantificadores explícitos sobre situações, o licenciamento de termos de espécie e a presença de certos tempos gramaticais como o Presente ou o Imperfeito do Indicativo revelam contrastes cruciais que permitem fundamentar esta nova divisão no interior das construções que, de uma forma ou de outra, poderão ser consideradas genéricas.

É proposta também uma diferença entre frases genéricas e frases habituais através da diferenciação entre propriedades distintivas e quantificação habitual sobre situações.

Adjetivos massivos e contáveis em construções predicativas com *ser* e *estar* - Tendo em conta o comportamento dos adjetivos em posição predicativa em PE face aos testes da (in)compatibilidade com advérbios de contagem e de localização temporal, este estudo conclui que a distinção massivo/contável desempenha um papel importante no domínio adjetival: há adjetivos massivos, contáveis e não especificados quanto a este traço. Neste último caso é observado que as predicções com *ser* se comportam como massivas, enquanto as predicções com *estar* se revelam contáveis. No entanto, esta distinção massivo/contável não pode ser confundida com a oposição predicado de indivíduo/predicado de estádio, pois operam independentemente.

Cada vez mais: algumas observações acerca da quantificação e da graduação Esta investigação sobre a expressão *cada vez mais* considera que pode ser analisada como duas construções distintas. Esta diferenciação baseia-se, entre outros fatores, na possibilidade de atribuição de diferentes interpretações e no licenciamento de construções comparativas. Assim, na construção comparativa serial esta expressão veicula quantificação de graduação, operando sobre nominais de tipo cumulativo. No que diz respeito a *cada vez mais* como quantificador de situações, é observado que seleciona exclusivamente como seu 'input' eventualidades "contáveis", i.e., estados de coisas delimitados e repetíveis. Deste modo, o estudo conclui que o seu efeito mais visível parece ser o de explicitar uma repetição de padrões de ocorrência variável crescente, que parece estar a meio caminho entre a expressão da frequência e a da habitualidade.

Iteração, frequência e habitualidade: algumas reflexões - O objetivo deste trabalho é o de analisar diferentes modos de encarar a repetição de situações, em particular iteração, frequência e habitualidade. A investigação levada a cabo permitiu concluir que a iteração procede à conversão de um padrão de eventualidades idênticas entre si num processo derivado, a frequência limita-se a quantificar situações da mesma natureza, sem proceder a alterações significativas ao nível das suas propriedades básicas intrínsecas e a habitualidade, por seu lado, generaliza sobre os estados de coisas com que se combina, perspetivando-os enquanto estativos capazes de, em certos casos, caracterizar os indivíduos que predicam. Deste modo, as principais diferenças entre estes três modos de repetição de situações radicam fundamentalmente nos efeitos aspetuais a que podem ou não dar lugar. Apesar da sua autonomia própria, também partilham importantes propriedades comuns e por isso estas três formas de reiteração de situações são vistas como constituindo uma espécie de contínuo ou de escala.

Consecutive sentences in European Portuguese: a quantificational approach - Neste trabalho é proposta uma caracterização semântica das frases consecutivas baseada na noção de quantificação. Assim, são exploradas algumas propriedades associadas com diferentes desencadeadores de frases consecutivas em PE, em particular *tanto*, *tão*, *cada*, *um*, *um tal* e *tal*, sendo observado que constituintes de natureza diferente (nominal, adjetival, verbal, advérbial ou até configurações oracionais) podem surgir no seu escopo tendo consequências importantes para a sua interpretação semântica

na medida em que regulam, até certo ponto, o tipo de quantificação expressa. Desta forma, é defendido que estas frases devem incluir na frase matriz algum desencadeador linguístico de quantificação ou intensificação cujo escopo pode incluir indivíduos, eventualidades ou propriedades e que é responsável pela consequência expressa na subordinada.

Este livro apresenta alguns resultados que foram sendo construídos, muitas vezes em parceria, ao longo do tempo, mas estes resultados, como em qualquer investigação, estão à espera de ser discutidos e/ou aprofundados de forma a construir e desenvolver um cada vez melhor conhecimento da semântica de alguns aspetos do Português Europeu. Esperamos, assim, que se possa estabelecer um diálogo enriquecedor com os leitores.

Fátima Oliveira

O Imperfeito e o tempo dos indivíduos¹

Fátima Oliveira

A questão central que se coloca neste trabalho diz respeito à forma como o tempo da frase pode afetar a localização temporal dos indivíduos tendo em conta o tipo de predicados. Assim, analisar-se-á o contraste entre os tempos do passado, Imperfeito e Pretérito Perfeito, e o Presente em articulação com predicados de fase e de indivíduo, considerando preferencialmente os nominais em posição de sujeito.

De um modo geral, os tempos gramaticais veiculam informações não só temporais como também aspectuais e, assim, de formas diversas, sobre a localização e também sobre o tipo de duração da predicação relativamente à entidade referenciada pelo sujeito da frase. Como é sabido, o Presente transmite informação temporal de presente quando construído com estados e de aspeto habitual quando construído com eventos. Ao Pretérito Perfeito é atribuída uma leitura temporal de passado acrescida de uma informação de situação terminada quer com eventos, quer com estados.²

Porém, o Imperfeito, entre os múltiplos significados e leituras que admite, apresenta a possibilidade de associar à informação de passado a informação de que a predicação deixou de se aplicar ou de ser relevante no tempo da enunciação. No exemplo seguinte essa inferência incide sobre a situação de *esperar o jornal*.

- (1) – O que estás aqui a fazer?
– Estava à espera do jornal.

Este efeito é ainda mais interessante quando se projeta sobre indivíduos como é ilustrado em (2):

- (2) Há um ano fiz uma viagem a Paris com uma amiga. Foi muito agradável pois essa minha amiga era muito divertida. Era não, é.

Um exemplo como este revela um efeito semântico-pragmático muito curioso,

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Oliveira, F. e Duarte, I.M. (eds.), *Da Língua e do Discurso*, Porto: Campo das Letras, col. Campo da Linguística, 2004, vol.1. pp.505-528.

² Veja-se a este respeito, por exemplo Oliveira (2003). Este efeito aspetual de ‘terminado’ tem conduzido frequentemente à consideração de que o Pretérito Perfeito é perfeitivo.

pois a correção observada na última frase mostra que se pretende alterar não a atribuição do predicado *divertida* à amiga mas antes a possível inferência de a referida amiga já não existir.

Mas estas leituras estão sujeitas a restrições, pois o Imperfeito não tem usualmente uma leitura que parece de algum modo aproximá-lo do Pretérito Perfeito no que diz respeito à informação aspectual de ‘terminado’. Algumas dessas restrições estão relacionadas com o tipo de predicado selecionado.

Assim, numa primeira parte discute-se a diferença entre predicados de indivíduo e predicados de fase, através de alguns testes identificadores; em seguida, analisa-se a articulação entre predicados de indivíduo e a seleção de tempos de passado, discutindo-se numa terceira parte a relação entre indivíduos, tempo e contexto. Por fim, apresenta-se uma proposta em que se pretende contribuir para uma explicação dos efeitos de não existência despoletados pelo Imperfeito em associação com predicados de indivíduo.

1. Predicados de Indivíduo e Predicados de Fase

Desde Carlson (1977b) que uma distinção entre predicados está associada a diferentes tipos de entidades, permitindo distinguir indivíduos (incluindo termos de espécie e objetos) de fases de indivíduo. Deste modo, é considerado que certos predicados favorecem preferencialmente um dos tipos de entidades. Assim, enquanto *estar contente* é uma propriedade transitória, *ter olhos castanhos* não o é e, de acordo com aquele autor, uma propriedade do tipo da primeira é uma propriedade de fase, expressa por predicados de fase, e uma propriedade como a segunda é uma propriedade de indivíduo, expressa através de predicados de indivíduo.

Em línguas como o Inglês, para a qual este influente estudo foi proposto, existem alguns testes que permitem identificar e distinguir predicados de indivíduo e predicados de fase.³ Porém, numa língua como o Português e também o Castelhana, que apresentam o contraste *ser/estar*, a construção destes predicados com adjetivos (e também participios e adjetivos derivados de participios) está de certa forma gramaticalizada na medida em que predicados de indivíduo se constroem tipicamente com *ser* e predicados de fase com *estar*.⁴

Enquanto Carlson considera diferentes tipos de predicados associados a diferentes tipos de entidades, Kratzer (1995) defende uma outra proposta, segundo

³ Alguns dos testes aplicáveis ao inglês são os seguintes: a. inserção de *there*, em que, ao só admitir leitura existencial, distingue os predicados de fase dos de indivíduo, não sendo estes últimos aceitáveis nesta construção (*There are firemen available/*there are firemen altruistic*); b. meros plurais em que a leitura existencial é atribuída à primeira frase mas não à segunda (*Firemen are available/firemen are altruistic*); c. construções absolutas em que a primeira das frases pode significar “se ele se puser em pé numa cadeira, pode chegar ao teto” mas tal não acontece com a segunda frase por esta ter um predicado de indivíduo (*Standing on a chair, he can touch the ceiling/ having long arms, he can touch the ceiling*). Note-se que os dois últimos testes são interpretativos. Veja-se também a este respeito Kratzer (1995) e Stump (1985).

⁴ No que diz respeito ao castelhano, veja-se, entre outros, Demonte (1999).

a qual os predicados em questão têm uma estrutura argumental diferente, isto é, os eventos ou localizações espaço-temporais, enquanto predicados de fase, têm uma posição argumental extra, à maneira de Davidson (1967), e os predicados de indivíduo não têm tal argumento. De entre os diferentes argumentos aduzidos por Kratzer, mencionaremos em seguida um que tem direta implicação na questão que nos ocupa. Com efeito, a possibilidade de expressões temporais e espaciais poderem modificar predicados de fase, mas não predicados de indivíduo, está relacionada, segundo esta autora, com uma variável de tipo eventivo (ou de mera localização espaço-temporal) introduzida por aqueles predicados. Vejam-se os próprios exemplos de Kratzer (1995:128) cujas versões portuguesas apresentam exatamente as mesmas características:

- (3) Manon is dancing on the lawn.
[dancing (Manon, I) & on-the-lawn (I)]
- (4) Manon is dancing this morning.
[dancing (Manon, I) & this morning (I)]
- (5) Manon is a dancer.
[Manon (dancer)]

Dado que *is dancing* é um predicado de fase, apresenta um argumento sob a forma de uma variável, “I”, e os locativos espacial e temporal de (3) e (4) relacionam-se com o verbo selecionando outra ocorrência da mesma variável como seu argumento. Por seu turno, *is a dancer* é um predicado de indivíduo típico, não apresentando tal variável e conseqüentemente não pode ser modificado por locativos. Se, porém, se puder construir com um locativo, passa a ser um predicado de fase, como seria o caso de uma frase como *Manon é/foi (uma) dançarina esta manhã*. Esta variável pode ser ligada por quantificadores quando estas frases surgem em construções complexas ou pode ser fornecida pelo contexto de uso.

Embora as observações feitas aos exemplos em Inglês sejam também válidas para Português, a distinção entre predicados de fase e de indivíduo está em grande parte associada à oposição *estar/ser* quando estes predicados se constroem com adjetivos (ou participios). Com efeito, *ser alto*, *ser inteligente* veiculam propriedades de indivíduos na medida em que se podem considerar a nível interpretativo como propriedades estáveis, enquanto *estar contente*, *estar cansado* descrevem propriedades temporárias.

Vejamos então algumas das características dos dois tipos de predicados que, para além da já enunciada, podem ser testadas linguisticamente. Os predicados de indivíduo, na medida em que caracterizam diretamente uma entidade, manifestam, como já se observou brevemente, algumas incompatibilidades com determinados adverbiais temporais de localização, quer estes tenham duração quer sejam pontuais, para além de não admitirem quantificação por meio de expressões como *sempre que*. Os predicados de fase, pelo contrário, não apresentam quaisquer restrições combinatórias com adverbiais de localização temporal, podem ser quantificados e admitem, sem grandes dificuldades, adverbiais de localização temporal estrita (pontuais), induzindo uma interpretação de inclusão destes no intervalo de tempo em que decorrem. Acresce que um outro argumento pode ainda ser considerado:

os predicados manifestamente de fase parecem não poder ocorrer sob o escopo do operador aspetual *passar a*, ao contrário do que sucede com os predicados de indivíduo.⁵ Observe-se o contraste entre os exemplos seguintes, tendo em conta que *ser alto* é um predicado de indivíduo e *estar contente* um predicado de fase:

- (6) * O João foi alto ontem.
- (7) * O João foi/era alto às duas da tarde.
- (8) * Sempre que o João é alto, pratica atletismo.
- (9) O João passou a ser alto depois de tomar vitaminas.
- (10) O Rui esteve contente ontem.
- (11) O Rui esteve/estava contente às duas da manhã.
- (12) Sempre que o Rui está contente, telefona aos amigos.
- (13) # O Rui passou a estar contente. (leitura não habitual)

Por último, consideremos ainda dois contextos que, não podendo confundir-se com os tipos de predicados em análise, são também esclarecedores destas diferenças. Um deles está relacionado com as construções habituais e as frases genéricas e o outro relaciona-se com a distinção entre estados faseáveis e não-faseáveis.⁶

1.1. Os estados habituais

Os estados habituais são eventualidades derivadas obtidas a partir de eventos que, ao terem lugar um número suficiente de ocasiões, permitem a consideração de variáveis de situação que podem ser ligadas por um operador quantificacional e obter-se assim a generalização. Deste modo, uma frase como (14), ao descrever um hábito da Maria, caracteriza-a atribuindo-lhe a propriedade de *fumar cigarros* que não é meramente transitória como seria se se considerasse a situação *está a fumar um charuto*. Como se pode ver em (15), opera-se uma generalização sobre situações que são na base temporárias mas que, por força do operador GN, acaba por adquirir características semelhantes às dos predicados de indivíduo.

- (14) A Maria fuma charuto.
- (15) GN [s;] (Maria em s; $\exists x$ (charuto) & Maria fuma x em s)

⁵ O exemplo (13) não é aceitável numa leitura não habitual, isto é, em que se considera uma única situação de *estar contente*. Para evidenciar tal facto usa-se '#'. Para um maior desenvolvimento sobre esta questão, veja-se Oliveira & Cunha (2003).

⁶ A distinção entre estados faseáveis e não-faseáveis deve-se a Cunha (1998b). Os primeiros admitem a construção com o Progressivo adquirindo algumas características eventivas, enquanto os segundos não admitem tal construção apresentando sempre características estativas. A construção com orações temporais constitui também um critério para distinguir estados faseáveis de não-faseáveis. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (i) O miúdo está a ser simpático.
- (ii) *O miúdo está a ser alto.
- (iii) Quando o miúdo é simpático, os pais ficam contentes.
- (iv) * Quando o miúdo é alto, os pais ficam contentes.

De facto, as frases habituais apresentam um comportamento semelhante ao dos predicados de indivíduo, o que se pode observar nos exemplos seguintes nos mesmos contextos dos exemplos (6)-(9), isto é, combinação com adverbiais de mera localização temporal (16), quantificação por expressões como *sempre que* (17) e escopo do operador *passar a* (18).

(16) *Ontem, o João ia ao cinema habitualmente.

(17) * Sempre que ia ao cinema habitualmente o Rui atrasava os seus trabalhos.

(18) O João passou a ir ao cinema habitualmente.

1.2. Estados faseáveis e estados não-faseáveis

Tendo em conta a caracterização de estados faseáveis e de estados não-faseáveis, convém ter presente que não se podem confundir com predicados de fase ou com predicados de indivíduo. Os estados faseáveis, no entanto, quando mantêm as suas características estativas, parecem comportar-se como predicados de indivíduo, admitindo inclusivamente, nos contextos apropriados, uma leitura de espécie para os nominais em posição de Sujeito; porém, quando a sua configuração temporal interna se altera para a que caracteriza os processos, apenas uma leitura existencial se encontra disponível. O contraste entre os exemplos (19)-(20) ilustra as observações anteriores, pois o predicado *ser agressivo* contribui para a leitura de espécie atribuída ao Sujeito da primeira destas frases enquanto, na segunda, a aplicação do operador Progressivo, que os estados faseáveis admitem, evidencia a impossibilidade de uma tal leitura, pois trata-se da descrição de uma única situação que, por isso, não pode caracterizar *os leões*.⁷

(19) Os leões são agressivos.

(20) Os leões estão a ser agressivos.

2. Predicados de Indivíduo e Tempos do Passado

Como se disse, os predicados de indivíduo dizem respeito a propriedades estáveis e nessa medida caracterizam o indivíduo por um período suficientemente alargado de tempo, se não mesmo por toda a sua existência. É claro que o nosso conhecimento do mundo pode também influir na consideração de um predicado como sendo de indivíduo ou de fase como é o caso de *ser loura* que, sendo um predicado de indivíduo, pode também em certas circunstâncias sofrer uma mudança para predicado de fase. O Português, como se disse, tem ao seu dispor, nestes casos, o contraste *ser/estar* e, assim, *ser loura* corresponde a um predicado de indivíduo enquanto *estar loura* a um predicado de fase.

Para além da distinção acima referida, o Português apresenta uma outra nos tempos do passado que é muito relevante para a questão que nos ocupa, a saber,

⁷ Veja-se a análise dos exemplos (3)-(4) construídos com o evento *dançar*, que, apesar da distinção básica, se assemelha, no que aqui é relevante, ao que se disse sobre o exemplo (20).

o contraste Pretérito Perfeito / Imperfeito. Consideremos em primeiro lugar um predicado de indivíduo não suscetível de alterações como *ser do norte de Portugal* e observem-se os seguintes exemplos:

- (21) Ele é do norte de Portugal
- (22) Ele era do norte de Portugal.
- (23) *Ele foi do norte de Portugal.

Comparando (21) com (22) verifica-se uma distinção que não é meramente temporal, pois no primeiro caso infere-se que o indivíduo de que se fala existe no tempo da enunciação enquanto no segundo caso, em virtude do Imperfeito, se infere que o indivíduo em questão já não existe. Em (23), pelo contrário, tal inferência não só não é possível como a frase não é aceitável dado que o predicado em análise diz respeito a toda a existência do indivíduo. Mas vejam-se também os seguintes exemplos em que, apesar de se tratar de um predicado idêntico ao anterior, é possível aceitar (25) numa outra aceção:

- (24) Ele era do Porto.
- (25) #Ele foi do Porto.

(24) tem uma leitura semelhante aos exemplos anteriores, isto é, ser natural do Porto e a inferência de não existência mantém-se tal como em (22). No entanto, (25) pode ser aceitável se considerarmos que *ser do Porto* significa ser do clube de futebol. Neste caso o que se diz é que ele foi mas já não é desse clube, embora não haja inferência de não existência. (24) também pode ter este outro sentido de *ser do Porto*, mas o efeito de não existência mantém-se. Este contraste entre os dois significados indicia que *ser (natural) do Porto* é um predicado de indivíduo atribuível a toda a existência de um indivíduo enquanto *ser (do futebol clube) do Porto* é um predicado que pode atribuir-se de forma estável, mas não permanente a um indivíduo.

De forma a avaliar até que ponto as inferências mencionadas anteriormente estão relacionadas com a conjugação do tipo de predicado e do tempo verbal, vejamos agora o que se passa com o contraste entre predicados de indivíduo (construídos com *ser*) como nos exemplos (26)-(29) e predicados de fase (construídos com *estar*) como em (30)-(33).

- (26) O Rui era alto.
- (27) */? O Rui foi alto.
- (28) O Rui era inteligente.
- (29) O Rui foi inteligente.
- (30) O Rui estava contente.
- (31) O Rui esteve contente.
- (32) O Rui estava alegre.
- (33) O Rui esteve alegre.

Em primeiro lugar deve notar-se que o efeito de não existência só ocorre com

predicados de indivíduo, pois, enquanto em (26) e (28) se observa a inferência de não existência, em (30) e (32) isso não é possível. Com efeito, nestes dois últimos exemplos o predicado de fase associado ao Imperfeito diz respeito a um estado que, por ser temporário, não pode dizer respeito à vida de um indivíduo, sendo essa a razão por que estes predicados ocorrem facilmente com advérbios de localização temporal (*estava contente / alegre ontem*) contrariamente ao que acontece com os primeiros que não aceitam esses advérbios (**era alto / inteligente ontem*).

Em segundo lugar, em (27) e em (29), apesar de os predicados serem ambos de indivíduo, observa-se uma aceitabilidade diferente na construção com o Pretérito Perfeito. A razão desta diferença reside em *ser alto* ser um estado não-faseável e *ser inteligente* ser faseável, admitindo assim que um exemplo como (29) tenha a interpretação de *teve um comportamento inteligente* (numa situação concreta). Por isso, este predicado pode coocorrer, neste tempo, com um advérbio de localização temporal (*foi inteligente ontem*) enquanto *ser alto* não pode (**foi alto ontem*). Mas (29) pode ainda ter uma outra leitura em que a propriedade de *ser inteligente* já não se aplica ao Rui sem que isso signifique que já não existe, mas tão só que já não possui tal propriedade. Quanto a *ser alto*, é de notar que pode ocorrer no Pretérito Perfeito em frases como (34), sem qualquer dificuldade na sua aceitação. Isto acontece porque neste caso o intervalo de tempo considerado não diz respeito ao indivíduo mas simplesmente a um período delimitado da sua vida, que aqui é explicitado por *em pequeno*. A leitura de que a propriedade já não se aplica é assim comum aos dois exemplos, mas, enquanto um estado como *ser inteligente*, por ser faseável, não necessita de qualquer delimitação temporal, *ser alto* exige-a.

(34) Em pequeno, ele foi alto, mas depois parou de crescer.

As diferentes leituras apresentadas de acordo com os tempos e o tipo de predicado tornam-se mais evidentes se observarmos os seguintes exemplos com um predicado de indivíduo não-faseável como *ser alegre*, que permite, em (35), fazer a inferência de não existência e em (36) afirmar que tal propriedade já não é atribuível ao Rui.⁸

(35) O Rui era alegre.

(36) O Rui foi alegre.

Parece, pois, que o tempo verbal influencia de forma relevante o modo como se atribui uma propriedade a um indivíduo: embora os dois tempos verbais indiquem que essa propriedade já não se aplica no tempo da enunciação, só o Imperfeito tem

⁸ Há alguns fatores que podem impedir a inferência de não existência em frases como as de (35). Um deles é a prosódia da frase, que pode acentuar simplesmente o efeito contrastivo de atribuição da propriedade no passado e não atribuição no tempo da enunciação. Um outro fator é a utilização da primeira ou da segunda pessoas, pelo facto de se assumir que tanto o locutor como o interlocutor estão vivos:

(i) O Rui era (tão) alegre!

(ii) Eu era alegre.

(iii) Tu eras alegre. O que te aconteceu?

associada uma inferência de não existência do indivíduo.⁹

Quanto aos predicados de fase dos exemplos (30)-(33), o Pretérito Perfeito indica que o estado temporário terminou e o Imperfeito tem associada a possibilidade de continuidade desse estado, como se pode ver em (37)-(38), que retomam parcialmente os exemplos mencionados:

(37) O Rui esteve alegre ontem *e ainda está.

(38) O Rui estava alegre ontem e ainda está.

Assim, o Imperfeito parece ter associados efeitos semânticos diversos consoante o tipo de predicado com o qual se combina, admitindo uma inferência de não existência com predicados de indivíduo e a de um estado que do passado pode continuar até ao presente com predicados de fase.

As diferenças constatadas na articulação dos tempos Imperfeito e Pretérito Perfeito com predicados de indivíduo e predicados de fase, assim como com predicados faseáveis e não-faseáveis, podem ser confirmadas em frases habituais. Como se disse anteriormente, os estados habituais comportam-se de forma muito semelhante a predicados de indivíduo. Nesta medida parece interessante observar alguns exemplos construídos com eventos uma vez que estes são tipicamente predicados de fase:

(39) Ele bebia muito café.

(40) Ele bebeu muito café.

(41) Ele fumava imenso.

(42) Ele fumou imenso.

Destes exemplos só (39) e (41) são claramente estados habituais enquanto (40) e (42) mantêm a sua natureza eventiva na medida em que estes últimos dizem respeito a uma situação particular do passado contextualmente determinada, e aqueles, por força do Imperfeito, atribuem um hábito à entidade referida pelo Sujeito da frase. São, assim, os exemplos com Imperfeito que apresentam a possibilidade de uma inferência do mesmo tipo da apresentada para os predicados de indivíduo, pois é admissível, nestes casos, que se considere que o indivíduo em questão já não exista.

Assim, estes tempos do passado quando combinados com predicados de indivíduo parecem despoletar implicaturas sobre a terminação de uma situação (ou de atribuição de uma propriedade), enquanto com predicados de fase essa implicatura só ocorre com o Pretérito Perfeito. No entanto, há uma diferença muito interessante: enquanto o Imperfeito ao combinar-se com predicados de indivíduo induz a inferência de não existência da entidade referenciada pelo sujeito da frase, o Pretérito Perfeito com os mesmos predicados só dá a informação de que aquele predicado já não se aplica, o que, de certa forma, parece contrário ao que seria de

⁹ Note-se que este efeito também se aplica a termos de espécie como se pode ver em exemplos como (i) em que se infere a não existência da espécie, em contraste com (ii) em que tal não acontece:

(i) Os dinossauros eram pacíficos.

(ii) Os dinossauros foram pacíficos.

esperar pois é o Pretérito Perfeito que tem tipicamente associada a si a informação de terminação de uma situação.

3. O contexto e o efeito de não existência

As inferências despoletadas nas construções acima observadas podem desaparecer no contexto de frases complexas. Nos exemplos que se seguem os predicados destas frases são, como se pode verificar, predicados de indivíduo e as frases de cada par distinguem-se entre si apenas pelo contraste dos tempos.

- (43) A Maria disse-me que o marido é muito inteligente.
- (43') A Maria disse-me que o marido era muito inteligente.
- (44) Assisti ontem a uma conferência muito interessante. O cientista é muito inteligente.
- (44') Assisti ontem a uma conferência muito interessante. O cientista era muito inteligente.
- (45) Há uns dias conheci a Laura e verifiquei que é muito alta.
- (45') Há uns dias conheci a Laura e verifiquei que era muito alta.

Os exemplos no Presente veiculam duas informações: o indivíduo ao qual se aplica cada uma das propriedades existe e a referida propriedade é-lhe atribuída. Quanto à possibilidade de ocorrência do Presente nas completivas de (43) e (45), deve-se ao facto de os estados permitirem nestes contextos uma interpretação de duplo acesso, pois *ser muito inteligente* ou *ser alta* é um predicado que se aplica em relação ao tempo de *disse* ou de *verifiquei* e também ao tempo da enunciação de toda a frase (cf. Abush (1997), Oliveira (1998a) e Silvano (2002)). Se compararmos (43) com (43') verificamos que este último admite duas leituras: uma em que há uma relação de subordinação temporal da frase no Imperfeito relativamente à frase matriz e, dado que o predicado *ser inteligente* é um estado, ainda pode manter-se no tempo da enunciação de toda a frase; na outra leitura a inferência de não existência é possível por o tempo anterior ao da frase matriz ser o mais relevante. Assim, o Imperfeito surge, quer porque se subordina ao Pretérito Perfeito, mas admitindo que o estado se mantém no presente, quer porque aceita uma leitura em que *ser inteligente* é uma propriedade tida como anterior ao ponto de perspectiva temporal marcado pelo Pretérito Perfeito. Com efeito, trata-se de relações temporais e aspetuais de tipo diferente, pois, no primeiro caso, o evento de *dizer* está incluído no estado de *ser inteligente* e, no segundo caso, o Imperfeito estabelece como discursivamente relevante um estado anterior ao predicado da frase matriz e é nessa medida que pode admitir a inferência de não existência tal como acontece com as frases simples com Imperfeito. Note-se, no entanto, que este efeito só pode ocorrer com predicados de indivíduo e não com predicados de fase como se pode ver em exemplos como a *Maria disse-me que a Rita estava grávida*.

Nos outros pares de exemplos observa-se que o contraste Presente/Imperfeito não acarreta para este último uma inferência de não existência, tratando-se de subordinação temporal. A questão que se coloca é a de saber por que razão aquela

inferência pode ainda ocorrer em (43') e não pode no contexto das outras frases. Em (44') e (45') os estados descritos pelo Imperfeito, embora não delimitados, surgem como sendo só relevantes discursivamente a partir do tempo das frases anteriores em particular devido à localização temporal realizada pelo advérbio *ontem* ou pelo adverbial *há uns dias*.¹⁰ Em (43'), onde o tempo da frase matriz é meramente um passado, é admitida a leitura de não existência, havendo a exigência da consideração de um tempo anterior ao da frase matriz no qual o estado de *ser inteligente* já é aplicado ao indivíduo. Repare-se que entre as características gerais dos estados se encontram exatamente as de não serem delimitados e não apresentarem estrutura interna. Nesta medida as diferentes leituras das frases, aproveitando tais traços, tendem a dar instruções sobre como interpretar a atribuição das propriedades aos indivíduos. Mas veja-se ainda a diferença entre (43') e os exemplos seguintes:

- (46) A Maria disse-me ontem que o marido era muito inteligente.
(47) A Maria disse-me que o marido tinha sido muito inteligente.

Em (46), com um adverbial de localização temporal, a leitura preferencial já não parece ser a de não existência do indivíduo. Por outro lado, em (47), como o predicado *ser inteligente* é faseável, o Mais-que-Perfeito admite duas leituras: uma em que num tempo anterior ao da frase matriz o marido da Maria se comportou de forma inteligente e uma outra em que há uma leitura de propriedade não atribuída, mas sem efeito de não existência tal como acontece com o Pretérito Perfeito, embora com a diferença de este último tempo ter o tempo da enunciação como ponto de perspectiva temporal e aquele ter, como é sua característica, um tempo passado, em particular o Pretérito Perfeito.

Em contrapartida, os exemplos (44') e (45') ocorrem dificilmente com o Mais-que-Perfeito, como se pode ver nas versões seguintes:

- (48) Assisti ontem a uma conferência muito interessante. ?/* O cientista tinha sido muito inteligente.
(49) Há uns dias conheci a Laura e verifiquei ?/* que tinha sido muito alta.

Assim, o contexto pode influir de maneira importante no que diz respeito à possibilidade de inferência de existência ou não de um indivíduo. No entanto, esta inferência, embora possível pela conjugação de predicados de indivíduo com o Imperfeito, parece envolver também efeitos pragmáticos.

4. Para uma proposta explicativa

Uma questão que convém ter presente é a de que a inferência de não existência é possível em certos contextos pela simples razão de que, quando se atribuem

¹⁰ É interessante notar que, se a localização temporal for feita por um adverbial que envolva um intervalo de tempo suficientemente longo, a inferência de não existência torna-se possível:

(i) Há uns anos, assisti a uma conferência muito interessante. O conferencista era muito inteligente.

predicados a indivíduos, se pressupõe, por defeito, a sua existência. Por outro lado, a seleção de um tempo do passado em detrimento do tempo presente está relacionado com diferentes tipos de instruções para o interlocutor interpretar o enunciado. Partindo de um dos princípios de Grice (1975) de que devemos ser tão informativos quanto possível, a escolha do tempo Presente associado a um estado só pode dar a informação de presente e nessa medida estão criadas condições para se considerar que existe o indivíduo ao qual se aplica o predicado.¹¹ Quando se seleciona um tempo passado, a instrução é obviamente a de passado, mas, enquanto a seleção do Pretérito Perfeito indica que a propriedade já não se aplica ao indivíduo, o Imperfeito pode também, sob certas condições, dar a informação de que a propriedade já não se aplica porque o seu portador já não existe.

A escolha do tempo por parte do locutor não acarreta tais consequências quando se trata de predicados de fase na medida em que estes, por serem temporários, não podem pôr em causa a existência de um indivíduo mas tão só o intervalo de tempo em que tal propriedade se aplica. A escolha do Pretérito Perfeito apresenta características semelhantes às mencionadas para este tempo com predicados de indivíduo, a saber, a propriedade deixou de se aplicar, enquanto a seleção do Imperfeito indica que o estado teve início no passado, podendo eventualmente continuar no presente. Vejam-se os seguintes exemplos como respostas à pergunta “Como é que ele está?”:

(50) Esteve contente na festa.

(51) Estava contente na festa.

Em (50) a duração do predicado de fase limita-se à da festa enquanto em (51) é admissível que continue para além da delimitação temporal da festa, embora o locutor não o assuma, pois se o quisesse fazer teria que acrescentar “e ainda está”. Note-se ainda que, no enquadramento daquela pergunta, a seleção de um tempo do passado em detrimento de um presente revela que o locutor não está em condições de saber se aquele estado se aplica também no tempo da enunciação. Em qualquer dos casos, não é posta em questão a existência do indivíduo.

Dado que o Pretérito Perfeito se comporta de modo idêntico com os dois tipos de predicados, só o Imperfeito revela características especiais quando combinado com predicados de indivíduo. A questão é afinal o que há na semântica do Imperfeito que propicie isso. Com efeito, trata-se de um tempo verbal com valores não só temporais como também aspetuais e modais e essa versatilidade advém de não estabelecer limites temporais senão os que são fornecidos pelo contexto explícito (ou, em certos casos, implícito).

Uma frase no Imperfeito com um predicado de fase (evento ou estado) sem

¹¹ Numa língua como o Português o tempo verbal Presente opera de forma diferente consoante a base é um estado ou um evento. Com estes últimos dá-se uma mudança aspetual para estado habitual como em (i), enquanto com estados a informação é a de tempo presente relativamente ao tempo da enunciação, podendo alargar-se para além deste pelo facto de ser um estado, como em (ii) e (iii):

(i) O João fuma cachimbo.

(ii) O João está doente.

(iii) O João é rico.

Para um maior desenvolvimento sobre este assunto, veja-se, entre outros, Oliveira (2003).

qualquer restrição temporal fornecida pelo contexto é sempre pouco aceitável:

- (52) ? Ele bebia um café com natas.
- (53) ? Ele estava doente.
- (52') Quando o encontrei, ele bebia um café com natas.
- (53') Quando a Maria chegou, ele estava doente.

Só as frases com predicados de indivíduo em combinação com o Imperfeito não são problemáticas sem o apoio do contexto explícito, mas associam a si o efeito de não existência:

- (54) Ele era inteligente /afável / alto ...

Estas observações levam-nos a considerar, na linha de Musan (1997), que as entradas lexicais da maior parte dos predicados de indivíduo e também dos de fase associam pressuposições de existência, isto é, especificam informação sobre a localização temporal dos indivíduos em relação ao tempo em que o predicado é atribuído. Deste modo, a variável de indivíduo não só pertence ao domínio da função parcial como também especifica que o indivíduo está vivo no tempo considerado em tal domínio. Note-se que tal é muito relevante em frases com o Presente como em (55)-(56), em que há uma quebra pressuposicional, se *a rapariga* não estiver viva:¹²

- (55) A rapariga é de Paris.
- (56) A rapariga está contente.

Mas a pressuposição de existência manifesta-se também noutros contextos, como é o caso dos seguintes exemplos:

- (57) Vou ver um filme de um realizador que é do Porto.
- (57') Vou ver um filme de um realizador que era do Porto.
- (58) Vou assistir a uma palestra de um cientista que é de Évora.
- (58') ? Vou assistir a uma palestra de um cientista que era de Évora.

Se contrastarmos (57) com (57'), observamos que na primeira se transmite a informação de que o realizador está vivo enquanto na segunda se veicula a informação de que o realizador já não está vivo. Dado que o predicado *ser (natural) de* é um predicado de indivíduo que abrange toda a sua existência, a frase (58) não levanta qualquer problema, mas (58') parece não ser aceitável pelo facto de o Imperfeito permitir a inferência de que o cientista já não está vivo e a frase afirmar concomitantemente o plano de assistir a uma palestra proferida por esse cientista.

¹² Nem todos os predicados parecem requerer tal informação como é o caso de *ser famoso* ou *ser controverso* que se podem aplicar a indivíduos não existentes quer porque não estão vivos quer porque são ficcionais como em *Picasso é famoso* ou *O Tintin é famoso*. Acrescente-se que em relação ao que se afirma sobre o Presente se exclui o chamado Presente histórico que, para poder ser considerado como tal, necessita também de um enquadramento temporal apropriado.

Parece, assim, que estes efeitos se jogam na forma como se entrelaça a pressuposição de existência do indivíduo com o Imperfeito. O contraste entre os predicados de indivíduo e os de fase no que diz respeito à necessidade, quando ocorrem no Imperfeito, de um contexto explícito para estes contrariamente ao que acontece para aqueles, pode ser explicado pela proposta de Musan (1997), considerando-se assim que o tempo de existência do indivíduo que o sintagma em posição de sujeito denota atribui o contexto implícito de que necessitamos.

Como o Pretérito Perfeito só diz respeito à não atribuição de um predicado – note-se que uma frase neste tempo em combinação com predicados de fase não precisa de qualquer outra informação contextual –, o Imperfeito com predicados de indivíduo e na ausência de outro contexto serve-se da duração atribuível à existência do indivíduo. Por isso, o efeito de não existência ocorre naturalmente em frases simples e em frases como (43) em que o contexto é muito vago quanto à localização temporal. Quando este se torna explícito, como em (46), então a leitura que prevalece deixa de ser a de não existência. Nas frases (44) e (45) por seu turno, o contexto linguístico é suficientemente explícito para restringir a interpretação das frases.

Deste modo, sem contexto explícito, o falante tem a opção de um Presente se pretende informar que o indivíduo em causa existe no tempo em que a frase é enunciada ou o Imperfeito no caso contrário. A escolha do Pretérito Perfeito envolve só a não atribuição do predicado ao indivíduo denotado pelo sintagma em posição de sujeito. Essa é a razão pela qual uma frase como (23), aqui repetida, não é aceitável em virtude de *ser do norte de Portugal* ser um predicado com a mesma duração da existência de um indivíduo.

(59) *Ele foi do norte de Portugal.

Estas leituras despoletadas pelo Imperfeito parecem aplicar-se fundamentalmente ao sintagma em posição de sujeito, como se observou em todos os exemplos até agora apresentados. No entanto, convém observar se é possível que tais efeitos sejam atribuídos a nomes ou outras posições argumentais na frase. Um primeiro caso a considerar é apresentado pelos exemplos seguintes.

(60) O rapaz era da Checoslováquia.

(61) A Maria vai casar com um rapaz que era da Checoslováquia.

(62) ?A Maria vai casar com um rapaz que era de Lisboa.

Em (60) poder-se-ia considerar que, pelo facto de a Checoslováquia já não existir como país, o Imperfeito se relacionar com esse nome, mas parece manter-se o efeito de não existência atribuído a *o rapaz*. Porém, em (61) a construção postula a existência do rapaz, isto é, *um rapaz* só pode ter uma leitura específica e nessa medida o Imperfeito é aceitável se considerarmos que esse predicado já não se aplica porque, tendo em conta o nosso conhecimento do mundo, tal país já não existe. Por isso, uma frase como (62) parece estranha pois o mesmo tipo de informação não é

válido relativamente a Lisboa.¹³

Um outro caso a considerar é o do verbo *parecer(-se)*. De acordo com o estudo de Fonseca (1993), este verbo apresenta características semânticas e sintáticas de um verbo simétrico, mas quanto à questão que aqui nos ocupa parece não se comportar como tal. Vejam-se os seguintes exemplos adaptados de Kratzer (1995: 156):

- (63) A tia Teresa parece-se com a minha avó.
- (64) A tia Teresa parecia-se com a minha avó.
- (65) A minha avó parecia-se com a tia Teresa.

Em (63), o Presente permite a inferência de que a tia Teresa está viva e, possivelmente também a minha avó, mas em (64) esta frase só é adequada num contexto em que tia Teresa já não existe e em que a pressuposição de existência de minha avó se mantém. Esta mesma frase não seria aceitável numa situação em que a tia Teresa está viva e a minha avó não está, pois para este caso só uma frase como (65) seria adequada.

Deste modo, verifica-se que não há simetria deste predicado no que diz respeito à localização temporal dos seus argumentos. Estas observações confirmam em grande medida a hipótese de Kratzer segundo a qual o tempo localiza temporalmente o argumento externo (sintático). Quando se trata de um predicado de indivíduo, esse argumento é realizado por um sintagma nominal e, se o predicado for de fase, o tempo pode localizar o argumento extra (de tipo eventivo ou de localização) proposto por Kratzer para distinguir estes predicados dos de indivíduo. Nesta medida, o tempo está fora do sintagma verbal e surgiria no restritor na forma lógica, de acordo com a proposta de *mapping hypothesis* de Diesing (1992). Os exemplos (66)-(67), de Kratzer (1995:155), ilustram essa diferença na medida em que um predicado de fase como *to be available* tem uma análise diferente da de um predicado de indivíduo como *to be french*.

- (66) Firemen were available
[before-now (I)] & \exists_x [fireman (x) & available x,I]]
- (67) Henry was French.
[before-now (Henry₃)] & [French(he₃)]

Em (66), o predicado temporal *before-now* introduz a variável 'I' que não é ligada por 'existential closure', sendo o contexto de uso, na ausência de outro quantificador, a fornecer o seu valor. Deste modo, a segunda ocorrência de 'I' está ancorada ao contexto. Em casos como (67), a denotação de predicados como *before-now* aplicados a um indivíduo acarreta que a proposição só é verdadeira se

¹³ Já se disse anteriormente, na nota 8, que as primeira e segunda pessoas podem anular a inferência de não existência. Neste sentido, a aceitabilidade de uma frase como (i) não causaria quaisquer problemas. Mas, curiosamente, uma frase como (ii) não parece aceitável exatamente pelas mesmas razões apontadas para o exemplo (62).

(i) Eu era / tu eras da Checoslováquia.

(ii) ? Eu era /tu eras de Lisboa.

o indivíduo estiver totalmente localizado no passado. Porém, uma frase como (67) pode ter duas leituras: uma em que Henry já não é francês e o predicado temporal tem um argumento como em (66) e outra em que, tal como na análise de (67), Henry está localizado no passado e tem a propriedade de ser francês.

Em Português, com predicados de indivíduo e sem qualquer outro contexto explícito, é o Imperfeito que atribui uma leitura como a segunda admissível em (67) e o Pretérito Perfeito uma leitura como a primeira atribuída a (67), como se pode ver pelo contraste entre (68) e (69):

(68) O Henri era francês.

(69) O Henri foi francês.

Assim, a leitura de não existência associada a (68) deve-se à combinação da localização do indivíduo totalmente no passado com a pressuposição de existência do indivíduo que o sintagma em posição de Sujeito denota (Musan, 1997), constituindo o contexto implícito de que necessitamos.

Em (69) o Pretérito Perfeito, ao atribuir um ‘terminus’ ao predicado de indivíduo, altera-o, conferindo-lhe características próximas das de um predicado de fase.

Assim, estes dois tempos do passado, ao combinarem-se com diferentes tipos de predicados, veiculam informações diferentes. O Pretérito Perfeito mantém a sua informação de passado e só diz respeito à não atribuição de um predicado, sem pôr em causa a pressuposição de existência. Por isso, uma frase neste tempo em combinação com predicados de fase não precisa de qualquer outra informação contextual e com predicados de indivíduo, tende a alterá-los aproximando-os de predicados de fase. O Imperfeito não altera o tipo de predicado, admitindo leituras diferentes: com predicados de fase necessita de um contexto explícito para proceder à localização temporal e com predicados de indivíduo, na ausência de outro contexto, serve-se da duração atribuível à existência do indivíduo localizada no passado. Neste caso, a não aplicação da propriedade ao indivíduo é uma consequência de este já não existir.

Em contraste com estes tempos, o Presente mantém não só a distinção entre os tipos de predicados, de fase ou de indivíduo, sem necessitar de qualquer outra localização temporal, nos casos relevantes, em virtude de esta ser fornecida pelo tempo da enunciação, como também mantém a pressuposição de existência.

Assim, o falante ao selecionar o Presente, o Imperfeito ou o Pretérito Perfeito veicula informações diversas que não estão só relacionadas com tempo verbal, isto é, com atribuição de um predicado no presente ou no passado, mas também com a existência ou não dos indivíduos. Isto evidencia que a distinção entre predicados de indivíduo e predicados de fase não é só de natureza temporal, pois nesse caso não seriam sensíveis às diferenças de tempos, em particular os do passado.

5. Em forma de conclusão

Neste artigo pretendeu-se discutir o que distingue o tempo Presente dos tempos do passado, Imperfeito e Pretérito Perfeito, no que diz respeito à possibilidade de inferência da existência ou não de um indivíduo. Esse efeito ocorre com predicados

de indivíduo (ou que se comportem como tal) e não com predicados de fase. Os tempos do passado, com aqueles predicados têm o efeito de não atribuir a propriedade relevante ao indivíduo, mas o Imperfeito associa, em frases simples (sem contexto explícito) e em certos contextos, um efeito suplementar: o predicado não se aplica porque o indivíduo já não existe. No entanto, quando o contexto fornece elementos que permitem restringir a localização temporal, o Imperfeito deixa de produzir esse efeito, havendo em grande medida relações temporais de subordinação. Estas duas opções interpretativas são em parte veiculadas pela semântica dos tempos como o exemplo (1) atesta: a correção só faz sentido porque o falante se apercebe de que, estando a estabelecer uma relação de subordinação com o tempo da frase anterior, tem também acessível o efeito de não existência proporcionado pelo Imperfeito. Assim, o falante seleciona o Presente ou o Imperfeito conforme quer transmitir a instrução de existência ou não do indivíduo ao qual está a atribuir um predicado de indivíduo. Estes efeitos não surgem com predicados de fase na medida em que não podem pôr em causa a existência de um indivíduo por envolverem apenas porções temporalmente delimitadas de indivíduos.

Assim, a pressuposição da existência do indivíduo associada à duração temporal é também relevante: os predicados de indivíduo são relativamente estáveis ou até permanentes, mas podem não se aplicar a toda a vida de um indivíduo. Por isso se pode usar também o Pretérito Perfeito quando, não pondo em causa a existência do indivíduo, se está a dizer que tal predicado deixou de ser aplicável, delimitando-o e conferindo-lhe algumas características de predicado de fase.

Nesta medida, o Presente é o tempo mais informativo com estados, pois confirma a sua natureza não delimitada e confirma também a pressuposição de existência; o Imperfeito, ao veicular informação de passado, permite, com predicados de indivíduo a inferência de não existência e consequentemente de não aplicação da propriedade. O Pretérito Perfeito não põe em causa a pressuposição de existência e dá a informação de que a propriedade não se aplica.

Sobre a iteração do Pretérito Perfeito Composto em Português Europeu¹

Fátima Oliveira
António Leal

0. Introdução

O Pretérito Perfeito Composto do Indicativo (doravante, PPC) em Português Europeu (doravante, PE) é um tempo gramatical que evidencia certas peculiaridades, que o distinguem de outras variedades do Português e de outras línguas, nomeadamente das línguas românicas, em que existem construções gramaticais semelhantes. Estas características tornam este tempo verbal de particular importância, na medida em que levanta questões de difícil resposta. Deste modo, torna-se evidente o interesse que tem sido demonstrado, nos últimos tempos, por este tempo gramatical, patenteado na diversidade de trabalhos publicados, sob diversas perspetivas, que vão desde a sua evolução histórica até à sua relação com construções semelhantes em línguas mais ou menos aparentadas, passando, naturalmente, pela sua descrição e caracterização.

O trabalho que aqui se apresenta tem dois objetivos principais. Em primeiro lugar, pretende-se proceder a uma caracterização do PPC em PE, apontando alguns aspetos menos exatos que têm sido referidos em literatura recente sobre este assunto. Em segundo lugar, é nossa intenção apresentar uma proposta de justificação teórica para o traço semântico do PPC que mais tem sido posto em evidência: a sua iteratividade.

Este trabalho tem a seguinte estrutura. Principiaremos por abordar a questão da caracterização geral do PPC. Num segundo momento, debruçar-nos-emos sobre a sua particularidade mais saliente, a iteratividade, onde serão analisadas as condições em que esta leitura surge, nomeadamente as que dizem respeito a questões temporais, aspetuais e quantitativas. Numa terceira parte, apresentaremos uma proposta de explicação da iteratividade do PPC, partindo do trabalho de Van Geenhoven (2004) sobre *pluractionals*, reformulado com sugestões que podem ser encontradas em Laca (2006), sobre algumas perífrases aspetuais em Espanhol. De seguida,

¹ Este texto foi anteriormente publicado na revista *Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da UP*, 2012, vol.7, n.º 1, pp.65-88.

retomaremos algumas restrições à combinação de certos elementos linguísticos com o PPC e procuraremos esclarecê-las à luz da nossa proposta de explicação do valor iterativo deste tempo gramatical. Terminaremos este trabalho com algumas reflexões relacionadas com os casos em que o PPC não evidencia leitura iterativa.

1. Descrição do PPC em PE

1.1. Considerações gerais

O PPC em PE pode ser descrito, em termos gerais, como um tempo do passado, que se prolonga até ao momento da enunciação, podendo até estender-se para além deste momento. Esta característica do PPC foi já apontada em Barbosa (1822).²

Um outro aspeto a salientar é o facto, também já referido em Barbosa (1822), de o verbo auxiliar no PPC ser apenas “ter” e não permitir, como em todos os outros tempos gramaticais, o verbo auxiliar “haver”.³

Como o ponto de perspetiva temporal do PPC é tipicamente o momento da enunciação, veicula-se que a iteração de situações ou o estado (no caso de não haver iteração) se prolonga até ao momento da enunciação, podendo inferir-se que pode continuar para além deste ponto. Assim, em (1), a iteração de eventos “o João calçar os sapatos” e o estado “o João estar doente” prolongam-se até ao momento da enunciação, inferindo-se que essa iteração de eventos e esse estado se podem prolongar para além desse ponto. Esta constatação é comprovada pela agramaticalidade de frases em que a definição de uma fronteira final para as eventualidades é anterior ao momento da enunciação. Assim, os exemplos (2) são agramaticais na medida em que a fronteira final para as eventualidades tem de se situar no interior do intervalo denotado pelo advérbio “ontem”, o que confirma as observações já feitas também por Barbosa (1822).

- (1) a. O João tem calçado aqueles sapatos.
b. O João tem estado doente.
- (2) a. * Ontem, o João tem calçado aqueles sapatos.
b. * Ontem, o João tem estado doente.

² *Deste tempo não ha mais que huma unica Linguagem, que he a composta do participio perfeito do verbo Ser e do auxiliar Ter; como Tenho sido. O auxiliar nota manifestamente hum tempo presente, e o participio Sido denota huma existencia da qual ja nada resta, e assim acabada a respeito da epocha atual, em que estou falando.*

Pelo que esta Linguagem pôde-se dizer de qualquer tempo passado, cujo periodo venha a acabar na epocha presente: Posso dizer: Hoje, Esta semana, Este anno, Muitos anos tenho sido Spectador de grandes acontecimentos. Mas não a posso dizer de tempo algum preterito, cuja epocha tenha expirado antes da presente. Não posso dizer: Hontem, A semana passada, Há dous anos tenho lido este livro, O seculo passado tem sido fertil em acontecimentos. Devo dizer: Li este livro, Foi fertil em acontecimentos. Comtudo nossos Grammaticos confundem em hum estes dous tempos, dizendo Li, ou Tenho lido. Barbosa (1822:212-213)

³ Para uma perspetiva diacrónica desta questão, veja-se Amaral & Howe (2012).

No entanto, em alguns casos, a marcação da fronteira final pode ser feita por um elemento linguístico num momento posterior ao momento da enunciação, como em (3). Contudo, esta possibilidade parece estar restringida apenas aos casos de eventos delimitados. Deste modo, a agramaticalidade ou a difícil aceitabilidade de (4) *dever-se-á* ao facto de estarmos perante um processo, em (4a), e um estado, em (4b). Note-se, no entanto, que, em (4a), a possível aceitabilidade se relaciona com o facto de se poder encarar “correr” como uma corrida de extensão delimitada (um tipo de corrida).

- (3) Quando a Maria chegar, já o João tem almoçado.
(4) a. */??? Quando a Maria chegar, já o João tem corrido.
b. * Quando a Maria chegar, já o João tem estado no jardim.

É de salientar, a este respeito, que, em Laca (2010), se refere que esta possibilidade de leitura de não inclusão do momento da enunciação (leitura não universal, nas palavras da autora) está vedada ao PPC em PE. Ou seja, em PE, o PPC não poderia ter uma leitura de posterioridade em relação ao momento da enunciação. No entanto, o exemplo dado em Laca (2010:8) para ilustrar essa impossibilidade é perfeitamente gramatical em PE, tal como está atestado em Peres (1996b:4) relativamente ao mesmo exemplo:

- (5) Quando a Ana regressar de Groningen, já tu tens acabado a tese.

Um outro aspeto a ter presente é a não definição da fronteira inicial do estado ou da iteração de eventos. Assim, em (6), a predicação pode ser modificada por qualquer um dos adverbiais, independentemente de ser definida uma fronteira inicial distante (“nos últimos anos”) ou próxima (“nos últimos minutos”) do momento da enunciação.

- (6) {Nos últimos anos/ nas últimas semanas/ nos últimos minutos}, o mar tem chegado até ao paredão.

Uma outra característica do PPC em PE prende-se com o facto de não evidenciar leitura resultativa, nem poder ser considerado um tempo verbal perfeitivo, na linha do que é defendido em Moens (1987) ou Kamp & Reyle (1993), e diferentemente do que se postula em Squartini & Bertinetto (2000), em que se considera que o PPC é um perfeitivo com traços de imperfetividade. Existe, no entanto, em PE, uma construção, muito semelhante ao PPC, que é claramente perfeitiva: a construção *ter + participio flexionado*. Esta construção, de natureza sintática e semântica diferente, é formada pela combinação do verbo pleno “ter” em qualquer tempo, seguido de um objeto direto e de uma forma participial que concorda com a expressão nominal objeto direto em género e número. (7a) corresponde à construção de PPC, enquanto (7b) corresponde à construção *ter + participio flexionado*.

- (7) a. O João tem lido os livros/as revistas.
b. O João tem os livros lidos/ as revistas lidas.

Contudo, enquanto o PPC se pode combinar, com poucas restrições, com todas as classes aspetuais, como se pode ver em (8), a construção *ter + participio flexionado* restringe-se aos casos em que existe um objeto direto e a predicação básica denota, do ponto de vista aspetual, uma eventualidade télica. Desta forma, esta construção está limitada a processos culminados e culminações, como se ilustra em (9). A existência desta construção e as diferenças relativamente às restrições apresentadas evidenciam que a proposta de Giorgi & Pianesi (1997), que consideram que “ter” nas construções de PPC é um verbo pleno, não é adequada.

- (8) a. O Rui tem adorado os filmes do Tarantino. (estado)
b. O polícia tem perseguido os ladrões. (processo)
c. O polícia tem lido a revista. (processo culminado)
d. A Maria tem fechado a janela do quarto. (culminação)
e. O polícia tem piscado o olho à testemunha. (ponto)
- (9) a. * O Rui tem os filmes do Tarantino adorados. (estado)
b. * O polícia tem os ladrões perseguidos. (processo)
c. O polícia tem a revista lida. (processo culminado)
d. A Maria tem a janela do quarto fechada. (culminação)
e. * O polícia tem o olho piscado à testemunha. (ponto)

De referir, a este respeito, que, em Laca (2010), se defende que o PPC em Português não teria leitura resultativa porque teria surgido ao mesmo tempo uma construção semelhante, a de *ter + participio flexionado*, que seria semanticamente idêntica à origem latina da construção românica, ou seja, a *haver + participio*. Esta construção teria impedido que *ter + participio não flexionado* adquirisse leitura resultativa, fazendo com que se especializasse em leituras universais. Contudo, este argumento não explica por que motivo a construção com participio não flexionado não pode ter leitura resultativa nos (numerosos) casos em que não há possibilidade de ocorrência de *ter + participio flexionado*, uma vez que esta última construção está restringida aos casos em que existe um objeto direto e a predicação é, aspetualmente, télica. Vejam-se (9a), (9b) e (9e), em que existem complementos diretos, mas as classes aspetuais não são télicas.

Ainda a propósito da distinção destas construções, parece-nos pertinente apontar algumas especificidades do participio em PE. É normalmente dito que, quando os verbos apresentam participios duplos⁴, a forma selecionada nos tempos compostos é a regular. Para além disso, em Amaral & Howe (2012) refere-se que a forma regular ocorre no PPC enquanto a irregular ocorre na construção resultativa, tal como os seus exemplos ilustram:

- (10) a. Tenho acendido/*aceso velas.
b. Tenho a vela acesa/*acendida.

No entanto, esta associação do participio regular ao PPC e do participio irregular

⁴ Verbos abundantes, na designação de Cunha & Cintra (1984).

à construção resultativa não é totalmente válida, na medida em que, tal como é referido em Duarte & Oliveira (2010), quando se trata de um verbo muito frequente e ainda existe competição entre a forma regular e a irregular, a forma regular tem tendência a desaparecer, sendo sistematicamente usada a forma irregular, mesmo no PPC, como os exemplos das autoras em (11) ilustram:

- (11) a. A Maria tem limpo/pago/entregue o fato na lavandaria.
b. A Maria tem ?limpado/*pagado/?entregado o fato na lavandaria.

Por outro lado, quando o verbo é pouco frequente e ainda existe competição entre a forma regular e irregular, ambas as formas são possíveis na construção resultativa, como se pode ver em (12):

- (12) a. A aldeia ficou submergida/submersa.
b. Submergida/submersa a aldeia, nunca mais os seus habitantes lá voltaram.

Numa outra linha de argumentação, Giorgi & Pianesi (1997) defendem que o PPC em Português denota um hábito e que o verbo “ter”, nesta construção, é um verbo pleno. Para além disso, haveria um operador nulo de genericidade subjacente à oração participial complemento de “ter”, justificando desta forma a repetição (iteração) das eventualidades básicas. Contudo, esta proposta, entre os vários problemas que apresenta, (i) não dá conta da fundamentação sintática para considerar o verbo “ter” como verbo pleno nesta construção, mas auxiliar nas restantes; (ii) não explica por que motivo não há repetição das eventualidades básicas em todos os contextos, ou seja, por que motivo há operador de genericidade nuns casos, mas não em outros casos, como o que é ilustrado em (13); (iii) não justifica as diferentes possibilidades de ocorrência e as diferentes leituras atribuídas ao PPC e à construção *ter + participio flexionado*, as quais, de acordo com esta proposta, não deveriam evidenciar diferenças. Veja-se que (14a), construído com PPC, é gramatical, mas que (14b) não o é com a construção *ter + participio flexionado*. Acresce que esta proposta evidencia não fazer a distinção entre iteração e habitualidade (cf. Cunha 2006a). Com efeito, o PPC pode ocorrer em frases habituais, como em (15); contudo, essa leitura não é conferida pelo PPC, mas pela oração temporal, tal como se pode verificar em (15b), com alteração do tempo verbal.

- (13) A Maria tem estado doente. (um único estado de “estar doente”)
(14) a. O João tem almoçado sopa.
b. * O João tem sopa almoçada.
(15) a. Ultimamente, ele tem atendido o telefone sempre que lhe ligo.
b. Ultimamente, ele atende /atendeu o telefone sempre que lhe ligo/liguei.

1.2. A iteração no PPC: condições para o seu surgimento

Tal como foi referido no início da secção anterior, o PPC em PE evidencia tipicamente uma leitura iterativa (cf. Campos, 1984; Peres, 1996a; Peres, 1996b; Oliveira, 2003; Molsing, 2010; Amaral & Howe, 2012, entre outros), o que não

se verifica em construções similares noutras, línguas românicas (e.g. Espanhol peninsular, Francês, Italiano) e germânicas (e.g. Inglês). Assim, em (16), a leitura por defeito é a de que houve apenas uma ocorrência do evento “a Maria tossir”, mas, em (17), a leitura é a de que houve várias ocorrências, em número indeterminado, do evento “a Maria tossir”.

(16) A Maria tossiu.

(17) A Maria tem tossido.

Neste sentido, iremos ver em que condições surge essa iteração.

1.2.1. O ponto de perspetiva temporal

A leitura iterativa só está presente nos casos em que o ponto de perspetiva temporal coincide com o momento da enunciação (cf. Campos, 1984; Peres, 1996b; Oliveira, 2003). Contudo, como foi já referido, há casos em que comparece o PPC e o ponto de perspetiva temporal é definido por um outro elemento linguístico com valor temporal, situando-se após o momento da enunciação. Nestes casos, a predicação tem uma leitura de evento único, ou seja, não há iteratividade. Veja-se novamente o exemplo (3), agora reenumerado como (18). Neste caso, o ponto de perspetiva temporal para a avaliação da oração principal é dado pela oração temporal, a qual estabelece com o momento da enunciação uma relação de posterioridade. Por seu turno, a oração principal estabelece com o seu ponto de perspetiva temporal uma relação de anterioridade, mas, com o momento da enunciação, uma relação de posterioridade. Neste caso, a oração principal tem uma leitura de evento único, o que confirma que o ponto de perspetiva temporal é relevante, pelo menos em PE, para a leitura iterativa do PPC.

(18) Quando a Maria chegar, já o João tem almoçado.

1.2.2. O tipo aspetual da predicação

O PPC em PE evidencia leitura iterativa quando o tipo aspetual da eventualidade básica é um evento, como (19)-(22) ilustram.

(19) O rapaz tem tossido. (ponto)

(20) O rapaz tem atravessado a ponte sobre o Tejo de comboio. (processo culminado)

(21) O rapaz tem corrido no parque da cidade. (processo)

(22) O rapaz tem fechado a janela do quarto. (culminação)

Para além disso, o PPC pode ainda ter leitura iterativa quando combinado com estados, exceto se estes forem predicados de indivíduo não faseáveis (cf. (23)-(26)).

(23) *O rapaz tem tido olhos azuis. (predicado de indivíduo; não faseável)

(24) O rapaz tem sido preguiçoso. (predicado de indivíduo; faseável)

(25) O rapaz tem estado no jardim. (predicado de estádio; não faseável)

(26) O rapaz tem estado indisposto. (predicado de estádio; faseável)

Embora a leitura iterativa seja a leitura por defeito, não é a única possível. Por exemplo, em (27a), a leitura preferencial é a de que houve um número indeterminado de situações “o rapaz estar no jardim”, mas, em (27b), a leitura preferencial é a de que houve apenas uma ocorrência dessa eventualidade. Esta divergência relaciona-se com a extensão do intervalo temporal que é relevante. De facto, em (27a), o intervalo denotado por “nos últimos tempos” é maior do que o que é relevante em (27b), denotado por “na última meia hora”.

- (27) a. O rapaz tem estado no jardim nos últimos tempos.
b. O rapaz tem estado no jardim na última meia hora.

Esta alternância de leituras que surge com estados no PPC pode ser explicitada por advérbios que indiquem, inequivocamente, se estamos perante uma iteração de eventualidades (*de modo intermitente, intervaladamente*), ou perante uma única eventualidade (*de forma contínua, constantemente*). Vejam-se os exemplos seguintes:

- (24') O rapaz tem sido preguiçoso {constantemente / de modo intermitente}.
(25') O rapaz tem estado no jardim {constantemente / de modo intermitente}.
(26') O rapaz tem estado indisposto {constantemente / de modo intermitente}.

Em suma, a leitura iterativa está condicionada por fatores de natureza aspetual, em particular a distinção evento/estado. Para além disso, contrariamente ao que surge em alguma literatura a propósito deste tempo em PE, tal leitura não é a única disponível quando a eventualidade é de tipo estativo.

1.2.3. Ocorrência de expressões nominais quantificadas

O surgimento da leitura iterativa é condicionado ainda pela natureza semântica do complemento direto. Assim, nestas condições, podem ocorrer, por exemplo, expressões nominais determinadas, quantificadas com quantificadores existenciais, proporcionais (“muitos”) ou não (“alguns”), com o quantificador universal “todos os” e ainda meros plurais (cf. (28a)). Pelo contrário, não podem ocorrer expressões quantificadas com quantificadores numerais (cf. (28b)).⁵

- (28) a. Tenho visto {bons jogadores/muitos bons jogadores/alguns bons jogadores/os bons jogadores/todos os bons jogadores} de futebol.
b. * Tenho visto três bons jogadores de futebol⁶.

Note-se que esta restrição não se aplica às expressões com a função de sujeito,

⁵ O quantificador universal “cada” evidencia um comportamento particular. Expressões quantificadas com este operador não podem ocorrer como complemento direto, como em (i). No entanto, estas restrições parecem não ter a ver com o PPC, na medida em que surgem também com a forma simples, como se pode ver em (ii).

(i) * Tenho visto cada bom jogador de futebol.

(ii) * Vi cada bom jogador de futebol.

⁶ Com leitura não específica.

caso em que podem ocorrer inclusivamente quantificadores numerais, como se pode ver em (29), contrariamente ao que é defendido em Amaral & Howe (2012).

- (29) a. Têm aparecido três gatos no meu jardim.
b. Três crianças têm brincado com o Mateus.

No entanto, há a notar, em relação a (29), que a leitura preferencial da expressão “três gatos” e “três crianças” é a específica. Contudo, se se adicionar um adverbial de frequência, a leitura preferencial passa a ser a não específica.

- (29') a. Têm aparecido três gatos no meu jardim todas as semanas.
b. Três crianças têm brincado com o Mateus todas as semanas.

Note-se ainda que a compatibilidade do PPC com sujeitos quantificados está de certa forma dependente do facto de a eventualidade básica poder ser repetida. Assim, com um verbo como “nascer”, está vedada a ocorrência de sujeitos com quantificadores cardinais, como se pode ver em (30). Este exemplo só seria aceitável se tivesse uma leitura taxinómica, ou seja, se o nome “gato” denotasse tipos ou raças de gatos.

- (30) * Têm nascido três gatos no meu jardim.

Por fim, é de salientar que, no caso de complementos diretos no singular que sejam descrições definidas, o PPC pode ter uma leitura imperfetiva, se for possível estabelecer uma relação entre partes da entidade denotada pela descrição definida e subeventos da mesma natureza. Assim, em (31), infere-se que houve várias ocorrências de “ler (partes de) o livro que lhe ofereci” e que a leitura do livro não chegou ao fim.

- (31) O meu sobrinho tem lido o livro que lhe ofereci.

1.2.4. Ocorrência de modificadores adverbiais

Há também restrições relativamente ao tipo de modificação adverbial que pode ocorrer. Assim, podem ocorrer expressões com quantificadores existenciais vagos (cf. (32a)), mas não quantificadores cardinais (cf. (32b)), exceto se a leitura licenciada for não a de contagem de situações, mas a de frequência, dada, em (32c), por “por semana”.

- (32) a. Tenho atravessado a ponte sobre o Tejo {muitas vezes/algumas/várias vezes}.
b. * Tenho atravessado a ponte sobre o Tejo três vezes.
c. Tenho atravessado a ponte sobre o Tejo três vezes por semana.

O exemplo (32a) é um contraexemplo relativamente ao que é defendido em Laca (2010), em que a autora refere que o PPC em PE não admite combinação com

adverbiais de contagem vaga.⁷

Vejamus algumas das possibilidades de combinação do PPC com expressões quantificacionais, nos casos em que as expressões de quantificação não têm, no seu escopo, a eventualidade em que ocorre o PPC.

O primeiro aspeto a salientar é o facto de, quando os nomes que denotam unidades temporais (“dia” e “vez”) ocorrem sem modificação, haver restrições relativamente à possibilidade de combinação com os quantificadores. Assim, o quantificador universal “todos os” pode combinar-se com “dias”, mas não com “vezes” (cf. (33) e (38)). Pelo contrário, o quantificador existencial “alguns” pode combinar-se com “vezes”, mas não com “dias” (cf. (34a) e (39)). Contudo, se a expressão quantificada com “alguns” estiver integrada numa quantificação de frequência, a frase em que ocorre já será gramatical (cf. (34b)).

A combinação das unidades temporais “vezes” e “dias” com quantificadores cardinais é regular. Assim, a sua ocorrência é agramatical (cf. (35a) e (40a)), exceto se se denotar quantificação de frequência (cf. (35b) e (40b)).

A combinação com o quantificador universal distributivo “cada” é também regular, na medida em que o resultado é sempre agramatical, mesmo quando se expressa frequência (cf. (36) e (41)).

Por fim, a combinação com quantificadores de grau é assimétrica, dado que se combinam sem restrições com “vezes” (cf. (42)), mas não com “dias”; neste segundo caso, é necessário que se expresse quantificação de frequência (cf. (37a) e (37b)).

- (33) O João tem visto a Maria todos os dias.
- (34) a. *O João tem visto a Maria alguns dias.
b. O João tem visto a Maria alguns dias por semana.
- (35) a. *O João tem visto a Maria três dias.
b. O João tem visto a Maria três dias por semana.
- (36) *O João tem visto a Maria {cada dia/ cada dia por semana}.⁸
- (37) a. * O João tem visto a Maria poucos dias.
b. O João tem visto a Maria poucos dias por semana
- (38) *O João tem visto a Maria todas as vezes.⁹
- (39) O João tem visto a Maria algumas vezes.
- (40) a. *O João tem visto a Maria três vezes.
b. O João tem visto a Maria três vezes por semana.
- (41) *O João tem visto a Maria {cada vez/ cada vez por semana}.¹⁰
- (42) O João tem visto a Maria poucas vezes.

Em síntese, verifica-se que, relativamente aos quantificadores universais, “todos

⁷ Laca (2010:11) apresenta o seguinte exemplo, que é gramatical em PE:

(i) Eu tenho visto muitas vezes a sua irmã ultimamente.

⁸ Note-se que o exemplo apresenta maior aceitabilidade com modificação.

(i) ? O João tem visto a Maria cada dia que vai ao Porto

⁹ O exemplo seria gramatical com modificação.

(i) O João tem visto a Maria todas as vezes que vai ao Porto.

¹⁰ Note-se que os exemplos seriam gramaticais com modificação.

(i) O João tem visto a Maria cada vez que vai ao Porto.

os” pode operar em combinação com o PPC, mas não o quantificador distributivo “cada”. Por seu lado, os quantificadores cardinais não podem coocorrer com o PPC, exceto se inseridos em estruturas de frequência. Por fim, os quantificadores existenciais, gradativos ou não, apresentam um comportamento heterogéneo, podendo, na maior parte das vezes, coocorrer com o PPC sem ser necessária a sua inclusão numa estrutura de frequência.

2. Para uma explicação da iteração no PPC em PE

As características anteriormente apontadas relativamente ao PPC em PE sugerem que está em causa, nos casos em que há iteração, uma forma de repetição de situações que se aproxima da frequência. Neste sentido, utilizaremos, num primeiro momento, a proposta de Van Geenhoven (2004) para o estudo de construções de frequência. Esta proposta, como se verá, não se adequa completamente ao tratamento da iteração do PPC em PE, pelo que será necessário proceder a uma reformulação. Para isso, utilizaremos a proposta de Laca (2006) que, com base na anterior, foi elaborada para dar conta de algumas perífrases aspetuais com gerúndio em Espanhol.

2.1. O PPC enquanto exemplo de *pluractionality*

Uma primeira hipótese de explicação para a iteração do PPC passa por considerar que este tempo gramatical denota uma pluralização de situações. Assim, pode ser colocada a hipótese de esta leitura do PPC poder ser explicada como um caso de pluracionalidade (*pluractionality*), na linha de Van Geenhoven (2004).

Esta autora defende, a partir de dados do Gronelandês ocidental, que certos afixos verbais funcionam como operadores de pluracionalidade. Os *pluractionals* são entendidos como a contrapartida verbal do operador estrela de Link (1983), para os nomes: encerramento (*closure*) de um predicado de átomos sob a operação de soma. Assim, propõe-se que a semântica dos frequentativos pluracionais pode ser captada pelo operador *crystal star*, que foi proposto por Van Geenhoven para a descrição do afixo “-tar” do Gronelandês ocidental:

$$(43) \text{ }^*t V(x) \text{ at } t = 1 \text{ iff} \\
 \exists t' (t' \subseteq t \wedge V(x) \text{ at } t' \wedge \text{number } t' > 1 \wedge \forall t'' (t' \subseteq t \wedge V(x) \text{ at } t'' \rightarrow \exists t''' (t''' \subseteq t \wedge \\
 (t''' > t' \vee t''' < t') \wedge V(x) \text{ at } t''' \wedge \exists t'''' (t' < t'''' < t''' \vee t' > t'''' > t''' \wedge \neg V(x) \text{ at } t'''' \wedge \\
 0 < \text{length}(t'''') \leq n)))$$

em que o valor de ‘n’ é um número de unidades temporais contextualmente determinadas

Van Geenhoven (2004:159)

Para explicar a distribuição de partes de um participante plural por diferentes eventos verbais numa pluralidade de eventos provocada por um operador de pluracionalidade, Van Geenhoven propõe o operador FREQ-P (operador de

participante frequentativo). Este operador requer uma multiplicidade de subintervalos verbais e uma multiplicidade de partes individuais de um participante, que se distribuem pela pluralidade de eventos criada pelo operador frequentativo. Além do mais, essa distribuição requer que a expressão que denota o participante tenha referência cumulativa e átomos/singularidades na sua denotação, o que acontece no caso dos meros plurais, mas não no dos indefinidos singulares ou cardinalizados.

Por fim, de referir que este operador apenas se combina com a versão do verbo que incorpora semanticamente o argumento relevante, permitindo assim que a expressão nominal seja interpretada como uma propriedade e esteja no escopo de qualquer operador que afete o verbo. Veja-se o exemplo (38b), de Van Geenhoven (2004:149), aqui numerado como (44):

- (44) *Minutsit // arllallit // attasaasat // toortarpai*
Minute-ABS-PL // several-ABL-PL // button-ABS-PL // push-repeatedly-
IND[+tr]-3SG.3PL.
He pushed different buttons repeatedly for several minutes

Quanto aos indefinidos singulares e cardinalizados, estes podem ser incorporados, mas como não são distribuíveis, não são compatíveis com o operador *FREQ-P*. A autora propõe que estas expressões nominais apenas se podem combinar com *FREQ*, uma versão puramente temporal do operador.

Esta hipótese sobre os pluracionais é usada, em Laca (2006), para explicar o valor semântico de certas construções com verbos aspetuais em Espanhol, nomeadamente *andar+ gerúndio* ou *ir + gerúndio*. Laca argumenta que a hipótese, tal como é formulada por Van Geenhoven, não pode ser aplicada a estas construções em Espanhol, na medida em que não consegue dar conta da possibilidade de leituras distributivas com expressões nominais definidas ou universalmente quantificadas, as quais, teoricamente, rejeitariam a incorporação semântica no verbo. Vejam-se os exemplos de Laca (2006:203), aqui numerados como (45) e (46):

- (45) El zorro anduvo matando las gallinas.
(46) Con el tiempo el club fue perdiendo (a) todos sus socios.

O mesmo se pode constatar em PE, com o PPC. Em (47), verifica-se a distribuição das entidades denotadas por “as galinhas do meu avô”, uma descrição definida, pelos subeventos denotados por “matar”. Os exemplos (48) a (50), adaptados para o PPC em PE, tal como (46), a partir de exemplos de Laca (2006), mostram que pode haver distribuição das entidades denotadas por expressões quantificadas universalmente.

- (47) A/Uma raposa tem matado as galinhas do meu avô.
(48) A/Uma raposa tem matado todas as galinhas do meu avô.
(49) O clube tem perdido todos os sócios.
(50) A Ana tem telefonado a cada um dos amigos.

Em suma, a proposta de Van Geenhoven, tal como é formulada, apenas dá conta de parte dos dados relativos ao PPC em PE.

2.2. Para uma explicação da iteração do PPC em PE

Outra hipótese de explicação do PPC em PE passa por considerar que este tempo gramatical não denota conjuntos ou somas de eventos do mesmo tipo, mas antes grupos, entendidos como entidades atômicas, à semelhança do que se passa, no domínio nominal, com os nomes coletivos. Assim, num exemplo como (47), é necessário que haja uma ligação entre o conjunto denotado por “as galinhas do meu avô” e o evento coletivo (formado por uma série de subeventos) denotado por “tem matado”, de forma a que haja uma ligação de cada subevento verbal a uma entidade do conjunto das galinhas.

As consequências da mudança de somas ou conjuntos de eventos para grupos de eventos seriam as seguintes. Em primeiro lugar, não seria necessária a incorporação do objeto direto, ou seja, não seria necessário que o objeto direto fosse interpretado como um predicado. Para além disso, não seria necessária uma ligação de todas as entidades denotadas pelo objeto direto ao evento coletivo. Por outras palavras, e considerando o exemplo (48), não seria necessário que todas as entidades que são “galinhas do meu avô” tivessem sido mortas.

Em Laca (2006), é feita a proposta de tratamento de perífrases com *andar* + *gerúndio* (e *ir* + *gerúndio*) em Espanhol, baseada na proposta de Van Geenhoven (2004), que pode, no nosso entender, ser alargada ao PPC em PE. Nesse trabalho, Laca defende que as perífrases com *andar* + *gerúndio* em Espanhol são predicados de grupos de eventos (pluralidade de eventos do tipo descrito pelo verbo básico), que requerem uma pluralidade de subintervalos verbais não sobrepostos (uma pluralidade de eventos verbais com tempos de duração não sobrepostos). Neste sentido, a autora propõe que, subjacente a estes verbos auxiliares, existe um operador de frequência com as seguintes condições de verdade:

$$(51) \text{FREQ-V}(\uparrow X) \Rightarrow \\ \text{card}(X) \geq n \ \& \ \forall e, e' \in X [V(e) \ \& \ V(e') \ \& \ \neg \tau(e) \circ \tau(e') \ \& \ \exists t (\tau(e) < t < \tau(e') \vee \\ \tau(e) > t > \tau(e')) \ \& \ \neg \exists e'' (V(e'') \ \& \ t = e'')] \\ \text{(Laca 2006: 212)}$$

Consideramos que esta proposta pode ser alargada ao PPC em PE, da seguinte forma. Tomemos, como exemplo, a frase (20), agora renumerada como (52).

(52) O rapaz tem atravessado a ponte sobre o Tejo de comboio.

De acordo com as condições de verdade indicadas em (51), o PPC comporta-se como um operador de frequência (silencioso) sobre conjuntos de eventos “atravessar a ponte sobre o Tejo de comboio”, criando um indivíduo atômico de tipo grupal (um coletivo de eventos), se (i) a quantidade de subeventos “atravessar a ponte sobre o Tejo de comboio” for igual ou superior a uma cardinalidade contextualmente determinada; (ii) todos os subeventos que formam o evento grupal forem denotados

por “atravessar a ponte sobre o Tejo de comboio”; (iii) não houver sobreposição temporal dos tempos de duração dos subeventos “atravessar a ponte sobre o Tejo de comboio” que formam o evento grupal; (iv) entre o tempo de duração de cada um dos subeventos existir um intervalo que não corresponda ao tempo de duração de um subevento denotado por “atravessar a ponte sobre o Tejo de comboio”.

Assim, o PPC em PE, de acordo com a nossa proposta, não denota uma mera pluralidade de eventualidades básicas, mas antes uma única eventualidade, de natureza grupal, formada pela iteração de eventualidades básicas, o que advoga no sentido de se proceder a uma distinção entre as noções de frequência e de iteração.

3. Proposta de explicação das restrições iniciais

A proposta formulada na secção anterior permite-nos avançar com algumas explicações para as restrições identificadas anteriormente, relacionadas com a leitura iterativa do PPC em PE.

Em primeiro lugar, ao requerer a criação de um evento grupal formado por uma série de subeventos do mesmo tipo, o PPC rejeita os predicados de indivíduo não faseáveis. De facto, sendo predicados de indivíduo, aplicam-se a indivíduos, e não a porções de indivíduos espaço-temporalmente delimitados; sendo não faseáveis, não podem receber, em certas circunstâncias, uma estrutura fásica e passar a processos. Por outras palavras, nunca podem denotar uma série de subeventos, o que justifica a sua impossibilidade de ocorrência no PPC com leitura iterativa. Note-se que esta explicação diz respeito apenas à leitura iterativa associada ao PPC, uma vez que os estados, sob certas condições, podem coocorrer com o PPC com leitura não iterativa, como se viu anteriormente.

Em segundo lugar, dado que o PPC cria um evento coletivo, não estão acessíveis para contagem os subeventos que formam esse evento coletivo através da contagem dos elementos que se ligam aos subeventos. Isto explica as restrições observadas relativamente à compatibilidade com quantificadores cardinais, quando estes ocorrem no objeto direto.

Uma possível objeção a esta explicação poderia ser a combinação do PPC com objetos diretos com o quantificador “todos os”. No entanto, verifica-se que o quantificador “cada” não é admitido nestas construções, apesar de ser também universal, mas com leitura exclusivamente distributiva. Contrariamente a este, “todos os” permite não só leitura distributiva, mas também leitura coletiva em PE. Quando se combina com o PPC, o conjunto de avaliação da cardinalidade do quantificador universal é delimitado pelo momento da enunciação, tempo a partir do qual se avalia também o PPC. Desta forma, a cardinalidade do conjunto denotado por “todos os”, em virtude da sua combinação com o PPC, pode variar no tempo.¹¹

Por último, dado que o PPC cria um evento coletivo, não estão acessíveis para

¹¹ Relativamente ao exemplo (48), se uma raposa matou o conjunto das galinhas do meu avô, é verdade que ela “tem matado todas as galinhas do meu avô”. Mas se, dois meses depois, ela tiver matado as 5 novas galinhas que o meu avô comprou (perfazendo um total de $n+5$ galinhas), continua a ser verdade que a raposa “tem matado todas as galinhas do meu avô”.

contagem os subeventos que formam esse evento coletivo através de expressões adverbiais que quantifiquem de uma forma exata sobre esses mesmos subeventos (cf. (53)); contudo, é possível a ocorrência de expressões de “frequência”, que são, de facto, “neutras” quanto à quantidade de subeventos que compõem o evento grupal. Por outras palavras, em (54), “três vezes por semana” não indica a quantidade de subeventos do evento grupal, mas a constituição interna de cada um desses subeventos, formados, cada um, por “três travessias da ponte”.

(53) * O rapaz tem atravessado a ponte sobre o Tejo três vezes.

(54) O rapaz tem atravessado a ponte sobre o Tejo três vezes por semana.

A incompatibilidade com o quantificador “cada”, já observada anteriormente, dever-se-á ao facto de, sendo exclusivamente distributivo, impedir a construção da eventualidade grupal denotada pelo PPC, quantificando apenas sobre os subeventos. Já o quantificador universal “todos os”, podendo ter tanto leitura distributiva como leitura coletiva, não impede a construção da eventualidade grupal, mantendo o mesmo comportamento já apontado no caso do objeto direto.

(55) * O rapaz tem atravessado a ponte sobre o Tejo cada dia.

(56) O rapaz tem atravessado a ponte sobre o Tejo todos os dias.

Em suma, as propriedades anteriormente indicadas indiciam fortemente que o PPC em PE cria um evento grupal de natureza cumulativa, isto é, uma série não delimitada de subeventos verbais da mesma natureza. Esta propriedade da cumulatividade permite também entender a leitura temporal de possível continuação da situação para além do tempo da enunciação, tal como acontece quando o PPC se combina com estados lexicais.

4. Alguns problemas remanescentes: PPC sem leitura iterativa

Embora este trabalho seja dedicado à leitura iterativa do PPC, não gostaríamos de terminar sem uma referência aos casos em que o PPC em PE não evidencia tal leitura. Recorde-se que estes são os casos em que a predicação básica é um estado, exceto estados de indivíduo não faseáveis, que, como vimos, não são compatíveis com PPC. Os estados de estádio e de indivíduo faseáveis podem ter uma leitura iterativa, em tudo igual à que surge com eventos, ou uma leitura de eventualidade única (sem iteração).

Uma possível explicação para esta dupla possibilidade de interpretação poderá ter a ver com aspetos relacionados com conhecimento do mundo. Retomemos um exemplo anterior, (27), agora renumerado como (57). A atribuição da leitura iterativa a (57a) e de eventualidade única a (57b) prende-se com os adverbiais que coocorrem e com o nosso conhecimento do mundo: o “estar no jardim nos últimos tempos”, aplicado a uma pessoa, dificilmente pode ser encarado como uma única situação, dado o que sabemos dos hábitos humanos. Contudo, “estar no jardim na última meia hora”, aplicado a uma pessoa, pode ser entendido como descrevendo uma única situação.

- (57) a. O rapaz tem estado no jardim nos últimos tempos.
b. O rapaz tem estado no jardim na última meia hora.

Uma outra questão prende-se com o facto de serem apenas os estados a permitir esta dupla leitura. Amaral & Howe (2012) referem que este é um comportamento típico dos estados no perfeito, não tecendo qualquer outra consideração sobre o assunto. Parece-nos, contudo, que esta questão não pode ser resolvida de maneira tão simples. Por um lado, como já foi apontado, o PPC tem, de certa forma, traços de imperfetividade (cf. (58)), pelo que fazer depender do perfeito a dupla leitura dos estados é, de certa forma, incompatível com esta peculiaridade do PPC.

- (58) O rapaz tem lido o livro → o rapaz (ainda) não acabou de ler o livro.

Para além disso, é pertinente o facto de haver um tipo de estado - o estado de indivíduo não faseável - que não pode ocorrer no PPC. Se a questão se prendesse apenas com a ambiguidade dos estados no perfeito, os estados de indivíduo não faseáveis poderiam ocorrer no PPC, mas apenas com a leitura de eventualidade única. Contudo, não é isso que acontece: os estados de indivíduo não faseáveis não podem ocorrer no PPC (cf. (59)) e, quando podem ocorrer no pretérito perfeito simples do indicativo, têm inequivocamente uma leitura de eventualidade única (cf. (60)).

- (59) * Magueijo tem sido um físico português.
(60) Newton foi um físico inglês.

Contudo, se assumirmos, tal como é defendido em Amaral & Howe (2012) que o PPC evoluiu a partir da construção resultativa, poderemos explicar este duplo comportamento dos estados invocando razões de ordem histórica. Assim, sendo a construção resultativa uma forma de expressar um estado (de tipo resultante ou consequente; cf. Moens, 1987), a leitura de eventualidade única dos estados, presentemente, corresponderia, de certa forma, à manutenção da leitura original das eventualidades. Por outras palavras, dado que a construção na origem do PPC denotava um tipo de estado, os estados, presentemente, podem denotar essa leitura antiga ou podem denotar a nova leitura (iterativa), própria do PPC, e que é a única disponível para os eventos.

Por último, é de salientar que a leitura iterativa do PPC em PE está dependente do facto de o ponto de perspetiva temporal ser o momento da enunciação. Quando não há esta coincidência, o PPC tem o mesmo valor que o pretérito perfeito simples, tal como acontece em outras línguas românicas. Uma proposta das condições de verdade do PPC em PE terá, sem dúvida, que ter em consideração esta e outras particularidades, anteriormente referidas, que põem em evidência a necessidade de uma articulação íntima entre tempo e aspeto na descrição deste tempo gramatical.

5. Conclusão

O PPC é um tempo que apresenta certas peculiaridades em PE que o distinguem inequivocamente de outras variedades e de construções similares em outras línguas. Este tempo gramatical tem sido objeto de particular atenção, na medida em que levanta questões que não são fáceis de responder.

Apresentámos, na primeira parte deste trabalho, uma caracterização do PPC em PE, pondo em evidência as suas interpretações possíveis, a relação que é estabelecida com o ponto de perspectiva temporal, a natureza do verbo que ocorre sistematicamente nesta construção (o verbo “ter”) e a do particípio verbal e ainda a relação do PPC com uma construção aparentada, *ter + particípio flexionado*.

Em relação à particularidade mais notória do PPC em PE, a iteratividade, identificámos, neste trabalho, as condições que permitem o seu surgimento: (i) o ponto de perspectiva temporal tem de ser o momento da enunciação; (ii) podem coocorrer com o PPC todas as classes aspetuais, exceto os estados de indivíduo não faseáveis; (iii) há restrições relativamente ao tipo de expressões que podem ocorrer como complemento direto ou como modificadores de tipo temporal, na medida em que o PPC é incompatível com a quantificação cardinal.

No sentido de explicar estes condicionalismos, propusemos, a partir dos trabalhos de Van Geenhoven (2004) e de Laca (2006), que a leitura iterativa do PPC em PE resulta da existência de um operador silencioso subjacente a este tempo gramatical. Este operador toma a eventualidade denotada pelo predicado verbal e projeta-a numa eventualidade de tipo grupal, formada pela iteração de eventos denotados por esse predicado verbal. Por outras palavras, o significado do PPC em PE não é o de uma pluralidade ou conjunto de eventualidades, mas o de uma única eventualidade, de tipo coletivo, formada por um número indeterminado de eventualidades básicas, denotadas pelo mesmo predicado verbal.

Pretérito Perfeito Composto e quantificação em Português Europeu¹

Fátima Oliveira
António Leal
Fátima Silva

1. Introdução

A interpretação da construção gramatical que resulta da combinação de um verbo auxiliar, que tipicamente corresponde a “ter”, no Presente do Indicativo, com um verbo principal no particípio permite distinguir o Português Europeu (PE) de outras línguas românicas. De facto, enquanto nas línguas românicas há tipicamente uma leitura de eventualidade única, em PE é possível uma leitura iterativa, de pluralização de situações. Esta assimetria é exemplificada em (1): os primeiros três exemplos, com línguas românicas, exibem uma leitura de eventualidade única; o último exemplo, em PE, é agramatical, na medida em que o Pretérito Perfeito Composto (doravante PPC) apenas licencia, neste caso, uma leitura de pluralização de situações, o que entra em contradição com o significado do predicado verbal, o qual, com um verbo de destruição (cf. Levin, 1993) e um objeto direto definido no singular, apenas admite uma leitura de eventualidade única.

- (1) a. J'ai mangé la pomme.
b. Ho mangiato la mela.
c. He comido la manzana.
d. *Tenho comido a maçã.

Contudo, em PE a leitura iterativa do PPC, embora frequente, não é obrigatória, pelo que, sob certas condições, pode surgir, associada ao PPC, uma leitura de eventualidade única. Veja-se o exemplo (2). As leituras de iteração ou eventualidade única são confirmadas pela combinação com os adverbiais “constantemente” e “de modo intermitente”: a situação “estar sossegado e discreto” é associada a uma leitura

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Moreno, A.; Silva, F.; Falé, I.; Pereira, I. e Veloso, J. (orgs.), *Textos Seleccionados do XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto: Associação Portuguesa de Linguística, 2014, pp.407-418.

de eventualidade única, com o primeiro adverbial, e a uma leitura iterativa, com o segundo adverbial.

- (2) O Pedro **tem estado sossegado e discreto** {constantemente / de modo intermitente} até agora.

Independentemente de existir uma leitura iterativa ou não iterativa, o PPC está sempre associado à informação temporal de uma situação que começa no passado e que se mantém no momento da enunciação. Assim, o exemplo (3) é agramatical, na medida em que o adverbial “até ontem” fornece uma fronteira final para a situação “estar sossegado e discreto” que é obrigatoriamente anterior ao momento da enunciação, entrando em conflito com o significado do PPC.

- (3) *O Pedro tem estado sossegado e discreto {constantemente / de modo intermitente} até ontem.

O surgimento da leitura iterativa do PPC acarreta alterações na interpretação do predicado verbal, mas também, previsivelmente, alterações na interpretação dos argumentos que coocorrem na predicação, nomeadamente no argumento que desempenha a função de objeto direto. Será, por isso, relevante proceder-se a uma análise tão exaustiva quanto possível das diferentes possibilidades de combinação deste tempo gramatical com objetos diretos que exibam diferentes formas de determinação e de quantificação. Assim, na secção 2, apresentaremos de forma breve as condições para o surgimento da leitura iterativa do PPC e, na secção 3, procederemos a uma análise das leituras possíveis que resultam da combinação do PPC com diferentes tipos de objetos diretos. Na secção 4, teceremos algumas considerações finais.

2. Condições para o surgimento da leitura iterativa do PPC em PE

Como se disse antes, a leitura iterativa do PPC não é obrigatória, pelo que se torna necessário identificar as condições sob as quais surge. Estas condições relacionam-se com a localização do ponto de perspetiva temporal (PPT) da predicação, com o modo verbal do verbo auxiliar, com características aspetuais da predicação básica e com certas propriedades semânticas de argumentos verbais e de certos adjuntos.

2.1. O PPT deve ser coincidente com o tempo da enunciação

Para que haja leitura iterativa, o PPT deve ser coincidente com o momento de enunciação. Veja-se o exemplo (4a), em que comparece o adverbial “esta semana”. Contudo, se o PPT não for o momento da enunciação, perde-se a leitura iterativa. Assim, em (4b), o PPT do PPC (na frase matriz) é fornecido pela oração temporal “quando chegares a casa”, a qual, em virtude do tempo em que ocorre o verbo “chegar” (futuro do conjuntivo), projeta o PPT da oração principal num intervalo de tempo posterior ao momento da enunciação. Deste modo, a situação “o João arrumar

a casa” tem uma leitura de eventualidade única. Note-se que a localização de um PPT para o PPC posterior ao momento da enunciação é possível; pelo contrário, a localização do PPT num intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação para o PPC gera agramaticalidade. Veja-se (4c), em que, na oração temporal que funciona como PPT para o PPC da frase matriz, ocorre um pretérito perfeito do indicativo.

- (4) a. O João tem arrumado a cozinha esta semana.
b. Quando chegares (futuro) a casa, já o João tem arrumado a cozinha.
c. *Quando chegaste (passado) a casa, já o João tem arrumado a cozinha.

A importância da localização do PPT coincidir com o momento da enunciação é muitas vezes sublinhada pela coocorrência do PPC com advérbios deícticos. Vejam-se os exemplos (5) e (6), do *corpus*: em ambos os casos ocorre o advérbio “até hoje”, definindo, como PPT para o PPC, o intervalo de tempo que inclui o momento da enunciação, devido ao carácter deíctico do advérbio “hoje”. A sua substituição por advérbios que denotem um intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação resulta em exemplos agramaticais, tal como (7) e (8) ilustram (com o advérbio “até à semana passada”).

- (5) Mas Boban tem sido até hoje um profissional exemplar e é mesmo o indiscutível treinador da equipa dentro do campo. (*corpus*)
(6) O Departamento de Defesa norte-americano tem dito até hoje que nenhum traço de armas químicas foi encontrado. (*corpus*)
(7) * Mas Boban tem sido até à semana passada um profissional exemplar e é mesmo o indiscutível treinador da equipa dentro do campo.
(8) * O Departamento de Defesa norte-americano tem dito até à semana passada que nenhum traço de armas químicas foi encontrado.

2.2. O modo verbal

A emergência da leitura iterativa do PPC depende também do modo verbal, que deve ser o Indicativo. De facto, quando surge o modo Conjuntivo, não há leitura iterativa, mas apenas uma leitura de eventualidade única. Desta forma, em (9), a situação “puxar o gatilho”, com o verbo auxiliar “ter” no Conjuntivo, tem uma leitura de eventualidade única (puxar o gatilho uma vez), mas, em (10), com o verbo “ter” no Indicativo, já recebe uma leitura iterativa, que pode ser realçada por um advérbio como “inúmeras vezes”, como em (11).

- (9) Há quem não acredite ainda que Eduardo Marques, filho de um construtor civil desde pequeno conhecido pela alcunha de Parafuso, tenha puxado (Conj.) o gatilho. (*corpus*)
(10) Há quem não saiba ainda que Eduardo Marques tem puxado (Ind.) o gatilho.
(11) Há quem não saiba ainda que Eduardo Marques tem puxado (Ind.) o gatilho inúmeras vezes.

2.3. Características aspetuais da predicação básica

A emergência da leitura iterativa depende ainda da possibilidade da delimitação da situação, ou seja, é necessário que a predicação básica seja aspetualmente delimitada, ou, pelo menos, delimitável. Assim, a leitura iterativa do PPC surge tipicamente em situações não estativas e nos estados *stage-level*. Considerem-se, para começar, os exemplos (12)-(14). Em (12), surgem duas predicações em PPC: um processo, “Patrick Buchanan perseguir a barreira dos 30 por cento”, e uma culminação, “Patrick Buchanan alcançar a barreira dos 30 por cento”. Dado que a primeira eventualidade é durativa e atélica (não delimitada), a leitura preferencial da primeira frase é a leitura de eventualidade única. Por seu lado, dado que a segunda eventualidade é não durativa e télica (delimitada), a única leitura possível é a iterativa. Note-se que esta leitura iterativa é confirmada pelo adverbial “muitas vezes”, mas não depende deste. Por isso, a sua remoção (cf. (13)) não retira a iteratividade da segunda frase. Contudo, o adverbial “muitas vezes” pode favorecer a leitura iterativa nos casos em que esta não é obrigatória. Assim, em (14), e ao contrário do que sucedia em (12), a eventualidade “Patrick Buchanan perseguir a barreira dos 30 por cento” tem uma leitura iterativa, que é promovida pelo adverbial “muitas vezes”.

- (12) Patrick Buchanan ficou abaixo da barreira dos 30 por cento que tem perseguido e muitas vezes [tem] alcançado. (*corpus*)
- (13) Patrick Buchanan ficou abaixo da barreira dos 30 por cento que tem perseguido e [tem] alcançado.
- (14) Patrick Buchanan ficou abaixo da barreira dos 30 por cento que muitas vezes tem perseguido.

Como se disse, a leitura iterativa do PPC surge tipicamente em situações não estativas, mas também com estados *stage-level*. Veja-se (15a). A eventualidade “estar sossegado e discreto” é um estado *stage-level* e combina-se sem qualquer restrição com diferentes tipos de adverbiais temporais que promovem leituras iterativas da predicação. Note-se, contudo, que, mesmo nas circunstâncias apropriadas, a leitura iterativa nem sempre é obrigatória, podendo os estados *stage-level* ter uma leitura preferencial de situação única, como em (15b).

- (15) a. Perot tem estado sossegado e discreto {de modo intermitente/semana sim, semana não/de vez em quando}.
- b. Perot tem estado sossegado e discreto, mas só aparentemente. (*corpus*)

Finalmente, se a situação não puder ser delimitada, então não poderá ocorrer com PPC. É o caso dos predicados de indivíduo, ilustrados em (16), com o predicado “ter olhos azuis”.

- (16) * O Ricardo tem tido olhos azuis.

2.4. Propriedades semânticas de argumentos verbais e de adjuntos

A emergência da leitura iterativa está sujeita a restrições sobre o tipo de modificação adverbial e sobre o tipo de objeto direto. Começemos pelo primeiro caso.

O PPC é compatível com adverbiais temporais que expressam diferentes tipos de quantificação. Há, contudo, uma restrição: não são permitidos adverbiais que incluam quantificadores cardinais. Veja-se (17): o PPC pode coocorrer com adverbiais que incluem quantificadores existenciais (“algumas vezes”) ou universais (“todas as vezes”), mas não com cardinais (“três vezes”). Este comportamento do PPC em PE contrasta com o de construções aparentadas em outras línguas românicas, em que, por não haver leitura iterativa, é permitida a combinação do tempo gramatical com adverbiais temporais que incluem quantificadores cardinais. Veja-se, a título exemplificativo, em (18), o contraste entre o Espanhol, que permite a ocorrência da expressão de quantificação “tres veces”, e o PE, que rejeita a expressão “três vezes”.

(17) Patrick Buchanan ficou abaixo da barreira dos 30 por cento que tem perseguido e {algumas vezes/ todas as vezes/ * três vezes} [tem] alcançado.

(18) a. En este curso hemos visto tres veces el DVD.

(Martínez-Atienza, 2008:206)

b. * Neste curso temos visto três vezes o DVD.

O mesmo tipo de restrição pode ser observado relativamente ao objeto direto: o PPC pode combinar-se com objetos diretos com artigos definidos e indefinidos no singular ou plural (cf. (19-21)), com quantificadores universais (*todos, cada, ambos*; cf. (22)-(24)), existenciais (*alguns*; cf. (25)-(26)) e gradativos (*muitos, poucos*; cf. (27)-(28)), mas não com quantificadores cardinais, que contam as situações denotadas pelo PPC (cf. (29)-(30)).

(19) Em Luanda várias empresas têm suspenso a sua atividade devido a ameaças de bombas. (*corpus*)

(20) Na sequência de um projeto que estamos a desenvolver com o LNEC, para verificar a situação de obstrução dos coletores da cidade, o que implica filmagens de vídeo no seu interior, temos feito as descobertas mais espantosas. (*corpus*)

(21) A Red Hot tem procurado uma seleção criteriosa de material, o que aconteceu também neste projeto com a escolha de Randy Scruggs para supervisor musical. (*corpus*)

(22) Nos últimos meses, ela tem batido todos os recordes nos testes que regularmente fazemos. (*corpus*)

(23) Mas é que o ministro com uma metodologia que lhe é reconhecida por ser tão rigorosa tem assinalado cada participação sua num governo com o nascimento de um filho. (*corpus*)

(24) Segundo o acordo alcançado na reunião promovida em março pela câmara, mediadora no conflito que tem oposto ambas as partes, a Sociedade Hípica aceitaria os 6,4 hectares no Parque Florestal de Monsanto [...].(*corpus*)

(25) Tem havido alguma presunção e uma certa certeza da parte dos italianos de

que o Campeonato do Mundo não seria Campeonato do Mundo sem eles.
(*corpus*)

- (26) Esta postura tem-lhe criado algumas inimizades. (*corpus*)
(27) Observadores do conflito balcânico fazem ainda notar que a aviação croata tem efetuado muitas missões no espaço aéreo da Bósnia-Herzegovina, ao contrário da Força Aérea sérvia. (*corpus*)
(28) «Temos recebido poucos apoios». (*corpus*)
(29) */? A Red Hot tem procurado três seleções criteriosas de material.
(30) */? Observadores do conflito balcânico fazem ainda notar que a aviação croata tem efetuado três missões no espaço aéreo da Bósnia-Herzegovina, ao contrário da Força Aérea sérvia.

A propósito dos exemplos (29) e (30), refira-se que são agramaticais numa leitura em que o objeto direto denota indivíduos, pois, deste modo, está a proceder-se à contagem das eventualidades denotadas pelo PPC. Contudo, se o objeto direto denotar tipos, as frases são gramaticais (cf. (29')). O mesmo acontece se coocorrer um adverbial de frequência, como 'por semana' (cf. (30')). Em ambos os casos, a cardinalidade das situações denotadas pelo PPC encontra-se indeterminada.

(29') A Red Hot tem procurado três tipos distintos de seleção de materiais.

(30') A aviação croata tem efetuado três missões por semana no espaço aéreo da Bósnia-Herzegovina.

3. PPC e quantificação do OD

A interação do PPC com a natureza do objeto direto pode dar pistas para a compreensão do significado deste tempo gramatical, nomeadamente no que diz respeito a questões relativas à quantificação, dado que o PPC indica tipicamente uma repetição de situações do mesmo tipo.

Assim, procederemos, nesta secção, a uma análise da combinação do PPC com objetos diretos com diferentes formas de determinação e de quantificação e com nomes contáveis. Os tipos aspetuais envolvidos serão exemplos de culminações e de processos, dado que, do ponto de vista aspetual, apresentam propriedades antagónicas: telicidade e pontualidade, no primeiro caso; atelicidade e duratividade, no segundo caso. Esta escolha pretende mostrar que as diferentes leituras do PPC que iremos apontar não se prendem com questões aspetuais, nomeadamente com o perfil aspetual básico das predicções. Não estamos com isto a defender que as questões aspetuais não são relevantes para a descrição do PPC (recordem-se as restrições apontadas na secção 2.3.), mas apenas que podem não ser consideradas quando se analisa a forma como a semântica do PPC interage com a semântica de determinantes e quantificadores em posição de objeto direto. De facto, na leitura iterativa, o PPC promove a delimitação de predicados atélicos, pelo que estes acabam por se comportar da mesma forma que os predicados télicos no que diz respeito à combinação com certas expressões nominais.

3.1. Objeto direto com definido singular

Começamos pelos casos com artigo definido singular em objeto direto. Considerem-se os exemplos (31), com uma culminação, e (32), com um processo.

(31) A Maria tem fechado a janela do quarto.

(32) O Zé tem perseguido a vizinha.

Em ambos os casos, a leitura disponível é a de uma repetição das situações denotadas pelo predicado verbal: existe uma repetição de eventualidades de “a Maria fechar a janela do quarto” e de “o Zé perseguir a vizinha”. Também em ambos os casos se verifica que a entidade denotada pelo objeto direto é associada a cada uma das eventualidades denotadas pelo predicado verbal: é sempre a mesma janela do quarto que é fechada, assim como é sempre a mesma vizinha que é perseguida. Em segundo lugar, o número de eventualidades que fazem parte da sequência está, em ambos os casos, indeterminado: não se sabe quantas vezes a Maria fechou essa mesma janela ou quantas vezes o Zé perseguiu essa mesma vizinha. Em terceiro lugar, a adição de um adverbial que estabeleça uma relação entre os eventos e um período de tempo (tipo de adverbial de frequência) não acarreta alterações no significado das frases. Assim, não existem diferenças significativas entre a interpretação dos exemplos (31) e (31’) e (32) e (32’), pois em todos os casos está subjacente uma repetição de eventualidade em número indeterminado, à qual se associa sempre a mesma entidade denotada pelo objeto direto. O adverbial “todos os dias” apenas acrescenta informação relativa à frequência da repetição das eventualidades.

(31’) A Maria tem fechado a janela do quarto *todos os dias*.

(32’) O Zé tem perseguido a vizinha *todos os dias*.

3.2. Objeto direto com quantificadores universais “cada” e “ambos”

As leituras que foram apontadas anteriormente surgem também quando, no objeto direto, comparecem quantificadores universais com leitura distributiva. Vejamos os seguintes exemplos.

(33) A Maria tem fechado cada janela do quarto.

(34) O Zé tem perseguido cada vizinha.

(35) A Maria tem fechado ambas as janelas do quarto.

(36) O Zé tem perseguido ambas as vizinhas.

Tal como se verificou anteriormente, a única leitura possível é a de repetição de situações denotadas pelo predicado verbal, repetição essa, novamente, em número indeterminado. Dado que estamos perante quantificadores universais, o objeto direto não denota apenas uma entidade, mas um conjunto de entidades, cuja cardinalidade exata está indeterminada, no caso de “cada”, ou equivale a 2, no caso de “ambos”. No entanto, continua a ser verdade que, a cada entidade denotada pelo objeto direto, é associada uma repetição do evento verbal em número indeterminado. Por

outras palavras, em (33) e (35), a cada entidade denotada pelo predicado nominal “janela” é associada uma sequência indeterminada de eventualidades denotadas pelo predicado verbal projetado por “fechar” e, em (34) e (36), a cada entidade denotada pelo predicado nominal “vizinha” é associada uma sequência indeterminada de eventualidades denotadas pelo predicado verbal projetado por “perseguir”. Estamos, por isso, a assumir para o quantificador “ambas” apenas uma leitura distributiva. Por fim, de sublinhar que, também nestes casos, a adição de um adverbial que estabeleça uma relação entre os eventos e um período de tempo não acarreta alterações no significado das frases, pelo que os exemplos que se seguem ((33’)-(36’)) evidenciam leituras em tudo semelhantes aos exemplos anteriores ((33)-(36)).

- (33’) A Maria tem fechado cada janela do quarto *todos os dias*.
- (34’) O Zé tem perseguido cada vizinha *todos os dias*.
- (35’) A Maria tem fechado ambas as janelas do quarto *todos os dias*.
- (36’) O Zé tem perseguido ambas as vizinhas *todos os dias*.

3.3. Objeto direto com quantificador universal “todos os” e com definido plural

A combinação do PPC com objetos diretos com quantificador universal “todos os” ou com o artigo definido plural resulta em leituras muito semelhantes às que foram apontadas para os quantificadores anteriores. A única diferença reside na possibilidade de, com “todos os” e com artigo definido plural, haver a opção entre leituras distributivas e coletivas do objeto direto. Vejamos os exemplos.

- (37) A Maria tem fechado todas as janelas do quarto.
- (38) O Zé tem perseguido todas as vizinhas.
- (39) A Maria tem fechado as janelas do quarto.
- (40) O Zé tem perseguido as vizinhas.

Nestes exemplos, a única leitura possível continua a ser a de repetição, em número indeterminado, de situações denotadas pelo predicado verbal. Diferentemente dos casos analisados anteriormente, o objeto direto pode ter uma leitura distributiva ou uma leitura coletiva. No caso de leitura distributiva, cada entidade denotada pelo objeto direto é associada a uma repetição de eventualidades denotadas pelo predicado verbal. No caso de leitura coletiva, é o conjunto de entidades denotadas pelo objeto direto que é associado a cada um dos eventos denotados pelo predicado verbal. Sublinhe-se que, em qualquer caso, a repetição de situações é em número indeterminado. Por último, e tal como nos casos anteriores, a adição de um adverbial que estabeleça uma relação entre os eventos e um período de tempo não acarreta alterações no significado das frases. Cf. (37’)-(40’).

- (37’) A Maria tem fechado todas as janelas do quarto *todos os dias*.
- (38’) O Zé tem perseguido todas as vizinhas *todos os dias*.
- (39’) A Maria tem fechado as janelas do quarto *todos os dias*.
- (40’) O Zé tem perseguido as vizinhas *todos os dias*.

3.4. Objeto direto com mero plural

Os casos em que, no objeto direto, ocorre um mero plural apresentam resultados idênticos aos das combinações anteriores.

(41) A Maria tem fechado janelas do quarto.

(42) O Zé tem perseguido vizinhas.

Deste modo, a única leitura possível continua a ser a de repetição de situações denotadas pelo predicado verbal e cada entidade denotada pelo objeto direto é associada a um ou mais eventos.² Parece-nos que, neste caso, a leitura em que cada grupo de entidades é associado a cada evento verbal, ou seja, a leitura coletiva não é obtida. A repetição de situações denotadas pelo predicado verbal continua a ser em número indeterminado e, tal como nos casos anteriores, a adição de um adverbial que estabeleça uma relação entre os eventos e um período de tempo não altera o significado.

(41') A Maria tem fechado janelas do quarto *todos os dias*.

(42') O Zé tem perseguido vizinhas *todos os dias*.

3.5. Objeto direto com indefinido singular

As combinações que iremos analisar a seguir distinguem-se das anteriores fundamentalmente por darem origem a leituras diferentes quando combinadas com adverbiais de frequência. Começemos pelos casos com indefinido singular.

(43) A Maria tem fechado uma janela do quarto.

(44) O Zé tem perseguido uma vizinha.

As expressões indefinidas podem ter, como se sabe, leituras específicas e não específicas. A leitura preferencial do objeto direto em (43) e (44) é a leitura específica, ou seja, existe uma entidade denotada pelo objeto direto (uma certa janela, uma certa vizinha) que é associada a cada evento verbal, que se repete. Para além disso, a repetição de situações é em número indeterminado. Em ambas as frases, a leitura não específica do objeto direto parece não estar acessível. Mas, se for adicionado um adverbial de frequência, para além da leitura específica do objeto direto, está acessível, de forma preferencial, uma leitura não específica. Vejam-se (43') e (44').

(43') A Maria tem fechado uma janela do quarto *todos os dias*.

(44') O Zé tem perseguido uma vizinha *todos os dias*.

Note-se que, nos exemplos (43') e (44'), não se trata de uma mera distribuição da entidade denotada pelo objeto direto pelos eventos denotados pelo predicado

² Apesar de sair do âmbito da análise proposta, de notar que a ocorrência de nomes não contáveis no objeto direto mantém a leitura iterativa do PPC. Assim, em (a), é associada à entidade denotada por “vinho” uma sequência indeterminada de eventos.

(a) O Zé tem bebido vinho.

verbal, tal como se verificou, por exemplo, com o artigo definido (cf. (31') e (32')). Nos exemplos (43') e (44') verifica-se uma verdadeira multiplicação das entidades denotadas pelo objeto direto, motivada, pelo menos em certos casos, por questões de escopo relacionadas com o adverbial de frequência.

3.6. Objeto direto com quantificador cardinal

A combinação do PPC com um objeto direto que incorpore um quantificador cardinal gera tipicamente agramaticalidade (tal como vimos a propósito dos exemplos (29) e (30)), na medida em que há incompatibilidade entre a contagem exata de entidades envolvidas na situação descrita pelo predicado verbal e o caráter indeterminado da repetição de situações subjacente ao PPC. Contudo, esta combinação é possível nos casos em que não há uma associação das situações repetidas à cardinalidade expressa pelo objeto direto. Vejam-se os exemplos (45) e (46).

(45) */^{ok} A Maria tem fechado três janelas do quarto .

(46) */^{ok} O Zé tem perseguido três vizinhas.

Os exemplos (45) e (46) são agramaticais numa leitura em que o predicado verbal denota um conjunto de três eventos, cada um deles associado a uma entidade denotada pelo objeto direto. Contudo, são exemplos gramaticais numa leitura em que o PPC denote uma sequência indeterminada de eventualidades. Neste caso, a leitura preferencial do objeto direto é a leitura específica: existem 3 entidades denotadas pelo objeto direto que são associadas a cada eventualidade que se repete, numa leitura distributiva (cada entidade é associada a uma sequência indeterminada de eventualidades) ou coletiva (o conjunto de entidades é associado a uma sequência indeterminada de eventualidades).

A leitura não específica do objeto direto parece ser forçada. Mas, se for adicionado um adverbial de frequência, a leitura não específica torna-se mais natural (mantendo-se, no entanto, ainda a possibilidade de leitura específica do objeto direto). Vejam-se os exemplos (45') e (46').

(45') A Maria tem fechado três janelas do quarto *todos os dias*.

(46') O Zé tem perseguido três vizinhas *todos os dias*.

Novamente se verifica que, quando o objeto direto tem leitura não específica, o PPC não procede a uma mera distribuição das entidades denotadas pelo objeto direto pelos eventos denotados pelo predicado verbal: trata-se antes de uma multiplicação das entidades denotadas pelo objeto direto.

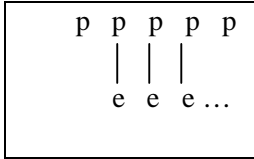
3.7. Objeto direto com quantificador existencial “alguns”

A combinação do PPC com um objeto direto com o quantificador existencial “alguns” (no plural) dá origem aos resultados mais complexos. Vejam-se os exemplos (47) e (48).

(47) A Maria tem fechado algumas janelas do quarto.

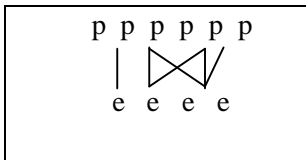
(48) O Zé tem perseguido algumas vizinhas.

Estes exemplos ilustram as diversas possibilidades interpretativas com este quantificador. Surgem, aparentemente, três possibilidades de interpretação da frase. Numa leitura, é associada apenas uma entidade denotada pelo objeto direto a cada um dos eventos denotados pelo predicado verbal. Por exemplo, em (48), de cada vez que o Zé persegue uma vizinha, é uma vizinha diferente. O PPC denota um número indeterminado de eventualidades que envolvem o Zé e uma vizinha distinta de cada vez que existe uma perseguição. O esquema 1 ilustra esta leitura: “p” representa a denotação de “vizinha” e “e” representa a eventualidade denotada pelo PPC.



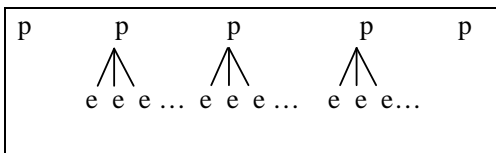
Esquema 1

Contudo, os exemplos (47) e (48) podem ter uma segunda leitura, em que cada entidade denotada pelo objeto direto pode ser associada a mais do que um evento denotado pelo predicado verbal e cada evento denotado pelo predicado verbal pode ser associado a mais do que uma entidade denotada pelo objeto direto. O esquema 2 ilustra esta leitura. Usando novamente o exemplo (48), nesta leitura, há entidades que se encontram na denotação de “algumas vizinhas” que foram perseguidas pelo Zé apenas uma vez, enquanto outras foram perseguidas mais do que uma vez.



Esquema 2

Finalmente, existe uma terceira leitura em que cada entidade denotada pelo objeto direto é associada a uma sequência indeterminada de eventos denotados pelo predicado verbal e cada evento denotado pelo predicado verbal é associado a uma e apenas uma entidade denotada pelo objeto direto. O esquema 3 ilustra esta terceira possibilidade. Tendo em conta o exemplo (48), cada entidade que se encontra na denotação de “algumas vizinhas” foi perseguida pelo Zé um número indeterminado de vezes.



Esquema 3

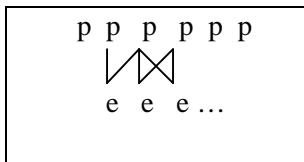
Em qualquer uma das leituras apontadas anteriormente, a repetição de situações

é em número indeterminado, independentemente de ser associada ao conjunto das entidades denotadas pelo objeto direto ou a cada uma dessas entidades.

A adição de um adverbial que estabeleça uma relação entre os eventos e um período de tempo (exemplos (47') e (48')) não admite as duas primeiras leituras apontadas anteriormente, mantendo-se apenas a terceira leitura, ou seja, a leitura em que cada vizinha foi perseguida um número indeterminado de vezes e isso aconteceu pelo menos uma vez por dia, todos os dias. Note-se ainda que, com o adverbial de frequência, surge uma quarta leitura, em que, a cada evento denotado pelo predicado verbal, são associadas pelo menos duas entidades denotadas pelo objeto direto, como se exemplifica no esquema 4.

(47') A Maria tem fechado algumas janelas do quarto *todos os dias*.

(48') O Zé tem perseguido algumas vizinhas *todos os dias*.



Esquema 4

3.8. Objeto direto com quantificador gradativo

Por último, analisemos os casos com quantificadores gradativos. Escolhemos, para a exemplificação, o quantificador “muitos”. Vejam-se os exemplos (49) e (50).

(49) A Maria tem fechado muitas janelas do quarto.

(50) O Zé tem perseguido muitas vizinhas.

Quando ocorre, com o PPC, um objeto direto quantificado com avaliação da cardinalidade, é possível proceder à avaliação dessa cardinalidade de duas formas. Por um lado, a denotação do objeto direto pode ser tida como um conjunto de conjuntos de entidades. Desta forma, e usando o exemplo (50), de cada vez que o Zé persegue vizinhas, essas vizinhas são muitas. Ou seja, a cada eventualidade de “perseguir” é associado um conjunto de entidades que são vizinhas, conjunto esse cuja cardinalidade é avaliada como sendo elevada (“muitas”). Por outro lado, a denotação do objeto direto pode ser tida como um conjunto de entidades. Neste caso, o número de vizinhas envolvidas na sequência de eventos denotados por “perseguir” é elevado (“muitas”), não havendo avaliação da cardinalidade do conjunto das entidades que são vizinhas e que se encontram envolvidas em cada uma das eventualidades. Note-se que, em qualquer das leituras anteriormente apontadas, a repetição de situações continua a ser em número indeterminado.

Por fim, a adição de um adverbial que estabeleça uma relação entre os eventos e um período de tempo parece licenciar apenas a primeira leitura anteriormente apontada: a cada eventualidade é associado um conjunto de entidades cuja cardinalidade é avaliada como sendo elevada. Naturalmente, se é verdade que o Zé perseguiu muitas vizinhas todos os dias, então é verdade que o número total de vizinhas perseguidas é elevado –

mas esta parece ser uma inferência alcançada a partir do significado do quantificador e não tem a ver com o PPC.

(49') A Maria tem fechado muitas janelas do quarto *todos os dias*.

(50') O Zé tem perseguido muitas vizinhas *todos os dias*.

Apresenta-se de seguida um quadro-síntese das conclusões da secção 3.

	distribuição das entidades pelos eventos (individualmente)	distribuição das entidades pelos eventos (por grupos de entidades)	mesma leitura com adv. de frequência	diferente leitura com adv. de frequência
o	x		x	
um	x		x	multiplicação das entidades
cada	x		x	
todos	x	x	x	
ambos	x		x	
os	x	x	x	
alguns	x		x	multiplicação das entidades
mero plural	x			
três	x	x	x	multiplicação das entidades
muitos	x	x		distribuição das entidades pelos eventos (por grupos de entidades)

Quadro-síntese da secção 3

4. Considerações finais

Tal como se pode verificar ao longo de toda a secção 3, quando está envolvido o PPC, as sequências de eventualidades denotadas pelos predicados verbais são sempre indeterminadas. Em nenhum caso pode haver uma contagem dessas eventualidades e a determinação da sua cardinalidade exata. Este dado parece ser de extrema relevância, na medida em que salienta a importância da propriedade aspetual da cumulatividade enquanto propriedade que define o PPC em PE. Esta construção gramatical denota uma sequência indeterminada de eventualidades, o que impõe restrições relativamente ao tipo de expressões que podem coocorrer, nomeadamente objetos diretos e oblíquos não argumentais.

Em segundo lugar, verificamos que, em todos os casos analisados, é possível uma leitura em que os indivíduos na denotação do objeto direto são distribuídos pelas eventualidades denotadas pelo predicado verbal: cada entidade é associada a uma eventualidade distinta (mas são possíveis outras leituras). Para além disso, na maior parte dos casos, a inserção de um adverbial de frequência não acarreta diferentes interpretações. Estes dados parecem indicar que o PPC tem muito em comum com este tipo de adverbiais. Contudo, o facto de haver diferenças significativas em alguns casos, nomeadamente o facto de os adverbiais de frequência, ao contrário do PPC, licenciarem a multiplicação de entidades com alguns indefinidos, permite colocar a hipótese de serem dois mecanismos com um diferente ‘output’ (pelo menos, nas leituras preferenciais).

Em terceiro lugar, é de realçar que a alteração do significado das frases motivada pela inserção de adverbial de frequência verifica-se sistematicamente com objetos diretos indefinidos: com exceção dos meros plurais e dos quantificadores gradativos, os indefinidos implicam uma leitura em que a denotação do objeto direto é multiplicada, possivelmente por questões de escopo.

Por fim, verificou-se que culminações e processos se comportam de forma paralela no que respeita à combinação com objetos diretos contáveis. A sua aptidão para se combinar com o PPC parece depender mais de propriedades idiossincráticas³ do que das suas propriedades aspetuais típicas, que as fazem ser incluídas numa ou noutra classe aspetual.

Em suma, a análise efetuada à combinação do PPC com diferentes tipos de objetos diretos vem ao encontro da proposta de Oliveira & Leal (2012)⁴ de que o PPC é um operador de pluralização de situações que não admite multiplicação de indivíduos, mas apenas a sua distribuição pelos subeventos.

³ Por exemplo, a possibilidade de a eventualidade ser repetida é relevante para a combinação com o PPC. Assim, um verbo como “matar” não licencia tipicamente a combinação do PPC com um OD que denote uma única entidade (cf. (a)), a não ser em certos contextos, que permitam que a mesma entidade possa morrer mais do que uma vez (cf. (b)).

(a) * O Zé tem morto o irmão.

(b) O Zé tem morto o irmão sempre que joga o “Call of Duty”.

⁴ Cf. pp. 25-40 deste livro.

O valor temporal das orações gerundivas em Português^{1/2}

António José Rodrigues Leal

0. Introdução

É objetivo deste trabalho verificar se as orações gerundivas veiculam ou não valor ou valores temporais. Dada a heterogeneidade das ocorrências destes tipos de formas, selecionei aquelas que, em Lobo (2001), são designadas de Gerúndio em orações adjuntas e Gerúndio predicativo do sujeito, em posição marcada e não marcada. A análise para tentar determinar o valor temporal das formas gerundivas foi feita a partir de um *corpus* de exemplos fabricados de forma a controlar as seguintes variáveis: a ordenação das eventualidades, a existência ou não de pausa entre elas, a compatibilidade com adverbiais temporais diversos e o tipo aspetual das eventualidades. Considerarei apenas a relação da oração gerundiva com a sua oração principal.

1. Particularidades das formas gerundivas

Passo de seguida a uma exposição de algumas particularidades semânticas das orações gerundivas. Esta exposição é necessariamente breve, dado que não constitui o núcleo deste trabalho. No entanto, são estas e outras particularidades que estão na base da proposta que aqui trago, pelo que são incontornáveis.

Vejamos, em primeiro lugar, o que se passa do ponto de vista temporal e aspetual com as orações gerundivas. Constatamos, pelos exemplos (1) e (2), que a culminação “cumprimentar o Carlos” recebeu duratividade. Só assim se compreende a leitura de sobreposição parcial com o processo culminado “contar uma anedota”.

¹ As conclusões aqui expostas constituem, na sua maioria, um resumo da dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva, com o mesmo título, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2001.

² Este texto foi publicado anteriormente em Mendes, A. e Freitas, T. (orgs.), *Atas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto: Associação Portuguesa de Linguística, 2002, pp.455-464.

O mesmo se passa em (3) e (4), com o ponto “tossir”. Note-se, no entanto, que a duratividade atribuída advém de mecanismos diferentes. Em “cumprimentar o Carlos”, a duratividade advém da introdução de um processo preparatório no núcleo aspetual da culminação, transformando-a em um processo culminado. Já em “tossir” a duratividade é devida a uma iteração do ponto, que passa a processo.

- (1) Cumprimentando o Carlos (em 10 segundos), o João contou uma anedota.
- (2) O João contou uma anedota, cumprimentando o Carlos (em 10 segundos).
- (3) Tossindo (durante cinco minutos), o João contou uma anedota.
- (4) O João contou uma anedota, tossindo (durante cinco minutos).

Em (5), a leitura temporal a fazer é a de inclusão da oração principal (“o André foi atropelado”) na oração gerundiva (“atravessando a rua”). Ora, se o André foi atropelado enquanto atravessava a rua, é muito provável então que, de facto, a não tenha atravessado até ao fim. Dito de outra forma, ao processo culminado “atravessar a rua” foi retirada a culminação, o que o leva a tornar-se uma espécie de estado progressivo, evidenciando o paradoxo do imperfetivo. Ou seja, é verdade que o André esteve a atravessar a rua, mas não é verdade que ele atravessou a rua. Daí a incompatibilidade com o adverbial *em dez segundos*. O mesmo já não se passa em (6). Neste exemplo, “atravessar a rua” não sofre alterações de carácter aspetual, mostrando-se compatível com o referido adverbial. A leitura temporal é a de sucessividade das predicções.

- (5) Atravessando a rua (*em dez segundos), o André foi atropelado.
- (6) Atravessando a rua (em dez segundos), o André entrou em casa.

Podemos, pois, a partir dos exemplos (1) a (6), constatar que os eventos em Gerúndio Simples sofrem frequentemente alterações de carácter aspetual, nomeadamente a atribuição de duratividade aos eventos que a não possuem (e a sua manutenção nas predicções que já a possuem) e a ausência de terminatividade, ou seja, a supressão da fronteira final dos eventos intrinsecamente télicos.

Passemos ao Gerúndio Composto. Vejamos os exemplos (7) a (10).

- (7) Tendo cumprimentado o Carlos, o João contou uma anedota. (anterioridade da gerundiva)
- (8) O João contou uma anedota, tendo cumprimentado o Carlos. (posterioridade da gerundiva)
- (9) Tendo tossido, o João contou uma anedota. (anterioridade da gerundiva)
- (10) O João contou uma anedota, tendo tossido. (inclusão da gerundiva na principal)

Constatamos que, temporalmente, a oração gerundiva tem sempre uma leitura de anterioridade em relação à oração principal ((7) e (9)), se ocorrer antes desta, evidenciando outras leituras quando ocorre depois da oração principal ((8) e (10)).

Vejamos agora o exemplo (11).

(11) ??Tendo atravessado a rua (em dez segundos), o André foi atropelado.

Verificamos que, em (11), a gerundiva evidencia uma leitura de anterioridade em relação à oração principal. Só assim se percebe a estranheza desta frase. Seria normal que o André fosse atropelado enquanto atravessava a rua e não depois de a ter atravessado, quando estaria, imaginamos nós, já no passeio. A ocorrência do adverbial “em dez segundos” mostra que não houve alteração no tipo aspetual básico, como se viu no exemplo (5). Aliás, os testes efetuados com o adverbial *em X tempo*, característico de processo culminado, só obtiveram resultados gramaticais com processos culminados e culminações (transformadas, assim, em processos culminados). Processos e pontos em Gerúndio Composto responderam negativamente a esse teste, como constatamos pelos exemplos (12) e (13), o que indica que o que está em causa não é uma possível perfeitividade das eventualidades.

(12) Tendo espirrado (*em três minutos/ durante três minutos), o João limpou o nariz.

(13) Tendo trabalhado (*em vinte minutos/ durante vinte minutos), o João descansou.

No entanto, verifica-se, no Gerúndio Composto, outro tipo de alterações aspetuais. Em (13), como em (14), verificamos que as eventualidades intrinsecamente atéticas, como os processos e os estados, recebem, em Gerúndio Composto, uma fronteira final arbitrária. O que se pode inferir do exemplo (14) é que o João casou com a Maria quando já não a amava.

(14) Tendo amado a Maria, o João casou com ela.

2. Orações gerundivas / orações temporais com “quando”, Progressivo Presente e Participípio Absoluto

As orações gerundivas apresentam também aspetos semelhantes a outras construções linguísticas: as gerundivas com Gerúndio Simples assemelham-se a predicados no Progressivo Presente e a orações temporais com “quando”; as gerundivas com Gerúndio Composto, por seu lado, assemelham-se às construções com Participípio Absoluto.

As gerundivas com Gerúndio Simples, quando apresentam a leitura de sobreposição parcial ou total ou inclusão da oração principal, tal como as construções com Progressivo, estabelecem uma relação de inclusão com outras orações: a oração gerundiva inclui a principal, tal como a oração com Progressivo inclui uma oração temporal pontual com “quando”, como podemos observar pelo contraste entre (15) e (16).

(15) O João estava a trabalhar no quintal quando viu passar um óvni.

(16) Trabalhando no quintal, o João viu passar um óvni.

Comparando as gerundivas com Gerúndio Simples com orações temporais com “quando” no Pretérito Imperfeito, por exemplo, constatamos que ambas despoletam leituras quantitativas ou temporais de sobreposição quando, na oração principal,

ocorre um Pretérito Imperfeito. Assim, (17a) pode ser parafraseado por (17b), tal como (18a) pode ser parafraseado por (18b).

- (17a) Quando fazia um bolo, o João punha a cozinha num alvoroço.
- (17b) Sempre que fazia um bolo, o João punha a cozinha num alvoroço.
- (18a) Falando sobre o ambiente, o conferencista lia um texto de Sepúlveda.
- (18b) Sempre que falava sobre o ambiente, o conferencista lia um texto de Sepúlveda.

Por último, as orações gerundivas com Gerúndio Composto apresentam afinidades com a construção de Particípio Absoluto. Ambas marcam a anterioridade em relação à oração principal. No entanto, o Particípio tem esta leitura como obrigatória, qualquer que seja a sua posição na frase, enquanto a gerundiva com Gerúndio Composto não: a sua interpretação vai depender da posição que ocupa na frase. Constatamos isso mesmo da comparação de (19a) e (19b) com (20a) e (20b). Em (19a) e (19b), tanto a gerundiva como o Particípio têm uma leitura de anterioridade em relação à oração principal. E enquanto em (20b) o Particípio evidencia apenas essa leitura de anterioridade, a gerundiva em (20a) já tem uma leitura de posterioridade em relação à oração principal.

- (19a) Tendo comido o bolo, o João saiu da cozinha. – anterioridade da gerundiva
- (19b) Comido o bolo, o João saiu da cozinha. – anterioridade do Particípio Absoluto
- (20a) O João saiu da cozinha, tendo comido o bolo (que estava na sala).
- (20b) * O João saiu da cozinha, comido do bolo (que estava na sala).

3. Uma proposta de trabalho de trabamento das orações gerundivas

No intuito de justificar estes e outros aspetos das construções gerundivas, é avançada a seguinte proposta:

As formas gerundivas são, na maior parte dos casos, dotadas de informação temporal.

Essa informação temporal diz respeito ao Ponto de Perspetiva Temporal, definido em Kamp e Reyle (1993) como o tempo intermediário entre o Ponto de Referência e a eventualidade descrita que identifica o ponto a partir do qual é focada a referida eventualidade.

A informação temporal contida no Gerúndio consiste no traço [passado], no caso do Gerúndio Composto, e no traço [presente], no caso do Gerúndio Simples.

Estas informações temporais acarretam alterações a nível aspetual. O traço [presente] faz com que as predicções evidenciem características típicas dos estados, nomeadamente do estado progressivo. O traço [passado] acrescenta uma terminação arbitrária às predicções que a não têm (processos e estados).

A oração gerundiva estabelece uma construção temporal juntamente com a respetiva oração principal, a qual contribui para o estabelecimento da relação entre a gerundiva e o momento da enunciação através da definição do Ponto de Perspetiva Temporal a partir do qual o Gerúndio é avaliado. Isso acontece sempre, no caso do

Gerúndio Simples, mas nem sempre, no caso do Gerúndio Composto.

A relação temporal estabelecida entre a oração gerundiva e a principal reflete as alterações aspetuais sofridas pelos predicados básicos na gerundiva.

- Assim, uma gerundiva com Gerúndio Simples, dado que este tempo transforma as predicções básicas em estados, tende a incluir culminações, pontos e processos culminados e a sobrepor-se aos processos e estados na oração principal.
- Por seu lado, uma gerundiva com Gerúndio Composto tende a estabelecer com a oração principal uma relação de sequencialização, mesmo quando na gerundiva ocorrem alguns tipos de estado, devido ao seu caráter de terminado aquando do Ponto de Perspetiva Temporal, fornecido pelo traço [passado].

Quando esse traço não se encontra no Gerúndio, a relação da oração gerundiva com a principal é estabelecida de acordo com os tipos aspetuais básicos das predicções em Gerúndio e com a simples ordenação de eventualidades.

Vejam agora alguns exemplos ilustrativos.

Numa frase como (5), agora renumerada como (21)

(21) Atravessando a rua, o André foi atropelado.

considero que o Gerúndio apresenta os traços +PAST e [presente]. O traço +PAST é definido para o Gerúndio pela oração principal e indica que a eventualidade é perspectivada a partir de um Ponto de Perspetiva Temporal anterior ao momento da enunciação. O traço [presente] do Gerúndio Simples faz com que a oração em que ocorre veicule uma eventualidade que se sobrepõe a esse Ponto de Perspetiva Temporal e que, por isso, está a ter lugar aquando do Ponto de Perspetiva Temporal. Este traço [presente] faz com que haja uma alteração a nível aspetual no predicado da gerundiva. Este predicado, basicamente um processo culminado, é agora um tipo de estado (semelhante ao estado progressivo). Esta modificação a nível aspetual faz com que a relação temporal que a oração gerundiva estabelece com a oração principal seja a de inclusão (um estado inclui um evento).

Para que esta proposta “encaixe” no modelo teórico escolhido, é necessário defender, tal como Peres (1994), a existência de um traço [+FUT], relativo à relação entre o Ponto de Perspetiva Temporal e o momento da enunciação (a Perspetiva Temporal, como é designada tanto em Kamp e Reyle (1993) como em Peres (1994)), no intuito de justificar a ocorrência de orações gerundivas com Gerúndio Simples, com leitura de inclusão da oração principal, posteriores ao momento da enunciação.

A oração principal, em (22),

(22) Atravessando a rua, o André vai ser atropelado.

marca, para a gerundiva, o traço –PAST em relação ao momento da enunciação; a gerundiva evidencia o traço [presente] em relação ao Ponto de Perspetiva Temporal. Ora, não é esta a leitura da frase (22). O traço –PAST indica que o Ponto de Perspetiva Temporal se sobrepõe ao momento da enunciação e o traço [presente] indica que a eventualidade expressa pela gerundiva está a decorrer aquando do Ponto de Perspetiva Temporal, ou seja, neste caso, do momento da enunciação. Mas esta análise não é correta, pois “atravessar a rua” não inclui o momento da enunciação, mas é posterior. Para a análise desta frase estar de acordo com o que se propõe, temos que considerar que o Ponto de Perspetiva Temporal se situa depois do momento da enunciação. Kamp e Reyle (1993) não contemplam essa possibilidade: para eles, o Ponto de Perspetiva Temporal só pode estabelecer uma relação de anterioridade (+PAST) ou de sobreposição (-PAST) com o momento da enunciação. Contudo, estes autores deixam em aberto a possibilidade de existir algum Ponto de Perspetiva Temporal posterior ao momento da enunciação. Assim sendo, considero que, para a análise da frase (22), é necessária a existência de um Ponto de Perspetiva Temporal posterior ao momento da enunciação. A definição desse Ponto de Perspetiva Temporal continua da responsabilidade da oração principal e é definido pelo traço +FUT. Note-se que, embora com motivações diferentes, o mesmo já foi proposto em Peres (1994). O Gerúndio Simples é novamente definido pelo traço [presente] em relação ao Ponto de Perspetiva Temporal, pelo que a interpretação de (22) é, nesse aspeto, igual à de (21).

Estas considerações aplicam-se às gerundivas com Gerúndio Simples quando este tem o traço [presente], despoletando leituras de simultaneidade em relação à oração principal devido à alteração aspetual efetuada. No entanto, há casos em que este traço [presente] não se encontra ou não se manifesta no Gerúndio Simples. Isto leva a que não haja alterações aspetuais e, por conseguinte, as leituras efetuadas estão de acordo com os tipos aspetuais básicos das predicções que ocorrem em Gerúndio Simples. Note-se, no entanto, que a marcação do traço +PAST ou –PAST continua a ser feita pela oração principal. Vejamos o exemplo (6), renumerado como (23).

(23) Atravessando a rua (em 10 segundos), o André subiu para o passeio.

Neste caso, o conhecimento do mundo implica que haja apenas uma leitura de sequencialização, mantendo-se o predicado em Gerúndio Simples na sua forma básica (de processo culminado).

As gerundivas com Gerúndio Composto são semelhantes às de Gerúndio Simples na medida em que o seu traço + PAST ou –PAST é também definido pela oração principal, não sendo fundamental, neste caso, defender a existência de um traço +FUT.

As diferenças surgem do tipo de traço definido pela forma Gerúndio Composto. Como foi dito, esta forma veicula o traço [passado], avaliado em relação ao Ponto de Perspetiva Temporal. O que isto quer dizer é que a eventualidade veiculada pela oração gerundiva com Gerúndio Composto está terminada antes do Ponto de Perspetiva Temporal a que se refere. Dado que não há nenhuma relação de sobreposição com o Ponto de Perspetiva Temporal, não há a transformação do predicado em Gerúndio Composto em estado (como no Gerúndio Simples), mas há a atribuição de uma

fronteira final às predicções que são basicamente atéticas, ou seja, aos processos e aos estados.

Estes traços ([presente] ou [passado]) são evidentes quando a ordem é oração principal + Gerúndio (sem pausa), ou seja, quando se trata de uma Gerundiva adjunta de predicado em posição não marcada, segundo Lobo (2001). Nesta construção, o Gerúndio não parece ser oracional, fazendo mesmo parte da oração principal. Portanto, neste caso, não há nada que afete o valor do Gerúndio (por exemplo, a sequencialização de predicados), podendo este aparecer com o seu valor básico. Assim, há sempre uma relação de simultaneidade (sobreposição ou inclusão) entre o Gerúndio Simples e a oração principal. Pelo contrário, o Gerúndio Composto, como evidencia o traço [passado], tem sempre uma informação temporal de anterioridade em relação à oração principal, o que torna a sua ocorrência nestas condições agramatical quando a leitura despoletada é a de “maneira como”. Repare-se nos exemplos (24).

(24a) O João conversou com os pais utilizando o telefone.

(24b) *O João conversou com os pais tendo utilizado o telefone.

O exemplo (24b) é agramatical, pois, sendo ambas as eventualidades avaliadas temporalmente pelos mesmos parâmetros, o carácter terminado de “utilizar o telefone” está em contradição com a leitura de “maneira como” o João conversou com os pais.

4. O carácter composicional do Gerúndio Composto e a sua sensibilidade ao momento da enunciação

A construção do Gerúndio Composto é, em certa parte, composicional. De facto, o auxiliar *ter*, em Gerúndio Simples, veicula o traço [presente] (ou sobreposição, em Peres (1994)) em relação ao Ponto de Perspetiva Temporal definido pela oração principal. Assim, cria-se um estado que engloba ou se sobre põe à oração principal, mas que também “alcança” o Particípio que, temporalmente, apresenta o traço [passado] (ou anterioridade, em Peres (1994)). O Particípio acaba, assim, por estabelecer indiretamente a anterioridade em relação à oração principal (exemplo (25)).

(25) Tendo trabalhado arduamente, o João descansou.

Numa construção do tipo oração principal + oração gerundiva (com pausa entre as eventualidades), como (26), com leitura de anterioridade da oração gerundiva, as relações estabelecidas são idênticas.

(26) O João descansou, tendo trabalhado arduamente.

Na ordem oração principal + oração gerundiva (com pausa entre as eventualidades) com leitura de inclusão ou de posterioridade da oração gerundiva, as relações estabelecidas são diferentes, pois, nesse caso, o Gerúndio Composto tem, como Ponto de Perspetiva Temporal, o próprio momento da enunciação. Vejamos os exemplos (27) e (28).

- (27) O João cortou-se, tendo corrido para o hospital. (leitura de posterioridade da gerundiva)
(28) O João irá cortar-se, tendo corrido para o hospital (leitura de anterioridade da gerundiva/ *posterioridade da gerundiva)

Em (27), a oração principal estabelece uma relação de sequencialização com a oração gerundiva. Nesta, o auxiliar *ter* cria um estado que abarca o momento da enunciação e o Particípio. O Particípio continua a marcar a anterioridade em relação ao estado veiculado por *ter*, logo, indiretamente, também em relação ao momento da enunciação.

A frase (28) não pode ter esta mesma leitura devido à sequencialização. A anterioridade marcada pelo Particípio não tem agora qualquer Ponto de Perspetiva Temporal possível para a sua avaliação, já que tanto a oração principal como o momento da enunciação se encontram antes da oração gerundiva.

Assim, apesar de o Gerúndio Composto ser uma forma composicional, ela não é apenas o somatório do valor semântico das suas formas de base. De facto, o Gerúndio Composto apresenta uma sensibilidade em relação ao momento da enunciação que não está presente nem no Particípio nem no Gerúndio Simples do auxiliar *ter*. Esta é uma diferença importante, até porque comprova que, neste caso, estamos a falar de fenómenos temporais e não aspetuais. Note-se que o Particípio Absoluto, por exemplo, tem sempre um estado resultante (elemento aspetual) e não é nunca sensível ao momento da enunciação (elemento temporal). Daí defender que o Particípio Absoluto se liga à oração principal por um mecanismo aspetual e a oração gerundiva por um mecanismo temporal.

5. Conclusão

Em suma, defende-se que, na maior parte dos casos, o Gerúndio Simples transporta o traço [presente] e o Gerúndio Composto, o traço [passado], avaliados em relação ao Ponto de Perspetiva Temporal, definido, também na maior parte dos casos, pela oração principal. Esse traço temporal acarreta alterações aspetuais nas predicções em Gerúndio: no que diz respeito ao Gerúndio Simples, é atribuída duratividade aos eventos que basicamente a não possuem (mantendo-se naqueles que já a possuem) e retirada a fronteira final para o desenrolar do evento (naqueles que a possuem na sua estrutura básica); o Gerúndio Composto atribui uma terminação arbitrária às eventualidades que são, na sua forma básica, atélidas (estados e processos). A relação estabelecida entre a oração principal e a gerundiva, que é de carácter temporal, reflete as alterações aspetuais sofridas por esta última. Em alguns casos, o Gerúndio Simples comporta-se, em relação ao Ponto de Perspetiva Temporal, de uma forma neutra, despoletando a mera ordenação de eventualidades e mantendo inalterados os predicados básicos em Gerúndio Simples. Por outro lado, as gerundivas com Gerúndio Composto podem estabelecer, com a oração principal, uma ligação de carácter aspetual, desde que o tipo aspetual da forma gerundiva tenha acesso a um estado consequente. Para além disso, o Gerúndio Composto mostra-se sensível, em determinadas circunstâncias, ao momento da enunciação, tomando-o como o seu Ponto de Perspetiva Temporal.

Relações retóricas e temporais em construções gerundivas adverbiais¹

Luís Filipe Cunha
António Leal
Purificação Silvano

O objetivo central deste artigo é o de analisar algumas interações que se estabelecem entre as relações retóricas ou discursivas e a organização temporal das situações em construções gerundivas adverbiais, no enquadramento teórico da *Segmented Discourse Representation Theory* (SDRT), de Asher e Lascarides (2003).

1. Uma breve introdução à SDRT

A SDRT é uma teoria semântica dinâmica em que a computação do discurso se faz com base num complexo raciocínio que tem como fontes de informação a semântica lexical e composicional, o conteúdo do contexto do discurso, o conhecimento do domínio e os estados cognitivos dos agentes envolvidos. A SDRT separa as diversas fontes de informação em módulos de raciocínio distintos com lógicas distintas, mas que interagem uns com os outros.

Na SDRT, as relações retóricas ou discursivas desempenham um papel fundamental, na medida em que permitem estabelecer uma ligação entre os conteúdos dos enunciados. Um enunciado só é relevante se estiver retoricamente ligado a algo no contexto, o que torna o discurso maximamente coerente.

Entre várias motivações para o recurso às relações retóricas, a que mais nos interessa neste momento é a de captar a estrutura temporal do discurso, ou seja, as relações temporais entre as eventualidades descritas, constituindo este, aliás, o efeito mais imediato da estrutura retórica do discurso.

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Oliveira, F. e Duarte, I.M. (orgs.), *O Fascínio da Linguagem. Atas do Colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca*, Porto, CLUP/FLUP, 2008, pp.265-276.

2. As relações retóricas no *corpus*

Com o objetivo de verificar de que modo interagem as relações retóricas e as relações temporais em construções com Gerundivas Adverbiais de Frase (designação usada por Lobo, 2003), constituímos um pequeno *corpus* a partir de textos jornalísticos, mais precisamente do *CETEMPúblico* (1.7 anotado 2.0)². A análise deste *corpus* mostrou que as relações retóricas mais frequentes são a Narração, o Enquadramento (*Background*), a Elaboração, o Resultado e a Explicação, sendo a sua distribuição em termos de maior frequência apresentada no quadro I:

	Narração	Enquadramento	Elaboração	Resultado	Explicação
Gerúndio Simples: OP+OG			X	X	
Gerúndio Simples: OG+OP		X			
Gerúndio Composto: OP+OG	X				
Gerúndio Composto: OG+OP		X			X

Legenda: OP (oração principal); OG (oração gerundiva).

Quadro I. Distribuição da frequência das relações retóricas no *corpus*

A predominância das relações retóricas elencadas no quadro I foi o critério de seleção, por nós definido, para a sua análise e tratamento neste trabalho. Passamos de seguida à apresentação de uma definição informal para cada uma delas.

A relação discursiva de Narração liga orações que representam eventualidades na sequência em que surgem. Este postulado de significado tem as seguintes consequências espaço-temporais: (a) a eventualidade representada na segunda oração deve seguir temporalmente a eventualidade descrita pela primeira oração e (b) a localização espacial não muda entre o fim da primeira eventualidade e o início da segunda. Esta relação retórica tem também uma restrição no que diz respeito ao tópico: as duas proposições têm de partilhar um tópico comum. O exemplo (1) atesta estas características³:

- (1) A mulher de Honecker, Margot, abandonou ontem a embaixada chilena em Moscovo, tendo seguido diretamente para Santiago do Chile. (Ext 324 (pol, 92b))

Tal como na Narração, na Elaboração, a primeira oração é o tópico da segunda. Também esta relação veicula informação sobre a estrutura temporal das eventualidades descritas. Neste caso, uma eventualidade é parte, é uma substituição da outra eventualidade, como se pode observar no exemplo (2).

² O endereço eletrónico é <http://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO>.

³ Nos exemplos que se seguem, estão sublinhadas as partes relevantes para a sua compreensão.

- (2) De acordo com o testemunho de informadores, Júnior estaria a manter uma arrogância excessiva em relação aos velhos membros do clã, indo ao ponto de reclamar somas superiores ao que era habitual. (Ext 44 (soc, 91a))

A relação retórica de Enquadramento, por sua vez, é estabelecida quando uma oração descreve a situação envolvente na qual a outra eventualidade ocorre. Há, portanto, uma consequência temporal: a eventualidade₂ sobrepõe-se à eventualidade₁. Para além disso, há a imposição de que o tópico seja partilhado pelas duas orações (cf. (3)).

- (3) Tendo como objetivo intrometer-se na luta pelo título, o Beira Mar disporá, para a nova temporada, de um orçamento a rondar os 40 mil contos, verba substancialmente inferior à da época passada. (Ext 129 (des, 92b))

As relações retóricas de Resultado e de Explicação denotam ambas uma relação causal, havendo, no entanto, diferenças em relação à sequência em que a causa/efeito surgem. Num discurso linearmente ordenado, no caso da relação de Resultado, a causa é representada pela primeira oração e o efeito pela segunda. Se duas orações são ligadas pela relação de Resultado, a eventualidade₁ inicia-se temporalmente antes da eventualidade₂, podendo estabelecer com ela ou uma relação de anterioridade ou de sobreposição parcial, como em (4).

- (4) O Benfica voltou ontem a vencer o Lokomotiv de Moscovo pela diferença mínima (3-2), passando aos quartos de final da Taça das Taças em futebol. (Ext 13 (des, 96b))

No caso da relação de Explicação a causa da situação expressa pela primeira oração é enunciada pela segunda oração. Quando os enunciados são ligados pela relação de Explicação, a eventualidade₂ precede temporalmente a eventualidade₁, como em (5).

- (5) Explicou que os quebequenses estão em melhores condições do que quaisquer outros de respeitar e proteger as suas próprias minorias, tendo eles sido durante tanto tempo vítimas de discriminação linguística dentro do Canadá. (Ext 3432 (pol, 94b))

O quadro II resume as consequências temporais das relações retóricas explicadas⁴.

⁴ Ressalve-se o facto de, neste trabalho, termos optado por não fazer uma análise dos dados que considere de forma detalhada a distinção entre as várias classes aspetuais das situações envolvidas. Consequentemente, vamos usar o termo eventualidade (e) ou situação sem especificar qual a classe aspetual. Na verdade, esta análise aspetual e a sua interação com as relações retóricas revela-se também uma linha de investigação interessante que pretendemos seguir em trabalhos futuros.

	Consequências temporais
Narração	\emptyset Narração(α, β) $\Leftrightarrow e_\alpha < e_\beta$
Elaboração	\emptyset Elaboração(α, β) \Leftrightarrow parte de (e_β, e_α)
Enquadramento	\emptyset Enquadramento(α, β) \Leftrightarrow sobreposição (e_β, e_α)
Resultado	\emptyset Resultado(α, β) $\Leftrightarrow e_\alpha \leq e_\beta$
Explicação	\emptyset Explicação(α, β) $\Leftrightarrow e_\beta < e_\alpha$

Quadro II. Consequências temporais das relações retóricas consideradas

3. Análise do *corpus*: Gerúndio Simples

Em Português Europeu, as relações retóricas parecem determinar, em grande medida, a ordenação temporal entre as situações no contexto de frases complexas com o Gerúndio Simples. Vejamos de que modo funciona esta interação começando pela Narração.

- (6) Também Petr Korda não encontrou facilidades para derrotar o australiano Wally Mansur (2-6, 7-5 e 6-4), esperando agora pelo norte-americano Michael Chang, que bateu o seu compatriota André Agassi (6-4 e 6-2). (Ext 196 (des,92b))

Em (6), encontramos duas eventualidades, eventualidade₁ e eventualidade₂, que correspondem, respetivamente, a “Petr Korda não encontrar facilidades para derrotar o australiano Wally Mansur” e a “[Petr Korda] esperar agora pelo norte-americano Michael Chang...”. O pós-estado da eventualidade₁ sobrepõe-se ao pré-estado da eventualidade₂, tanto no que diz respeito ao espaço como ao tempo. Desta forma, é garantida a leitura de sequencialização das eventualidades.

Para além de respeitar o constrangimento sobre as consequências espaço-temporais da Narração, este exemplo respeita também o constrangimento sobre o tópico.

Um outro exemplo da relação de Narração é o apresentado em (7), desta vez com a oração gerundiva anteposta.

- (7) Vindo diretamente do Algarve, de avião, chegou às instalações da Igreja ao volante de um Mercedes. (Ext 394 (soc, 97a))

A relação de Resultado emerge também em construções com gerundivas adverbiais, como se pode observar pelo exemplo (8).

- (8) Metade do Orçamento destina-se a despesas correntes, suscitando críticas da oposição, que as consideram exageradas, nomeadamente as despesas com pessoal (mais de um milhão de contos). (Ext 89 (soc, 95a))

Neste caso, a relação entre a eventualidade₁ e a eventualidade₂ é uma mera relação de causalidade. Note-se que esta relação de causalidade implica, temporalmente, apenas que a eventualidade₁ tenha um início anterior à eventualidade₂, mas não é

necessário que estabeleça com a eventualidade₂ uma relação de anterioridade. Neste exemplo concreto, há uma sobreposição parcial, dado que a eventualidade₁ é um estado que engloba a eventualidade₂.

Frequentemente, as eventualidades encontram-se ligadas tanto pela relação de Narração como pela relação de Resultado, como acontece em (9).

- (9) Os New York Knicks venceram terça-feira no seu reduto os Chicago Bulls, por 96-91, passando a liderar, por 2-0, a final da Conferência Leste da Liga Norte-Americana de Basquetebol Profissional (NBA), que se disputa à melhor de sete encontros. (Ext 64 (des, 93a))

A ligação da oração gerundiva à oração principal pode ser feita por outra relação retórica, a relação de Explicação. Esta terceira relação requer tipicamente que a eventualidade₂ preceda temporalmente a eventualidade₁, como se verifica no exemplo (10).

- (10) A sportinguista Teresa Machado estabeleceu no domingo, numa pequena reunião realizada em São Jacinto, perto de Aveiro, um novo recorde nacional do disco, alcançando a marca de 65,40m. (Ext 143 (des, 98a))

Segundo Asher e Lascarides (2003:161), quando a eventualidade₂ é um estado, a restrição temporal sobre a relação de Explicação não se aplica, dado que o que se passa, nestes casos, é uma relação temporal de sobreposição das eventualidades, motivada pelo estabelecimento de uma outra relação retórica, a relação de Enquadramento. Este facto é ilustrado em (11).

- (11) A UE é o principal parceiro comercial da Rússia, representando 37 por cento do total das trocas comerciais contra 24 por cento no caso das restantes ex-repúblicas soviéticas, ou quatro por cento com os Estados Unidos. (Ext 186 (pol, 95b))

Nesta relação de Explicação, não há anterioridade temporal da eventualidade₂ em relação à eventualidade₁, mas sim sobreposição entre as eventualidades. Esta relação temporal decorre do facto de a eventualidade₂ ser um estado. Por isso, nestas circunstâncias, a relação de Explicação está associada a uma relação designada de relação de Enquadramento. Note-se, contudo, que não é necessária esta associação das duas relações discursivas referidas: a relação de Enquadramento pode aparecer sozinha, como em (12).

- (12) Ao sair da penumbra, arrastando uma coisa parecida com névoa cinzenta e oleosa, suspensa a dois palmos da cabeça, João Carlos andou três ou quatro passos e parou com um suspiro, como se as suas pernas utilizassem um sistema de suspensão a ar. (Ext 442 (soc, 97a))

A quinta e última relação, designada de Elaboração, está exemplificada em (13).

- (13) Nas grandes cidades, os animais domésticos são normalmente mais maltratados, pois, em certa medida, entram em concorrência com as pessoas, ocupando as ruas, fazendo ruído nos prédios», observa o veterinário municipal da Câmara do Porto, Vítor Aires. (Ext 130 (soc, 91b))

Neste exemplo, a eventualidade₁ “[os animais] entrarem em concorrência com as pessoas” é descrita parcialmente tanto pela eventualidade₂ “[os animais] ocuparem as ruas” como pela eventualidade₃ “[os animais] fazerem ruído nos prédios”. Assim, a eventualidade₂ e a eventualidade₃ estabelecem com a eventualidade₁ uma relação de Elaboração, cuja consequência temporal é a de inclusão de ambas na eventualidade₁.

4. Análise do *corpus*: Gerúndio Composto

Ao contrário do que parece suceder com as construções envolvendo o Gerúndio Simples, a determinação das relações discursivas em orações adverbiais que integram o Gerúndio Composto está em grande medida dependente da informação temporal por ele veiculada. Na verdade, o Gerúndio Composto localiza a oração em que comparece num intervalo de tempo obrigatoriamente anterior ao Ponto de Perspetiva Temporal (PPT)⁵ selecionado (cf. Leal (2001) para uma análise mais detalhada)⁶.

O facto de o Gerúndio Composto determinar, para a oração em que comparece, uma localização temporal específica (neste caso, a de anterioridade face ao PPT) irá, naturalmente, condicionar o tipo de relações discursivas em que esta estará envolvida.

Como veremos em seguida, porém, a ordem em que a oração principal e a gerundiva comparecem irá desempenhar, igualmente, um papel crucial no licenciamento das relações retóricas relevantes. Com efeito, defenderemos aqui a ideia de que, quando a oração gerundiva segue a oração principal, o PPT selecionado tanto poderá ser fornecido pela frase matriz quanto pelo momento da enunciação; pelo contrário, quando a gerundiva precede a principal, apenas esta última estará em condições de proporcionar um PPT viável para a computação temporal do Gerúndio Composto.

Começemos a nossa discussão pela análise das construções em que a oração principal precede a gerundiva.

Como já referimos, o PPT, neste caso, tanto poderá ser dado pela frase matriz quanto pelo momento da enunciação. Na realidade, o exemplo (14) confirma que o momento da enunciação pode funcionar perfeitamente como o PPT para as orações gerundivas, já que o adverbial temporal representado aponta inequivocamente para o “agora” enunciativo.

- (14) O chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Mendes Dias, decidiu proceder a algumas alterações nos quadros das Oficinas Gerais de Material

⁵ De acordo com Kamp e Reyle (1993), o Ponto de Perspetiva Temporal designa o intervalo de tempo a partir do qual a eventualidade é perspectivada, focalizada, podendo ser anterior ou coincidir com o momento de enunciação. Sublinhe-se o facto de que o PPT poder ser ele próprio um intervalo de tempo ocupado por uma eventualidade.

⁶ Cf. também pp.53-62 deste livro.

Aeronáutico (OGMA), tendo sido determinada, na passada sexta-feira, a substituição do general Rui Espadinha, na direção daquele estabelecimento fabril. (Ext 797 (eco, 92a))

O facto de o momento da enunciação se constituir como um PPT viável para a ancoragem temporal do Gerúndio Composto nos contextos em apreço possibilita, em certa medida, a acomodação de um vasto conjunto de relações discursivas que requerem a não anterioridade da subordinada face à principal. É o que acontece, por exemplo, com os casos de Narração, ilustrado em (1) e repetido aqui em (15), e de Resultado, representado em (16), em que a eventualidade₂, na oração gerundiva, segue obrigatoriamente a eventualidade₁, na oração principal.

- (15) A mulher de Honecker, Margot, abandonou ontem a embaixada chilena em Moscovo, tendo seguido diretamente para Santiago do Chile. (Ext 324 (pol, 92b))
- (16) No entanto, o recordista nacional não aguentou a aceleração do homem do Maratona a 300 metros do fim e perdeu muito terreno, tendo concluído com 3m 41,87s. (Ext 1233 (des, 95b))

A possibilidade de seleção do momento da enunciação como PPT adequado para a localização temporal da oração gerundiva vai permitir, ainda, a acomodação de relações discursivas como a de Elaboração, em que a eventualidade₂ se encontra contida na eventualidade₁ (cf. (17)) e a de Enquadramento, em que existe sobreposição entre as situações ou em que a eventualidade₁ se encontra incluída na eventualidade₂ (cf. (18)).

- (17) (...) embora a sua experiência profissional seja vasta, tendo sido desde empregado de escritório até adjunto do presidente da Câmara de Alpiarça. (Ext 1354 (des, 98b))
- (18) Segundo a Roche, o medicamento (...) foi clinicamente testado nos Estados Unidos e na Europa, «não tendo sido registado qualquer morte, cujas causas pudessem ser atribuídas à administração do Versed». (Ext 838 (nd, 91b))

Dado que, em qualquer dos casos até aqui analisados, o PPT da gerundiva é o momento da enunciação, a relação temporal entre a oração principal e a subordinada será sempre obtida de forma indireta, sendo, por conseguinte, as relações retóricas as únicas responsáveis pela sua determinação.

No entanto, a oração gerundiva pode tomar como PPT o intervalo associado à situação da frase matriz. Nestas circunstâncias, a localização temporal da gerundiva será necessariamente de anterioridade face à oração principal, o que, como veremos, terá importantes consequências ao nível das relações discursivas que se podem observar.

Nas configurações em apreço, a eventualidade₂ terá que preceder obrigatoriamente a eventualidade₁, o que favorece relações discursivas como a de Explicação, tal como o exemplo (19) ilustra:

- (19) Derrotado sai também o Sindicato Solidariedade (...) que apenas recolheu 5,8 por cento dos votos, tendo sido vítima da sangria dos seus mais conhecidos dirigentes (...) e também da sua política hesitante face à orientação económica dos dois governos que nele tiveram origem. (Ext 1514 (pol, 91b))

Mais interessantes ainda, são os casos em que, devido às imposições de natureza temporal associadas ao Gerúndio Composto, obtemos uma relação de Narração em que a ordenação canónica das situações se inverte, ou seja, em que a eventualidade₂ precede a eventualidade₁, como o exemplo (20) torna claro⁷:

- (20) Na Taça, embora beneficiando de uma pontinha de sorte nos sorteios, o Beira Mar chega com todo o mérito à final, tendo deixado pelo caminho o anterior detentor do troféu, o Estrela da Amadora, e o «europeu» Boavista. (Ext 1501 (des, 91a))

Apesar de, na ordenação linear, ocorrer em primeiro lugar a eventualidade “o Beira Mar chegar com todo o mérito à final” e em segundo lugar a eventualidade “[o Beira Mar] ter deixado pelo caminho...”, em termos temporais, a relação observada é inversa, isto é, a equipa teve de deixar os adversários para trás antes de chegar à final. O facto de ser possível a inversão da ordenação canónica no interior de uma relação de Narração (i.e., a leitura $e_2 < e_1$) sugere fortemente que, nos casos em que o PPT selecionado é o intervalo da frase matriz, os constrangimentos de ordem temporal se sobrepõem, pelo menos até certo ponto, aos condicionalismos associados às relações retóricas, intervindo decisivamente na sua interpretação final.

Voltemos, agora, a nossa atenção para as estruturas em que a oração gerundiva comparece antes da frase matriz. Nestas configurações, o único PPT disponível para a interpretação do Gerúndio Composto parece ser o intervalo da oração principal, não se revelando o momento da enunciação uma opção viável para a ancoragem da gerundiva.

Neste sentido, a única ordenação temporal admitida será aquela em que a oração gerundiva precede temporalmente a frase matriz. Isto significa que só serão viabilizadas as relações retóricas que, de alguma maneira, se revelem compatíveis com este tipo de localização, i.e., as que suportam a configuração $e_1 < e_2$. É o que sucede, por exemplo, com a relação de Narração canónica, representada em (21), ou com a de Resultado, que é apresentada em (22):

- (21) Foi o caso (...) de uma vítima que, tendo sido colocada no porta-bagagens, que ficou mal fechado, acabou por cair à estrada. (Ext 14410 (pol, 95a))
- (22) Um comunicado, citado pela Lusa, refere que «tendo o ministro das Finanças tomado conhecimento das declarações de Fernando Próspero Luís a órgãos de comunicação social, sem estar mandatado para tal, decidiu não concretizar a sua nomeação para o cargo de director-geral das Contribuições e Impostos. (Ext 30130 (eco, 94a))

⁷ Alves (2003: 272-281) propõe uma nova relação discursiva, a Retro-Narração, para explicar sequências de frases simples em que a última frase inclui o adverbial temporal *antes*. Moia e Viotti (2004:722) usam este termo para descrever a relação retórica em exemplos como (20).

Note-se, porém, que a intervenção de vários fatores, nomeadamente de natureza aspetual, pode facilitar a ocorrência de outras relações discursivas que, aparentemente, estariam excluídas deste tipo de configuração. Assim, a presença, na oração gerundiva, de predicções estativas, que, tipicamente, ostentam um perfil temporal interno de cariz não delimitado e que, nesse sentido, se podem prolongar indefinidamente no tempo, abre caminho à viabilização de uma relação de Enquadramento, tal como (23) sugere:

- (23) «Vim uma noite de Coimbra ao Porto, propositadamente para ouvir o João Villaret no Ateneu Comercial, e, tendo acabado por ficar alguns dias, passei numa livraria da Rua de Santo António [antes e depois Rua de 31 de Janeiro], que tinha na montra uma edição lindíssima do García Lorca, organizada pelo Alberti». (Ext 1572 (soc, 98a))

Sublinhe-se, contudo, que, em casos como o que acabámos de apresentar, não é forçosamente posta em causa a relação de precedência $e_1 < e_2$ requerida pelo Gerúndio Composto, na medida em que, de facto, a eventualidade₁ se inicia tipicamente antes da eventualidade₂. O que acontece é que, tratando-se a eventualidade₁ de uma predicção estativa, esta pode prolongar-se para além do seu intervalo de referência, estendendo-se inclusivamente num período que inclui e até ultrapassa o tempo em que o segundo evento teve lugar.

5. Conclusões

Em conclusão, nas construções com o Gerúndio Simples, as relações retóricas determinam as relações temporais. Pelo contrário, com o Gerúndio Composto, as marcas de temporalidade exibidas pela forma verbal impõem restrições sobre o tipo de relações retóricas disponíveis.

O Gerúndio Simples parece ser, do ponto de vista estritamente temporal, um tempo gramatical relativamente “neutro”, no sentido em que parece não veicular nenhuma informação que influencie a ordenação temporal das eventualidades. Já no caso de construções com o Gerúndio Composto, os traços de temporalidade (mais concretamente, de anterioridade) desempenham um papel preponderante. Se a oração gerundiva precede a principal, esta será o seu único Ponto de Perspetiva Temporal possível, o que limita fortemente as relações discursivas disponíveis. Já na ordem inversa, dado que o Ponto de Perspetiva Temporal pode ser fornecido quer pela oração principal, quer pelo momento de enunciação, estão disponíveis todas as relações consideradas neste trabalho.

A semântica das frases com subordinação adverbial: o contributo das relações retóricas^{1/2}

Purificação Silvano

1. Introdução

As frases subordinadas adverbiais são tradicionalmente classificadas de acordo com o valor semântico que veiculam: tempo, causa, fim, condição, entre outros. Contudo, essas orações podem veicular outros significados para além daquele que é expresso pela sua designação. Por exemplo, em (1) a oração subordinada temporal permite a localização temporal da situação representada pela oração principal. Contudo, podemos inferir outra relação de sentido entre as duas situações: a situação descrita pela oração matriz representa a causa da situação da oração subordinada³, estabelecendo-se, portanto, entre elas uma relação de causa-efeito.

(1) Quando o João caiu, tropeçou no cabo da televisão.

A observação deste tipo de estruturas revela ainda que as relações de sentido variam dentro da mesma subclasse. No exemplo apresentado em (2), entre as duas situações já não se verifica uma relação de causa-efeito como em (1), mas apenas um relato de duas situações que ocorrem na sequência em que são descritas e que partilham um tópico, a saber, a rotina de Maria.

(2) Quando a Maria acordou, tomou banho.

A acrescentar a estas observações, verifica-se também que na mesma frase as situações podem estar ligadas por mais do que uma relação de sentido (cf. (3)).

¹ Neste trabalho, são expostas algumas das conclusões da investigação realizada no âmbito da dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2011 (Cf. Silvano, 2010).

² Este trabalho foi publicado anteriormente em Silva, F.; Falé, I. e Pereira, I. (orgs.), *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2013, pp.595-614.

³ Usaremos *situação-M* para nos referirmos à situação representada pela oração matriz e *situação-S* para designar a situação referida pela oração subordinada.

(3) Se o João faltou à aula, o pai vai castigá-lo.

Nesta frase, a conjunção «se» determina que a situação-S se constitua como uma condição para a verificação da situação-M. No entanto, as duas situações estão ainda ligadas por outra relação de sentido: a situação-S representa a causa da situação-M.

Por outro lado, a algumas destas relações de sentido estão associadas determinadas relações temporais. Assim, em (1), a relação de causa-efeito traduz-se temporalmente numa relação de anterioridade da situação-M quanto à situação-S.

Estas relações de sentido que se estabelecem entre as situações podem ser formalmente representadas através de relações retóricas. A noção de relações retóricas foi introduzida no âmbito dos estudos da análise do discurso (cf. Hobbs, 1985; Mann e Thompson, 1988), permitindo descrever de que forma o discurso está organizado. Mais recentemente, as relações retóricas têm sido integradas em teorias semânticas, explicando diferentes fenómenos linguísticos, nomeadamente o das relações temporais (cf. Kehler, 2002; Asher e Lascarides, 2003).

Neste trabalho, são nossos objetivos: (i) analisar as relações de sentido que se estabelecem em frases com subordinação adverbial recorrendo a relações retóricas; (ii) mostrar de que modo interagem as relações retóricas e as relações temporais neste tipo de frases. Defenderemos que uma análise que tem em conta a interação entre as relações temporais e as relações retóricas contribui para um melhor entendimento semântico e discursivo das frases complexas com subordinação adverbial.

O nosso objeto de estudo é constituído pelas frases com orações temporais introduzidas por *quando*, *antes de*, *depois de* e *enquanto*, orações causais com *porque*, orações finais com *para*, condicionais com *se* e orações concessivas com *embora*.

O enquadramento teórico da nossa proposta é a *Segmented Discourse Representation Theory*, de Asher e Lascarides (2003), ainda que com estipulações adicionais, que nos permitem lidar com as especificidades das frases complexas com orações subordinadas adverbiais.

Assim, na secção 2, definimos o enquadramento teórico da nossa proposta de análise das frases com subordinação adverbial e argumentamos a favor de estipulações adicionais que dão conta de alguns problemas que não encontram resolução na teoria. Na secção 3, apresentamos a análise dos dados, mostrando a relevância de um tratamento semântico deste objeto de estudo que tenha como base relações retóricas. Terminamos com algumas considerações.

2. Enquadramento teórico

Como referimos anteriormente, há algumas teorias que têm incorporado as relações retóricas nos seus pressupostos teóricos. Contudo uma análise crítica das principais propostas (cf. Silvano, 2010) mostra que a *Segmented Discourse Representation Theory* (SDRT, doravante), de Asher e Lascarides (2003), é a mais completa e a mais eficaz para um tratamento semântico das frases complexas com subordinação adverbial. Sendo este o enquadramento teórico usado na nossa proposta de análise dos dados, expomos os princípios mais relevantes na secção 2.1.. No entanto, dado que a proposta de Asher e Lascarides (2003) inclui apenas dados com frases simples ou com coordenação, e uma vez que a subordinação adverbial levanta outros problemas, impõe-se a consideração de

estipulações adicionais a esta teoria, que desenvolvemos na secção 2.2..

2.1. SDRT (Asher e Lascarides, 2003)

Asher e Lascarides (2003) propõem uma teoria semântica formal de representação do discurso que procura descrever, de uma forma integrada, as contribuições semânticas e pragmáticas, criando as condições necessárias para resolver alguns dos problemas deixados sem resposta noutras propostas de semântica dinâmica.

Nesta teoria, as relações retóricas ocupam um papel central, na medida em que «link together the utterances – or, more accurately, the meanings or “contents” those utterances convey» (Asher e Lascarides, 2003:3) e permitem relacionar as propriedades temporais com os significados discursivos. A consideração da noção de relações retóricas nos fundamentos teóricos permite derivar uma interpretação do discurso mais precisa porque cada relação retórica é definida em termos de postulados de significado, que limitam as possibilidades de interpretação no processo de inferência.

De acordo com os autores, no processo de inferência das relações retóricas, há dois tipos de fontes de conhecimento que contribuem com informação para inferir a relação retórica correta: fontes linguísticas e fontes não linguísticas. O primeiro tipo de fontes inclui informação proveniente do léxico e da semântica composicional e o segundo engloba fontes como o conhecimento do mundo e o estado cognitivo dos participantes. Embora as fontes não linguísticas possam ajudar a resolver certos casos de subespecificação na interpretação do discurso, as fontes linguísticas são tidas como as mais relevantes.

Estas fontes de conhecimento, juntamente com a semântica das relações retóricas, fornecem a informação necessária para computar a relação retórica que liga dois enunciados. Assim, por exemplo, para interpretar as duas frases em (4), é necessário ter em consideração informação relacionada com o léxico, com a semântica composicional e com o conhecimento do mundo. São estas fontes que conduzem à construção de uma relação de sentido em cada um dos pares apresentado: em (a), inferimos que a segunda situação na ordem linear do discurso é a causa para a situação representada pela primeira frase; em (b), a segunda frase representa o efeito da situação descrita pela primeira frase.

- (4) a. Max fell. John pushed him.
 b. John pushed Max. He fell. (Asher and Lascarides, 2003:62)

Para se inferir a relação retórica certa, é essencial conhecer os postulados de significado associados a cada relação retórica. Para fins exemplificativos, apresentamos no quadro I, as restrições semânticas das relações retóricas necessárias para processar os dois exemplos em (4).

RELAÇÕES RETÓRICAS	DEFINIÇÃO
Explicação	R é ‘dual’ de resultado. <u>Consequência temporal:</u> a) $\emptyset \text{Explicação}(\alpha, \beta) \Rightarrow (\neg e_\alpha < e_\beta)$ b) $\emptyset \text{Explicação}(\alpha, \beta) \Rightarrow (\text{event}(e_\beta) \Rightarrow e_\beta < e_\alpha)$
Resultado	R liga a causa ao seu efeito. $\emptyset \text{Resultado}(\alpha, \beta) \Rightarrow \text{causa}(e_\alpha, e_\beta)$

Quadro I: Postulados de significado das relações retóricas Explicação e Resultado (Asher e Lascarides, 2003)

Em (4a), tendo em conta a Consequência Temporal da Explicação (parte b, dado que as situações envolvidas são de natureza eventiva⁴), verificamos que esta relação só se mantém se o evento *o John empurrou o Max* preceder o evento *o Max caiu*. Como, de facto, (4a) significa que o Max caiu, o John empurrou-o e o empurrar precede a queda, então inferimos a relação retórica Explicação. Já os postulados de significado da relação Resultado determinam que a situação representada pela primeira frase (α) seja a causa da situação representada pela segunda frase (β). Estas condições verificam-se em (4b), pelo que inferimos a relação Resultado.

Os postulados de significado das relações retóricas propostas por Asher e Lascarides e usadas na nossa análise são sistematizados no quadro II.

RELAÇÕES RETÓRICAS	DEFINIÇÃO
Background ⁵	R mantém-se quando um constituinte fornece informação sobre o estado de coisas que rodeia a eventualidade mencionada no outro constituinte. Os argumentos de R partilham o mesmo tópico. <u>Consequência temporal:</u> $\emptyset \text{Background}(\alpha, \beta) \Rightarrow \text{sobreposição}(e_\alpha, e_\beta)$ R é sensível a classes aspetuais
Elaboração	R mantém-se quando as eventualidades do segundo argumento são uma parte mereológica do seu primeiro argumento. <u>Consequência Temporal:</u> $\emptyset \text{Elaboração}(\alpha, \beta) \Rightarrow \text{Parte-de}(e_\beta, e_\alpha)$
Narração	R mantém-se se os constituintes expressam eventualidades que ocorrem na sequência em que são descritas. α e β partilham um tópico comum, e, quanto mais informativo o tópico, melhor a narração (daí, a narração ser escalar). <u>Consequência Espaço-Temporal da Narração:</u> $\text{Narração}(\alpha, \beta) \Rightarrow \text{sobreposição}(\text{pré-estado}(e_\beta), (\text{pós-estado}(e_\alpha)))$, i.e., onde as coisas estão no espaço e tempo no final de e_α é onde estão no início de e_β .

Quadro II: Postulados de significado das relações retóricas (Asher e Lascarides, 2003)

Como já foi referido anteriormente, Asher e Lascarides (2003) trabalham sobretudo com sequências de frases simples e não com frases complexas. O tratamento deste tipo de frases levanta necessariamente algumas questões que não são abordadas pelos autores. Por isso, embora consideremos que esta teoria pode ser aplicada a este tipo de dados linguísticos de forma produtiva, impõem-se algumas estipulações adicionais.

⁴ A parte a) do axioma para a Explicação mantém-se com situações de natureza estativa e estipula que a segunda situação não ocorre antes da primeira situação. É o caso do exemplo em (i):

(i) John got a lung infection. He had AIDS. (Asher e Lascarides, 2003:161)

Neste exemplo, as duas situações sobrepõem-se, dado que se infere uma outra relação retórica, Background, que prevê nos seus postulados de significado a relação temporal de sobreposição.

⁵ Há dois tipos de Background, um em que o Background é representado pelo segundo argumento (cf. (i)) ($\text{Background}_{\text{backward}}$) e outro em que é representado pelo primeiro argumento ($\text{Background}_{\text{forward}}$).

(i) Max opened the door. The room was pitch dark. ($\text{Background}_{\text{backward}}$) (Asher e Lascarides, 2003:460)

(ii) It was pouring with rain. Mary came home. ($\text{Background}_{\text{forward}}$) (Asher et al., 2008:7)

2.2. Estipulações adicionais à *SDRT*

De modo a lidar com as especificidades das frases complexas com orações subordinadas adverbiais, propomos estipulações adicionais no âmbito da *SDRT* que dizem respeito: (i) à direcionalidade das relações retóricas; (ii) às relações retóricas ao nível do conteúdo; (iii) às relações retóricas num nível de estruturação do texto; (iv) e à combinação de dois conjuntos de relações retóricas de natureza diferente.

2.2.1. Direcionalidade das relações retóricas

O primeiro problema que encontramos diz respeito à direcionalidade das relações retóricas. De acordo com a *SDRT*, a última situação na ordem linear do discurso é ligada à anterior uma vez que é a última a ser introduzida no discurso e a ser processada. Este procedimento é facilmente seguido com frases simples, como as apresentadas em (4).

Porém, frases com orações adverbiais têm diferentes características sintáticas e semânticas, o que nos leva a questionar se nestes casos podemos também assumir que a última situação na ordem linear do discurso é a que é ligada à anterior por uma relação retórica.

Importa referir que não há estudos conclusivos sobre a forma como processamos as frases complexas e que nos estudos semânticos sobre este tipo de frases, nomeadamente no que diz respeito às relações temporais, não há um consenso na análise feita, isto é, se a primeira oração a ser processada é a principal ou a subordinada.

Por isso, apresentamos uma proposta sobre a direcionalidade das relações retóricas baseada em critérios semânticos, que iremos testar com recurso a mecanismos usados no âmbito dos estudos sobre o processamento da linguagem. Em primeiro lugar, defendemos que, no que diz respeito à direcionalidade das relações retóricas, é necessário distinguir entre, por um lado, as orações causais, concessivas, condicionais e finais, e, por outro lado, as orações temporais.

Nos dois grupos, a oração subordinada está sintaticamente subordinada à oração principal, distinguindo-se já neste ponto das sequências de frases simples. Apesar de partilharem esta característica comum, as frases complexas com subordinação adverbial em análise têm características semânticas diferentes que justificam a sua separação em dois grupos.

No primeiro grupo, constituído pelas frases com orações causais, concessivas, condicionais e finais, a oração subordinada integra um conector que está marcado lexicalmente, o que significa que esta oração contém informação essencial para inferir a relação retórica certa. Vejam-se os exemplos em (5) e (6).

- (5) a. A Maria teve uma depressão porque trabalhava demasiado.
- b. Porque trabalhava demasiado, a Maria teve uma depressão.

- (6) a. A Maria faz ginástica para emagrecer.
- b. Para emagrecer, a Maria faz ginástica.

(Silvano, 2010)

Nos dois exemplos, os conectores *porque* e *para* estão marcados lexicalmente, introduzindo uma causa e um fim, respetivamente. Esta informação é crucial para inferir em (5) Explicação e em (6) Resultado. Portanto, independentemente da posição da oração subordinada será sempre esta a última a ser processada.

Assumindo que a ligação retórica é estabelecida da última situação processada para a primeira, então, as relações retóricas e as relações temporais são estabelecidas da oração subordinada para a oração principal, independentemente da ordem linear do discurso. Por isso, mesmo quando as orações subordinadas ocupam uma posição inicial, como em (5b) e (6b), defendemos que é a situação-S que estabelece a relação retórica com a situação-M.

Quanto às orações temporais, embora também estejam sintaticamente subordinadas a outra oração, têm um papel semântico diferente nas frases de que fazem parte, na medida em que são localizadores temporais das situações-M. As orações temporais, em particular as orações com *quando*, têm sido amplamente estudadas. Contudo, tal como acontece com as restantes orações subordinadas adverbiais, a questão relativa à ordem do processamento das duas orações, principal e subordinada, ou tem sido evitada, ou não é consensual. Hinrichs (1986), por exemplo, argumenta que a oração subordinada é sempre a primeira a ser interpretada, independentemente da posição que ocupe na frase. Partee (1984) discorda desta análise, referindo que a ordem não é irrelevante e, como não tem uma explicação satisfatória para esta diferença, limita os seus exemplos a frases em que a oração com *when* aparece em posição inicial. Kamp e Reyle (1993), ao discutirem exemplos com *when*, estabelecem sempre a relação retórica da última oração na ordem linear do discurso para a primeira, mesmo quando a oração subordinada ocupa a posição final.

Outro argumento a favor do tratamento diferenciado para as frases com orações temporais está relacionado com a subespecificação causal dos conectores que introduzem este tipo de orações. De facto, ao contrário dos conectores que integram as restantes orações subordinadas adverbiais em estudo, os conectores temporais, para além da informação de localização temporal, não veiculam qualquer outra informação que forneça ao leitor pistas de como ligar retoricamente as duas situações representadas na frase complexa. Ou seja, os conectores que encabeçam as orações subordinadas temporais são subespecificados porque o seu significado lexical não integra qualquer informação relativa à ligação causal a estabelecer entre as situações. Por isso, não é necessário que a direcionalidade das relações retóricas seja da oração subordinada para a oração principal, como acontece com as restantes orações adverbiais em análise neste trabalho.

Tomando em consideração a sua função de localizadores temporais e a sua subespecificação causal, defendemos que as orações subordinadas temporais têm de ser interpretadas antes de modo a localizarem as situações das orações principais. Um argumento a favor desta análise é a forma como processamos orações temporais em frases com orações completivas, como (7).

(7) O Pedro disse que a Maria estava em casa quando o João saiu.

Neste exemplo, a situação *a Maria estava em casa* só pode ser interpretada depois de ter sido processada a oração com *quando*. O Ponto de Perspetiva Temporal

(PPt, doravante)⁶ da situação “a Maria estava em casa” é o intervalo de tempo em que se localiza a situação “o João saiu”, estabelecendo-se entre eles uma relação de sobreposição parcial. Se assumíssemos que a situação “a Maria estava em casa” é processada antes da oração subordinada temporal, então teríamos de assumir que o seu PPt seria a situação “o Pedro disse”, havendo entre eles uma relação de sobreposição parcial e não é essa a interpretação da frase.⁷

Portanto, se a primeira situação a ser processada é sempre a da oração subordinada, e assumindo que a direcionalidade das relações retóricas e temporais é da última situação processada para a primeira, então a ligação retórica e temporal nas frases com orações temporais é estabelecida da oração principal para a oração subordinada.

2.2.2. Novas propostas de relações retóricas ao nível do conteúdo

Asher e Lascarides (2003) apresentam uma lista de relações retóricas que podem ser inferidas no processamento do discurso. No entanto, referem que essa lista não é fechada, podendo ser acrescentadas outras. Na análise dos dados, houve necessidade de propor mais relações retóricas que representassem as relações de sentido existentes entre as situações descritas pelas frases em estudo. O quadro III apresenta essas propostas e as respetivas definições.

RELAÇÕES RETÓRICAS	DEFINIÇÃO
Requisito ⁸	R mantém-se quando o constituinte relevante descreve procedimentos que são requeridos para a situação descrita pelo outro constituinte. <u>Consequência temporal do Requisito:</u> $\emptyset \text{Requisito}(\alpha, \beta) \Rightarrow e_{\beta} \prec e_{\alpha}$
Narração Invertida ⁹	R mantém-se se os constituintes expressam eventualidades que ocorrem na sequência inversa em que são descritas. α e β partilham um tópico comum, e , quanto mais informativo o tópico, melhor a narração (daí, a narração ser escalar). <u>Consequência Espaço-Temporal da Narração:</u> Narração Invertida(α, β) \Rightarrow sobreposição(pré-estado(e_{α}), (pós-estado(e_{β}))), i.e., onde as coisas estão no espaço e tempo no final de e_{β} é onde estão no início de e_{α} .

⁶ O Ponto de Perspetiva Temporal é proposto por Kamp e Reyle (1993) e é definido como o intervalo de tempo a partir do qual uma dada situação é perspetivada.

⁷ Um revisor, a quem agradecemos o comentário, refere que este argumento é extensível a frases com outro tipo de orações adverbiais e exemplifica com a frase em (i):

(i) A Ana disse que estava doente porque comeu um bolo estragado.

Na nossa análise, a situação da oração subordinada causal não é processada em primeiro lugar, ao contrário do que acontece com a frase em (7). No exemplo (i), o PPt da situação “estava doente” é o intervalo de localização temporal da situação “a Ana disse”, estabelecendo com ele uma relação de sobreposição parcial. A situação da oração causal assume como PPt o momento de enunciação, ocorrendo antes deste intervalo de tempo e antes da situação “a Ana disse”.

⁸ Esta relação retórica é proposta em Silvano e Cunha (2009) com a designação Condição Necessária. Contudo, na proposta que apresentamos decidimos usar o termo Requisito para que não se confunda com a relação retórica Condição.

⁹ Alves (2002) propõe esta relação retórica com um nome diferente, Retronarração. Cunha, Leal e Silvano (2008) optam pelo termo que usamos neste trabalho, Narração Invertida, por ser mais transparente.

Paralelismo	R mantém-se se os constituintes expressam eventualidades que são paralelas não só em termos de estrutura, mas também em termos temporais. <u>Consequência Temporal do Paralelismo:</u> $\emptyset \text{Paralelismo}(\alpha, \beta) \Rightarrow \text{sobreposição}(e_{\alpha}, e_{\beta})$.
Negação do Obstáculo¹⁰	R mantém-se quando o constituinte relevante apresenta uma situação que se esperaria que atuasse como obstáculo à outra situação.
Condição	R mantém-se quando o constituinte relevante apresenta uma situação como condição para a concretização da situação representada pelo outro constituinte.

Quadro III: Postulados de significado de novas propostas de relações retóricas (Silvano, 2010)

Estas novas relações retóricas, juntamente com as propostas em Asher e Lascarides (2003), permitem ligar ao nível do conteúdo as diferentes situações representadas pelo tipo de estrutura em análise. Contudo, como veremos na secção seguinte, impõe-se ainda considerar outras relações retóricas ao nível da organização estrutural das situações.

2.2.3. Relações retóricas ao nível da estruturação do texto: *Enquadramento e Especificação*

O terceiro problema com o qual precisamos de lidar está relacionado com as relações a um nível de estruturação textual. Como é do conhecimento geral, as orações adverbiais podem ocupar uma posição inicial ou final na frase, como ilustrado em (8).

- (8) a. Quando o João acordou, tomou banho.
b. O João tomou banho quando acordou.

A interpretação das frases complexas com subordinação adverbial não é a mesma quando as orações subordinadas ocupam uma posição inicial ou uma posição final. Na verdade, a posição da oração subordinada determina relações de sentido diferentes, não ao nível do conteúdo, mas a um nível da estruturação do discurso. Asher e Lascarides (2003) preveem a existência de relações retóricas ao nível estrutural, mas nenhuma parece representar de forma adequada o significado destas frases.

Por isso, propomos duas relações retóricas novas: Enquadramento e Especificação, definidas e exemplificadas no quadro II.

¹⁰ Esta relação retórica é proposta por Kehler (2002), “Denial of Preventer”.

CLASSE DE RELAÇÕES RETÓRICAS	RELAÇÕES RETÓRICAS	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
Relações de Estruturação de Texto	<i>Enquadramento</i>	R mantém-se quando K_α descreve uma situação que enquadra a situação descrita por K_β , sendo que K_α é uma oração subordinada que ocupa a posição inicial na frase e K_β é a oração principal em posição final na frase.	Quando acordou, o João tomou banho.
	<i>Especificação</i>	R mantém-se quando K_α descreve uma situação que fornece mais detalhes sobre a situação descrita por K_β , sendo que K_α é uma oração subordinada que ocupa a posição final na frase e K_β é a oração principal em posição inicial na frase.	O João tomou banho quando acordou.

Quadro IV: Relações Retóricas Enquadramento e Especificação (Silvano, 2010)

Observamos que, enquanto no primeiro exemplo do quadro IV, num nível de estruturação do texto, a situação-S serve de enquadramento à situação-M, no segundo exemplo, a situação-S especifica a situação-M, fornecendo mais detalhes sobre ela. As duas interpretações diferentes resultam da posição ocupada pela oração subordinada. Quando a oração subordinada ocupa uma posição inicial, infere-se a relação retórica Enquadramento; quando ocupa uma posição final, infere-se a relação retórica Especificação.¹¹

2.2.4. Combinação de relações retóricas de natureza diferente: relações intrínsecas e extrínsecas

A quarta e última questão diz respeito à inferência de relações retóricas com diferentes postulados de significado, em particular, com diferentes consequências temporais. A *SDRT* prevê que as mesmas proposições possam ser ligadas por relações retóricas diferentes, aumentando, deste modo, a coerência discursiva. No entanto, por vezes, essas relações retóricas têm consequências temporais contraditórias. Veja-se, por exemplo, a frase em (9).

(9) O João comprou uma mala porque vai viajar.

¹¹ Na investigação realizada, estudámos apenas as orações que ou ocupam uma posição inicial ou final, por serem as mais comuns. Não considerámos, pois, orações intercaladas ou inseridas em construções clivadas, como as apresentadas em (i) e (ii), sugeridas por um revisor:

(i) O João, quando se levantou, foi logo tomar banho.

(ii) Foi quando acordou que o João tomou banho.

No entanto, pensamos que se aplicam os mesmos princípios da proposta feita para a posição inicial e final. Isto é, no caso do exemplo (i), a frase inicia-se com parte da oração principal e, embora a oração subordinada não ocupe a posição final, a situação por ela representada acrescenta informação adicional sobre a situação descrita pela oração principal. Já no exemplo (ii) a oração principal ocupa uma posição final e a subordinada está antes desta. Por isso, ao nível da estruturação do texto, a relação retórica entre as suas situações será de Enquadramento.

Neste caso, podemos inferir duas relações retóricas. O léxico, em particular, o facto de que *mala* e *viajar* pertencem ao mesmo campo lexical, e o nosso conhecimento do mundo de que, quando alguém viaja, normalmente precisa de uma mala, conduz-nos à interpretação de que a situação-S descreve a causa para situação-M, inferindo-se Explicação. Por outro lado, a frase representa eventualidades que ocorrem na sequência em que são descritas, tal como previsto pelos postulados de significado da relação retórica Narração (cf. Quadro II).

Estas duas relações retóricas, Explicação e Narração, têm, no entanto, consequências temporais que são incompatíveis: enquanto a primeira prevê que a situação-S estabeleça com a situação-M uma relação de anterioridade, a segunda determina que a situação-S seja posterior à situação-M. Na interpretação da frase prevalece a consequência temporal prevista na definição da Narração. Porém, não há qualquer princípio que fundamente a prevalência de uma consequência temporal em detrimento de outra.

De modo a tentar resolver este problema, num primeiro momento, desenvolvemos a distinção entre relações retóricas intrínsecas e extrínsecas, estabelecida em Silvano e Cunha (2009). Propomos que as relações retóricas intrínsecas sejam responsáveis por determinar a relação de causalidade entre as situações e que não integrem nos seus postulados de significado consequências temporais. Isto significa que, ao inferirmos estas relações retóricas, as fontes mais relevantes serão o léxico e o nosso conhecimento do mundo. Alguns exemplos destas relações retóricas são: a Explicação, o Resultado e a Condição.

Quanto às relações retóricas extrínsecas, defendemos que também veiculam um significado discursivo e que são responsáveis por determinar a relação temporal entre as situações. Os seus postulados de significado não integram uma relação de causalidade, mas consequências temporais. No processo de inferência deste tipo de relações, consideram-se sobretudo fontes de informação temporal. Algumas destas relações retóricas são: o Background, a Narração e a Narração Invertida.

Tendo em conta esta distinção, propomos que a ligação retórica entre situações resulta da combinação de relações retóricas intrínsecas e relações retóricas extrínsecas, tal como ilustrado no quadro V.

Relações retóricas intrínsecas	Relações retóricas extrínsecas	Algumas combinações possíveis
Explicação Resultado Elaboração Requisito Negação do Obstáculo Condição	Narração Narração Invertida Background Paralelismo	Explicação + Narração Resultado+ Background Negação do Obstáculo + Narração Invertida Condição + Resultado + Narração

Quadro V: Relações intrínsecas e extrínsecas (Silvano, 2010)

Esta proposta permite representar de forma mais exata a interpretação da frase (9), aqui repetida em (10).

(10) O João comprou uma mala porque vai viajar.

A relação causal entre as duas situações é descrita pela relação retórica Explicação, enquanto a relação temporal é captada pela relação retórica Narração.

3. As relações retóricas e temporais em frases com subordinação adverbial

As frases complexas com subordinação adverbial têm sido objeto de várias propostas de análise semântica, sendo, no entanto, na maioria das vezes, cada subclasse estudada isoladamente. Para além disso, uma parte considerável das análises limita-se a um estudo sobre as combinações de tempos verbais mais frequentes e as interpretações que daí derivam sem uma proposta de tratamento integrado numa teoria semântica formal. Quanto à investigação do papel discursivo ou retórico das orações subordinadas adverbiais, poucas são as propostas que a incluem e as que a incluem interpretam de forma diferente a noção de função retórica ou discursiva.¹²

Na nossa proposta, o enquadramento teórico da SDRT, juntamente com as estipulações adicionais defendidas por nós, permite um tratamento semântico das diferentes subclasses de orações subordinadas adverbiais, que dá conta das suas características retóricas e temporais, representando num modelo teórico formal de que modo essas características interagem.

3.1. Os dados: descrição e variáveis testadas

O objeto de estudo é constituído por frases complexas com orações subordinadas temporais introduzidas por *quando*, *depois de*, *antes de* e *enquanto*, causais com *porque*, concessivas com *embora*, condicionais com *se* e finais com *para*. Os dados analisados são, em grande medida, fabricados, de modo a ser possível manipular diferentes variáveis, nomeadamente combinações dos tempos verbais *Presente*, *Pretérito Perfeito*, *Pretérito Imperfeito*, *Pretérito-mais-que-perfeito* e *Futuro* (*ir* no *Presente+ Infinitivo*) e *Infinitivo* ou *Conjuntivo*, quando exigidos, e combinações de classes aspectuais: evento + evento; evento + estado; estado+ evento; e estado + estado.

Para além disso, os exemplos de *corpus*, na maioria das vezes, incluem mais do que uma oração subordinada ou orações coordenadas, o que dificulta a investigação das características semânticas de cada uma das orações subordinadas adverbiais em análise. De qualquer modo, foi constituído um *corpus*, a partir do *CETEMPúblico 1.7*. anotado 2.0, consultado entre 2005-2007, que inclui duzentas ocorrências de cada um dos tipos de orações subordinadas adverbiais em estudo. Alguns dos exemplos foram criados com base nesse *corpus*.

3.2. Resultados

No conjunto das frases com orações subordinadas introduzidas pelos conectores acima discriminados, e considerando os tempos gramaticais e as classes aspectuais testados, foi possível inferir dezanove relações retóricas/ combinações de relações retóricas diferentes. Dessas dezanove, nas frases com orações com *quando*, foram

¹² Para uma análise mais detalhada das diferentes propostas, ver Silvano (2010).

inferidas onze; nas frases com *enquanto*, inferiram-se três; nas frases com orações com *porque*, *embora*, *se* e *para* foram inferidas três; e nas frases com orações com *depois de* inferiram-se duas e com *antes de* uma. Portanto, *quando* é o conector que permite um maior número de relações retóricas, estando no extremo oposto as frases com *depois de* e *antes de*.

As frases complexas com orações subordinadas adverbiais introduzidas por *quando* são as que exibem um maior leque de relações retóricas, como se pode depreender da leitura do quadro VI.

Frases com <i>quando</i>	RELAÇÕES RETÓRICAS AO NÍVEL DO CONTEÚDO	EXEMPLOS
	Narração	<i>Quando o João acordou, tomou banho.</i>
	Narração Invertida	<i>Quando o João chegou, a Maria tinha saído.</i>
	Background _{forward}	<i>Quando a Maria era criança, partiu uma perna.</i>
	Background _{backward}	<i>Quando o telefone tocou, a Maria tomava banho.</i>
	Paralelismo	<i>Quando a Ana leu o jornal, o Pedro lavou o carro.</i>
	Elaboração	<i>Quando a Maria fez a tarte de maçã, descascou as maçãs, bateu os ovos.</i>
	Requisito	<i>Quando o João comprou uma casa, pediu um empréstimo ao banco.</i>
	Explicação + Background	<i>Quando o Pedro faltou ao exame, estava doente.</i>
	Explicação + Narração Invertida	<i>Quando o Rui se sentiu mal, tinha comido três hambúrgueres.</i>
	Resultado + Narração	<i>Quando o João tropeçou no cabo da televisão, caiu.</i>
	Negação do obstáculo + Background	<i>A Ana saiu quando devia estar a estudar.</i>

Quadro VI: Relações retóricas em frase com *quando* (Silvano, 2010)

Esta variedade resulta da subespecificação retórica e temporal do conector *quando*, isto é, *quando* não determina uma relação temporal nem uma relação retórica específicas. Embora as orações com *quando* sejam localizadores temporais, não impõem qualquer ordenação temporal específica, podendo a situação-M ser anterior (cf. (11)), posterior (cf. (12)) ou sobreposta (cf. (13)) à situação-S.

(11) Quando o João caiu, tropeçou no cabo da televisão.

(12) Quando o João acordou, tomou banho.

(13) Quando a Maria abanou o Pedro, foi agressiva. (Silvano, 2010:259)

A subespecificação de *quando* ocorre também ao nível das relações retóricas. Ao contrário dos restantes conectores em análise, *quando* não funciona como palavra-pista, não contribuindo com qualquer *input* quanto à relação retórica a inferir no processo de interpretação do discurso.

Antes de e *depois de* são conectores que estão fortemente marcados temporalmente, fornecendo pistas para a inferência das relações retóricas extrínsecas

Narração Invertida e Narração, respetivamente, e, concomitantemente, para a computação da relação temporal de anterioridade da situação-M quanto à situação-S, no primeiro caso, e de posterioridade, no segundo caso (cf. Quadro VII). O conector *depois de* permite ainda uma relação retórica de Background_{forward} que se traduz numa relação temporal de sobreposição entre as duas situações, como é possível ver no exemplo dado no quadro VII.

	RELAÇÕES RETÓRICAS AO NÍVEL DO CONTEÚDO	EXEMPLOS
Frases com <i>antes de</i>	Narração Invertida	<i>Antes de fazer o trabalho de casa, o João brincou.</i>
Frases com <i>depois de</i>	Narração	<i>Depois de fazer o trabalho de casa, o João brincou.</i>
	Background _{forward}	<i>Depois de ser professor, o João ensinou em várias escolas.</i>

Quadro VII: Relações retóricas em frase com *antes de* e *depois de* (Silvano, 2010)

Por defeito, as situações em frases com *enquanto* estão ligadas por Paralelismo. No entanto, há casos em que podemos inferir Resultado + Background_{backward} ou Resultado + Background_{forward} como se pode observar nos exemplos dados no quadro VIII.

	RELAÇÕES RETÓRICAS AO NÍVEL DO CONTEÚDO	EXEMPLOS
Frases com <i>enquanto</i>	Paralelismo	<i>Enquanto a Ana leu o jornal, o Pedro lavou o carro.</i>
	Resultado + Background _{backward}	<i>Enquanto a Ana viajou, o Pedro esteve triste.</i>
	Resultado + Background _{forward}	<i>Enquanto a Maria era diretora da escola, os alunos faltaram menos às aulas.</i>

Quadro VIII: Relações retóricas em frase com *enquanto* (Silvano, 2010)

O conector *porque* veicula a informação necessária para inferir a relação intrínseca Explicação. Contudo, como exemplificado no quadro IX, esta relação retórica pode combinar-se com três relações extrínsecas, Background, Narração Invertida e Narração, que representam a relação temporal que se estabelece entre a situação-S e a situação-M. Esta combinação de relações retóricas capta a semântica deste tipo de frases.

	RELAÇÕES RETÓRICAS AO NÍVEL DO CONTEÚDO	EXEMPLOS
<i>Frases com porque</i>	Explicação + Background _{backward}	<i>A Maria teve uma depressão porque trabalhava demasiado.</i>
	Explicação + Narração	<i>O João vai comprar um fato novo porque vai casar.</i>
	Explicação + Narração Invertida	<i>A Maria ganhou muito dinheiro porque trabalhou em dois sítios.</i>

Quadro IX: Relações retóricas em frase com *porque* (Silvano, 2010)

As situações em frases com *embora* estabelecem uma ligação causal de Negação de Obstáculo (Kehler, 2002), em combinação com Background, Narração e Narração Invertida (cf. Quadro X).

	RELAÇÕES RETÓRICAS AO NÍVEL DO CONTEÚDO	EXEMPLOS
<i>Frases com embora</i>	Negação do obstáculo + Background _{backward}	<i>O João gasta muito dinheiro embora esteja desempregado.</i>
	Negação do obstáculo + Narração	<i>O João comprou casa no Porto embora vá trabalhar para Lisboa.</i>
	Negação do obstáculo + Narração Invertida	<i>O João vive em Lisboa embora tenha nascido no Porto.</i>

Quadro X: Relações retóricas em frase com *embora* (Silvano, 2010)

As frases com o conector *se* são mais problemáticas, na medida em que veiculam dois significados causais, a saber Condição + Explicação (cf. (14)) ou Condição + Resultado (cf. (15)).

(14) Se o João faltou à aula, o pai castigou-o.

(15) Se o João vai morar em Londres, gostou da cidade.

Nos dois exemplos, a situação-S constitui-se como uma condição para a verificação da situação-M. Por isso, inferimos a relação retórica Condição. No entanto, simultaneamente, as situações-S exprimem outra relação causal: em (14), a situação-S representa a causa da situação-M, daí a relação retórica Explicação; e em (15), a situação-S descreve o efeito da situação-M, daí a relação retórica Resultado. A combinação da Condição + Explicação com Narração Invertida ou Background e da Condição + Resultado com Narração completa a representação das características retóricas e temporais deste tipo de frases.

	RELAÇÕES RETÓRICAS AO NÍVEL DO CONTEÚDO	EXEMPLOS
<i>Frases com se</i>	Condição+ Explicação + Narração Invertida	<i>Se o João faltou à aula, o pai castigou-o.</i>
	Condição+ Explicação + Background _{backward}	<i>Se estava doente, o João faltou à aula.</i>
	Condição+ Resultado + Narração	<i>Se o João vai morar em Londres, gostou da cidade.</i>

Quadro XI: Relações retóricas em frase com *se* (Silvano, 2010)

O conector *para* marca a relação retórica Resultado, que pode ser combinada com

Narração, Background e Paralelismo, como se verifica nos exemplos do quadro XII.

	RELAÇÕES RETÓRICAS AO NÍVEL DO CONTEÚDO	EXEMPLOS
Frases com <i>para</i>	Resultado + Narração	<i>A Maria vai comprar livros para oferecer a orfanatos.</i>
	Resultado + Background _{backward}	<i>A Ana viveu no Porto para estar perto da mãe.</i>
	Resultado + Paralelismo	<i>A Maria faz ginástica para emagrecer.</i>

Quadro XII: Relações retóricas em frase com *para* (Silvano, 2010)

A análise realizada mostra que as frases complexas com orações subordinadas introduzidas pelos conectores *quando, antes de, depois de, enquanto, porque, embora, se e para* exibem características diferentes no que diz respeito às relações retóricas e temporais.

O conector *quando*, devido à sua subespecificação retórica e temporal, é o menos limitativo de todos os que foram analisados, permitindo diferentes relações retóricas e temporais.

Os conectores *porque, embora, se e para* atuam como palavras-pista para a inferência de uma determinada relação retórica intrínseca, que representa a ligação de causalidade que se estabelece entre as duas situações. Contudo, de modo a representar de forma completa o significado deste tipo de frases, é necessário combinar estas relações retóricas com as relações retóricas extrínsecas, que descrevem a ligação temporal entre as situações.

Os conectores *antes de, depois de e enquanto* veiculam também informação, mas de natureza temporal, marcando, por defeito, uma relação temporal específica.

Esta investigação revela que há claramente uma interação entre as relações temporais, as relações retóricas e o significado lexical dos conectores nas frases com subordinação adverbial. Em certos casos, as relações temporais são determinadas pelo significado retórico associado ao conector. Por exemplo, *para* aceita apenas relações temporais de anterioridade e de sobreposição. Noutros casos, as relações retóricas são determinadas pelas relações temporais impostas pelos conectores. *Antes de*, por exemplo, impõe sempre a relação retórica Narração Invertida.

4. Considerações finais

O estudo realizado permite-nos concluir que o enquadramento teórico da *SDRT* com as estipulações adicionais propostas se mostra bastante eficaz para descrever e representar as relações temporais e retóricas das frases com orações subordinadas adverbiais. As estipulações adicionais revelam-se essenciais para analisar um tipo de estrutura que não foi objeto de consideração sistemática na proposta original. Em trabalho futuro, procuraremos demonstrar que estas estipulações são relevantes também no estudo de outro tipo de frases complexas e de textos.

Por outro lado, a investigação prova que um tratamento semântico de frases com subordinação adverbial tendo em conta as suas propriedades temporais e retóricas contribui para um conhecimento mais profundo deste tipo de estrutura.

A questão semântica da subordinação temporal em frases complexas com completivas finitas e não finitas^{1/2}

Purificação Silvano

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é o de discutir a questão semântica da subordinação temporal em frases complexas de verbo com completivas finitas e não finitas introduzidas pelos verbos *dizer*, *afirmar*, *considerar*, *pensar* e *querer*. A recorrência destes verbos, no domínio dos verbos declarativos, de atividade mental e volitivos e optativos no Corpus CPPRMIANOT³, determinou a sua seleção para a constituição do *corpus* que serviu de base a este estudo⁴.

A observação dos dados, retirados do jornal *Público*, revela que o processo de ligação das orações mais usado não é a subordinação temporal, mas a criação de um novo domínio temporal. No decurso desta exposição, mostraremos em que sequências de tempos verbais ocorre um e outro processo e quais são as implicações no que diz respeito à interpretação temporal das frases.

2. Uma proposta de análise

A nossa proposta de análise fundamenta-se na articulação do ponto de perspetiva temporal (TPpt) e do ponto de referência (Rpt) de Kamp e Reyle (1993) com a conceção de domínio temporal de Declerck (1991), de forma a determinar em que medida e sob que condições há, ou não, subordinação temporal nas frases complexas com completivas. O ponto de perspetiva temporal é interpretado como o intervalo temporal a partir do qual a eventualidade é vista e o ponto de referência como o

¹ Este trabalho expõe algumas das conclusões da investigação realizada no âmbito da dissertação de mestrado, apresentada à Universidade do Minho (Cf. Silvano, 2002).

² Este texto foi publicado anteriormente em Freitas, T. e Mendes, A. (orgs.), *Atas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Colibri, 2004, pp.667-678.

³ O endereço eletrónico do corpus CPPRMIANOT é <http://cgi.portugues.mct.pt/acesso/>.

⁴ Cf. Silvano (2002:131-136).

intervalo de tempo que serve para relacionar temporalmente as eventualidades num mesmo domínio temporal. O domínio temporal é o intervalo de tempo criado por uma determinada eventualidade ou eventualidades.

De acordo com a nossa proposta, há subordinação temporal quando a eventualidade descrita pela oração subordinada é integrada no domínio temporal estabelecido pela eventualidade da frase matriz. Esta situação acontece quando o ponto de perspectiva temporal da eventualidade da oração subordinada passa a ser o intervalo de tempo ocupado pela eventualidade representada pela frase matriz. Quando esta é um evento, então, funciona também como ponto de referência. No processo de criação de um novo domínio temporal, a eventualidade da oração subordinada estabelece um novo domínio temporal, o que significa que o ponto de perspectiva temporal não é o intervalo de tempo ocupado pela eventualidade da frase matriz, mas um intervalo de tempo que coincide com o momento de enunciação do relato (n) ou com o momento de enunciação original e do relato (n₁). Neste caso, quando não há subordinação temporal, a ordenação temporal das eventualidades é possível devido a advérbios temporais e/ou ao nosso conhecimento do mundo.

Para além destes aspetos, a análise inclui ainda a caracterização aspetual das eventualidades como eventos (e) ou estados (s) e a observação da função de alguns advérbios temporais na localização temporal e na classificação aspetual das eventualidades. Efetivamente, como demonstraremos, impõe-se realizar uma leitura composicional para obter a interpretação temporal das predicções.

3. Análise dos dados

Por uma questão organizativa, analisaremos primeiramente os dados com frases complexas com completivas finitas, que representam 64% das ocorrências, e, depois, com as frases complexas com completivas não finitas, com 36% de frequência no corpus⁵.

O estudo está também organizado tomando em consideração os tempos gramaticais mais frequentes dos verbos introdutores, a saber o Pretérito Perfeito do Indicativo (PP Ind) e o Presente do Indicativo (Pres Ind). No caso das completivas finitas, consideram-se ainda os tempos verbais que coocorrem mais frequentemente com aqueles: os verbos no PP Ind selecionam maioritariamente o Pres Ind, excetuando os verbos *pensar* e *querer*, que revelam um maior número de ocorrências com o Imperfeito do Indicativo (Imp Ind) e o Imperfeito do Conjuntivo (Imp Conj), respetivamente; com os verbos introdutores no Pres Ind, surge sobretudo o Pres Ind nos verbos das orações subordinadas, sendo a exceção novamente o verbo *querer*, que ocorre sempre com o Presente do Conjuntivo (Pres Conj).

Em relação às frases completivas não finitas, recorrem preferencialmente ao Infinitivo simples (Inf simpl) (94% das ocorrências), depois ao Infinitivo perfeito (Inf Perf) (5% das ocorrências) e, por fim, a construções com os verbos auxiliares *estar* e *ir* (1% das ocorrências).

⁵ Para uma análise estatística mais pormenorizada do *corpus* constituído, consultar Silvano (2002:139-146).

3.1. Frases complexas com completivas finitas

Os dados presentes de (1) a (6) são exemplificativos das frases complexas com completivas finitas presentes no *corpus*.

- (1) Victor S. Gonçalves, professor naquele departamento, afirmou ao *Público* que Cláudio Torres não é «um arqueólogo no sentido universitário e europeu do termo».
- (2) Quase contrariado, disse que o conselho geral reuniu ontem de manhã.
- (3) Um dos médicos do hospital afirmou que as reservas de oxigénio só durarão mais três dias.
- (4) Em resposta, o governo de Tony Blair disse que considerava o assunto «muito sério».
- (5) Ontem os serviços presidenciais disseram que a viagem fora cancelada.
- (6) Manifestando confiança numa vitória eleitoral, Sampaio afirmou que uma presidência portuguesa da Comunidade Europeia seria distinta de uma social-democrata.

A primeira série de exemplos de (1) a (3) ilustra a criação de novos domínios temporais nas frases completivas, enquanto, na segunda série, o processo de ligação das orações é a subordinação temporal. Compare-se o exemplo (1) com o (4): em ambos, tal como nos restantes exemplos, o verbo introdutor, que descreve um evento, encontra-se no PP Ind, o que significa que o ponto de perspetiva temporal coincide com o momento de enunciação do relato e o evento se situa antes desse intervalo de tempo. As frases completivas recorrem, no entanto, a tempos verbais diferentes e implicam caracterizações temporais distintas. O uso do Pres Ind em (1) conduz a duas leituras temporais, uma em que o estado descrito na oração subordinada se sobrepõe ao evento descrito na frase matriz e outra em que a sobreposição do estado é em relação ao momento de enunciação do relato. Na verdade, na interpretação temporal desta frase, considerada na literatura como uma frase de duplo acesso, deve considerar-se que o estado representado pela oração subordinada ocorre num intervalo de tempo (n_1) que abrange o momento de enunciação original, isto é, o tempo em que ocorre o evento “afirmar”, e o momento de enunciação do relato (n). Numa caracterização mais formal do estado, conclui-se que o ponto de perspetiva temporal é o intervalo de tempo que engloba o momento de enunciação original e o do relato (n_1) e que o estado se sobrepõe a esse intervalo de tempo. Inversamente, o estado descrito na oração encaixada do exemplo (4) estabelece uma relação de sobreposição apenas com o evento representado na frase matriz. Na sequência de tempos verbais PP Ind→Imp Ind⁶, o ponto de perspetiva temporal do estado é um intervalo de tempo anterior ao momento de enunciação do relato, mais precisamente o momento de enunciação original. O estado “considerar o assunto muito sério” sobrepõe-se ao evento “dizer” representado pela frase matriz. Como o estado é integrado no mesmo domínio temporal criado pelo evento “dizer”, este atua como o seu ponto de referência.

⁶ O símbolo → indica subordinação sintática.

Nos exemplos (2) e (5), caracterizados pelas sequências de tempos verbais PP Ind→PP Ind vs PP Ind→PMP Ind (Pretérito-Mais-que-Perfeito do Indicativo), os eventos descritos nas orações subordinadas assumem, tal como no par de sequências já analisado, caracterizações temporais distintas, embora a sua localização em relação ao evento da oração principal seja a mesma, ou seja, de precedência. De facto, enquanto o evento “reunir” tem como ponto de perspectiva temporal o momento de enunciação do relato e se situa antes desse intervalo de tempo, o ponto de perspectiva temporal do evento “ser cancelada” é o intervalo de tempo anterior ao momento de enunciação do relato, a saber, o intervalo de tempo ocupado pelo momento de enunciação original, isto é, pelo evento “dizer”, estabelecendo com ele uma relação de precedência. Note-se que a presença de advérbiais temporais nestas duas frases fornece mais alguns dados que permitem precisar o intervalo de tempo da ocorrência dos eventos. Em (2), o advérbial “ontem de manhã”, cuja origem de computação é n, localiza “reunir” num tempo passado anterior a n e implicitamente localiza “dizer” também num tempo passado posterior ao intervalo de tempo denotado pelo advérbial temporal. Por sua vez, em (5), o tempo denotado por “ontem”, isto é, o tempo de ocorrência do evento “dizer”, funciona como ponto de referência para os eventos “dizer” e “ser cancelada” e, implicitamente, indica que este último evento se situa num intervalo de tempo anterior a “ontem”.

É interessante verificar que, sendo normalmente o PP Ind usado para relatar eventos que se sucedem temporalmente, neste caso o segundo PP Ind exprime anterioridade em relação ao primeiro. Com efeito, a observação de outros dados com contextos de ocorrência semelhantes ao de (6) revela que em construções completivas este uso do PP Ind é muito comum, sendo na verdade mais frequente do que a recorrência ao PMP Ind. Embora superficialmente não se verifique subordinação temporal, dado que há a criação de um novo domínio com o ponto de perspectiva temporal em n, o PP Ind antecedido na frase matriz por outro PP Ind exprime anterioridade, parecendo substituir o PMP Ind que surge cada vez menos, pelo menos no texto jornalístico (e mesmo oralmente).

O par das sequências de tempos verbais PP Ind→Fut Ind (Futuro do Indicativo) vs PP Ind→Cond (Condicional)⁷, presentes em (3) e (6), exemplifica, mais uma vez, o recurso à criação de um novo domínio temporal e à subordinação temporal, respetivamente. Necessariamente, o ponto de perspectiva temporal das eventualidades descritas pelas orações subordinadas é diferente. Em (3), o ponto de perspectiva

⁷ Estes exemplos têm sobretudo uma carga temporal e não tanto modal. Porém, há exemplos em que a informação modal é muito mais forte. Vejam-se os seguintes exemplos:

(i) A respeito do exame a que a médica foi submetida, Pinto da Costa afirmou que, em circunstâncias idênticas, qualquer funcionário receberia o mesmo tratamento.

(ii) Mas os responsáveis do operador de cabo Telewest consideraram, também na quarta-feira passada, que as propostas da BIB não serão mais completas nem de melhor qualidade que as que são oferecidas pelos projetos de televisão digital por cabo.

Nestas frases, o Fut Ind e o Cond transmitem o que é provável acontecer, sendo principalmente modais. É interessante constatar como o contexto é imprescindível na averiguação do valor modal e temporal destes tempos verbais. No exemplo (6), a oração reduzida de gerúndio autoriza uma interpretação temporal do Cond “seria”, que dificilmente se conseguiria sem ela.

temporal coincide com o momento de enunciação do relato e o estado localiza-se depois desse intervalo de tempo. Na realidade, *n* funciona como fronteira inicial da duração do estado (um período de três dias) denotada por um adverbial de medição temporal, seguindo a terminologia de Kamp e Reyle (1993:647-650). Se este estado se localiza depois de *n*, estabelece com o evento representado pela oração principal, que, como já referi, se situa antes de *n*, uma relação de posterioridade. Em contrapartida, o estado “ser distinta”, que figura em (6), é visto dum ponto de perspectiva temporal anterior ao momento de enunciação do relato, isto é, do intervalo de tempo ocupado pelo evento da primeira oração e estabelece com esse tempo uma relação de posterioridade. O ponto de referência para esta eventualidade é o evento delineado na frase matriz.

Os quadros I – III sistematizam a análise realizada⁸.

Sequência de tempos verbais	Tipo de eventualidades	Descrição temporal das eventualidades	Relação temporal entre as eventualidades	Subordinação temporal
PP Ind → Pres Ind	$s_1 / e \rightarrow s_2$	$s_1 / e: TPpt:=n$ $s_1 / e < TPpt$ $s_2: TPpt:=n_1$ $s_2 O TPpt$	$s_2 O s_1 / e$	X
PP Ind → Imp Ind	$s_1 / e \rightarrow s_2$	$s_1 / e: TPpt:=n$ $s_1 / e < TPpt$ $s_2: Rpt:=e$ $TPpt < n$ $s_2 O TPpt$	$s_2 O s_1 / e$	✓

Quadro I

Sequência de tempos verbais	Tipo de eventualidades	Descrição temporal das eventualidades	Relação temporal entre as eventualidades	Subordinação temporal
PP Ind → PP Ind	$s_1 / e_1 \rightarrow e_2 / s_2$	$s_1 / e_1: TPpt:=n$ $s_1 / e_1 < TPpt$ $e_2 / s_2: TPpt:=n$ $e_2 / s_2 < TPpt$	$e_2 / s_2 < s_1 / e_1$	X
PP Ind → PMP Ind	$s_1 / e_1 \rightarrow e_2 / s_2$	$s_1 / e_1: TPpt:=n$ $s_1 / e_1 < TPpt$ $e_2 / s_2: Rpt:=e_1$ $TPpt < n$ $e_2 / s_2 < TPpt$	$e_2 / s_2 < s_1 / e_1$	✓

Quadro II

⁸ Nas sistematizações realizadas, segue-se a caracterização temporal das eventualidades feita por Kamp e Reyle (1993), correspondendo os símbolos =, < e O a relações de coincidência, precedência e sobreposição, respetivamente.

Sequência de tempos verbais	Tipo de eventualidades	Descrição temporal das eventualidades	Relação temporal entre as eventualidades	Subordinação temporal
PP Ind → Fut Ind	$s_1 / e_1 \rightarrow e_2 / s_2$	s_1 / e_1 : TPpt:=n $s_1 / e_1 < TPpt$ e_2 / s_2 : TPpt:= n $e_2 / s_2 > TPpt$	$e_2 / s_2 > s_1 / e_1$	X
PP Ind → Cond	$s_1 / e_1 \rightarrow e_2 / s_2$	s_1 / e_1 : TPpt:=n $s_1 / e_1 < TPpt$ e_2 / s_2 : Rpt:= e_1 TPpt < n $e_2 / s_2 > TPpt$	$e_2 / s_2 > s_1 / e_1$	✓

Quadro III

Como já foi mencionado, o *corpus* apresenta também dados com o Pres Ind nos verbos introdutores. Contudo a coocorrência deste tempo verbal com os verbos declarativos *dizer* e *afirmar* coloca algumas questões, pois não viabiliza uma leitura de presente. Vejam-se os exemplos (7) e (8):

- (7) Este homem diz simplesmente que tem o «grupo sanguíneo dos normandos».
 (8) O «Bild» afirma que comprou a foto a «uma grande agência parisiense».

Na sua base, *dizer* e *afirmar* são eventos⁹ e, neste contexto, não podem receber uma leitura de habitualidade como em (9):

- (9) Tradicionalmente, a Universidade de Lisboa diz que a culpa é da Câmara.

Portanto, não se pode caracterizar temporalmente estas eventualidades como tendo o ponto de perspetiva temporal em n e coincidindo com este intervalo temporal. Afiguram-se nos três possibilidades de interpretação do Pres Ind empregue em verbos declarativos¹⁰ nos contextos já referidos. A primeira possibilidade é interpretar o Pres Ind como um tempo verbal que descreve um evento que ocorreu no passado mas que tem validade presente. Nesta análise, o valor do Pres Ind usado aproxima-se do valor do Pres Ind usado nas frases de duplo acesso, embora este descreva estados e aquele eventos. A segunda possibilidade é interpretar o Pres Ind como

⁹ Não se trata de uma situação que se sobrepõe ao momento de enunciação, pois, se assim fosse, recorrer-se-ia às formas “está a dizer” e “está a afirmar”. Este uso do Pres Ind é compatível com a seguinte situação, que foi sugerida pela Professora Doutora Fátima Oliveira (p.c.):

(A Maria está ao telefone a conversar com o João e a Ana, que está junto a ela, quer saber o que o João diz)

Ana: O que diz ele?

Maria: Ele diz que não foi trabalhar porque estava doente.

Neste caso, o Pres Ind assemelha-se à forma progressiva presente “está a dizer”.

¹⁰ É importante sublinhar que esta leitura do Pres Ind surge em construções do tipo “diz que”. Na verdade, parece ser a estrutura de encaixe que determina a transformação do seu valor temporal, pois, quando empregue em construções do tipo “Ele diz isso”, o Pres Ind atribui tipicamente uma leitura de habitualidade.

o *Presente Histórico*, que permite trazer para o presente um facto já passado. A terceira hipótese é interpretar o Pres Ind como um tempo pré-presente, situando o evento imediatamente antes do momento de enunciação do relato. Isto significa que, quando a eventualidade da frase matriz for um evento, o Pres Ind comportar-se-á em termos de relações temporais como o PP Ind, embora semanticamente o uso do Pres Ind nestes contextos denote uma maior proximidade ao momento de enunciação do relato, atuando como um pré-presente. Esta terceira hipótese parece-nos a que melhor se adequa aos dados, e, por isso, iremos adotá-la na caracterização temporal dos dados.

Nos exemplos (7) e (8), os eventos “dizer” e “afirmar” têm como ponto de perspectiva temporal o momento de enunciação do relato e localizam-se antes desse intervalo de tempo. Nestes casos, como dissemos, o Pres Ind comporta-se em termos de relações temporais como o PP Ind, embora semanticamente denote uma maior proximidade a n . Por isso, em (7), a oração encaixada representa um estado que tem como ponto de perspectiva temporal n_1 , isto é, o intervalo de tempo que abrange o momento de enunciação original e o do relato, e sobrepõe-se a esse tempo, e necessariamente ao evento “dizer”. Em (8), o evento “comprar” assume como ponto de perspectiva temporal o momento de enunciação do relato e localiza-se antes dele e antes do evento “afirmar”. Em nenhum dos exemplos, há subordinação temporal, contrariamente ao que acontece em (10):

(10) Todas as pessoas dizem que ela estava descontraída e calma.

O estado representado pela oração subordinada tem como ponto de perspectiva temporal um intervalo de tempo anterior a n , sobrepondo-se ao ponto de perspectiva temporal e ao evento “dizer” e integrando o mesmo domínio temporal de “dizer” que serve como ponto de referência.

A síntese das relações temporais presentes nas sequências de tempo analisadas e noutras que são frequentes no *corpus* surge no quadro IV.

Sequência de tempos verbais	Tipo de eventualidades	Descrição temporal das eventualidades	Relação temporal entre as eventualidades	Subordinação temporal
Pres Ind → Pres Ind	$e \rightarrow s$	$e: TPpt:=n$ $e < TPpt$ $s: TPpt:=n_1$ $s O TPpt$	$s O e$	X
Pres Ind → PP Ind	$e_1 \rightarrow e_2 / s_{acab}$	$e_1: TPpt:=n$ $e_1 < TPpt$ $e_2/s_{acab}: TPpt:=n$ $e_2/s_{acab} < TPpt$	$e_2 / s_{acab} < e_1$	X
Pres Ind → Imp Ind	$e \rightarrow s_{inacab}$	$e: TPpt:=n$ $e < TPpt$ $s_{inacab}: Rpt:=e$ $TPpt:<n$ $s_{inacab} O TPpt$	$s_{inacab} O e$	✓
Pres Ind → Fut Ind	$e_1 \rightarrow e_2 / s$	$e_1: TPpt:=n$ $e_1 < TPpt$ $e_2 / s: TPpt:=n$ $e_2 / s > TPpt$	$e_2 / s > e_1$	X
Pres Ind → Cond	$e_1 \rightarrow e_2 / s$	$e_1: TPpt:=n$ $e_1 < TPpt$ $e_2 / s: Rpt:=e_1$ $TPpt:<n$ $e_2 / s > TPpt$	$e_2 / s > e_1$	✓

Quadro IV

Quando a eventualidade presente na frase matriz é um estado representado no Pres Ind, o ponto de perspectiva temporal é n e o estado sobrepõe-se a n . Esta ocorrência é ilustrada pelos exemplos seguintes:

- (11) Penso também que o FC Porto é mais agressivo sobre a bola do que o Benfica.
- (12) 11,8 % dos antirregionalistas consideram que as regiões provocarão uma divisão artificial do país.

Nestas sequências de tempos verbais, as eventualidades descritas pelas orações encaixadas integram o domínio criado pelos estados “pensar” e “considerar”, havendo subordinação temporal. Em (11), o ponto de perspectiva temporal do estado “ser mais agressivo” é n e assiste-se à sobreposição do estado a esse intervalo de tempo e , consequentemente, ao estado “pensar”. Em (12), o evento “provocar uma divisão artificial do país” tem as seguintes especificidades temporais: $<TPpt$ coincide com n ; evento localiza-se depois de $n >$. Dado que o estado “considerar” se sobrepõe a n , o evento da oração completiva estabelece com o estado da frase matriz uma relação de posterioridade. O quadro V resume as relações temporais de algumas sequências de tempos envolvendo estados no Pres Ind na oração principal.

Sequência de tempos verbais	Tipo de eventualidades	Descrição temporal das eventualidades	Relação temporal entre as eventualidades	Subordinação temporal
Pres Ind → Pres Ind	$s_1 \rightarrow s_2$	s_1 : TPpt:=n s_1 O TPpt s_2 : TPpt:=n s_2 O TPpt	s_2 O s_1	✓
Pres Ind → PP Ind	$s_1 \rightarrow e / s_{2acab}$	s_1 : TPpt:=n s_1 O TPpt e / s_{2acab} : TPpt:=n $e/s_{2acab} < TPpt$	$e / s_{2acab} < s_1$	✓
Pres Ind → Imp Ind	$s_1 \rightarrow s_{2inacab}$	s_1 : TPpt:=n s_1 O TPpt $s_{2inacab}$: TPpt:=n $s_{2inacab} < TPpt$	$s_{2inacab} < s_1$	✓
Pres Ind → Fut Ind	$s_1 \rightarrow e / s_2$	s_1 : TPpt:=n s_1 O TPpt e / s_2 : TPpt:=n $e/s_2 > TPpt$	$e / s_2 > s_1$	✓
Pres Ind → Cond	$s_1 \rightarrow e / s_2$	s_1 : TPpt:=n s_1 O TPpt e / s_2 : TPpt:=n $e / s_2 > TPpt$	$e / s_2 > s_1$	✓

Quadro V

3.2. Frases complexas com completivas não finitas

A análise das relações temporais em frases complexas com completivas não finitas, mais precisamente com o Infinitivo simples, comprova mais uma vez a necessidade de se realizar uma leitura composicional das frases para se obter uma interpretação temporal correta. A consideração da categoria aspetual das eventualidades descritas nas orações completivas revela-se nestes exemplos fundamental e determina relações temporais distintas:

- (13) Jackie Stewart pensa, daqui a dois anos, atingir o primeiro patamar da competição.
- (14) A Comissão Europeia considerou ontem «politicamente inoportuno» avançar com uma proposta de harmonização dos impostos sobre os produtos energéticos.
- (15) Kennedy afirma ser «um profissional de futebol».
- (16) A Presidente da Comissão para a Igualdade de Direitos da Mulher disse ter «grande expectativa» sobre esta reunião internacional.

De facto, quando a eventualidade representada pela oração completiva é um evento, como sucede nos exemplos de (13) a (14), a sua relação com a eventualidade da frase matriz é de posterioridade. Por outro lado, quando se trata de um estado (cf. (15) e (16)), este estabelece com a eventualidade da primeira oração uma relação de

simultaneidade. Na primeira situação (evento na oração subordinada), há sempre subordinação temporal, independentemente do tempo gramatical do verbo introdutor. Assim, em (13), o ponto de perspectiva temporal do evento “atingir o primeiro patamar” coincide com *n* e o evento situa-se depois desse intervalo de tempo, aliás o adverbial temporal especifica que a ocorrência do evento decorrerá num período de tempo futuro “daqui a dois anos” com origem de computação em *n*. Já o evento descrito na oração subordinada de (14) tem como ponto de perspectiva temporal um intervalo de tempo anterior a *n*, mais especificamente o tempo de ocorrência do estado “considerar” e localiza-se depois desse intervalo de tempo.

Os dois últimos dados desta série são exemplificativos da ausência de subordinação temporal, visto que o ponto de perspectiva temporal dos estados representados nas orações completivas não é apenas o intervalo de tempo ocupado pela eventualidade da frase matriz. Tal como acontece com as sequências de tempos verbais PP Ind → Pres Ind e Pres Ind (e) → Pres Ind, nas sequências apresentadas em (15) e (16), o ponto de perspectiva temporal dos estados das orações completivas é o intervalo de tempo que inclui o momento de enunciação original e o do relato (*n*₁) e o estado localiza-se nesse intervalo de tempo.

O quadro VI resume as relações temporais em algumas sequências de tempos verbais em frases complexas com completivas não finitas.

Sequência de tempos verbais	Tipo de eventualidades	Descrição temporal das eventualidades	Relação temporal entre as eventualidades	Subordinação temporal
Pres Ind → Inf simpl	$s_1 \rightarrow s_2$	s_1 : TPpt:= <i>n</i> s_1 O TPpt s_2 : TPpt:= <i>n</i> s_2 O TPpt	s_2 O s_1	✓
Pres Ind → Inf simpl	$s \rightarrow e$	s : TPpt:= <i>n</i> s O TPpt e : TPpt:= <i>n</i> $e >$ TPpt	$e >$ s	✓
Pres Ind → Inf simpl	$e \rightarrow s$	e : TPpt:= <i>n</i> $e <$ TPpt s : TPpt:= <i>n</i> ₁ s O TPpt	s O e	X
Pres Ind → Inf simpl	$e_1 \rightarrow e_2$	e_1 : TPpt:= <i>n</i> $e_1 <$ TPpt e_2 : Rpt:= e_1 TPpt < <i>n</i> $e_2 >$ TPpt	$e_2 >$ e_1	✓
PP Ind → Inf simpl	$s / e_1 \rightarrow e_2$	s / e_1 : TPpt:= <i>n</i> $s / e_1 <$ TPpt e_2 : Rpt:= e_1 TPpt < <i>n</i> $e_2 >$ TPpt	$e_2 >$ s / e_1	✓
PP Ind → Inf simpl	$s_1 / e \rightarrow s_2$	s_1 / e : TPpt:= <i>n</i> $s_1 / e <$ TPpt s_2 : TPpt:= <i>n</i> ₁ s_2 O TPpt	s_2 O s_1 / e	X

Quadro VI

As características semânticas do verbo introdutor determinam de igual modo interpretações temporais diferentes em sequências de tempos verbais iguais. O verbo *querer* é disso evidência. A semântica deste verbo implica que as eventualidades das orações que ele subordina sejam situadas temporalmente num intervalo de tempo posterior ao ocupado pelo estado por ele denotado (Cf. exemplos (17)-(19)). Como o ponto de perspectiva temporal das eventualidades descritas pelas orações subordinadas é o tempo de ocorrência do estado, há sempre subordinação temporal, como se pode observar no quadro VII.

- (17) Eu quero assumir um compromisso com os Alentejanos.
 (18) Os Escoceses querem ser independentes no dia 1 de janeiro de 1993.
 (19) Quis ser oficial da Marinha, médico e, finalmente, professor.

Sequência de tempos verbais	Tipo de eventualidades	Descrição temporal das eventualidades	Relação temporal entre as eventualidades	Subordinação temporal
Pres Ind → Inf simpl	$s_1 \rightarrow s_2 / e$	s_1 : TPpt:= n s_1 O TPpt s_2 / e : TPpt:= n $s_2 / e > TPpt$	$s_2 / e > s_1$	✓
PP Ind → Inf simpl	$s_{1acab} \rightarrow s_2 / e$	s_{1acab} : TPpt:= n $s_{1acab} < TPpt$ s_2 / e : TPpt:= n $s_2 / e > TPpt$	$s_2 / e > s_{1acab}$	✓
Imp Ind → Inf simpl	$s_{1inacab} \rightarrow s_2 / e$	$s_{1inacab}$: TPpt:= n $s_{1inacab} < TPpt$ s_2 / e : TPpt:= n $s_2 / e > TPpt$	$s_2 / e > s_{1inacab}$	✓

Quadro VII

Os quadros VIII e IX sistematizam, respetivamente, as sequências de tempos verbais em que está presente e ausente a subordinação temporal¹¹.

¹¹ As abreviaturas Fut Perf, PP comp Ind, FP Pres, FP Imp e Cond Perf correspondem aos seguintes tempos verbais: Futuro Perfeito, Pretérito Perfeito Composto do Indicativo, Progressivo Presente, Progressivo Imperfeito e Condicional Perfeito, respetivamente. A correspondência das restantes abreviaturas encontra-se no corpo do texto.

Subordinação temporal	Tempo do verbo da oração principal	Tempo do verbo da oração subordinada
Frases completivas finitas	PP Ind	Imp Ind; PMP Ind; Cond; FP Imp; Cond Perf; Imp Conj
	Pres Ind (s)	Pres Ind; FP Pres; Pres Conj; PP Ind; Imp Ind; Fut Perf; Cond Perf; PP comp Ind; Imp Conj; Fut Ind; Cond
	Pres (e)	Imp Ind; Cond
	Imp Ind	Imp Ind; Imp Conj; PMP Ind; Cond
	PMP Ind	Imp Ind; PMP Ind
	Cond	PMP Ind
Frases completivas não finitas	Pres Ind	Inf simpl; Inf Perf; <i>estar</i> + Inf; <i>ir</i> + Inf
	PP Ind	Inf simpl (e); Inf Perf; <i>ir</i> + Inf
	PMP Ind	Inf simpl (e)

Quadro VIII

Criação de um novo domínio temporal	Tempo do verbo da oração principal	Tempo do verbo da oração subordinada
Frases completivas finitas	PP Ind	Pres Ind; PP Ind; Fut Ind; FP Pres
	Pres Ind (e)	Pres Ind; FP Pres; Pres Conj; PP Ind; PP comp Ind; Fut Ind
	Imp Ind	Pres Ind
	Fut Ind	Pres Ind
Frases completivas não finitas	Pres Ind (e)	Inf simpl (s); <i>estar</i> + Inf
	PP Ind	Inf simpl (s); <i>estar</i> + Inf
	PMP Ind	Inf simpl (s)
	Imp Ind	<i>estar</i> + Inf

Quadro IX

4. Conclusões

O estudo efetuado demonstra que, no âmbito das frases complexas com completivas finitas e não finitas em contexto de texto jornalístico são viáveis dois processos de ligação temporal de situações: a subordinação temporal e a criação de um novo domínio. No entanto, a análise dos dados revela que a criação de um novo domínio temporal pela situação da oração subordinada é mais comum, o que nos leva a colocar a hipótese de que no domínio da construção de texto se poderá estar a iniciar um processo de mudança.

A interpretação temporal dos Infinitivos em orações completivas de verbo¹

Luís Filipe Cunha
Purificação Silvano

Em línguas como o Português Europeu existe um vasto conjunto de verbos que selecionam orações completivas de tipo infinitivo. Neste sentido, o objetivo central do trabalho que nos propomos realizar será o de investigar as relações temporais que se estabelecem nas referidas construções, procurando distinguir quais os elementos linguísticos que contribuem para a sua determinação.

1. A interpretação temporal de completivas não finitas introduzidas por *dizer* e *afirmar*

O objetivo central desta secção será o de investigar os mecanismos linguísticos que regem a determinação da localização temporal das orações completivas não finitas selecionadas por verbos como *dizer* e *afirmar* que, como discutiremos mais adiante, se revelam relativamente “neutros” no que diz respeito ao “condicionamento” do estatuto temporal das subordinadas com que se combinam, assumindo-se, sob um tal ponto de vista, como itens cujas propriedades lexicais parecem não influir diretamente no estabelecimento dos intervalos associados às situações descritas.

Procuraremos, nesse sentido, dar resposta às seguintes questões: (i) Que fatores linguísticos estão envolvidos na computação da localização temporal das completivas não finitas de verbos como *dizer* e *afirmar*? (ii) Como interagem entre si? (iii) Serão as formas do Infinitivo, nestes contextos, totalmente desprovidas de informação temporal?

1.1. O papel das classes aspetuais de predicções

Uma análise, ainda que superficial, das orações subordinadas completivas com Infinitivo introduzidas por verbos como *dizer* ou *afirmar* revela que a classe aspetual

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Oliveira, F. e Barbosa, J. (orgs.), *Textos Selecionados do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2006, pp.303-314.

das predicções envolvidas desempenha um papel de crucial relevância em termos da sua interpretação semântica, (Cf. Silvano, 2002).

Na realidade, podemos observar que, em termos gerais, os estados ocorrem, sem causar quaisquer problemas, nos referidos contextos, contrastando com os eventos que, na sua grande maioria, ocasionam anomalia semântica. Contrastem-se, a este respeito, (1)-(4), em que figuram estados (básicos ou derivados) com (5)-(8), que integram eventos de vários tipos.

- (1) Quarenta anos depois da publicação do seu primeiro livro de poesia, o escritor afirmou ser alérgico a ter de escrever por obrigação. (N/P, par 7714)² (estado de indivíduo)
- (2) Ao telefone com um intérprete, disse estar cheio de medo de que o matassem. (N/P, par 2822) (estado de estádio)
- (3) A única testemunha (...) disse estar a pescar a cerca de 50 metros do local, às 9h 45, quando ouviu um grande estrondo. (N/P, par 22730) (estado progressivo)
- (4) O João disse ler o jornal todos os dias / habitualmente. (estado habitual)
- (5) # A Ana disse correr. (processo)
- (6) # O Guilherme afirmou comer a sopa. (processo culminado)
- (7) # O Zé disse perder as chaves de casa. (culminação)
- (8) # O Rui afirmou espirrar. (ponto)

Enquanto os estados básicos em (1)-(2) ou derivados em (3)-(4) ocorrem, sem problemas, nas subordinadas infinitivas introduzidas pelos verbos *dizer* e *afirmar*, numa interpretação consistente de sobreposição ao tempo das situações descritas na oração matriz, já os eventos representados em (5)-(8) parecem causar anomalia semântica em tais condições.

A observação de que o perfil aspetual das situações envolvidas desempenha um papel crucial no que respeita ao licenciamento deste tipo de configurações pode ser confirmada pelo facto de a comutação dos eventos de (5)-(8) em estados – por exemplo, através da aplicação do operador de Progressivo ou do perspetivador de habitualidade – tornar os exemplos correspondentes perfeitamente aceitáveis (cf. (9)-(12)):

- (9) A Ana disse estar a correr. (estado progressivo)
- (10) O Guilherme afirmou estar a comer a sopa. (estado progressivo)
- (11) O Zé disse perder as chaves de casa todas as semanas / habitualmente. (estado habitual)
- (12) O Rui afirmou espirrar todos os dias / habitualmente. (estado habitual)

A distinção entre estados e eventos terá, pois, um forte impacto no que se refere à interpretação temporal das completivas com infinitivo no contexto de verbos como *dizer* e *afirmar*. Nas próximas subsecções deste trabalho procuramos investigar

² Ao longo deste trabalho recorreremos, com alguma frequência, a exemplos retirados de *corpora*, nomeadamente do *Natura/Público*, referenciado como N/P, e do *CETEM/Público*, referenciado como C/P.

em que medida uma tal oposição, em conjugação com outros fatores linguísticos, condiciona as relações temporais observadas.

1.2. A perspetiva tradicional: ausência de marcas de temporalidade no Infinitivo

Segundo as conceções de carácter mais tradicional (Mateus *et al.*, 1993; Bosque e Demonte, 1999), o Infinitivo Simples é inteiramente desprovido de marcas ou traços de temporalidade, revelando-se, nessa medida, de todo incapaz de contribuir para a determinação da localização das orações em que toma parte. O estatuto temporal conferido às completivas infinitivas seria, pois, exclusivamente condicionado pela informação relevante veiculada pelo verbo introdutor presente na frase matriz.

Os dados até aqui apresentados parecem poder ser facilmente integrados num tal ponto de vista. Vejamos em que medida.

Kamp e Reyle (1993) sugerem que a distinção aspetual entre estados e eventos se reflete em importantes diferenças no que respeita à interação que estes dois tipos de situação mantêm com os intervalos em que ocorrem: enquanto os estativos estabelecem uma relação de sobreposição ('overlap') com os respetivos Tempos de Localização ('Location Times'), os eventos encontram-se, tipicamente, incluídos no intervalo de tempo com que comparecem.

Isto significa que os estados podem começar antes e prolongar-se para além do seu intervalo de localização, ao contrário do que sucede com os eventos, que devem ocorrer integralmente no seu interior.

Tal oposição será de crucial importância para a clarificação das divergências, em termos de aceitabilidade, que observámos entre (1)-(4), por um lado, e (5)-(8), por outro. Tomando como ponto de partida a ideia de que, por si sós, os Infinitivos Simples representados nas completivas não são portadores de quaisquer indicações relevantes ao nível temporal – nomeadamente no que se refere à relação com o respetivo Ponto de Perspetiva Temporal – poderemos atribuir as suas especificidades interpretativas às diferenças aspetuais mencionadas.

Podendo, como já referimos, a duração dos estados transcender a dos intervalos com que se combinam, o facto de, no contexto de orações infinitivas, não estabelecerem uma relação específica (de anterioridade, de sobreposição ou de posterioridade) com o intervalo de tempo associado à situação da frase matriz não levanta problemas, na medida em que a sobreposição entre as situações é sempre uma possibilidade deixada em aberto, o que torna os exemplos em (1)-(4) perfeitamente aceitáveis.

Pelo contrário, o facto de os eventos se encontrarem forçosamente confinados à extensão dos respetivos intervalos de localização impõe que estes tenham que ser devidamente situados para que a especificação temporal das referidas eventualidades seja efetuada. Ora, se assumirmos que as orações com Infinitivo Simples não manifestam traços de temporalidade, não estaremos em condições de lhes atribuir uma localização específica em relação à predicação matriz, ou seja, não temos forma de saber se o evento descrito é anterior, sobreposto ou posterior ao Ponto de Perspetiva Temporal relevante.³ Uma tal indeterminação em termos de localização

³ Recorde-se que, como já referimos, verbos como *dizer* ou *afirmar* não fornecem quaisquer indicações no que diz respeito à localização das subordinadas que selecionam.

temporal dá, naturalmente, origem a anomalia semântica, como os exemplos em (5)-(8) parecem sugerir.

No entanto, a existência de orações com Infinitivo Simples integrando eventos no contexto de verbos introdutores como *dizer* e *afirmar* com uma leitura consistente de sobreposição levanta problemas à hipótese que acabámos de considerar (cf. (13) e (14)):

- (13) O Tribunal intimou o arguido a designar um defensor e este disse escolher uma equipa de advogados de entre os juristas do Instituto de Ajuda Legal e da Ordem dos Advogados. (N/P, par 37104)
- (14) O terrorista afirmou transportar consigo uma bomba-relógio.

Dado que as infinitivas em (13) e (14) contemplam eventos, cuja comutação em estados derivados não parece estar em causa, a determinação da sua localização deveria ser impossível. Como explicar, então, a sua gramaticalidade e, mais especificamente, a leitura de sobreposição em relação à frase matriz que manifestam? O reconhecimento de marcas de temporalidade associadas ao Infinitivo Simples parece ser a melhor forma de legitimar tais estruturas. Vejamos se esta linha de análise é, de facto, sustentável.

1.3. O Infinitivo enquanto portador de informação temporal

No sentido de encontrar uma solução satisfatória para o problema levantado pela possibilidade de obtenção de uma interpretação de sobreposição entre certas infinitivas com eventos e a frase matriz com que coocorrem, exploraremos, em seguida, a hipótese de que o Infinitivo Simples, pelo menos nas orações subordinadas selecionadas por verbos introdutores que não manifestam a capacidade de determinar a sua localização específica, será portador de alguma informação de natureza temporal.

Ao contrário do que sucede com os designados tempos finitos, que, como Kamp e Reyle (1993) sugerem, procedem, por um lado, à localização da eventualidade descrita em relação a um dado Ponto de Perspetiva Temporal (TPpt) e, por outro, à ancoragem do referido TPpt em relação ao tempo da enunciação, defenderemos a proposta de que as formas do Infinitivo são defetivas em termos temporais, fornecendo unicamente indicações respeitantes ao primeiro tipo de relação mencionado.

Por outras palavras, segundo a análise que aqui estamos a propor, as formas do infinitivo somente estariam em condições de estabelecer a relação entre a situação descrita pela oração em que tomam parte e o respetivo TPpt, proporcionado pelo intervalo de localização descrito pelo verbo introdutor, não tendo a capacidade de fornecer quaisquer indicações quanto à relação entre o TPpt e o tempo da enunciação.

Nos exemplos que temos vindo a analisar, o Infinitivo Simples representado nas subordinadas estabeleceria com os verbos introdutores da oração matriz uma relação de sobreposição, o que nos permitiria explicar não só a interpretação atribuída às frases de (1)-(4) como também às de (13) e (14), na medida em que, na proposta em apreço, não é o perfil aspetual da situação mas as indicações temporais inerentes ao Infinitivo que determinam a localização da oração subordinada em relação à principal.

Como explicar, porém, a anomalia patenteada por exemplos envolvendo eventos na oração infinitiva, tal como ilustrado em (5)-(8)?

Os eventos, como já dissemos, encontram-se tipicamente incluídos no Tempo de Localização a que se encontram associados; ora, esta obrigatoriedade de inclusão poderá facilmente entrar em conflito com a imposição da relação de sobreposição com o TPpt fornecido pela situação da frase matriz que caracterizaria as orações com Infinitivo Simples, na medida em que, de um modo geral, a sobreposição de uma dada eventualidade a um TPpt indicia a incompletude da situação em questão. Na verdade, se a eventualidade perspectivada na subordinada não se prolongar para além do TPpt a que se sobrepõe, deverá ser encarada como anterior a este, tendo em vista que atingiu já o seu ponto terminal. Como apontado em Smith (1991) e Cunha (2004), este tipo de explicação poderá ser invocado para o facto de tempos gramaticais como o Presente do Indicativo ou o Imperfeito, pelo menos nas suas leituras preferenciais, se comportarem como verdadeiros estativizadores.

Diversos fatores em interação, como a duração das situações envolvidas, a sua homogeneidade, a presença ou ausência de um ponto terminal intrínseco, assim como certas características de natureza discursiva, poderão condicionar o grau de anomalia semântica ostentado pelos eventos nos contextos em causa, explicando as divergências, em termos de aceitabilidade, que observamos entre (5)-(8), por um lado, e (13)-(14), por outro.

Assim, numa frase como (13), não só a culminação propriamente dita, expressa por “escolher uma equipa de advogados”, mas também o respetivo estado consequente parecem estar em causa, o que explicaria a facilidade com que os falantes assumem uma relação de sobreposição, em detrimento da mera inclusão, entre a situação da frase matriz e a da subordinada.

Já em (14), o processo que figura na subordinada parece ser suficientemente longo, não delimitado e homogêneo para poder estabelecer a relação de sobreposição com a predicação da oração principal, de forma a propiciar um resultado aceitável.

Uma investigação rigorosa dos diversos fatores em interação que condicionam a presença de eventos no contexto de subordinadas infinitivas introduzidas por verbos como *dizer* ou *afirmar* suporia, no entanto, um extenso trabalho de análise e a discussão comparativa de um vasto conjunto de exemplos ilustrativos. Dada a grande complexidade do problema, e tendo em consideração os objetivos e as limitações inerentes a este trabalho, não exploraremos aqui as razões que subjazem a uma tal variabilidade de comportamentos.

Seja como for, gostaríamos de destacar aqui a obrigatoriedade da emergência de uma leitura de sobreposição entre o evento da principal e o da subordinada como condição necessária para o licenciamento deste tipo de configurações.

A adoção da hipótese de que o Infinitivo Simples comporta alguma informação de natureza temporal, nomeadamente no que diz respeito à relação de sobreposição com o respetivo TPpt, permite-nos, pois, dar conta dos diversos padrões de comportamento manifestados pelas orações infinitivas no contexto dos verbos introdutores que não determinam a localização das subordinadas que selecionam. Sem o recurso a uma tal conceção, a interpretação de exemplos como (13) e (14) seria praticamente impossível, na medida em que os eventos representados nas subordinadas tanto poderiam preceder, sobrepor-se ou seguir o intervalo em que

ocorre a situação da frase matriz.

O tipo de análise que acabámos de delinear permite-nos, igualmente, enquadrar as propriedades temporais relevantes do Infinitivo Simples na caracterização mais geral das restantes formas de Infinitivo. Nesse sentido, no contexto de verbos introdutores relativamente “neutros” em termos de influência temporal sobre as orações encaixadas, o Infinitivo Simples remeteria consistentemente para uma relação de sobreposição com o respetivo TPpt, i.e., o intervalo de tempo associado à situação descrita pela frase matriz, enquanto o Infinitivo Perfeito – construído a partir de *ter* + Particípio Passado não flexionado⁴ – veicularia anterioridade relativamente ao TPpt relevante (cf. (15)-(16)) e o Infinitivo Futuro – expresso por *ir* + Infinitivo – daria conta da relação de posterioridade da situação face ao TPpt (cf. (17)-(18)):

- (15) Segundo a PSP, o suspeito disse ter comprado o estupefaciente em Lisboa, a um desconhecido, pela quantia de dez contos. (N/P, par 7823) (evento anterior ao TPpt)
- (16) Uma testemunha afirmou ter visto um indivíduo armado a disparar indiscriminadamente contra reféns, pouco antes de a polícia ter iniciado o ataque. (N/P, par 14045) (evento anterior ao TPpt)
- (17) O suspeito disse ir comprar o estupefaciente em Lisboa. (evento posterior ao TPpt)
- (18) Edberg (...) afirmou ir seguir o conselho do seu médico e descansar, não devendo ir ao Torneio de Estugarda da próxima semana. (N/P, par 43215) (evento posterior ao TPpt)

Uma hipótese como a que acabámos de apresentar não está, porém, inteiramente isenta de problemas. Existem, com efeito, configurações em que o Infinitivo Simples se encontra associado a uma situação localizada num intervalo inequivocamente posterior ao intervalo de localização fornecido pelo verbo da oração matriz, como ilustrado em (19) e (20):

- (19) O João decidiu sair de casa.
- (20) O presidente do município prometeu elaborar um memorando sobre todo o processo. (N/P, par 3195)

Poderíamos tentar contornar este obstáculo sugerindo que a informação temporal veiculada pelo Infinitivo Simples seria a de não anterioridade da eventualidade descrita em relação ao TPpt. Mas frases como (21) e (22), em que as situações das infinitivas encaixadas parecem receber preferencialmente uma localização num intervalo anterior ao tempo associado à situação da frase matriz, contrariam uma tal suposição:

⁴ Assumiremos aqui que as formas verbais que compõem o designado Sistema do Perfeito – incluindo o Infinitivo Perfeito – veiculam, mais do que indicações aspetuais de perfeitividade, informação eminentemente temporal de anterioridade em relação ao respetivo TPpt. Para alguns argumentos em favor desta tomada de posição, veja-se Cunha (2004).

- (21) Lembro-me de ver a Maria na festa do João.
- (22) Recordo-me de visitar a minha avó durante as férias grandes.

Será necessário, perante exemplos como estes, abandonar totalmente a hipótese de que as formas de Infinitivo veiculam algum tipo de informação temporal? A resposta afigura-se-nos negativa. O que nas configurações em questão parece estar em causa é a natureza dos verbos introdutores. Com efeito, verbos como *pensar*, *prometer*, *lembrar* ou *recordar* diferem de *dizer* ou *afirmar* na medida em que manifestam uma influência direta no que diz respeito à localização das orações que selecionam. Em casos como (19)-(22), as indicações de carácter temporal expressas pelo verbo introdutor parecem sobrepor-se integralmente àquelas que são veiculadas pelo Infinitivo Simples, sendo o verbo matriz que, em última instância, localiza a eventualidade da subordinada.

Na próxima secção deste trabalho procuraremos analisar, com mais pormenor, a influência determinante que certos verbos introdutores têm sobre as subordinadas com Infinitivo que selecionam.

2. A influência dos verbos introdutores na interpretação temporal das infinitivas

A observação de configurações com outros verbos introdutores conduz a diferentes interpretações temporais das orações infinitivas encaixadas. Com efeito, as características semânticas dos verbos introdutores podem ter um papel decisivo na leitura temporal das eventualidades representadas nas orações encaixadas. A diversidade de verbos introdutores inviabiliza, neste momento, uma análise exaustiva de todos, pelo que apresentaremos apenas alguns que nos parecem exemplificativos e outros que colocam questões interessantes de interpretação temporal.

2.1. Interpretações de sobreposição e posterioridade

Numa primeira tentativa para agrupar os verbos introdutores consoante a leitura que condicionam nas orações infinitivas encaixadas, separamos aqueles cujos complementos infinitivos têm interpretações futuras, como ilustrado nos exemplos de (23) a (28):

- (23) Moscovo pensa proibir a saída dos especialistas nucleares. (C/P, Ext 124)
- (24) Os portistas prometeram afirmar-se a nível internacional. (C/P, Ext 19599)
- (25) Depois de ter feito o ensino primário numa escola primária, desejou entrar para o seminário. (C/P, Ext 259422)
- (26) Eu quero assumir um compromisso com os alentejanos. (C/P, Ext 3562)
- (27) Para a instalação das novas áreas, a Petrogal espera ter condições razoáveis. (C/P, Ext 2177)
- (28) O João decidiu escrever um romance.

Nos exemplos apresentados, as eventualidades representadas pelas orações completivas localizam-se depois das eventualidades das frases matriz. Na verdade,

os verbos com as características semânticas de *pensar*, *prometer*, *desejar*, *querer*, *esperar* e *decidir*, independentemente do tempo verbal em que surgem, projetam as eventualidades com que ocorrem, sejam elas estados ou eventos, num intervalo de tempo futuro ao da sua localização. Contudo, o exemplo (29) parece contradizer a estipulação feita:

(29) Pensei viver num país calmo. (C/P)

Em (29), o estado “viver” tem como leitura preferencial a de sobreposição, e não a de posterioridade, em relação ao estado associado a “pensar”. Advirá esta leitura do aspeto terminativo do verbo regente ou da natureza aspetual da eventualidade da oração encaixada? A análise de outros dados poderá fornecer-nos uma resposta.

(30) O advogado pensava estar de acordo com o seu cliente.

(31) O empreiteiro pensava construir um edifício para a Câmara.

(32) Roger Blin pensou dar o papel desta mulher desesperada e divertida a uma atriz cômica e gorda. (C/P, Ext 1082)

A observação dos dados de (30) a (32) remete para as seguintes conclusões: não é o aspeto terminativo do verbo regente que determina uma leitura de sobreposição da eventualidade da oração encaixada (comparem-se (29) e (30)); a natureza aspetual da eventualidade da oração completiva é responsável pela leitura de sobreposição com o estado “pensar”. Note-se, porém, que, embora esta seja a interpretação preferencial em estruturas com estados nas orações completivas selecionadas pelo verbo *pensar*, há predicados que impõem uma leitura de posterioridade, como em (33):

(33) Pensei ser médica.

Apesar de certos verbos introdutores de completivas infinitivas licenciarem somente leituras de futuro, a ocorrência de alguns com orações finitas pode significar outras leituras. Por exemplo, em relação a *prometer*, é interessante notar que, em Inglês, este verbo coocorrendo com orações finitas pode ter uma leitura de sobreposição, facto este demonstrado por Abusch (2004) através do exemplo (34).

(34) In her phone call to Guido, Monique promised that she was in the office, not at Paul’s place. (Abusch, 2004)

Porém, a localização temporal do estado descrito na oração complemento no mesmo intervalo de tempo que o evento representado na oração principal não é possível quando a oração finita passa a infinitiva, como em (35).

(35) In her phone call to Guido, Monique promised to be in the office, not at Paul’s place. (Abusch, 2004)

De acordo com Abusch, a possibilidade de *promise* com orações completivas finitas ter a interpretação de sobreposição deriva do facto de este verbo ser ambíguo

lexicalmente entre uma leitura de compromisso e de afirmação. Com as orações completivas infinitivas, *promise* parece caracterizar-se por uma significação mais limitada.

Em Português Europeu, a leitura de sobreposição em configurações com o verbo *prometer* a introduzir orações finitas resulta estranha. No entanto, a sua substituição pelo verbo *jurar* melhora significativamente a frase e autoriza uma leitura de sobreposição da oração completiva, sendo esta aliás a interpretação preferencial. Com predicados eventivos, a leitura que o verbo *jurar* condiciona é a de posterioridade (cf. (36)):

(36) O arquiteto jurou cumprir o prazo de entrega do projeto.

Para além de *jurar*, há outros verbos cujas orações infinitivas encaixadas podem ter ou uma leitura de sobreposição ou de posterioridade. Em (37), a interpretação preferencial da oração completiva é a de sobreposição em relação à frase matriz. Mas basta colocar um adverbial temporal com a informação de futuro, como em (38), ou alterar o predicado da oração completiva, como em (39), para a leitura da frase ser diferente, sendo atribuída à oração encaixada uma interpretação de posterioridade.

(37) A Maria prevê estar grávida.

(38) A Maria prevê estar grávida no próximo mês.

(39) A Maria prevê manter o seu emprego.

Mais uma vez, se o predicado da oração infinitiva for eventivo, a sua localização temporal é num intervalo de tempo posterior ao da ocorrência de “prever”, como revela o exemplo (40):

(40) O Manuel prevê comprar um carro.

Portanto, neste primeiro grupo de verbos introdutórios, distinguem-se dois sub-grupos. O primeiro inclui verbos como *prometer*, *decidir*, *desejar*, *querer* e *esperar*, que condicionam preferencialmente leituras de futuro nas orações completivas infinitivas. O segundo divide-se em mais dois subgrupos: num encontram-se verbos como *pensar* e *jurar*, cujas orações completivas infinitivas têm preferencialmente uma leitura de sobreposição, se forem predicados estativos, e de posterioridade, se forem predicados eventivos; do outro subgrupo fazem parte verbos como *prever*, que podem estabelecer com as suas orações completivas infinitivas ou uma relação de sobreposição ou de posterioridade, dependendo dos predicados envolvidos nas orações encaixadas.

2.2. Interpretações de anterioridade

Até ao momento, analisámos configurações com leituras de sobreposição e de posterioridade entre as eventualidades representadas pelas duas orações. Mas será que há estruturas em que seja viável uma interpretação de anterioridade da oração encaixada em relação à oração matriz?

O Infinitivo em orações completivas de verbo parece veicular apenas a informação temporal de “não-passado”, constatação esta comprovada pela incompatibilidade da coocorrência com advérbios temporais que remetem para um tempo passado. Não obstante esta observação, há exemplos como os de (41) a (43).

- (41) Tinha doze anos e lembro-me de ouvir na televisão um concerto de Sonny Rollins e não aguentar aquilo. (C/P, Ext 77135)
- (42) Não é nada muito explícito mas lembro-me, quando era miúdo e vivia numa terra pequena, de conhecer uma série de pessoas que eram bombeiros voluntários, pessoas normais que de vez em quando se transformavam em criaturas que davam a vida sem retribuição. (C/P 1538981)
- (43) O subchefe lembrava-se de estar no gabinete da esquadra, a escrever documentos, quando Rosa entrou. (C/P, Ext 909200)

Nestas frases, as eventualidades representadas nas orações completivas, sejam elas eventos ou estados, estabelecem com “lembrar-se” uma relação de anterioridade, sendo a sua localização temporal fornecida pela primeira oração coordenada em (41) e pelas orações temporais em (42) e (43). Mesmo na ausência de advérbios temporais ou outros indicadores da localização temporal da eventualidade da oração encaixada, a leitura não deixa de ser de anterioridade (cf. (44)).

- (44) Além disso, lembra-se de se interrogar como é que aquelas duas pessoas podiam tocar estilos de música tão diferentes. (C/P, Ext 44329)

Neste tipo de configurações, tal como acontece com *prometer* e *decidir*, as propriedades semânticas do verbo introdutor, *lembrar-se*, são responsáveis pela localização temporal das eventualidades das orações completivas infinitivas. Portanto, o Infinitivo Simples pode ter uma interpretação retrospectiva em completivas de verbo, para além da interpretação de sobreposição e de posterioridade.

Todavia, esta interpretação não surge em todos os tempos verbais do verbo em questão, como comprovam os exemplos de (45) a (47).

- (45) Por um imperdoável defeito meu, lembrei-me de adaptar a português a expressão “tax payer money”. (C/P, Ext 67208)
- (46) Gente séria lembrou-se de exigir justiça. (C/P, Ext 34055)
- (47) O Carlos lembrou-se de ser polícia.

Nestes exemplos, as eventualidades das orações encaixadas localizam-se num intervalo de tempo posterior, e não anterior, ao ocupado pela eventualidade da frase matriz. Esta diferença na leitura temporal dos dados com o verbo introdutor *lembrar-se* verifica-se porque, no Pretérito Perfeito, o verbo assume, na maioria dos casos, um outro significado, parafraseável por “tive a ideia de”. Contudo, há exemplos, como os de (48) e (49), que são ambíguos entre uma leitura de posterioridade ou de anterioridade das frases completivas quanto às frases superiores.

- (48) O Manuel lembrou-se de estar com os amigos.

(49) Então lembrei-me de ver água e verde. (C/P, Ext 321813)

Esta ambiguidade semântica parece surgir apenas com predicados estativos, justificável pela própria natureza não delimitável dos estados. Na forma não reflexa, no mesmo tempo verbal, este verbo pode ainda determinar uma leitura de sobreposição das completivas infinitivas estativas em relação à frase matriz, assumindo um significado diferente, a saber “trazer à memória”. Vejam-se os dados em (50) e (51):

- (50) Jardim foi «provocado» logo de início pelo jornalista Carlos Magno, coordenador do debate, que lhe lembrou haver quem tema que a regionalização conduza a muitos «albertos joões». (C/P, Ext 3888)
- (51) Sublinhou que nenhum estudante verá o seu acesso ao ensino vedado por falta de recursos, e lembrou ser urgente o seguimento de outras medidas governamentais que resolvam os problemas do ensino em Portugal. (C/P, Ext 9528)

No início desta secção, referimos que há verbos que condicionam a leitura das suas completivas infinitivas. No entanto, verificámos que o mesmo verbo pode ter interpretações temporais diferentes consoante a completiva seja um predicado eventivo ou estativo. Por isso, impõe-se a pergunta: Por que motivo há verbos que com predicacões estativas têm uma leitura de sobreposição e com predicacões eventivas uma leitura de posterioridade? As predicacões estativas não são delimitadas e podem sobrepor-se a qualquer ponto de perspectiva temporal, esteja ou não previamente definido. Regra geral, os estados representados nas orações infinitivas sobrepõem-se às eventualidades das frases superiores. Quando as frases superiores descrevem eventos, sendo estes delimitados a um dado intervalo de tempo, a fraca informação temporal que veiculam é apagada pelas características semânticas dos verbos regentes que determinam a sua localização temporal.

3. Conclusões

Sintetizamos, em seguida, a proposta que acabámos de desenvolver:

- As formas de Infinitivo Simples parecem codificar alguma informação de cariz temporal, embora esta se revele defetiva e nem sempre “visível” ou “ativa”, dependendo do tipo de configuração relevante.
- No contexto de verbos introdutores, como *dizer* ou *afirmar*, que não contemplam instruções específicas no que diz respeito à localização da oração que selecionam, o Infinitivo Simples favorece uma relação de sobreposição entre a subordinada em que ocorre e o tempo de localização da eventualidade da frase matriz.
- No contexto de verbos introdutores que, de alguma forma, condicionam a localização da oração que selecionam, a informação temporal veiculada pelo Infinitivo Simples é preterida em relação à orientação conferida pelo

- verbo representado na frase matriz.
- Em determinados contextos frásicos, a interpretação temporal é condicionada não só pelo tipo semântico do verbo introdutor e pela natureza aspetual do predicado da oração completiva infinitiva, mas também pelo tipo de predicado e pela presença de adverbiais temporais. Daí, a obrigatoriedade de uma leitura composicional da frase.

Subtipos de verbos de movimento e classes aspetuais¹

António Leal
Fátima Oliveira

0. Introdução

É comum considerar-se que os verbos de modo de movimento constituem uma classe não homogénea, tanto sintática como semanticamente. Em Levin (1993:263-270), por exemplo, é feita uma divisão e caracterização verbais baseadas não só em critérios nocionais, mas também sintáticos. Neste trabalho, considera-se que, embora os verbos de modo de movimento se caracterizem por denotarem uma deslocação, não necessariamente obrigatória, o que os une é o facto de, lexicalmente, não denotarem uma direção inerente, mas sim uma forma ou modo de movimento, próprios de cada verbo, em que a especificação de uma direção só pode ser feita por um sintagma direcional. Assim, este grupo de verbos divide-se em dois subgrupos: o dos verbos do tipo *roll* e o dos verbos do tipo *run*. Este segundo tipo, constituído por verbos inergativos, evidencia um comportamento não uniforme em relação aos critérios sintáticos, o que leva Levin (1993) a sugerir que estudos mais aprofundados poderão conduzir a hipotéticas subdivisões dentro deste grupo.

Uma análise mais atenta dos verbos inergativos de modo de movimento em Português Europeu (doravante, PE) revela, de facto, a necessidade de se proceder a uma subdivisão. Com efeito, verbos como *caminhar* (walk), *nadar* (swim) ou *correr* (run) comportam-se de forma distinta de verbos como *vaguear* (wander) ou *deambular* (saunter) no que diz respeito à especificação da direção através de um SP, como se pode verificar pelos seguintes exemplos.

- (1) a. O João caminhou para casa.
b. * O João vagueou para casa.
c. O João caminhou até casa em meia hora.
d. * O João vagueou até casa em meia hora.

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Frota, S. e Santos, A. L. (orgs.), *Textos Seleccionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Évora: Associação Portuguesa de Linguística, 2008, pp.287-298.

No sentido de propor uma hipótese de explicação para este problema, são objetivos deste trabalho, em particular, (i) identificar subclasses de verbos dentro do grupo dos verbos de modo de movimento inergativos; (ii) salientar algumas consequências da existência dessas subclasses para uma teoria do aspeto; (iii) apontar alguns contributos para a caracterização semântica diferenciada das preposições *para* e *até*, sugeridos pelas subclasses verbais identificadas e relevantes para a construção aspetual.

1. Verbos de modo de movimento em PE: alguns problemas

Os verbos inergativos de modo de movimento em PE evidenciam um comportamento diferenciado em vários contextos, em particular no que diz respeito à combinação com sintagmas preposicionais regidos por *para* e *até*, na sua interpretação direcional e, portanto, com a função semântica de Alvo.

1.1. Verbos do tipo *caminhar*

Os verbos do tipo *caminhar* admitem um sintagma preposicional introduzido por *para*, embora a aplicação dos testes tipicamente utilizados para a identificação de complementos e de adjuntos não seja conclusiva, tal como se pode verificar em (2) e (3). Se em (2) o sintagma preposicional parece ser um adjunto, já em (3) o teste identifica esse mesmo sintagma como complemento.

- (2) a. O João caminhou para casa e a Maria fez o mesmo para a escola. (fazer o mesmo = caminhar)
(3) p. * O que é que o João fez para casa?
r. Caminhou.

Em segundo lugar, os verbos do tipo *caminhar* admitem sem problemas um sintagma preposicional introduzido por *até*, como adjunto do SV, como se comprova pelos testes em (5) e (6).

- (4) O João caminhou até casa.
(5) O João caminhou até casa e a Maria fez o mesmo até à escola. (fazer o mesmo = caminhar)
(6) p. O que é que o João fez até casa?
r. Caminhou.

Em terceiro lugar, estes verbos admitem também a coocorrência com uma expressão de medição espacial, como em (7). Essa expressão parece funcionar como complemento, tal como se verifica em (8)-(9).

- (7) a. O João caminhou 30 metros.
b. O João marchou 30 metros.
(8) */??? O João caminhou 30 metros e a Maria fez o mesmo 20 metros. (fazer o mesmo = caminhar)

- (9) p. */??? O que é que o João fez 30 metros?
r. Caminhou.

Por último, estes verbos não admitem a modificação pelo adverbial temporal *em x tempo*, a não ser que esteja implícita uma distância determinada. Assim, os exemplos (10a) e (11a) são agramaticais, a não ser que o contexto forneça informação suficiente para que se possa interpretar, por exemplo, “nadar em dois minutos” como “nadar uma distância determinada em dois minutos”, tal como está explicitado em (10b) e (11b), através da introdução de “200 metros” e “uma piscina”.

- (10) a. */^{ok} O João nadou em 2 minutos.
b. O João nadou 200 metros em 2 minutos.
(11) a. */^{ok} O João nadou em 2 minutos.
b. O João nadou uma piscina em 2 minutos.

Neste contexto, é ainda de assinalar que a ocorrência do adverbial em causa é também licenciada se, em vez de uma distância determinada, for considerado um percurso com fronteira final, definido através de um sintagma preposicional, como se pode ver em (12).

- (12) O João nadou {até a/para} o barco em 2 minutos.

Pelo contrário, estes verbos admitem sem problemas a modificação pelo adverbial temporal *durante x tempo*, como se constata em (13).

- (13) O João correu/ nadou durante 30 minutos.

1.2. Verbos do tipo *vaguear*

Uma das características sintáticas dos verbos do tipo *vaguear* é a impossibilidade de coocorrência com sintagmas preposicionais introduzidos por *para*, tal como é ilustrado em (14).²

- (14) a. * O João vagueou para a escola.

² Refira-se que, no *Corpus CETEMPúblico*, são raríssimas as ocorrências deste tipo de verbos com a preposição *para* e, em todas elas, o SP tem um valor meramente direcional, sendo substituível por *na direção de*. Vejam-se os seguintes exemplos, retirados do referido *corpus*.

(a) ... quando o marido é afastado da mulher e o olhar vagueia para ocidente, pairando sobre a Irlanda e o seu Pântano de Allen...

(b) Entre o meio dia e as três da manhã há cerca de um milhão de pessoas que deambulam para trás e para diante, num tropel incessante e sem destino aparente...

- b. * O João passeou para a escola.³
- c. * O João deambulou para a escola

Uma outra característica deste tipo de verbos é a compatibilidade com um sintagma preposicional introduzido por *até*. Este sintagma comporta-se como um adjunto do SV, como se verifica em (16).

- (15) a. O João vagueou até à escola
- b. O João passeou até à escola
- (16) a. p. O que é que o João fez até à escola?
- r. Vagueou.
- b. O João vagueou até à escola e a Maria fez o mesmo até à faculdade.
(fazer o mesmo = vaguear)

Uma terceira propriedade prende-se com a compatibilidade destes verbos com expressões de medição espacial. Como se pode ver em (17), estes verbos rejeitam as expressões de medição.

- (17) a. * O João vagueou 5 quilómetros.
- b. * O João deambulou 5 quilómetros.
- c. */??? O João passeou 5 quilómetros.

Por fim, estes verbos não admitem a ocorrência do adverbial *em x tempo*, mas coocorrem com *durante x tempo*, tal como os exemplos seguintes ilustram.⁴

- (18) a. * O João vagueou em 2 horas.
- b. * O João passeou em 2 horas.
- (19) a. O João vagueou durante 2 horas.
- b. O João passeou durante 2 horas.

A impossibilidade de ocorrência com *em x tempo* é de realçar nos casos em que

³ Note-se que a preposição *para* pode ter um significado locativo, sendo, neste caso, substituída por *em*, como nos seguintes exemplos:

- (a) O João foi passear para a praia.
- (b) O João foi passear na praia.

Recorde-se, contudo, que, na análise do exemplo em (14), o significado relevante da preposição *para* não é o de Locativo, mas sim o de Alvo.

⁴ Ocorrem, no *Corpus CETEMPúblico*, aparentes contraexemplos, como os seguintes:

- (a) Johnson passeou em 400m, com 44,56s, Torrence (com Ottey a lesionar-se à entrada da curva) bateu por margem nunca vista a russa Irina Privalova...
- (b) Carla Sacramento (Sporting) passeou em 1500 metros (4m22,79s), enquanto em 10 mil metros Carlos Patrício (Sporting) batia o benfiquista Juvenal Ribeiro, com 28m48,91s...

Note-se, contudo, que estas frases requerem uma interpretação de *passear* distinta da que tipicamente lhe é atribuída. No caso destes exemplos, *passear em 400m/ em 1500 metros* corresponde a *correr a prova dos 400m/1500 metros, vencendo de uma forma extremamente fácil*. De forma nenhuma se pode interpretar estas frases como *deu um passeio em 400m/1500 metros*.

ocorre também um SP introduzido por *até*, contrariamente ao que acontece com os verbos do tipo *caminhar*, como se viu anteriormente.

(20) * O João vagueou até à escola em 2 horas.

Tendo em conta estas diferenças, parece assim relevante distinguir os verbos do tipo *caminhar* dos verbos do tipo *vaguear*. As distinções apresentadas estão sumariadas no quadro que a seguir se apresenta.

Características	Verbos do tipo <i>caminhar</i>	Verbos do tipo <i>vaguear</i>
coocorrência com sintagma preposicional introduzido por <i>para</i>	sim (complemento?/ adjunto?)	não
coocorrência com sintagma preposicional introduzido por <i>até</i> (adjunto de SV)	sim	sim
coocorrência com expressão de medição espacial	sim (complemento?)	não
modificação pelo adverbial temporal <i>em x tempo</i>	sim ⁵	não
modificação pelo adverbial temporal <i>durante x tempo</i>	sim	sim

Para além destas diferenças, importa ainda apontar uma outra: os verbos do tipo *vaguear* não denotam realmente o modo como o movimento é efetuado. Com efeito, uma observação atenta dos exemplos em (21) permite-nos verificar que, se, em (21a), o modo de movimento de *vaguear* pode ser eventualmente identificado com o de *caminhar*, em (21b), isso não é possível. Neste exemplo, *vaguear* identifica-se com *flutuar*, *remar* ou *nadar*, mas não com *caminhar*.

- (21) a. O rapaz vagueou até à praia.
b. O rapaz vagueou até uma ilha deserta.

2. Consequências aspetuais desta divisão

Algumas das propriedades apontadas, na secção anterior, a estes subtipos de verbos indiciam peculiaridades aspetuais que importa realçar.

Apesar de tipicamente ocorrerem com o adverbial *durante x tempo*, os verbos do tipo *caminhar* podem ocorrer com o adverbial *em x tempo*, particularmente se coocorrerem com um SP introduzido por *para* ou por *até*; os verbos do tipo *vaguear* apenas podem ocorrer com o adverbial *durante x tempo*, mesmo quando comparece

⁵ A ocorrência gramatical requer que esteja implícita uma distância determinada ou um percurso com fronteira final.

também um SP introduzido por *até*.

- (22) a. O João caminhou durante meia hora.
b. O João caminhou para a escola durante meia hora.
c. ^{ok}/(?) O João caminhou para a escola em meia hora.
- (23) a. O João vagueou durante meia hora.
b'. ? O João vagueou até à escola durante meia hora.
b''. O João vagueou durante meia hora até à escola.
c. */(???) O João vagueou até à escola em meia hora.

Assim, verificamos que, em (22a), sem a ocorrência de um SP introduzido por *para* (ou *até*), se obtém uma interpretação atélica da predicação, que se combina com o adverbial *durante x tempo*. Porém, a ocorrência do SP introduzido por *para* permite uma leitura télica, se a predicação se combinar com o adverbial *em x tempo*, e uma leitura atélica da predicação, se combinada com o adverbial *durante x tempo*. No entanto, há claras diferenças entre as duas na medida em que no primeiro caso se está perante um processo culminado e no segundo caso perante um processo, à semelhança do que acontece com processos culminados típicos, que, ao coocorrer com o adverbial *durante x tempo*, perdem a culminação. Por esta razão, em (22b), infere-se que o João não chegou à escola, mas, em (22c), infere-se que chegou à escola.

Por seu turno, em (23a), verificamos que a não ocorrência de um SP introduzido por *até* está associada a uma interpretação atélica da predicação.⁶ No entanto, a inserção de um SP introduzido por *até*, marcador de final de percurso (cf. (23b)), permite também, contrariamente ao esperado se apenas considerarmos o SP, a coocorrência com o adverbial *durante x tempo*. Refira-se que as duas versões de (23b) parecem oferecer uma interpretação ligeiramente diferente, sendo a frase mais natural se o adverbial temporal seguir imediatamente o verbo e não o SP (cf. (23b') e (23b'')). Com efeito, a interpretação de (23b'') aponta para um único evento, que consistiu em “o João vaguear”, e isso ocorreu ao longo de meia hora e, no termo temporal do evento, o João encontrava-se junto à escola. (23b'), por sua vez, apesar de poder apresentar também esta leitura, tem uma outra, preferencial, que consiste numa série de eventos de “o João vaguear até à escola”, série essa que se prolongou por meia hora. Em qualquer uma destas interpretações se infere que o João chegou à escola, o que as distingue claramente da interpretação de (22b), em que, como vimos, se infere que o João não chegou à escola.

Por fim, em (23c), verificamos que a inserção do SP introduzido por *até* não é compatível com o adverbial *em x tempo*.

Estes dados parecem indiciar que os verbos do tipo *vaguear* dão origem a eventualidades que se mantêm atélicas no decorrer da construção aspetual. Ou seja, estes verbos surgirão do léxico como itens lexicais atélicos e não permitirão que a predicação básica em que se incluem adquira telicidade através dos mecanismos

⁶ Recorde-se que estes verbos não se combinam com SP introduzidos por *para*.

composicionais que estamos a discutir⁷. Isto explica o comportamento destes verbos nos exemplos apresentados. Mesmo a introdução de um SP que delimita o argumento percurso destes verbos não provoca uma alteração na natureza aspetual da predicação, que se mantém atélica e, por isso, rejeita o adverbial *em x tempo*.

Pelo contrário, os verbos do tipo *caminhar* parecem surgir do léxico não especificados no que à telicidade diz respeito. Assim sendo, o carácter télico ou atélico da predicação em que se incluem vai depender exclusivamente de mecanismos composicionais. Desta forma, não havendo nada que atribua telicidade à predicação, como um SP explícito que indique o termo de um percurso (*para a escola, até à escola*), essa mesma predicação será atélica e combinar-se-á com o adverbial *durante x tempo*. Mas, se for composicionalmente atribuída telicidade à predicação, já a combinação será com o adverbial *em x tempo*. Estas considerações implicam assumir que, nos casos de subespecificação da telicidade por parte do verbo, a predicação será, por defeito, atélica.

Desta forma, parece haver, entre os verbos inergativos que denotam modo de movimento, verbos que denotam processos não sujeitos a mudança (“coercion”), como *vaguear*, que mantêm inalterada a predicação, no que à telicidade diz respeito, ao longo da composição aspetual. Por outro lado, há uma subclasse de verbos, como *caminhar*, que se comportam como processos “culmináveis”, ou seja, são na base processos, mas permitem a adição de uma expressão que seria, à partida, não subcategorizada⁸ (não sendo por isso processos culminados básicos), que quantifique a distância percorrida, fazendo, assim, a transição aspetual de processo para processo culminado. De um modo geral, o argumento por defeito (cf. Pustejovsky, 1995) é um SP introduzido por *para* (cf. (24a) e (24b)), mas, com um número restrito de verbos, tipicamente aqueles que denotam um tipo de prova desportiva, pode ser mesmo um SN com a função de objeto direto (cf. (24c)).

- (24) a. O João caminhou para a escola.
- b. O João correu para a escola.
- c. O João correu a maratona / O João correu-a.

Generalizando estas conclusões a outros tipos de verbos, podemos incluir, nesta classe dos processos “culmináveis”, os casos daquelas eventualidades cujos predicadores verbais são itens do tipo *ler* ou *comer*. De facto, na literatura (e.g., Verkuyl, 1993), levanta-se a questão de se as eventualidades com *ler* ou *comer* são processos básicos que composicionalmente passam a processos culminados por adição de argumentos ou se são na base processos culminados que passam a processos através da não realização de argumentos internos. Sugerimos assim que eventualidades com verbos como *comer* ou *ler* são, na base, processos “culmináveis”,

⁷ A análise que estamos a efetuar diz respeito apenas à construção aspectual ao nível da “inner aspectuality” (cf. Verkuyl, 2000), ou seja, ao nível da estrutura formada pelo verbo e pelos seus argumentos interno(s) e externo.

⁸ Seguindo a classificação proposta em Pustejovsky (1995), estas expressões corresponderiam a argumentos por defeito, ou seja, argumentos que intervêm na expressão lógica do item lexical, mas que não são necessariamente realizados na sintaxe.

ou seja, eventualidades que deixam em aberto o seu estatuto télico, o qual pode ser definido, num segundo momento, por, por exemplo, adverbiais temporais.

3. Consequências ao nível da semântica preposicional

As observações efetuadas têm também consequências ao nível da semântica das preposições.

Na literatura (e.g., Moens, 1987; Verkuyl, 1993; Zwarts; 2005), considera-se normalmente que um SP encabeçado por preposições como *até* ou *para* delimita aspetualmente a predicação em que se insere. Contudo, os dados do PE sugerem, em primeiro lugar, que os SPs introduzidos por estas preposições, pelo menos no que diz respeito à combinação com os verbos de modo de movimento inergativos, têm um comportamento aspetualmente distinto e que essa diferença tem a ver com o facto de os SPs introduzidos por *até* não delimitarem aspetualmente, mas apenas temporalmente, as predicações. Vejamos os dados que sustentam estas afirmações.

(i) O SP introduzido por *para*, quando combinado com verbos do tipo *caminhar*, comporta-se como um objeto direto determinado no singular de um verbo tipicamente incremental, dando origem, nomeadamente, ao paradoxo do imperfetivo. Assim, em (25a), é denotado um único evento e infere-se que o João não chegou à escola. Já em (25b) se infere que o João chegou à escola. Algo de semelhante se passa em (26): infere-se que o João não acabou de ler o livro em (26a), mas que acabou de ler o livro em (26b).

- (25) a. O João caminhou para a escola durante meia hora.
- b. O João caminhou para a escola em meia hora.
- (26) a. O João leu o livro durante meia hora.
- b. O João leu o livro em meia hora.

O SP introduzido por *até*, com verbos do tipo *caminhar*, tem um comportamento distinto do observado com *para* quando combinado com o adverbial *durante x tempo*, dado que não permite o paradoxo do imperfetivo. De facto, o exemplo (27a') só se aceita numa leitura em que existe uma série de eventos de “o João caminhar até à escola”, série essa que se prolonga por meia hora (leitura iterativa), ou numa leitura em que existe um único evento, que consistiu em “o João caminhar”, e isso ocorreu ao longo de meia hora e, no termo temporal do evento, o João encontrava-se junto à escola (leitura mais natural se o adverbial seguir imediatamente o verbo, como em (27a'')).⁹

- (27) a'. */# O João caminhou até à escola durante meia hora.
- a''. O João caminhou durante meia hora até à escola.
- b. O João caminhou até à escola em meia hora.

Estes dados mostram claramente que a preposição *até* impõe uma delimitação

⁹ Estas leituras são as mesmas que foram apontadas para o exemplo (23b'').

temporal à predicação em que se insere muito mais forte do que a que a preposição *para* impõe, dado que, neste segundo caso, a delimitação pode ser cancelada através da inserção de um adverbial temporal. Assim, *para* permite que o adverbial temporal *durante x tempo* retire o termo aspetual intrínseco à predicação *caminhar para a escola*; a preposição *até* não permite a remoção do fim intrínseco da predicação *caminhar até a escola*.

(ii) Se os verbos do tipo *caminhar* são lexicalmente indeterminados no que à telicidade diz respeito, enquanto os verbos do tipo *vaguear* são lexicalmente atélicos, é de esperar que ambos sejam compatíveis com SPs introduzidos por *até*, dado que esta preposição apenas delimita temporalmente as predicções. Pelo contrário, os verbos do tipo *vaguear* não seriam compatíveis com SPs introduzidos por *para*, dado que esta preposição delimitaria um dos argumentos do predicado, o argumento percurso. Tendo em conta que, nos verbos de modo de movimento, é estabelecida uma relação homomórfica entre o argumento evento e o argumento percurso (cf., e.g., Krifka, 1992, 1998), a delimitação do argumento percurso implicaria a delimitação do argumento evento, o que entraria em contradição com a informação lexical veiculada pelos verbos do tipo *vaguear*, que projetam eventualidades atélicas, sem delimitação. Os dados confirmam estes pressupostos. Vejam-se (28) e (29).

- (28) a. O João caminhou para a escola.
b. O João caminhou até à escola.
(29) a. * O João vagueou para a escola.
b. O João vagueou até à escola.

(iii) Se a delimitação efetuada por *até* for estritamente temporal, ela não criará as condições necessárias para a ocorrência do adverbial *em x tempo*, se o verbo não o permitir lexicalmente, dado que este adverbial requer que o verbo presente na predicação seja de alguma forma já télico ou potencialmente télico. Assim, os exemplos com verbos do tipo *vaguear* serão sempre agramaticais quando ocorre o adverbial *em x tempo*, mesmo com um SP introduzido por *até* (cf. (30)).

- (30) a. O João caminhou até à escola em meia hora.
b. * O João vagueou até à escola em meia hora.

Note-se que, em casos como (28b), consideramos que o SP “até à escola” está a delimitar temporalmente a eventualidade de uma forma indireta. O que esse SP está diretamente a delimitar é, sim, um dos argumentos do verbo, o argumento que semanticamente denota o percurso. Dito de outra forma, *até à escola* está a fazer uma delimitação de tipo espacial do argumento percurso do predicado verbal porque está a atribuir a esse argumento percurso uma fronteira final. Sublinhe-se que essa fronteira final não pode ser identificada com o Alvo, ou seja, não é o final “aspetual” do argumento percurso (esse será expresso por *para a escola*). É através da delimitação espacial desse argumento percurso que é feita a delimitação da eventualidade, através de um homomorfismo argumento-evento: ao atribuirmos uma fronteira espacial final ao argumento percurso, atribuímos também uma fronteira temporal final ao evento.

(iv) Sendo a delimitação efetuada por *até* de tipo temporal, esta preposição poderá introduzir complementos de natureza diversa. Em (31a), ocorrem, para além de *até ao jardim*, o adverbial temporal *até às 6 da tarde* e a eventualidade *até a Maria chegar*. Já *para* introduz complementos de natureza espacial (cf. (31b)). Isto tem a ver com o facto de a delimitação aspetual efetuada pelo SP com *para* passar necessariamente pela delimitação do argumento percurso do predicado, o que requer que o elemento delimitador tenha uma natureza espacial.

- (31) a. O João correu até {às 6 da tarde/ a Maria chegar/ ao jardim}.
b. O João correu para {* as 6 da tarde/ * a Maria chegar/ o jardim}.

(v) Sendo a delimitação efetuada por *até* de tipo temporal, pode ocorrer com todos os tipos aspetuais (e não apenas com aqueles que têm um estado consequente). Por exemplo, pode ocorrer com um estado, como em (32a).

- (32) a. O João morou em casa dos pais até casar.¹⁰
b. * O João morou em casa dos pais para casar.

Em suma, os dados de (i) a (v) parecem mostrar que, apesar de aparentemente idênticos, os SPs introduzidos por *até* e por *para* se comportam de uma forma vincadamente distinta no que a questões aspetuais diz respeito e no que concerne à sua combinação com verbos de modo de movimento inergativos.

Os SPs introduzidos por *até* parecem marcar uma fronteira final para a predicação com que se combinam. Essa fronteira é tipicamente de tipo temporal, ou seja, é uma fronteira constituída externamente ao tempo intrínseco da predicação. Assim, por serem, do ponto de vista aspetual, totalmente independentes da predicação com que se combinam, **a.** podem introduzir complementos de preposição de natureza distinta, **b.** podem ocorrer com todos os tipos de predicados aspetuais, **c.** não atribuem, por si só, telicidade a predicações de base atélica e **d.** não permitem a inferência de “alvo não atingido” quando se combinam com o adverbial *durante x tempo*, dado que o “paradoxo do imperfetivo” requer alterações no tempo interno da predicação, não no tempo externo.

Por seu lado, os SPs introduzidos por *para* definem também uma fronteira final para a predicação, mas essa fronteira final é de tipo aspetual, i.e., é uma fronteira definida internamente, que tem a ver com o tempo interno da predicação. A definição dessa fronteira final é feita através da referência ao Alvo, o termo de um argumento percurso. Isso implica que esta preposição **a.** só possa introduzir complementos de

¹⁰ A natureza dos elementos delimitadores dos estados é necessariamente temporal, dado que, na sua estrutura argumental, não existe nenhum argumento percurso que permita uma delimitação de tipo espacial. Desta forma, os estados só podem ser delimitados por eventos (cf. a.) ou por adverbiais temporais (cf. b.). Nos casos em que ocorrem adverbiais de tipo espacial (cf. c.), parece estar em jogo uma interpretação eventiva (cf. c’).

- a. O João esteve doente até a Maria regressar das ilhas.
b. O João esteve doente até às 6 da tarde.
c. O João esteve doente até casa.
c’. O João esteve doente até chegar a casa.

preposição de natureza espacial, **b.** só possa ocorrer com predicados aspetuais de movimento que não tenham uma base claramente atélica, **c.** que possa atribuir, por si só, telicidade a predicções cujos verbos estejam indeterminados no que à telicidade diz respeito, dado que a telicidade tem a ver com o tempo interno das predicções, e **d.** que permita a inferência de “alvo não atingido” quando se combina com o adverbial *durante x tempo*.

4. Conclusões

As observações efetuadas ao longo deste trabalho levam-nos às seguintes conclusões.

Dentro do grupo dos verbos de modo de movimento inergativos, podem ser identificados dois subgrupos, com comportamentos distintos: os verbos do tipo *caminhar*, que aparentam ser lexicalmente indeterminados quanto à telicidade que a predicção pode exibir; os verbos do tipo *vaguear*, que aparentam determinar a atelicidade das predicções em que se inserem.

A identificação dessas subclasses sugeriu a divisão, no interior das predicções básicas, não apenas entre processos e processos culminados, mas entre processos, processos culminados e processos “culmináveis”, uma divisão tripartida que resulta da divisão em duas subclasses da classe dos processos. Desta forma, consideramos que os processos são aquelas predicções que de maneira nenhuma deixam de ter a atelicidade como característica no decorrer da construção aspetual; os processos culmináveis são aqueles que estão, na base, não especificados quanto à telicidade e que a veem definida no decorrer da composição aspetual. No caso dos verbos de modo de movimento inergativos, os processos são projetados por verbos do tipo *vaguear* e os processos “culmináveis” são projetados por verbos do tipo *caminhar*.

A compatibilidade destes verbos com SPs introduzidos por *para* e por *até*, juntamente com as diferentes leituras que se podem identificar, sugerem também uma distinção entre estas preposições. Assim, defendemos que *para* opera uma delimitação da predicção de tipo aspetual, interna, e que *até* opera uma delimitação de tipo temporal, externa.

A seleção de propriedades aspetualmente relevantes nos verbos de argumento incremental¹

António Leal

0. Introdução

Nos estudos sobre Aspeto, a contribuição de um dos argumentos do verbo para a determinação da telicidade da predicação básica tem sido explicada de diversas formas.

Entre os vários autores podemos destacar Tenny (1994), que sugere que há um argumento cujo papel é o de medir o evento ou de o delimitar, Verkuyl (1993; 2000), que defende que há uma transferência das propriedades quantitativas de um dos argumentos para o tempo de duração do evento, ou Krifka (1992; 1998), que defende um homomorfismo da denotação do evento para a denotação de um argumento incremental, ou ainda Rothstein (2004; 2009), que considera que um dos argumentos participa na delimitação de um evento BECOME, constitutivo da estrutura de evento.

As abordagens à interação entre os verbos e os seus argumentos incrementais tomaram como ponto de partida os verbos de criação e de destruição, ou seja, os verbos que expressam uma mudança na existência de uma entidade (quer a sua criação total, quer a sua destruição total), como em (1) e (2), e foram alargadas mais tarde a outros tipos de verbos, nomeadamente aos verbos designados de mudança de estado, de movimento e de *performance* (cf. (3), (4), (5)).

- (1) O João construiu a casa.
- (2) O João comeu o bolo.
- (3) O João aqueceu a sopa.
- (4) O João caminhou para casa.
- (5) O João tocou uma sonata.

Desta forma, tanto em (1) como em (2), a extensão espacial da denotação dos

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Brito, A.M.; Silva, F.; Veloso, J. e Fiéis, A. (orgs.), *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto: Associação Portuguesa de Linguística, 2010, pp.487-498.

SDet objeto direto “a casa” e “o bolo” delimitam a extensão temporal dos eventos “construir a casa” e “comer o bolo”, respetivamente. Por seu lado, em (3), é o facto de o referente do objeto direto “a sopa” atingir uma determinada temperatura que delimita o evento, enquanto em (4) isso acontece porque a entidade denotada pelo SDet sujeito atinge uma determinada localização espacial, identificada pelo SN “casa”. Por fim, em (5), é a execução ou realização completa de um objeto “abstrato”, denotado pelo SDet “uma sonata” que mede e delimita o evento “tocar uma sonata”.

A análise destes tipos de verbos levanta a seguinte questão: se, em todos eles, há um argumento que fornece uma maneira de medir e delimitar o evento identificado na predicação em que ocorre, então deve haver, dissimulado pela aparente heterogeneidade destas classes de verbos, algum tipo de informação de carácter aspetual que é comum a todos eles. O objetivo principal deste trabalho é apresentar uma proposta de descrição desta informação codificada nos verbos e que é aspetualmente relevante para determinar a telicidade de algumas predicções.

1. As informações aspetualmente relevantes codificadas na semântica lexical dos verbos incrementais

Há vários aspetos em comum a quase todas as propostas que procuram explicar a interação entre a semântica dos verbos e a dos argumentos aspetualmente pertinentes para a determinação da telicidade das predicções. Um deles é o facto de se assumir que o verbo deve conter, ao nível lexical, a informação de qual é o argumento aspetualmente relevante para a determinação da telicidade da predicação, mas também de quais são as propriedades que esse argumento deve exibir e que são relevantes na determinação do *telos* do evento. Por outro lado, no argumento interno, devem existir essas propriedades, nomeadamente, certas características quantitativas: segundo Verkuyl (1993; 2000), o argumento deve denotar uma quantidade especificada, ou, de acordo com Krifka (1998), deve corresponder a um predicado quantizado, para definir, por exemplo, um Processo Culminado.

Contudo, estas propostas tipicamente nada referem no que diz respeito a outras propriedades denotacionais dos argumentos aspetualmente relevantes quando o homomorfismo que é estabelecido é de tipo não iterativo² (cf. Leal, 2009) e que estão, segundo cremos, subjacentes à divisão anteriormente estabelecida de tipos de verbos.

Há, contudo, alguns trabalhos que abordam este problema. Por exemplo, Hay, Kennedy & Levin (1999) e Kennedy & Levin (2008) defendem que a telicidade própria de predicções com verbos de destruição, de mudança de estado e de

² O homomorfismo não iterativo é de origem lexical e o argumento que se liga ao tempo do evento é, na maior parte dos casos, um argumento interno, realizado tipicamente como objeto direto. Por seu lado, o homomorfismo iterativo cria um evento derivado a partir de uma sucessão de eventos básicos do mesmo tipo. As condições em que surge este tipo de homomorfismo estão relacionadas com a ocorrência de advérbios temporais, com propriedades de quantificação da expressão nominal relevante e com a telicidade ou atelicidade do predicado verbal ou do verbo.

movimento pode ser explicada em termos de restrições impostas a uma escala que mede a mudança sofrida pelo tema incremental destes verbos.

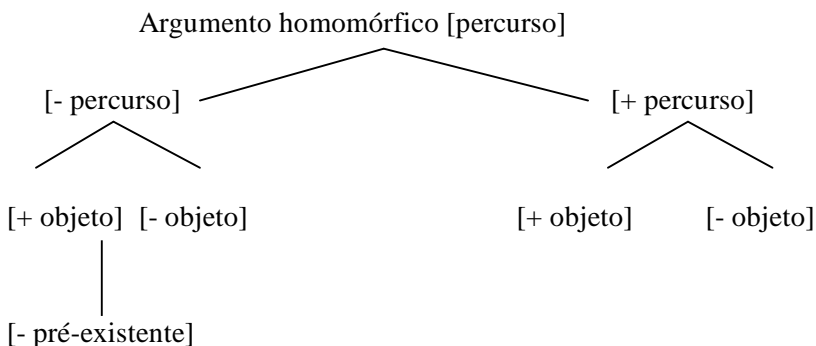
A proposta de Beavers (2008) segue também esta linha de raciocínio. Segundo o autor, os predicados télicos, designados de “predicados dinâmicos”, descrevem eventos com um tema x potencialmente modificado e uma escala que descreve essa mudança. Estes predicados subdividem-se em classes distintas de acordo com a natureza dessa escala: há escalas que correspondem a posições em percursos (com os tradicionalmente designados verbos de movimento), que correspondem à extensão das entidades envolvidas na eventualidade (verbos de criação e destruição) e escalas que correspondem a propriedades não espaciais (verbos de mudança de estado). Beavers defende ainda que a escala apropriada a cada expressão é determinada por uma combinação de fatores: lexicais, contextuais e pragmáticos.

A proposta que aqui se apresenta passa por determinar quais são as propriedades semânticas que o argumento incremental deve exibir e que são selecionadas pelos verbos, ou, em termos da proposta de Beavers (2008), quais são os fatores lexicais presentes nos itens verbais que determinam o tipo de mudança expressa pela predicação, ou seja, qual é a natureza da escala que descreve a mudança do tema incremental. Acresce que essas propriedades semânticas devem ser comuns a todos os tipos de verbos anteriormente listados, dado que em todos eles se verifica um homomorfismo argumento-evento. Por outro lado, combinações diferentes dessas propriedades deverão definir esses diferentes tipos de verbos.

1.1. Os traços [percurso], [objeto] e [pré-existente]

O sistema que propomos é constituído por três traços, [percurso], [objeto] e [pré-existente], que se encontram hierarquizados da forma indicada em (6). Tal como foi anteriormente referido, estes traços constituem-se como propriedades lexicais dos itens verbais.

(6)



O traço inicial do esquema é o traço [percurso], que indica se o argumento é ou não um percurso. Ser marcado com o traço [-] significa que esse argumento não é um percurso. Não sendo um percurso, pode ser [+ objeto]. Isto significa que este

argumento é um objeto que se encontra totalmente envolvido no homomorfismo argumento-evento, ou seja, é totalmente afetado pela existência do evento. Se for [-objeto], então o homomorfismo é entre o evento e uma propriedade desse argumento (que, recorde-se, não é um percurso) que é afetada pela existência do evento.

Ser marcado com o traço [+percurso] significa que o homomorfismo é entre o evento e um percurso. Sendo marcado com o traço [+objeto], então esse percurso é ao longo da extensão espacial (ou outra dimensão) de um objeto. Sendo [-objeto], o percurso é um caminho físico, ou *path*.

Os traços [percurso] e [objeto] fundamentam-se, portanto, em propriedades dos argumentos envolvidos nos eventos. Assim, um argumento [+percurso] não é afetado ao longo da existência do evento, na medida em que, por exemplo, as entidades denotadas por “o livro”, em “ler o livro”, e “casa”, em “correr para casa” não são afetadas pela existência dos eventos em questão. Esse argumento apenas serve para fornecer um conjunto de localizações de um outro argumento, o argumento tema. Pelo contrário, um argumento [-percurso] é um argumento que vai ser afetado (parcial ou totalmente) ao longo da ocorrência do evento, como é o caso de, por exemplo, “a maçã”, em “comer a maçã”, “uma casa de legos”, em “construir uma casa de legos” ou “um prato de sopa”, em “aquecer um prato de sopa”.

Por seu lado, o traço [objeto] está relacionado com a existência ou não de uma escala, ou seja, de um conjunto ordenado de índices, com a qual o evento estabelece a relação homomórfica. Os argumentos [+objeto] são aqueles em que a medição do evento é feita por equiparação com a medição da extensão do objeto (“a maçã”, em “comer a maçã”; “uma casa de legos”, em “construir uma casa de legos”; “o texto”, em “ler o texto”). Já os argumentos [-objeto] são aqueles em que a medição do evento é feita por equiparação com um conjunto ordenado de valores, ou seja, uma escala. Essa escala é uma escala de propriedades (em “aquecer um prato de sopa”, é uma escala de valores para temperatura) ou de localizações ao longo de um percurso abstrato (como em “correr para casa”) cujos pontos estão ordenados por uma relação de precedência.

Quando um argumento é [-percurso] e [+objeto], pode ainda ser especificado com o traço [-pré-existente], postulado para dar conta do caso dos verbos de criação. O traço [+pré-existente] é o traço por defeito nos restantes casos. De facto, assume-se tipicamente a existência das entidades envolvidas nas eventualidades, exceto com os verbos de criação, em que se assume que há uma entidade cuja existência está dependente da ocorrência da própria eventualidade.

A combinação destes traços dá-nos os seguintes subtipos de verbos:

- homomorfismo evento–argumento [+percurso; -objeto (+pré-existente)]
- homomorfismo evento–argumento [+percurso; +objeto (+pré-existente)]
- homomorfismo evento–argumento [-percurso; -objeto (+pré-existente)]
- homomorfismo evento–argumento [-percurso; +objeto (+pré-existente)]
[-percurso; +objeto; -pré-existente]

Na secção seguinte, abordamos cada um destes subtipos.

1.2. Traços aspetuais e tipos de verbos

1.2.1. Homomorfismo evento-argumento [+percurso; -objeto (+pré-existente)]

No caso de um verbo com a informação [+percurso; -objeto], é estabelecido um homomorfismo entre o argumento evento e o argumento percurso. Recorde-se que o argumento aspetualmente relevante, sendo definido por estes traços, é um percurso a que se associa um conjunto ordenado de índices. Assim, veja-se um exemplo como (7), em que ocorre um predicador, “correr”, com dois argumentos: um argumento externo que denota a entidade que sofre um movimento e um argumento interno, que denota o termo de um percurso, ou seja, o Alvo. Dado que o verbo “correr” tem a informação lexical de que estabelece uma relação incremental com um argumento percurso, a delimitação desse percurso que é feita pelo SP Alvo faz com que a predicação se torne télica.³

(7) O rapaz correu para casa em meia hora.

Note-se ainda que a entidade que sofre a mudança de localização não sofre qualquer alteração na sua constituição. Dito de outro modo, a ocorrência do evento não acarreta nenhuma alteração nesta entidade, exceto a sua localização, dado que este argumento não é aspetualmente relevante para determinar a telicidade da predicação.

1.2.2. Homomorfismo evento-argumento [+percurso; +objeto (+pré-existente)]

No caso de um verbo com a informação [+percurso; +objeto], o homomorfismo é entre o argumento evento e um argumento percurso que é, ele próprio, uma entidade, e não um *path*, como no caso anterior. O que faz deste argumento um percurso é o facto de, ao longo do evento, haver uma outra entidade envolvida na situação que sofre uma mudança de localização. Estas diversas localizações são dadas por esse argumento que é um objeto no qual se define um percurso. Veja-se (8), em que o predicador “ler” tem dois argumentos: um argumento externo que denota uma entidade que se move “mentalmente” ao longo de um percurso e um argumento interno que denota um objeto que define o percurso percorrido “mentalmente” pela primeira entidade.

(8) O rapaz leu o texto em meia hora.

³ Esta delimitação é evidente quando se compara (7) com um exemplo como (a). Neste exemplo, dado que o percurso não é delimitado, o adverbial preferível é “durante x tempo”. O adverbial “em x tempo” só é aceitável se o contexto fornecer uma forma de delimitar o evento (por exemplo, se estiver implícito um tipo de prova desportiva).

(a) O rapaz correu {durante meia hora/*# em meia hora}.

Note-se ainda que o exemplo (7) pode ter uma leitura atélica (correr para casa durante meia hora, mas não conseguir chegar a casa), tal como acontece com outros tipos de verbos, como, por exemplo, em “ler o livro” (ler o livro durante meia hora, mas não chegar ao fim do livro).

Dado que o argumento interno define um percurso, apesar da sua natureza de objeto, a entidade denotada por este argumento não sofre qualquer alteração ao longo da ocorrência do evento. Podemos considerar que a função de um argumento percurso, qualquer que ele seja, é apenas a de fornecer um conjunto de índices de natureza espacial, aos quais se liga o conjunto de índices temporais que representa o tempo do evento.

1.2.3. Homomorfismo evento-argumento [-percurso; -objeto (+pré-existente)]

No terceiro caso, o verbo exhibe os traços [-percurso; -objeto (+pré-existente)]. O traço [-percurso] implica que o que delimita o evento não é um percurso, físico ou abstrato, representado ou não por um objeto. Neste caso, o que delimita o evento é um objeto, que irá sofrer alterações com a ocorrência do evento. Por outro lado, o traço [-objeto] quer dizer que o argumento objeto sofre apenas alterações parciais com a existência do evento, dado que não é afetado na totalidade, mas apenas uma ou mais propriedades relevantes, expressas por uma escala. Veja-se (9).

(9) O rapaz aqueceu um prato de sopa {em cinco minutos / durante cinco minutos}.

Em (9), é possível a combinação tanto com o adverbial “em x tempo” como com “durante x tempo”, na medida em que a mudança diz respeito a uma propriedade da entidade denotada por “um prato de sopa”, propriedade essa que é situada no interior de uma escala de diversos valores possíveis. O adverbial “em x tempo” implica considerar que foi atingido um determinado valor, contextualmente determinado, a partir do qual se pode dizer que “o prato de sopa está quente”. O mesmo não se passa com o adverbial “durante x tempo”. Neste caso, há apenas uma informação de alteração do valor da temperatura, sem qualquer referência ao atingir de um determinado valor.⁴

1.2.4.1. Homomorfismo evento-argumento [-percurso; +objeto (+pré-existente)]

O verbo pode ainda exhibir os traços [-percurso; +objeto]. Assim, o homomorfismo é entre o argumento evento e um argumento objeto que sofre, ao longo do evento, alterações em toda a sua extensão. Por outras palavras, o argumento objeto está envolvido totalmente no estado de coisas e não apenas uma propriedade do objeto, expressa por uma escala. Note-se que a entidade referida pelo argumento relevante pode não ser totalmente afetada na eventualidade descrita. Por exemplo, em (10), não é relevante, do ponto de vista linguístico, que o rapaz não tenha comido o caroço da maçã: de facto, mesmo deixando por comer o caroço, é verdade que ele comeu

⁴ Quando ocorre o adverbial “em x tempo”, existe a pressuposição de que foi atingido um determinado valor na escala, que pode ser explicitado, como em (a). Já o adverbial “durante x tempo” requer apenas uma mudança positiva na temperatura, mas sem a pressuposição de que foi atingido um determinado valor na escala. Ou seja, a temperatura aumentou, mas sem que se pressuponha que foi atingido um determinado grau.

(a) O rapaz aqueceu um prato de sopa até aos 40 graus em cinco minutos.

a maçã se tiver comido toda a parte da maçã que é relevante (tipicamente polpa e, eventualmente, a casca). Dado que sofre alterações totais até ao fim do evento, o objeto, quando o evento acaba, já não existe (ou, pelo menos, a parte do objeto linguisticamente relevante). A eventualidade não é, por isso, repetível.

(10) O rapaz comeu a maçã (em cinco minutos).

1.2.4.2. Homomorfismo evento-argumento [-percurso; +objeto (-pré-existente)]

Finalmente, o verbo pode ainda exibir os traços [-percurso; +objeto; -pré-existente], como em (11). Assim, o homomorfismo é entre o argumento evento e um argumento objeto que sofre, ao longo do evento, alterações em toda a sua extensão. A diferença em relação ao grupo de verbos anterior é mais uma especificação: é especificado que, antes da existência da eventualidade, o objeto não existia, ou seja, a ocorrência da eventualidade está ligada ao surgimento do objeto. Assim, ao contrário dos restantes casos, este grupo de verbos é marcado com o traço [-pré-existente]. Todos os outros são [+pré-existente] por defeito. Tal como com os verbos do subtipo anterior (“destruir”, “comer”), também com estes verbos a eventualidade não é repetível. A motivação para esta impossibilidade é, contudo, distinta: no caso dos verbos do tipo de “construir”, a impossibilidade de repetição está relacionada com o facto de haver um objeto que tem de não existir previamente à eventualidade. Com os verbos do tipo anterior, a impossibilidade de repetição está relacionada com o facto de o objeto deixar de existir após a ocorrência da eventualidade.

(11) O rapaz construiu uma casa de legos (em três horas).

2. Os traços aspetuais e algumas leituras divergentes

Há alguns casos de verbos que são sensíveis às propriedades denotacionais/quantificacionais de um dos seus argumentos para a determinação da telicidade da predicação em que se inserem e que surgem, no mesmo contexto, com leituras ligeiramente distintas. Procuraremos agora explicar estas diferenças à luz da proposta de traços aspetuais que acabámos de apresentar.

1.º caso

Consideraremos os seguintes verbos, que selecionam diferentes propriedades aspetuais nos argumentos relevantes para a determinação da telicidade da predicação em que se inserem: “comer” ([-percurso; +objeto]), “secar” ([-percurso; -objeto]), “ler” ([+percurso; +objeto]) e “empurrar” ([+percurso; -objeto]) acompanhado de SP introduzido por “para” (com a função semântica de Alvo).

A compatibilidade destes verbos com o adverbial “em x tempo” é irregular, quando estão envolvidos, na predicação, nomes simples (*bare nouns*) contáveis no plural com a função de objeto direto. Enquanto os verbos “comer” e “ler”, em (12a) e (12b), permitem uma leitura distributiva (*n* Processos Culminados básicos)

com nomes simples contáveis no plural e com “em x tempo”, os verbos “secar” e “empurrar”, em (12c) e (12d), são ambíguos entre uma leitura distributiva (*n* Processos Culminados básicos) e uma leitura coletiva do objeto direto (1 Processo Culminado básico).

- (12) a. O rapaz comeu tartes em cinco minutos.
- b. O rapaz leu textos em cinco minutos.
- c. O rapaz secou casacos em 15 segundos.
- d. O rapaz empurrou cadeiras para a parede em 15 segundos.

A diferença que parece estar subjacente a esta assimetria tem a ver com as propriedades aspetualmente relevantes dos argumentos homomórficos. Tanto “comer” como “ler” requerem um argumento homomórfico marcado como [+ objeto], enquanto “secar” e “empurrar” requerem um argumento [- objeto]. Os argumentos [+ objeto] são aqueles em que a medição do evento é feita por equiparação com a medição da extensão do objeto, enquanto os argumentos [- objeto] são aqueles em que a medição do evento é feita por equiparação com um conjunto ordenado de valores, ou seja, uma escala, que pode ser de propriedades ou de localizações ao longo de um percurso, cujos pontos estão ordenados por uma relação de precedência.

Dado que os nomes simples denotam, nos casos analisados, um conjunto indeterminado de elementos, eles seriam, à partida, incompatíveis com o adverbial “em x tempo” quando considerados coletivamente, pois o homomorfismo evento-argumento determinaria um evento atético, enquanto o adverbial requeria um evento tético. Assim, a única hipótese de a frase ser gramatical, quando o argumento é marcado como [+ objeto], ou seja, quando a medição da extensão do evento é feita por equiparação com a medição da extensão do objeto, é considerar não o conjunto de entidades, que não é delimitado, mas cada uma dessas entidades, que são denotadas por nomes contáveis, pelo que têm a informação lexical de atomicidade.

A mesma explicação pode ser avançada para os casos dos verbos “secar” e “empurrar”, quando surge a leitura distributiva, considerando-se, neste caso, não o conjunto de entidades, que não é delimitado, mas cada uma dessas entidades. Mas, no caso da leitura coletiva, a resposta passa pelo facto de o argumento ser marcado como [- objeto]. Assim, para que a predicação possa ocorrer com “em x tempo”, é necessário que seja atingido um determinado valor numa escala: no caso de “secar”, numa escala de valores; no caso de “empurrar”, numa escala de localizações (um percurso físico ou *path*). Dado que esse valor não é próprio de uma única entidade atómica, ele pode ser atribuído a um conjunto de entidades. Dito de outra forma, e considerando os exemplos em (12), os casacos que constituem o conjunto denotado pelo objeto direto podem ter atingido um mesmo valor de “humidade” e as cadeiras podem ter atingido o mesmo ponto (final) do percurso. Pelo contrário, o final de “comer a tarte x” não pode ser o mesmo de “comer a tarte y”, tal como o final de “ler o texto x” não pode ser o mesmo de “ler o texto y”. As diferentes leituras espoletadas pelos nomes simples contáveis no plural podem assim ser explicadas pelas propriedades aspetualmente relevantes dos argumentos homomórficos seleccionadas pelos verbos.

2.º caso

Uma outra diferença prende-se com os nomes simples não contáveis no singular. Os exemplos são agramaticais com “em x tempo” nos casos dos verbos “comer” e “ler”. Pelo contrário, são gramaticais com “secar” e com “empurrar”. Vejam-se os exemplos em (13).

- (13) a. * O rapaz comeu sopa em cinco minutos.
b. * O rapaz leu literatura marginal em cinco minutos.
c. O rapaz secou linho em 15 segundos.
d. O rapaz empurrou areia para a parede em 15 segundos.

A justificação para esta assimetria parece-nos ser exatamente a mesma que foi apontada para os nomes simples contáveis no plural. Assim, “sopa” e “literatura marginal”, sendo argumentos [+ objeto] não delimitados de “comer” e “ler”, não podem medir o evento. Pelo contrário, com verbos como “secar” e “empurrar”, esta propriedade dos objetos diretos “linho” e “areia” (a não delimitação) é irrelevante, na medida em que o verbo seleciona um argumento [- objeto], pelo que o que é relevante para a compatibilidade com “em x tempo” é o atingir de um determinado valor ou posição numa escala. Não interessa, por isso, que “linho” e “areia” sejam não delimitados.

3.º caso

Passemos agora aos casos com o adverbial “durante x tempo”. Uma diferença fundamental, que está na origem da aparente diversidade de leituras, tem a ver com o facto de o argumento homomórfico poder ser definido com o traço [+ percurso] ou com o traço [- percurso], na medida em que a marcação positiva deste traço favorece leituras iterativas. Vejamos (14), com um objeto direto determinado no singular.

- (14) a. O rapaz comeu a tarte durante cinco minutos.
b. O rapaz secou o casaco durante cinco minutos.
c. O rapaz leu o texto durante cinco minutos.
d. O rapaz empurrou a cadeira para a parede durante cinco minutos.

(14a) tem uma leitura de um Processo, inferindo-se que a tarte não foi toda comida, ou seja, foi retirado o ponto de culminação do núcleo aspetual (cf. Moens, 1987). (14b) tem também a leitura de um Processo, em que se infere a não existência de um valor na escala de “humidade” a partir do qual se possa dizer que “o casaco

está seco”, ou seja, não existe um ponto de culminação no núcleo aspectual.⁵

(14c), por sua vez, apresenta duas leituras. Numa delas, semelhante a (14a) e (14b), infere-se que o texto não foi lido na sua totalidade, ou seja, a predicação é um Processo por remoção do ponto de culminação do núcleo aspectual. Contudo, (14c) tem uma outra leitura, em que se infere que houve uma sucessão não delimitada de leituras completas (de Processos Culminados) do texto.

Em (14d), há ambiguidade entre uma leitura de Processo por remoção da culminação ou por iteração de Processos Culminados, tal como em (14c).

Os verbos em que existe apenas uma leitura são aqueles que definem, para o argumento homomórfico, o traço [- percurso] (“comer”, “secar”). Por seu lado, os verbos que permitem mais do que uma leitura, nomeadamente a leitura iterativa, são aqueles que definem, para o argumento homomórfico, o traço [+ percurso]. Um argumento [+ percurso] não é afetado ao longo da existência do evento, servindo apenas para fornecer um conjunto de localizações de um outro argumento, o argumento tema. Por seu lado, um argumento [- percurso] é um argumento que vai ser afetado (parcial ou totalmente) ao longo da ocorrência do evento. Assim, sendo afetado, um argumento [- percurso] impede a leitura iterativa, estando disponível apenas a leitura de “evento incompleto”. Por seu lado, um argumento [+ percurso], não sendo afetado pela ocorrência do evento, permite sem problemas a sua repetição.

3. Conclusões

Verificámos que as classes de verbos que projetam eventualidades cuja telicidade é determinada por alguma propriedade denotacional de um dos seus argumentos são definidas pela existência, nas entradas lexicais desses verbos, de certas especificações relativas às propriedades aspetualmente relevantes do argumento homomórfico. Para dar conta dessas especificações, propusemos um sistema de traços, o qual permite definir as classes de verbos tradicionalmente consideradas na literatura, baseado essencialmente em dois: o traço [percurso] e o traço [objeto]. Para dar conta dos verbos de criação, propusemos ainda o traço [pré-existente].

⁵ Note-se que, sem o adverbial “durante x tempo”, todos os exemplos em (14) têm leituras preferenciais télicas. Para além disso, num exemplo como (a), aparentemente existe, para além da leitura de evento incompleto, também a leitura de iteração, o que constituiria um contraexemplo para a nossa argumentação de que os verbos [- percurso; - objeto] só têm, neste contexto, leitura de evento incompleto. Note-se, contudo, que a leitura de iteração só surge com relativa facilidade num caso como (a) porque o nosso conhecimento do mundo indica que um objeto aquecido (ou arrefecido) tende a voltar à temperatura ambiente. Contudo, com “secar” isso já não se verifica, dado que um objeto seco não tende a ficar molhado. Para além disso, há casos em que a leitura iterativa não é de todo possível, como em (b), dado que o evento não é repetível.

(a) O rapaz aqueceu a tarte durante cinco minutos.

(b) O sol amadureceu o cacho de uvas durante cinco dias.

Esta oposição entre, de um lado, “secar” e “amadurecer” e, do outro, “aquecer”, pode ainda estar associada ao facto de, no primeiro caso, as escalas relevantes serem fechadas (a escala possui um elemento máximo), enquanto, no segundo caso, é projetada uma escala aberta, ou seja, não existe um elemento máximo (cf. Kennedy & Levin, 2008). Este assunto constituirá, certamente, um tópico de análise em trabalhos futuros.

Estes traços, presentes nas entradas lexicais dos verbos, dizem respeito às propriedades aspetuais que o argumento homomórfico deve exibir para que consiga determinar a telicidade da predicação, no caso de se estabelecer um homomorfismo não iterativo (cf. Leal, 2009).

Verificámos ainda que este sistema de traços permite explicar diferenças interpretativas entre grupos de verbos, nomeadamente quando ocorrem expressões nominais determinadas no singular ou nomes simples contáveis no plural e não contáveis combinados com adverbiais do tipo “em x tempo” e “durante x tempo”.

Phase states and their Interaction with individual-level and stage-level predicates¹

Luís Filipe Cunha

It is now well known that, regarding their aspectual profile, stative predications do not form an unvarying category. Conversely, they constitute a complex and heterogeneous aspectual class. In fact, the situations that traditionally are labelled “states” exhibit a great variability in their linguistic behaviour patterns, suggesting that it is important to recognise some variation at their internal temporal structure.

The main goal of this paper will be, therefore, to provide evidence in favour of a new distinction between phase states – those which share some properties with events – and non-phase states – those that never pattern with eventive-like predications (cf. Cunha, 1998b; 2004). I will then show that, although this distinction cannot be confused with the individual-level / stage-level opposition, as proposed, e.g., by Carlson (1977a), Kratzer (1995) or Chierchia (1995), both interact with each other in some interesting ways. Finally, in order to exemplify the interrelations in which these two distinctions are involved, I will briefly focus on some particularities of *ser* (‘be’) and *estar* (‘be’) constructions in European Portuguese.

The paper is organised as follows. In section 1, departing from observations made by e.g. Kratzer (1995), I will consider the individual-level / stage-level opposition as it arises in the stative domain; in section 2, I will introduce the phase vs. non-phase distinction. Then, I will investigate some properties of *ser* (‘be’) and *estar* (‘be’) predications in European Portuguese which will demonstrate that not only the above-mentioned subclassification of statives, but also other factors, will be important to explain their linguistic behaviour.

1. Individual-level vs. stage-level states: a preliminary approach

The opposition between individual-level and stage-level predicates seems to play an important role with regard to the classification of states since, in some ways,

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Carrasco Gutiérrez, A. (ed.), *Sobre Estados y Estatividad*, Munique: Lincom GmbH, 2011, pp.45-62.

it is reflected in their linguistic behaviour. Departing from the analyses developed by Carlson (1977a), Dowty (1979), Kratzer (1995) and Chierchia (1995), among others, let us consider the influence of such property in different contexts involving stative predications.

Individual-level predicates apply directly to the entities they combine, expressing essentially permanent or stable properties. This means that, at least in the most common cases, the characteristics associated with an individual-level predicate accompany the entities they are attributed along their temporal and spatial existence.

Stage-level predicates, on the other hand, establish with their accompanying individuals an obligatorily indirect relationship, since they express only spacio-temporal limited characteristics. Thus, we can say that they describe transitory or episodic properties, strictly dependent on shorter or longer intervals of time.

Taking all these facts into account, Kratzer (1995) argues that stage-level predicates must always be accompanied by an argumental position specifying a given spatio-temporal location, contrasting with individual-level predicates, which should not include such an argumental position in their formal representation, since, as we have seen, they apply directly to the individuals they predicate.²

Based on Kratzer and Chierchia's proposals, we suggest the following linguistic criteria in order to distinguish individual-level from stage-level statives in languages like Portuguese:³

A. Only stage-level states combine freely with all kinds of durational and locating temporal adverbials (cf. (1)-(2) vs. (3)-(4)):

- (1) Ontem / no sábado, a Maria esteve contente. (stage-level state)
'Yesterday / on-the Saturday, the Maria *estar*PPerf happy'
'Yesterday / on Saturday, Maria was happy'
- (2) A Maria teve febre durante três dias. (stage-level state)
'The Maria havePPerf fever for three days'
'Maria had fever for three days'
- (3) * Ontem / no sábado, a Maria foi portuguesa. (individual-level state)
'Yesterday / on-the Saturday, the Maria *ser*PPerf Portuguese'
'Yesterday / on Saturday, Maria was Portuguese'
- (4) * A Maria soube Latim durante três dias. (individual-level state)
'The Maria knowPPerf Latin for three days'
'Maria knew Latin for three days'

² It is not surprising, thus, that only statives can describe individual-level predicates: being the only eventualities that are not constituted by successive phases, they can persist indefinitely in time, in contrast with events, which are inherently restricted by the conditions associated to their internal constitution. Stage-level predicates, however, can be eventive or stative, given that both classes support easily an intrinsic or extrinsic temporal delimitation.

³ Note that some of the criteria for the distinction between individual-level and stage-level predicates developed by Chierchia (1995) and Kratzer (1995) do not apply to languages like Portuguese. It is the case, for instance, of the there-sentences test or the bare plural in subject position test. We will, therefore, ignore them here.

B. Stage-level statives cooccur, in the most part, freely with locatives, contrasting with individual-level predicates, which show strong restrictions in those contexts (cf. (5)-(6) vs. (7)-(8)):

- (5) A Maria esteve contente na escola. (stage-level state)
'The Maria *estar*PPerf happy in-the school'
'Maria was happy at school'
- (6) A Maria teve febre em casa da avó. (stage-level state)
'The Maria havePPerf fever in home of-the grandmother'
'Maria had fever at her grandmother's home'
- (7) * A Maria foi portuguesa na escola. (individual-level state)
'The Maria *ser*PPerf Portuguese in-the school'
'Maria was Portuguese at school'
- (8) * A Maria soube Latim em casa da avó. (individual-level state)
'The Maria knowPPerf Latin in home of the grandmother'
'Maria knew Latin at her grandmother's home'

C. Only stage-level statives may occur in combination with punctual adverbials, leading to a well-formed construction that typically conveys a reading expressing the inclusion of the adverbials into the time interval of the situation accompanying them (cf. (9)-(10) vs. (11)-(12)):

- (9) A Maria esteve contente às cinco horas (stage-level state)
'The Maria *estar*PPerf happy at-the five hours'
'Maria was happy at five o'clock'
- (10) A Maria teve febre às duas da manhã. (stage-level state)
'The Maria havePPerf fever at-the two of-the morning'
'Maria had fever at two o'clock in the morning'
- (11) * A Maria foi portuguesa às cinco horas. (individual-level state)
'The Maria *ser*PPerf Portuguese at-the five hours'
'Maria was Portuguese at five o'clock'
- (12) * A Maria soube Latim às duas da manhã. (individual-level state)
'The Maria knowPPerf Latin at-the two of-the morning'
'Maria knew Latin at two o'clock in the morning'

D. Only stage-level statives may be compatible with expressions that quantify over eventualities like *sempre que* ('whenever'), *todas as vezes que* ('every time that'), etc. (cf. (13)-(14) vs. (15)-(16)):

- (13) Sempre que está contente, a Maria canta. (stage-level state)
'Whenever that *estar*Pres happy, the Maria singPres'
'Whenever she is happy, Maria sings'
- (14) Todas as vezes que tem febre, a Maria toma uma aspirina. (stage-level state)
'Every the times that havePres fever, the Maria takePres an aspirin'
'Every time she has fever, Maria takes an aspirin'

- (15) * Sempre que é portuguesa, a Maria vai a Lisboa. (individual-level state)
'Whenever that *ser*Pres Portuguese, the Maria goPres to Lisbon'
'Whenever she is portuguese, Maria goes to Lisbon'
- (16)* Todas as vezes que sabe Latim, a Maria traduz um texto. (individual-level state)
'Every the times that knowPres Latin, the Maria translatePres a text'
'Every time she knows Latin, Maria translates a text'

The above-mentioned criteria derive directly from the different properties defining the two kinds of predicates under analysis: the fact that individual-level statives apply directly to the entities they predicate, and not to any of their spatio-temporal slices, difficulties their occurrence with structures that, in some way, imply spatio-temporal restrictions, as locating and measuring adverbials, spatial locatives and punctual adverbials. Moreover, quantifying expressions like whenever or every time, which clearly quantify over spatio-temporal limited periods, can only be combined with stage-level predicates, excluding, as expected, individual-level ones. However, as we will see later on, other factors interact with the stage-level / individual-level opposition, turning some of these tests somehow problematic.

If the opposition between stage-level and individual-level predicates describes adequately the temporal contrasts just mentioned, it cannot explain satisfactorily some configurations in which statives assume the characteristic behaviour of events, that is, in which aspectual factors play the essential role. In particular, we are taking into account the cooccurrence of statives with aspectual operators that require “processuality” features at their input level, as the Progressive or *começar a* ('begin') (cf. (17)-(18)), or their appearance in structures exhibiting a successive reading between situations, be it in the context of *when*-clauses (cf. (19)) or in linear ordered discourses (cf. (20)):

- (17) A Maria está a ser simpática.
'The Maria *estar*Pres to *ser*Inf nice'
'Maria is being nice'
- (18) A Maria começou a ser simpática.
'The Maria beginPPerf to *ser*Inf nice'
'Maria began being nice'
- (19) Quando o Pedro lhe pediu ajuda, a Maria foi simpática.
'When the Pedro her askPPerf help, the Maria *ser*PPerf nice'
'When Pedro asked her help, Maria was nice'
- (20) O Pedro pediu ajuda. A Maria foi simpática e emprestou-lhe dinheiro.⁴
'The Pedro askPPerf help. The Maria *ser*PPerf nice and lendPPerf him money'
'Pedro asked her help. Maria was nice and lent him some money'

An essentially temporal opposition, such as the one between stage-level and

⁴ Note that the relevant reading associated with examples like these is the exclusively temporal one; we will ignore, thus, other interpretations, such as the causal one, which require a differentiated treatment (cf. the proposals developed by Lascarides & Asher, 1993; Asher & Lascarides, 2003; Cunha & Silvano, 2008, concerning the use of Rhetorical Relations).

individual-level predicates, is not sufficient, by itself, to provide adequate answers to the different questions raised by the above examples. In particular, it does not give any clue to explain the fact that some states can combine with aspectual operators like the Progressive and others cannot. A reclassification of stative predications, which explicitly takes into account the role played by aspectual differences, seems to be needed in order to properly accommodate these contrasts.

In the following section, I will develop a hypothesis that, I think, will shed some light on the intriguing process-like behaviour of an important set of states.

2. Phase vs. non-phase states

It is very interesting to point out that, in appropriate contexts, some statives behave just like events, i.e. they follow the pattern that is traditionally invoked in the literature to characterise the aspectual class of processes. Thus, we observe that those states, equally to event situations, occur unproblematically with aspectual operators that select an eventive or processual “input” – it is, for instance, the case of the Progressive or of *começar a* (‘begin’) – and allow a successive reading in the context of *when*-clauses and linear ordered discourses (cf. Dowty, 1979; Vlach, 1981; Kamp & Rohrer, 1983, among others).

In order to accommodate such unusual behaviours, Cunha (1998b; 2004) proposes the inclusion of the idea of “phaseability” in the general conception of stative predications: due to the possibility of integration in the aspectual network proposed by Moens (1987), some states, which were labelled phase states, can be coerced into processes, incorporating, in this way, the feature [+dynamic], which, typically, identifies the different kinds of event predications.

It is important to point out that the inclusion in the aspectual network – and, consequently, the coercion into events – is restricted to a limited number of statives, those we labelled phase states, not being available for all the elements of this set of eventualities. Those states that cannot integrate the aspectual network, being, thus, prevented from acquiring eventive characteristics, will be called non-phase states.

Taking into account the above discussion, we postulate the existence of another property underlying the class of statives, apart from the individual-level/ stage-level distinction: I will call it phaseability. Phase states will be those states that can integrate the aspectual network and thus reveal an event-like behaviour, in that they can easily be coerced into processes; non-phase states, in contrast, have not this property, behaving always and consistently as stative situations, independently of their context of occurrence.

The following criteria can be taken to distinguish these two subclasses of states:

A. Only non-phase statives are completely incompatible with aspectual operators requiring a dynamic input, such as the Progressive or *começar a* (‘begin’) (cf. (21)-(22) vs. (23)-(24)):

(21) A Rita está a viver na Holanda. (phase state)

- ‘The Rita *estar*Pres to liveInf in-the Netherlands’
‘Rita is living in the Netherlands’
(22) O meu cão começou a ser agressivo. (phase state)
‘The my dog beginPPerf to *ser*Inf aggressive’
‘My dog began to be aggressive’
(23) * O João está a ter olhos azuis. (non-phase state)
‘The João *estar*Pres to haveInf eyes blue’
‘João is having blue eyes’
(24) * O meu casaco começou a ser verde. (non-phase state)
‘The my coat beginPPerf to *ser*Inf green’
‘My coat began to be green’

B. Only non-phase states are completely impossible, combined with the Pretérito Perfeito tense, in the main clauses of temporal constructions introduced by *quando* (‘when’), displaying a preferential successive reading (cf. (25)-(26) vs. (27)-(28)):

- (25) Quando saiu de Portugal, a Rita viveu na Holanda. (phase state)
‘When leavePPerf from Portugal, the Rita livePPerf in-the Netherlands’
‘When she left Portugal, Rita lived in the Netherlands’
(26) Quando viu o ladrão, o meu cão foi agressivo. (phase state)
‘When seePPerf the thief, the my dog *ser*PPerf aggressive’
‘When it saw the thief, my dog was aggressive’
(27) * Quando chegou à escola, o João teve olhos azuis. (non-phase state)
‘When arrivePPerf to the school, the João havePPerf eyes blue’
‘When he arrived at school, João had blue eyes’
(28) * Quando eu o vesti, o meu casaco foi verde. (non-phase state)
‘When I it dressPPerf, the my coat *ser*PPerf green’
‘When I dressed it, my coat was green’

C. Only non-phase statives, in the Pretérito Perfeito tense, cannot be admitted in sequences of linearly ordered discourses exhibiting a successive reading (cf. (29)-(30) vs. (31)-(32)):

- (29) A Rita casou-se com o João. Viveu na Holanda durante dois anos. (phase state)
‘The Rita marryPPerf-herself with the João. LivePPerf in-the Netherlands for two years’
‘Rita married João. She lived in the Netherlands for two years’
(30) Eu levei o meu cão ao veterinário. Ele foi agressivo e mordeu-lhe a mão. (phase state)
‘I takePPerf the my dog at-the doctor. It *ser*PPerf aggressive and bitePPerf-him the hand’
‘I took my dog to the doctor. It was aggressive and bit his hand’
(31) * O João chegou à escola. Teve olhos azuis. (non-phase state)

- ‘The João arrivePPerf at-the school. HavePPerf eyes blue’
‘João arrived at school. He had blue eyes’
(32) * Eu vesti o meu casaco. Ele foi verde. (non-phase state)
‘I dressPPerf the my coat. It *ser*PPerf green’
‘I dressed my coat. It was/has been green’

As I have already pointed out, the linguistic criteria that identify phase states correspond, in some extent, to those describing the behaviour exhibited by events in general and, in particular, by processes, as the following sentences confirm:

- (33) A Maria está / começou a chorar.
‘The Maria *estar*Pres / beginPPerf to cryInf’
‘Maria is crying / began to cry’
(34) Quando o pai a deixou na escola, a Maria chorou.
‘When the father her leavePPerf in-the school, the Maria cryPPerf’
‘When his father left her at school, Maria cried’
(35) O Pedro insultou a Maria. Ela chorou.
‘The Pedro insultPPerf the Maria. She cryPPerf’
‘Pedro insulted Maria. She cried’

In view of the examples just mentioned, we may ask in which respects phase states really differ from processes, in order to be considered true stative constructions. Or, in other words, which linguistic criteria enable us to distinguish states from events? I will address this problem in the following section.

3. States vs. events

We have already seen that, in appropriate circumstances, there are some states that behave like processes. We have argued, however, that these structures are basically stative, being their eventive behaviour the result of the application of some coercion possibilities.

In order to validate this analysis, however, it will be necessary to find out some criteria that enable us to identify the class of statives in its own right, distinguishing it clearly from eventive situations. Concerning languages like European Portuguese, the tests that seem to be operative regarding this opposition are presented in the following paragraphs:

A. Only states, in the Presente do Indicativo tense (simple present), exhibit a preferential reading expressing a “real present” meaning, i.e., a purely temporal locating interpretation, although some of them, in appropriate contexts, admit also a habitual reading; in the same circumstances, events only receive the quantificational habitual interpretation (cf. (36)-(38) vs. (39)):

- (36) A Maria é alta neste momento / * habitualmente. (state)
'The Maria *serPres* tall in-this moment / habitually'
'Maria is tall right now / habitually'
- (37) A Maria é simpática neste momento / habitualmente. (state)
'The Maria *serPres* nice in this moment / habitually'
'Maria is nice right now / habitually'
- (38) A Maria está contente neste momento / (??) habitualmente. (state)
'The Maria *estarPres* happy in this moment / habitually'
'Maria is happy right now / habitually'
- (39) A Maria canta # neste momento / habitualmente. (process)
'The Maria *singPres* in this moment / habitually'
'Maria sings right now / habitually'

B. Only states, in the Imperfeito tense, receive an exclusively temporal reading; events, on the contrary, lead almost always to habitual or semiprogressive interpretations (cf. (40)-(42) vs. (43)):

- (40) Em 1999, a Maria era alta. (state)
'In 1999, the Maria *serImp* tall'
'In 1999, Maria was tall'
- (41) Em 1999, a Maria era simpática. (state)
'In 1999, the Maria *serImp* nice'
'In 1999, Maria was nice'
- (42) Em 1999, a Maria estava contente. (state)
'In 1999, the Maria *estarImp* happy'
'In 1999, Maria was happy'
- (43) Em 1999, a Maria cantava (habitualmente / muitas vezes) (process)
'In 1999, the Maria *singImp* (habitually / many times)'
'In 1999, Maria sang (habitually / many times)'

C. Only states, embedded in subordinate sentences introduced by temporal *quando* ('when') – even combined with the Pretérito Perfeito –, or include the events occurring in the main sentence or lead to semantic anomaly; events, in similar conditions, favour a successive reading (cf. (44)-(46) vs. (47)):

- (44) * Quando foi alta, a Maria jogou basquetebol. (state)
'When *serPPerf* tall, the Maria *playPPerf* basketball'
'When she was tall, Maria played basketball'
- (45) Quando a Maria foi simpática, os seus amigos ajudaram-na. (state)
'When the Maria *serPPerf* nice, the her friends *helpPPerf* her'
'When Maria was nice, her friends helped her'
- (46) ? Quando esteve contente, a Maria cantou e dançou. (state)
'When *estarPPerf* happy, the Maria *singPPerf* and *dancePPerf*'
'When she was happy, Maria sang and danced'

- (47) Quando a Maria cantou, todos a elogiaram. (process)⁵
‘When the Maria singPPerf, everybody her praisePPerf’
‘When Maria sang, everybody praised her’

D. Only states (and culminations) are completely incompatible with aspectual operators like *acabar de* (‘finish’) and *parar de* (‘stop’) (cf. (48)-(50) vs. (51)):

- (48) * A Maria parou / acabou de ser alta. (state)
‘The Maria stopPPerf / finishPPerf from *ser*Inf tall’
‘Maria stopped / finished being tall’
(49) * A Maria parou / acabou de ser simpática. (state)
‘The Maria stopPPerf / finishPPerf from *ser*Inf nice’
‘Maria stopped / finished being nice’
(50) * A Maria parou / acabou de estar contente. (state)
‘The Maria stopPPerf / finishPPerf from *estar*Inf happy’
‘Maria stopped / finished being happy’
(51) A Maria parou / acabou de cantar. (process)
‘The Maria stopPPerf / finishPPerf from *sing*Inf’
‘Maria stopped / finished singing’

The examples that we have just presented support the claim that it is important to distinguish clearly states from events. In fact, we have found linguistic behaviours that in principle are common to all subclasses of states, separating this class from all other kinds of eventuality.

The above-mentioned criteria provide evidence that, irrespective of the subclass they belong to, all stative seem to share a common semantic behaviour. This leads us to consider them as pertaining to a consistent and unique aspectual category, that of states, although, in many respects, as we have pointed out in sections 1 and 2, they may diverge significantly.

4. Some remarks about the *ser* (‘be’) vs. *estar* (‘be’) opposition in predicative contexts

The distinction between *ser* (‘be’) and *estar* (‘be’) has been subjected to a long and intricate debate in the linguistic literature that greatly exceeds the purposes of this paper. It is not my aim, here, to fully discuss the different proposals developed in order to account for this opposition. So, I will content myself with the adoption of some basic assumptions that I will briefly present below, trying to show that the reclassification of stative predications that I have

⁵ Note that, typically, while in (45) we have an inclusive reading, i.e., the period of time in which Maria was nice precedes and, in principle, goes beyond the interval in which their friends helped her, in (47) succession is, undoubtedly, the preferred relationship between the two clauses: all praised Maria only after she had sung.

been arguing for is indeed relevant to an adequate description of the phenomenon at issue.⁶

Following proposals made by Mateus *et al.* (1989) or Cunha (2004), I will assume that the *ser* ('be') vs. *estar* ('be') opposition encodes the stage-level vs. individual-level distinction as presented in section 1. The above-mentioned linguists support the idea that the difference between *ser* ('be') and *estar* ('be'), in the predicative context, can be seen as the reflex of the most general opposition between individual-level and stage-level predicates. In this view, structures involving *ser* ('be') would be individual-level and structures involving *estar* ('be') would be stage-level.

This analysis seems to be appropriate to account for some cases where the only alternation of *ser* ('be') and *estar* ('be') gives rise to a completely different behaviour concerning the criteria that we have identified as denoting the individual-level and stage-level distinction. Consider the following examples:

- (52) O meu computador esteve lento ontem / no sábado.
'The my computer *estar*Perf slow yesterday / on-the Saturday'
'My computer was slow yesterday / on Saturday'
- (53) O meu computador esteve lento no escritório.
'The my computer *estar*Perf slow in-the office'
'My computer was slow at the office'
- (54) O meu computador esteve lento às 5 da tarde.
'The my computer *estar*Perf slow at-the five of-the evening'
'My computer was slow at 5 pm'
- (55) Sempre que o meu computador está lento, eu fecho alguns programas.
'Always that the my computer *estar*Pres slow, I closePres some programs'
'Whenever my computer is slow, I close some programs'
- (56) * O meu computador foi lento ontem / no sábado.
'The my computer *ser*Perf slow yesterday / on-the Saturday'
'My computer was slow yesterday / on Saturday'
- (57) * O meu computador foi lento no escritório.
'The my computer *ser*Perf slow in-the office'
'My computer was slow at the office'
- (58) * O meu computador foi lento às 5 da tarde.
'The my computer *ser*Perf slow at-the five of-the evening'
'My computer was slow at 5 pm'
- (59) * Sempre que o meu computador é lento, eu fecho alguns programas.
'Always that the my computer *ser*Pres slow, I closePres some programs'
'Whenever my computer is slow, I close some programs'
- (60) A Maria esteve alegre ontem / no sábado.
'The Maria *estar*Perf happy yesterday / on-the Saturday'
'Maria was happy yesterday / on Saturday'
- (61) A Maria esteve alegre na festa da irmã.

⁶ Although *ser* ('be') and *estar* ('be'), in predicative contexts, may occur with a great number of different elements – prepositional phrases, nominal expressions, adverbials, past participles, among others, – here I will only be concerned with adjectival predicates. The extension of my observations to other contexts will be left for future research.

- ‘The Maria *estar*PPerf happy in-the party of-the sister’
‘Maria was happy at her sister’s party’
(62) A Maria esteve alegre às 5 da tarde.
‘The Maria *estar*PPerf happy at-the five of-the evening’
‘Maria was happy at 5 pm’
(63) Sempre que está alegre, a Maria canta uma canção.
‘Always that *estar*Pres happy, the Maria singPres a song’
‘Whenever she is happy, Maria sings a song’
(64) * A Maria foi alegre ontem / no sábado.
‘The Maria *ser*PPerf happy yesterday / on-the Saturday’
‘Maria was happy yesterday / on Saturday’
(65) * A Maria foi alegre na festa da irmã.
‘The Maria *ser*PPerf happy in-the party of-the sister’
‘Maria was happy at her sister’s party’
(66) * A Maria foi alegre às 5 da tarde.
‘The Maria *ser*PPerf happy at-the five of-the evening’
‘Maria was happy at 5 pm’
(67) * Sempre que é alegre, a Maria canta uma canção.
‘Always that *ser*Pres happy, the Maria singPres a song’
‘Whenever she is happy, Maria sings a song’

Although adjectives such as *lento* (‘slow’) or *alegre* (‘happy’) are perfectly compatible both with *ser* (‘be’) and with *estar* (‘be’), the corresponding predications in which they occur behave quite differently with respect to the tests we have presented to distinguish stage-level from individual-level statives. In fact, while sentences integrating *estar* (‘be’) admit the presence of temporal and spatial adverbials, as well as expressions quantifying over eventualities (cf. (52)-(55) and (60)-(63)), the equivalent constructions with *ser* (‘be’) do not allow the appearance of such linguistic structures (cf. (56)-(59) and (64)-(67)).

Since the only difference between the above-mentioned patterns lies on the *estar* (‘be’) and *ser* (‘be’) alternation, we may conclude that these copular verbs play a crucial role concerning the stage-level and individual-level characterisation of the predications in which they occur. In particular, as the well-formedness of sentences (52)-(55) and (60)-(63) suggests, *estar* (‘be’) gives rise to a stage-level state, while *ser* (‘be’), as indicated by the ungrammaticality of sentences (56)-(59) and (64)-(67), is typically associated with an individual-level one.

Given the above assumptions, it becomes clear that we do not follow pragmatic approaches to the difference between *ser* (‘be’) and *estar* (‘be’) like the one developed by Maienborn (2005).

In her paper, Maienborn assumes that *ser* (‘be’) and *estar* (‘be’) share basically the same meaning, showing no divergences at the semantic level. *Estar* (‘be’) differs only from *ser* (‘be’) insofar as it carries an additional presupposition linking the predication to a specific discourse situation. That is, unlike *ser* (‘be’), *estar* (‘be’) must refer to a particular topic situation in the discourse; *estar* (‘be’) is a discourse dependent variant of *ser* (‘be’).

As Maienborn herself recognises, a consequence of this treatment is that “(...) no

selectional restrictions are imposed on either *ser* or *estar*, and the two copula forms do not differ in argument structure. That is, in principle, both *ser* and *estar* can combine with any predicate whatsoever.” (p. 168). However, it is easy to find adjectives that only select either *ser* (‘be’) or *estar* (‘be’), as the following examples illustrate:

- (68) A Maria *está* / * *é* grávida.
‘The Maria *estar*Pres / * *ser*Pres pregnant’
‘Maria is pregnant’
- (69) A maçã *está* / * *é* madura.
‘The apple *estar*Pres / * *ser*Pres ripe’
‘The apple is ripe’
- (70) O João * *está* / *é* português.
‘The João * *estar*Pres / *ser*Pres Portuguese’
‘João is Portuguese’
- (71) O meu saco * *está* / *é* biodegradável.
‘The my bag * *estar*Pres / *ser*Pres biodegradable’
‘My bag is biodegradable’

Adjectives like *grávida* (‘pregnant’) in (68) or *madura* (‘ripe’) in (69) combine exclusively with *estar* (‘be’), rejecting the cooccurrence with *ser* (‘be’); conversely, adjectives like *português* (‘Portuguese’) in (70) or *biodegradável* (‘biodegradable’) in (71) select *ser* (‘be’), being ungrammatical with *estar* (‘be’).

If we adopted a merely pragmatic approach such as Maienborn’s, we would have no adequate explanation for these combinatorial restrictions since the licensing of *ser* (‘be’) or *estar* (‘be’) would depend solely on discourse factors – in particular on the presence or absence of a specific topic situation. Given the appropriate conditions, all adjectives should, in principle, be compatible with both copular verbs.

The individual-level vs. stage-level approach, on the other hand, can easily deal with this kind of examples, if we assume that some adjectives are inherently stage-level (e.g. *grávida* (‘pregnant’) or *madura* (‘ripe’)), while other adjectives are inherently individual-level (e.g. *português* (‘Portuguese’) or *biodegradável* (‘biodegradable’)). Consequently, the former select exclusively *estar* (‘be’), the stage-level copula, while the latter combine solely with *ser* (‘be’), the individual-level one.

The solution proposed by Schmitt (2005) in order to describe the different behaviour of constructions involving *ser* (‘be’) and *estar* (‘be’) raises equally some important problems.

Schmitt (2005) claims that *ser* (‘be’) is a “transparent” operator, that is, it carries no specific semantic information, contrasting with *estar* (‘be’), which is aspectually stative, carrying a temporariness implication.

As a consequence of the above-mentioned analysis, *ser* (‘be’) does not denote any eventuality type; this fact would explain the occurrence of the so-called “active be” readings with this kind of verb. Moreover, *ser* (‘be’) predicates would be more flexible not only in terms of their distribution but also in terms of their selectional restrictions (in principle, due to the complete transparency of this copular verb, no selectional restrictions would be expected).

This analysis comes into trouble in several ways. First, *ser* (‘be’) should be

compatible with all kinds of adjectives, since it does not impose any relevant semantic restrictions. Thus, examples like (70) and (71) get no explanation in this framework.

Second, *ser* ('be') predications should describe all kinds of eventuality. That is, it would be possible to get not only states, but also processes, culminated processes, culminations and semelfactives involving *ser* ('be') predicates. This is not the case, at least in languages like European Portuguese. Typically, *ser* ('be') occurs consistently in stative configurations. Even the predicates with *ser* ('be') that show an eventive behaviour – those we labelled phase states – do not lose their stative nature, as demonstrated in section 3. (For a more detailed argumentation in favour of the view that it is crucial to consider aspectuality in the characterisation of *ser* ('be') predicates, see Marin, 2004: 6.1.)

Finally, if *estar* ('be') denotes a state, carrying a temporariness implication, it would be important to clarify in which circumstances should such implication be “activated” and in which circumstances should it be cancelled, in order to justify the fact that this temporariness effect is not considered to take part in the semantics of the copular verb.

In spite of its attractiveness, the stage-level vs. individual-level proposal faces serious problems, as we will see shortly. This kind of analysis seems, at first glance, very interesting, since it enables us to account for the fact that constructions integrating *ser* ('be') express stable properties, contrasting with constructions involving *estar* ('be'), which point preferentially to episodic situations (cf. (72) vs. (73)):

- (72) A minha casa é fria.
'The my house *ser*Pres cold'
'My house is cold'
- (73) A minha casa está fria.
'The my house *estar*Pres cold'
'My house is cold'

The proposal that has been explored here may explain, however, some important puzzles. Taking into account the different criteria developed in section 1, we notice that the following sentences, although involving *ser* ('be'), behave like stage-level predicates:

- (74) O meu cão foi agressivo ontem / no sábado.
'The my dog *ser*PPerf aggressive yesterday / on-the Saturday'
'My dog was aggressive yesterday / on Saturday'
- (75) O meu cão foi agressivo no consultório do veterinário.
'The my dog *ser*PPerf aggressive in-the room of-the doctor'
'My dog was aggressive at the doctor's room'
- (76) O meu cão foi agressivo às 5 da tarde.
'The my dog *ser*PPerf aggressive at-the five of-the evening'
'My dog was aggressive at 5 pm'
- (77) Sempre que o meu cão é agressivo, eu prendo-o na cozinha.
'Always that the my dog *ser*Pres aggressive, I shutPres-it in-the kitchen'
'Whenever my dog is aggressive, I shut it in the kitchen'

The simple adoption of the individual-level vs. stage-level opposition to account for the difference between *ser* ('be') and *estar* ('be') seems thus to be insufficient in order to adequately describe such examples. Let's explain why this is so.

If we assume that a sentence like "O meu cão é agressivo" ('My dog *ser*Pres aggressive') expresses a stage-level state, we will be saying, counter-intuitively, that it is, in a certain way, totally equivalent to a sentence like "O meu cão está agressivo" ('My dog *estar*Pres aggressive'). However, Portuguese speakers ascribe to these two sentences quite different interpretations: given a "neutral" context, the former expresses preferably a stable property of the subject, while the latter conveys an episodic one.

If, on the other hand, we think of the above-mentioned first sentence as expressing an individual-level predicate, we will not be able to explain the behaviour illustrated by the pattern in (74)-(77), which, as we have said, conforms to the stage-level paradigm.

However, if we take seriously into account the interactions that arise between the two parameters of classification applying to stative predications we have discussed along this paper, we will find an elegant solution to this problem.

Note, firstly, that the state represented in a sentence like "O meu cão é agressivo" ('My dog *ser*Pres aggressive') can be easily coerced into a process, i.e., it is a phase state, as the application of the relevant tests confirms:

- (78) O meu cão está / começou a ser agressivo.
'The my dog *estar*Pres / beginPPerf to *ser*Inf aggressive'
'My dog is / began being aggressive'
- (79) Quando os meus amigos entraram em casa, o meu cão foi agressivo.
'When the my friends enterPPerf in house, the my dog *ser*PPerf aggressive'
'When my friends came in the house, my dog was aggressive'
- (80) O carteiro entrou no jardim. O meu cão foi agressivo e mordeu-o.
'The postman comePPerf in-the garden. The my dog *ser*PPerf aggressive and bitPPerf him'
'The postman came into the garden. My dog was aggressive and bit him'

We will now provide a tentative explanation for the problems posed by examples (74)-(77). Taking into account that phase states can assume the typical characteristics of processes and that these situations, pertaining to the class of events, exhibit, by nature, all properties of stage-level predicates (cf. Carlson, 1977), we will propose that it is the "phaseability" inherent to statives like these which, allowing coercion, legitimates an eventive reading to the sentence – and not the fact that *ser* ('be') describes originally a stage-level predicate.

Our hypothesis makes possible, on the one hand, to maintain the basic proposal adopted by Mateus *et al.* (1989) that says that predicative constructions involving *ser* ('be') correspond, in their basic interpretation, to individual-level predicates, thus enabling us to tackle the speakers' intuitions subjacent to the opposition between sentences like "O meu cão é agressivo" ('My dog *ser*Pres aggressive'), describing stable properties, and sentences like "O meu cão está agressivo" ('My dog *estar*Pres aggressive'), denoting episodic properties; and, on the other hand, it solves the problem of the stage-level like behaviour of some of the sentences involving *ser*

(‘be’), due to the assumption of their previous coercion into processes, making available the emergence of a linguistic derived behaviour in some ways similar to that of stage-level predicates.

Unfortunately, the individual-level vs. stage-level approach to the distinction between *ser* (‘be’) and *estar* (‘be’) constructions must overtake other important problems.

- (81) * As uvas estiveram maduras ontem / no sábado.
‘The grapes *estar*PPerf ripe yesterday / on-the Saturday’
‘The grapes were ripe yesterday / on Saturday’
- (82) * As uvas estiveram maduras no pomar.
‘The grapes *estar*PPerf ripe in-the orchard’
‘The grapes were ripe at the orchard’
- (83) * As uvas estiveram maduras às 5 da tarde.
‘The grapes *estar*PPerf ripe at-the five of-the evening’
‘The grapes were ripe at 5 pm’
- (84) # Sempre que as uvas estão maduras, eu como-as.
‘Always that the grapes *estar*Pres ripe, I eatPres-them’
‘Whenever the grapes are ripe, I eat them’

In spite of integrating the copular verb *estar* (‘be’), the constructions represented in examples (81)-(84) do not exhibit the typical behaviour of stage-level predicates. Does it mean that the correlation between the selection of *ser* (‘be’) or *estar* (‘be’) and the individual-level vs. stage-level distinction must be discarded?

Although the answer to this question is quite complex, I will continue to maintain the individual-level vs. stage-level hypothesis, since, as we have seen, the alternative approaches proposed in the literature raise problems that cannot be easily solved. However, it should be noticed that the final reading of the sentences at issue depends on an intricate number of factors that interact with the basic meaning of the copular verbs. In particular, it is crucial to take into account the lexical meaning of the adjectives that cooccur in the predication, as pointed out, e.g. by Marín (2004, 2010) and the mass or count nature of the sentences at issue (cf. Cunha, Ferreira & Leal, 2010b). The tests proposed to distinguish individual-level from stage-level predicates are also subject to important restrictions related to the repeatability possibilities displayed by the predications. Of course, only situations that can be repeated are compatible with expressions that quantify over eventualities.

Be that as it may, in most cases the individual-level behaviour displayed by *estar* (‘be’) constructions is, in fact, illusive, deriving essentially from pragmatic factors or from our world knowledge. This becomes particularly clear when we compare the following sets of examples:

- (85) * O meu gato esteve morto ontem / no sábado.
‘The my cat *estar*PPerf dead yesterday / in-the Saturday’
‘My cat was dead yesterday / on Saturday’
- (86) * O meu gato esteve morto no jardim.
‘The my cat *estar*PPerf dead in-the garden’

- ‘My cat was dead in the garden’
(87) * O meu gato esteve morto às 5 da tarde.
‘The my cat *estar*PPerf dead at-the five of-the evening’
‘My cat was dead at 5 pm’
(88) * Sempre que o meu gato está morto, eu enterro-o numa cova.
‘Always that the my cat *estar*Pres dead, I buryPres-it in-a grave’
‘Whenever my cat is dead, I bury it in a grave’
(89) O meu Tamagoshi esteve morto ontem / no sábado.
‘The my Tamagoshi *estar*PPerf dead yesterday / in-the Saturday’
‘My Tamagoshi was dead yesterday / on Saturday’
(90) O meu Tamagoshi esteve morto na gaveta da secretária.
‘The my Tamagoshi *estar*PPerf dead in-the drawer of-the desk’
‘My Tamagoshi was dead in my desk’s drawer’
(91) O meu Tamagoshi esteve morto às 5 da tarde.
‘The my Tamagoshi *estar*PPerf dead at-the five of-the evening’
‘My Tamagoshi was dead at 5 pm’
(92) Sempre que o meu Tamagoshi está morto, eu compro-lhe vidas na Internet.
‘Always that the my Tamagoshi *estar*Pres dead, I buyPres-him lives in-the Internet’
‘Whenever my Tamagoshi is dead, I buy him some lives on-line’

At first glance, examples like the ones presented in (85)-(88) would lead us to conclude that *estar morto* (‘be dead’) constitutes an individual-level predicate; however, this is not true, as the behaviour of the sentences in (89)-(92) makes evident. The restrictions exhibited in (85)-(88) are simply due to our world knowledge (normally, cats die only once) and not to any of the specific semantic characteristics of the predicate itself.

In sum, I will conclude that it is possible to maintain the idea that *ser* (‘be’) constructions convey individual-level predicates, while *estar* (‘be’) configurations describe stage-level ones. However, it is necessary to keep in mind that the final reading of these sentences derives not only from the basic meaning of the copular verbs themselves, but also from a complex interaction of lexical, semantic and pragmatic components.

5. Conclusion

The predications conceived as stative situations do not constitute a homogeneous aspectual class. In fact, their linguistic behaviour varies significantly. This leads us to establish subclasses within the domain of the above-mentioned category.

We tried to prove that the distinctions between individual-level and stage-level predicates, on the one hand, and between non-phase and phase states, on the other, – the first predominantly temporal, the second eminently aspectual – are the two main properties that set up an adequate subclassification for stative predications.

Finally, we looked at the well-known opposition between *ser* (‘be’) and *estar* (‘be’) predications in order to show that our new subclassification, in a par with other relevant linguistic factors, describes adequately the behaviour of the sentences in which these two copular verbs take part.

Algumas reflexões sobre escalaridade e *degree achievements* em Português Europeu¹

António Leal
Idalina Ferreira
Luís Filipe Cunha

1. Introdução

Os designados “degree achievements” (DA) (cf. Dowty, 1979) caracterizam-se por participar, sem quaisquer problemas, tanto em configurações de natureza télica (veja-se (1)) quanto em estruturas de cariz atético, caso em que, ao contrário do que sucede com os processos culminados, não implicam obrigatoriamente a “incompletude” da situação como resultado da remoção do respetivo ponto de culminação (veja-se (2)):

- (1) A Maria aqueceu o leite em cinco minutos.
- (2) A Maria aqueceu o leite durante cinco minutos.

No entanto, a propriedade que melhor os caracteriza prende-se com o seu caráter inequivocamente escalar. Na realidade, os DA descrevem eventualidades cuja mudança pode ser captada através de alterações ao longo de uma dada escala.

O caráter escalar associado aos DA permite aproximar estas construções de certos adjetivos graduáveis, pelo que não surpreende que muitos dos verbos envolvidos neste tipo de estruturas sejam de natureza deadjetival (cf. Kennedy & Levin, 2008).

A existência de uma clara distinção entre adjetivos de escala aberta, como os representados em (3), e de escala fechada, como os representados em (4), (cf. Kennedy & McNally, 2005) coloca a interessante questão de saber em que medida é que os DA envolvendo verbos derivados de cada uma destas duas categorias de adjetivos manifestam divergências ao nível do seu comportamento linguístico e das suas possibilidades interpretativas.

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Costa, A.; Falé, I. e Barbosa, P. (orgs.), *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.316-324.

- (3) A estrada está cinzenta / feia / perigosa.
- (4) A estrada está vazia / limpa / seca.

Procuraremos, no presente trabalho, estabelecer algumas semelhanças e diferenças que se verificam entre o Português e o Inglês no que respeita ao comportamento dos DA, investigando hipóteses não só sobre o seu significado básico, mas também sobre a forma como a estrutura escalar associada às construções em questão permite explicar os comportamentos observados.

Nesse sentido, começamos por apresentar a distinção entre adjetivos de escala aberta e adjetivos de escala fechada, procurando estabelecer critérios que nos permitam diferenciar essas duas categorias. Seguidamente, apresentamos alguns dados do Inglês e discutimos as propostas de tratamento para os DA avançadas por Kennedy & Levin (2008) e por Abusch (1986). Por fim, comparamos brevemente os dados do Inglês com os do Português, tendo como objetivos centrais o de caracterizar esta classe aspetual de predicções e o de desenvolver uma hipótese satisfatória para a descrição do comportamento linguístico dos DA no Português Europeu.

2. Adjetivos de escala aberta e de escala fechada

O trabalho de Kennedy & Levin (2008), que é discutido na secção seguinte, parte de uma semântica dos adjetivos graduáveis ou de tipo escalar. Estes autores consideram que os adjetivos graduáveis denotam funções de objetos para representações abstratas de medição, ou graus, numa escala. A uma escala é concebida como um conjunto de pontos totalmente ordenados (crescente ou decrescentemente) ao longo de uma determinada dimensão (altura, largura, volume, duração, etc.). Por sua vez, os graus correspondem a intervalos numa escala. Um intervalo pode corresponder a um ou mais pontos, o que depende da natureza da escala e do tipo de mudança associada ao grau.

Note-se ainda que uma escala pode ser aberta ou fechada. Numa escala aberta, não existe um grau que funcione como limite máximo da escala (em qualquer dos seus extremos – superior ou inferior). Numa escala fechada, existe um grau que marca o limite máximo da escala (superior ou inferior). Dado que, no que respeita à telicidade, é apenas o limite superior que está em causa, iremos cingir a nossa discussão, no presente trabalho, à diferenciação entre escalas abertas e fechadas no que a este limite diz respeito.

Uma forma de diagnosticar o tipo de escala que um adjetivo projeta é a compatibilidade com os designados “proportional modifiers”, ilustrados em (5) (cf. e.g. Hay, 1998; Kennedy & McNally, 2005).

- (5) proportional modifiers: *completely, half, partially*

Tipicamente, apenas adjetivos de escala fechada são compatíveis com este tipo de modificadores, que implicam a consideração de um conjunto fechado de graus previamente construído.

A aplicação deste teste indica-nos que adjetivos como *full, closed* ou *invisible* são adjetivos de escala fechada, enquanto adjetivos como *long, expensive* ou *old* são

de escala aberta.

- (6) a. The glass is half full.
b. ?? The rope is half long.

Kennedy & McNally (2005:356)

Aplicando o mesmo teste a adjetivos em Português Europeu, verificamos que adjetivos como *maduro* e *vazio* são de escala fechada, enquanto adjetivos como *caro* e *mole* são de escala aberta (cf. (7)).

- (7) a. {completamente/meio} maduro/ vazio
b. ???/*{completamente/meio} saboroso/ mole

Note-se que a interpretação relevante do advérbio *completamente* é aquela que remete para o atingir de um grau máximo, e que não deve ser confundida com leituras em que está em causa não esse grau máximo, mas a afetação da totalidade da(s) entidade(s) a que se aplica a propriedade ou ainda uma leitura em que *completamente* corresponde a uma forma de quantificação, semelhante a *muito*. (cf. (8)).

- (8) a. A manteiga está completamente mole → **toda** a manteiga está mole.
b. A manteiga está completamente mole! → a manteiga está **muito** mole

Por outro lado, há que considerar, no significado dos adjetivos graduáveis (morfologicamente no grau normal), para além do grau em que se manifesta a propriedade, também o standard de comparação. Esta segunda parte do significado dos adjetivos é uma função não só de fatores contextuais, como, por exemplo, o domínio do discurso, mas também do significado convencional dos adjetivos. No primeiro caso, isso significa que o que conta, por exemplo, como *comprido* enquanto propriedade vai variar de acordo com o contexto enunciativo, pelo que, em (9), o grau de comprimento exibido pela entidade denotada por “a vara” excede um determinado standard de comparação, se a frase for proferida no contexto da jardinagem, mas excede um standard de comparação diferente do anterior, se for proferida no contexto do salto à vara.

- (9) A vara é comprida.

No segundo caso, o significado convencional dos adjetivos influencia a determinação do standard de comparação na medida em que, por exemplo, o facto de terem associada uma escala fechada determina que o standard de comparação corresponderá necessariamente, para os referidos adjetivos, a esse ponto terminal da escala (cf. Kennedy & McNally, 2005). Isso acontece, de acordo com Kennedy & Levin (2008), por motivos de economia interpretativa (maximização dos significados convencionais para a computação das condições de verdade). De acordo com os autores, apenas os adjetivos de escala aberta veriam o seu standard de comparação determinado contextualmente (cf. (9)). Pelo contrário, os adjetivos de escala fechada têm o seu standard de comparação determinado lexicalmente.

Tendo em conta que os DA típicos são obtidos por derivação a partir de formas adjetivais, é de prever que o carácter aberto ou fechado das escalas dos adjetivos que lhes dão origem tenha uma importante influência ao nível da sua interpretação. Vejamos, pois, como se comportam os representantes desta classe aspetual em relação às escalas que lhes estão associadas.

3. Os DA em Inglês

3.1. Os dados

Considera-se que, em Inglês, os DA são sistematicamente ambíguos entre uma leitura télica e uma outra atélica (facto primeiramente referido em Dowty, 1979). Assim, a frase (10a) tem uma leitura télica, enquanto a frase (10b) tem uma leitura atélica. Ambas as leituras são determinadas pela informação veiculada pelos adverbiais temporais, pelo que, sem eles, as frases seriam ambíguas entre estas duas interpretações.

- (10) a. The soup cooled in ten minutes.
b. The soup cooled for ten minutes.

Kennedy & Levin (2008:157)

Contudo, Kennedy & Levin (2008) apontam que existem muitos DA em Inglês que apresentam interpretações télicas por defeito. No caso destes verbos, as interpretações atélicas estão dependentes de informação morfossintática ou contextual que force esta leitura. São os casos de *darken*, *dry* e *empty*. Com estes verbos, de acordo com os referidos autores, assume-se que os objetos afetados atingem um estado final que pode ser denotado pelo adjetivo correspondente. As continuações das frases em (11) são estranhas na medida em que é necessário, com essa continuação, que o estado final não tenha sido atingido.

- (11) a. The sky darkened (? but it didn't become dark).
b. The shirt dried (?? but it didn't become dry).
c. The sink emptied (?? but it didn't become empty).

Kennedy & Levin (2008:159)

Por fim, Kennedy & Levin (2008) apontam um outro tipo de DA que não apresentam a ambiguidade identificada, na medida em que apenas podem ter leituras atélicas (apenas num contexto altamente marcado podem ter leitura télica). Assim, estes verbos combinam-se com adverbiais que exprimem simples duração, do género de “for x time”. (cf. (12)).

- (12) a. The gap between the boats widened {for/ ?? in} a few minutes.
b. The recession deepened {for/?? in} several years.

Kennedy & Levin (2008:160)

No sentido de fornecer uma explicação satisfatória para estes dados, foram apresentadas para o Inglês diversas análises. Destacamos em seguida duas das que nos pareceram mais relevantes na medida em que ilustram os dois tipos de estratégias que têm sido propostos.

3.2. Duas análises dos DA em Inglês

3.2.1. Kennedy & Levin (2008)

O tema central do trabalho de Kennedy & Levin (2008) é a relação entre a graduabilidade no domínio adjetival e no domínio verbal. Os autores tomam como ponto de partida uma proposta formulada anteriormente em Hay *et al.* (1999), segundo a qual a telicidade dos verbos que projetam DA, como, por exemplo, *to cool*, que são tipicamente deadjetivais, é variável e que esta variação está intimamente relacionada com as características das estruturas escalares associadas aos adjetivos de que derivam.

Assim, os autores propõem que o significado dos verbos deadjetivais que projetam DA é uma função que mede o grau em que uma entidade muda em relação a uma dimensão escalar no decurso de um evento. Isto acontece porque, segundo os autores, os adjetivos (pelo menos os graduáveis) não denotam diretamente propriedades, mas antes funções de medição, ou seja, funções que associam objetos a valores ordenados numa escala.

Um DA tem assim as seguintes condições de verdade: aplica-se a um objeto x e a um evento e apenas se o grau em que x muda como resultado de participar em e exceder o standard de comparação da função de medição de mudança.

$$\text{pos}_v(\mathbf{m}_\Delta) = \lambda x \lambda e. \mathbf{m}_\Delta(x)(e) \geq \text{stnd}(\mathbf{m}_\Delta) \quad \text{Kennedy \& Levin (2008:174)}$$

Segundo os autores, esta proposta permite dar conta de alguns dados que não podem ser explicados à luz de propostas anteriores, que eles analisam criticamente. Por exemplo, e tal como vimos anteriormente, há, em Inglês, (i) verbos de DA, como *darken*, que têm uma interpretação télica por defeito, pelo que a interpretação atélica é altamente marcada; (ii) há, em Inglês, verbos de DA, como *widen*, que apenas têm uma interpretação atélica (não há, portanto, variabilidade de significado).

3.2.2. Abusch (1986)

A proposta de Kennedy & Levin (2008) opõe-se, em grande medida, a uma linha de trabalhos que postula que os DA têm significado vago. Por exemplo, Abusch (1986) apresenta uma proposta que parte do princípio de que todos os DA são ambíguos entre uma interpretação télica e uma interpretação atélica. Segundo a autora, os DA caracterizam-se por serem predicados vagos, ou seja, o que determina a sua telicidade não está lexicalmente especificado, mas é contextualmente determinado. Isso acontece, segundo a autora, devido ao facto de as expressões que descrevem os estados finais implicados pelos DA serem variáveis. Por exemplo, “quente” denota o estado final de “aquecer”, mas o que conta como “quente” varia consoante o contexto, havendo inclusivamente casos em que é impossível dizer se uma entidade está “quente” ou

não. Assim, os DA derivados de adjetivos apresentariam uma ambiguidade sistemática entre os significados ‘become-A’ (leitura télica) e ‘become-A-er’ (leitura atélica). Esta hipótese da determinação contextual da telicidade é explorada por outros autores, nomeadamente Bertinetto & Squartini (1995) e Kearns (2007).

4. Os DA em Português Europeu

4.1. Os dados

Voltemos agora a nossa atenção para os dados em Português Europeu. Adjetivos graduáveis como “vazio” associam-se a escalas fechadas, como se constata pela compatibilidade com o advérbio “completamente”, ilustrada em (13). Os DA derivados destes adjetivos são compatíveis tanto com o adverbial “em x tempo” como com “durante x tempo”, dando lugar, respetivamente, a leituras de processo culminado e de processo, como se constata em (14) e (15). O exemplo (16) mostra que, na ausência dos referidos adverbiais, que determinam de forma inequívoca a classe aspetual a que pertence, a predicação é ambígua não só entre uma leitura em que o grau máximo pré-estabelecido na escala foi atingido ou uma leitura em que um grau máximo contextualmente determinado foi atingido, o que torna a predicação télica em ambos os casos (exemplo a.), mas também entre uma leitura de processo culminado e de processo, ou seja, uma leitura télica ou atélica (exemplo b.).

Para tornar estas leituras mais evidentes, imaginemos que temos um carro cujos pneus devem ter uma pressão normal de 3,2 bars e que o carro não deve circular se a pressão for igual ou inferior a 1,5 bars. Assim, “o pneu esvaziou” pode receber as seguintes interpretações:

1. A pressão do pneu corresponde a 0 bars, ou seja, pode ser parafraseada por a.
2. A pressão do pneu está abaixo dos 1,5 bars, mas superior a 0 bars, ou seja, o pneu ainda tem ar, mas já não se pode circular com o carro; neste caso, a frase pode ser parafraseada por a’.
3. A pressão do pneu corresponde a 0 bars ou a qualquer valor inferior a 1,5 bars. Isso corresponde a b, ou seja, engloba tanto a interpretação de (16a) como a de (16a’).
4. A pressão do pneu tornou-se inferior ao valor normal de 3,2 bars, mas não chegou a atingir 1,5 bars. Assim, podemos dizer que o pneu esvaziou, mas não que o pneu esteja vazio. Esta é a leitura de b’.

Escala fechada:

(13) O pneu está vazio. (completamente)

(14) O pneu esvaziou em 5 minutos.

(15) O pneu esvaziou durante cinco minutos.

(16) O pneu esvaziou.

a. → O pneu está completamente vazio. – standard máximo lexical

a’. → O pneu está vazio, mas não completamente. – standard máximo contextual

- b. → O pneu está vazio. – standard máximo (lexical ou contextual = (16a) ou (16a’)
b’. → O pneu esvaziou, mas ainda não está vazio. (standard mínimo)

Sublinhe-se que as quatro paráfrases de (16) não correspondem a quatro interpretações completamente distintas. De facto, a duas leituras télicas ((16a) e (16a’)), uma com origem lexical e a outra com origem contextual, opõe-se apenas uma terceira leitura de natureza atélica, em (16b’).

Por seu lado, adjetivos de escala aberta, como “duro”, associam-se naturalmente a escalas abertas, o que se comprova pela incompatibilidade com o advérbio “completamente” (cf. (17)). Os DA derivados destes adjetivos são novamente compatíveis tanto com “em x tempo” como com “durante x tempo”, ou seja, podem ter tanto uma leitura télica como atélica (cf. (18), (19)). O exemplo (20) mostra que, no caso destes DA, há apenas ambiguidade entre a leitura télica e a atélica, não estando acessível um grau máximo de origem lexical, que, tipicamente, se encontra associado a uma escala fechada, mas apenas um grau contextualmente determinado, que funciona como *telos* para a eventualidade.

Escala aberta:

(17) A manteiga está dura. (*completamente)

(18) A manteiga endureceu em 5 minutos.

(19) A manteiga endureceu durante cinco minutos.

(20) A manteiga endureceu.

a. → A manteiga está dura. – standard máximo (contextual)

a’. → A manteiga endureceu, mas ainda não está dura. (standard mínimo)

Em suma, os dados do Português Europeu parecem indiciar que o tipo de escalas, nomeadamente o seu carácter aberto ou fechado, associadas aos adjetivos de que derivam os DA vai ter um papel limitado na sua interpretação final, no que à telicidade diz respeito.

4.2. Proposta de análise dos DA em Português Europeu

Tendo em conta os dados até aqui apresentados, assumiremos uma análise que parte das seguintes premissas.

Em primeiro lugar, partimos do princípio de que os DA em Português Europeu herdam, efetivamente, a estrutura escalar associada aos adjetivos de que derivam. Em particular, a diferença entre DA associados a uma escala fechada e os associados a uma escala aberta reflete-se nas várias interpretações que lhes podem ser dadas. Assim, apenas DA associados a escalas fechadas podem ter a sua telicidade determinada a partir do seu significado lexical, na medida em que se assume o atingir de um grau máximo, pré-estabelecido nessa escala, o que tem, como consequência, a sua compatibilidade com o advérbio “completamente”. Já os DA associados a escalas abertas, embora podendo ter igualmente leituras télicas, não contemplam um grau máximo pré-estabelecido na sua escala, pelo que este terá de ser sempre determinado contextualmente. De notar que, no caso dos DA associados a escalas fechadas, existe também a possibilidade de determinação contextual do grau máximo, como ilustrado em (16a’).

No entanto, o facto de as escalas associadas aos adjetivos que estão na base dos DA serem abertas ou fechadas não tem impacto direto na possibilidade de leituras télicas ou atélicas, ao contrário do que parece verificar-se em Inglês. De facto, tanto DA com escalas fechadas, como com escalas abertas admitem sem problemas tanto leituras de processo como de processo culminado. Sublinhe-se, aliás, que não parece existir uma correspondência direta entre DA de escala fechada e leituras preferencialmente télicas e DA de escala aberta e leituras preferencialmente atélicas. De facto, todos os DA em Português Europeu parecem poder ser télicos ou atélicos, sem restrições.

Assim, parece-nos adequado adotar a proposta de Kennedy & McNally (2008) no que diz respeito à ideia de que os DA têm subjacente uma função de medição de mudança, que opera sobre escalas, e que estas escalas são herdadas do significado lexical dos adjetivos de base. Contudo, os dados do Português Europeu mostram que, ao contrário do que defendem estes autores, a telicidade dos DA não decorre necessariamente da existência de um grau máximo lexicalmente determinado na escala que lhes está associada. Na verdade, tanto os DA de escala aberta como os DA de escala fechada podem ser télicos ou atélicos. A sua telicidade acaba por ser, de facto, dependente do contexto, que permite estabelecer um grau que funciona como marcador do *telos* da eventualidade. Em certa medida, esta ideia foi já proposta, como referimos anteriormente, em Abusch (1986), que defende que todos os DA são lexicalmente vagos entre uma leitura de processo e uma leitura de processo culminado. Este aspeto da proposta de Abusch parece, tal como vimos, ser confirmado pelos dados do Português Europeu.

5. Algumas conclusões

O trabalho aqui desenvolvido conduziu-nos a algumas conclusões relevantes no que diz respeito ao comportamento dos DA em Português Europeu, mostrando, em particular, que eles diferem em alguns aspetos dos DA em Inglês.

Tal como sucede em Inglês, os DA em Português Europeu herdam o tipo de escalas associado aos adjetivos de que são derivados, o que se reflete nas suas várias possibilidades interpretativas. Contudo, e contrariamente ao que se passa em Inglês, a diferença entre escalas abertas e escalas fechadas não se reflete em termos de telicidade, na medida em que não impõem uma leitura preferencial ou obrigatoriamente télica ou atélica dos predicados envolvidos.

Assim, os DA caracterizam-se por serem uma classe aspetual com propriedades distintivas importantes, como a ambiguidade entre leitura télica e atélica e a associação obrigatória a uma escala de medição (o que possibilita, por exemplo, a inserção de um sintagma de medida, como em “a cerveja arrefeceu 5 graus” ou “a estrada alargou 2 metros”).

Termos de espécie e tipos de predicados¹

Fátima Oliveira
Luís Filipe Cunha

Tendo em conta que há dois grandes tipos de frases genéricas, as que se constituem em função de um nominal de espécie e aquelas em que se processa uma generalização sobre indivíduos ou sobre eventos, o objetivo fundamental deste trabalho é o de analisar sob que condições um nominal se constitui como termo de espécie em Português Europeu, dado que nada na sua estrutura indicia tal leitura.

Uma das questões mais interessantes que se nos colocam quando observamos o comportamento linguístico de nominais que, de alguma forma, manifestam a capacidade de receber uma leitura de espécie prende-se com as restrições a que uma tal leitura parece estar sujeita. Nesta medida, poderíamos dizer, de acordo com Kratzer (1995), que uma leitura de espécie somente será admissível no contexto de predicados de indivíduo, distinguindo-se das frases genéricas caracterizadoras construídas a partir de predicados de estádio² aos quais é atribuído um argumento eventivo sobre o qual se opera a generalização.

No entanto, há frases genéricas que manifestam um comportamento com evidentes pontos de contacto com o dos predicados de estádio e que atribuem uma leitura de espécie aos nominais que os integram. Os exemplos (1) e (2) ilustram eventos singulares considerados suficientemente relevantes para se aplicarem à totalidade da espécie e (3) exemplifica um estado formado a partir de várias ocorrências temporalmente diferenciadas.

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Fonseca, F.I.; Brito, A.M.; Duarte, I.M. e Guimarães, J. (orgs.), *Língua Portuguesa: estruturas, usos e contrastes*, Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2003, pp.57-78.

² Tradicionalmente este tipo de predicados tem sido designado como de “fase”. No entanto, optámos aqui pela utilização do termo “estádio”, na medida em que desejamos evitar ambiguidades no que toca à questão da diferenciação entre estados [± ”faseáveis”] e estados de indivíduo/ “estádio”. De facto, na sequência de trabalhos como o de Cunha (1998b), postulamos a distinção entre a noção de “fase”, que entendemos como um período aspetualmente relevante de uma eventualidade (cf. as componentes do núcleo aspetual de Moens, 1987), do conceito de “estádio”, que remete somente para um período espacio-temporalmente delimitado de um indivíduo, independente do tipo de situação em que este se encontra envolvido. Por outras palavras, “fase” designa uma realidade eminentemente aspetual enquanto “estádio” parece pertencer preferencialmente ao domínio da temporalidade.

- (1) O homem (= a espécie humana) chegou à Lua em 1969. (leitura de espécie)
- (2) Bell inventou o telefone. (leitura de espécie)
- (3) O(s) lobo(s) está/estão em vias de extinção. (leitura de espécie)

Assim, a hipótese de tratamento que aqui propomos baseia-se na ideia de que se estabelece, pelo menos até certo ponto, uma dialética ou interação recíproca entre o predicado e as expressões de caráter nominal com valor de espécie que o acompanham: os predicados de indivíduo fornecem as condições indispensáveis para uma leitura de espécie dos nominais que os integram e estes, por sua vez, poderão, em circunstâncias apropriadas, desencadear certas alterações nas características básicas das configurações em que ocorrem, conferindo-lhes traços de predicados de indivíduo, requisito necessário para que uma leitura de espécie possa vir a ser licenciada.

Assim, abordaremos em primeiro lugar os diferentes tipos de frases genéricas, em particular as que se constituem com termos de espécie e as frases caracterizadoras; a seguir apresenta-se uma breve caracterização de nominais como termos de espécie, quer em posição de sujeito, quer de objeto direto; seguidamente discute-se a articulação entre termos de espécie e contextos de ocorrência, nomeadamente a diferença entre leitura de espécie e leitura existencial e também entre predicados de indivíduo e de estádio; depois da discussão de duas propostas sobre a articulação entre termos de espécie e tipo de predicado, apresentam-se alguns dados para uma revisão dessas propostas; por último, apresentam-se algumas questões para uma explicação de casos excepcionais.

1. Tipos de frases genéricas

A partir de pelo menos Krifka *et al.* (1995) considera-se que a genericidade se pode veicular através de dois grandes tipos de frases: as que se constituem com um termo de espécie e as frases caracterizadoras. No primeiro caso, a genericidade advém do termo de espécie mas no segundo caso é necessário um operador genérico (GN) que permita generalizar sobre situações (tipicamente eventos, mas também estados faseáveis³) ou sobre indivíduos, contribuindo toda a frase para a construção genérica. As frases (4)-(8) ilustram frases genéricas em que a primeira apresenta um termo de espécie e a segunda e a terceira são frases genéricas caracterizadoras construídas com um evento (*fumar*) e com um estado faseável (*ser simpática*). Em (7) e (8) apresentam-se as versões em português europeu de uma frase ambígua em Inglês.⁴

³ Sobre a noção de “estado faseável”, veja-se Cunha (1998; 2004).

⁴ A frase em questão é a seguinte: “Hurricanes arise in this part of the Pacific”. A sua importância advém de ter suscitado, pela sua ambiguidade, uma reformulação por parte de Carlson (1989) relativamente à sua análise anterior (Carlson, 1977b), propondo que o operador GN (genérico) deve ser binário. As duas versões em Português revelam algumas questões interessantes, como seja a explicitação ou não do artigo ou a diferente ordem de palavras, evidenciando que estas frases estão na zona de interface sintaxe-semântica (cf. Oliveira, 1998b).

- (4) Os gnus são herbívoros.
- (5) A Maria fuma quando chega a casa.
- (6) A Maria é simpática quando a vida lhe corre bem.
- (7) Os tufões aparecem nesta parte do Pacífico.
- (8) Aparecem tufões nesta parte do Pacífico.

Em (5'), (7') e (8') apresentam-se as respetivas formalizações das frases genéricas correspondentes, utilizando uma estrutura tripartida.⁵

- (5') GN [x, s;] (x =Maria & x chega a casa em s; x fuma em s)
- (7') GN [x, y] (x são tufões; y é esta parte do Pacífico & x aparece em y)
- (8') GN [x,y] (x é esta parte do Pacífico; y são tufões & y aparecem em x)
= GN [x;] (x é esta parte do pacífico; $\exists y$ [y são tufões & y aparecem em x])

A frase (5) constitui um exemplo típico de uma frase genérica caracterizadora na medida em que vários elementos contribuem para uma tal leitura, como seja o aspeto habitual e a existência de uma variável não ligada, 's'. Com efeito, para que a generalização ocorra é necessário haver, pelo menos, uma variável que não esteja explicitamente ligada a um objeto particular. Se isto não acontecer, só se afirma que um objeto particular (tal como descrito pelo restritor) tem uma certa propriedade (tal como descrita na matriz) e não há generalização.

Embora na frase (5) a oração temporal seja crucial para fornecer essa variável, a ocorrência de uma tal construção não é por si só suficiente para obter uma leitura genérica uma vez que o tipo de predicado é de grande relevância. O contraste de aceitabilidade nos exemplos (9) e (10) advém exatamente de *ser preta* ser aspetualmente um estado e *miar* ser um evento permitindo que 's' varie sobre todas as situações em que *a Tareca mia*:

- (9) ?? A Tareca é fértil quando é preta.
- (9') GN [x;] (x =Tareca & x é preta; x é fértil)
- (10) A Tareca tem fome quando mia.
- (10') GN [x, s;] (x 0 Tareca & x mia em s; x tem fome em s)

Como a generalização não se pode fazer sobre uma só ocorrência de uma situação e esta tem de ser delimitada para poder ser contada, isto é, ocorrer várias vezes, os estados não parecem ser bons candidatos para a construção de frases caracterizadoras uma vez que não são delimitados por natureza e não apresentam qualquer estrutura interna.⁶ Por isso Kratzer (1995) defende que um predicado estativo não fornece uma variável de situação e De Swart (1991) considera que, mesmo quando há uma variável de situação, a frase pode ser inaceitável, se o evento for único:

- (11) ?? Usualmente, a Maria está triste quando o Pantufa morre.

⁵ Tal estrutura tem a forma Q[A][B] em que A é o restritor e B o seu escopo nuclear (ou matriz). Para um desenvolvimento, veja-se, entre outros, Lewis (1975) e Krifka *et al.* (1995).

⁶ Note-se que esta observação é demasiado abrangente uma vez que é possível construir frases genéricas caracterizadoras com "estados faseáveis".

Depois destas breves observações, podemos desde já considerar que o tipo de predicado é de grande relevância para a construção de frases genéricas caracterizadoras.

2. Caracterização de nominais como termos de espécie

Contrariamente ao que acontece noutras línguas, em Português Europeu não há um tipo particular de nominal para a leitura de espécie. Assim, uma das hipóteses que se pode colocar é a de que também a frase pode contribuir para tal leitura e muito em particular o tipo de predicado.

Nessa medida, convém num primeiro momento explicitar de forma breve os contextos e as construções em que é possível atribuir uma leitura de espécie a um nominal, quer considerando a distinção entre predicados de espécie, de indivíduo e de estádio, quer considerando diferentes determinantes.

2.1 Nominais em posição de sujeito

Consideramos em primeiro lugar os nomes contáveis, com artigo definido tanto no singular como no plural.⁷ Em (12) e (13) obtém-se uma leitura de espécie do nominal em posição de sujeito em virtude de no primeiro dos exemplos estar presente um predicado de espécie (*estar em vias de extinção*) e no segundo haver um predicado de indivíduo (*ser inteligente*). No exemplo (14), a leitura só pode ser episódica em virtude de o predicado ser de estádio.

(12) A baleia está / as baleias estão em vias de extinção.

(13) A baleia é inteligente / as baleias são inteligentes.

(14) #A baleia está / as baleias estão na baía.⁸

Em segundo lugar, veja-se a ocorrência destes nomes com artigo indefinido. Em (15) a leitura possível só pode ser a taxinómica (ou também chamada de subespécie), pois a combinação de um predicado de espécie com um indefinido só admite, nos casos em que tal é possível, a leitura de subespécie da espécie em consideração. A frase exemplificada em (16), com um predicado de indivíduo, parece muito pouco natural e em (17) temos uma leitura episódica em virtude de ocorrer um predicado de estádio.⁹

(15) Uma baleia está em vias de extinção.

(16) ?? Uma baleia é inteligente.

⁷ Não se apresentam aqui exemplos com massivos em virtude de as suas leituras serem semelhantes às dos contáveis, com a exceção de que aqueles só podem comparecer no singular morfológico.

⁸ Utiliza-se o sinal ‘#’ nos casos em que a frase, sendo bem formada, não apresenta a leitura relevante, em particular, um termo de espécie.

⁹ Note-se que é possível obter frases genéricas com indefinidos em posição de sujeito como “Uma baleia come 500 quilos de alimento por dia”. No entanto, tratando-se de uma frase caracterizadora, a leitura do nominal como termo de espécie é discutível.

(17) # Uma baleia está na baía.

Por fim, vejamos alguns casos especiais de nomes simples, quer contáveis no singular ou no plural, quer ainda massivos. Trata-se de casos excepcionais em que, apesar do seu interesse do ponto de vista semântico e também sintático, não apresentam leitura de espécie em posição de sujeito.¹⁰ Assim, os nomes simples contáveis no singular não podem ocorrer a não ser com modificação como em (18), mas neste caso não se trata de leitura de espécie mas antes de uma frase caracterizadora cuja leitura pode ser parafraseada por “se a criança é pequena, então faz asneiras”. Porém, em contexto definitório, como em (19), um nome simples contável pode ocorrer em posição de sujeito.¹¹

(18) Criança pequena faz asneiras. (Duarte *et al.*, 1998)

(19) (O que é baleia?) *Baleia* é um mamífero que vive no mar.

Quanto aos nomes simples contáveis no plural, verificamos que podem ocorrer em contexto definitório, (20), tal como no singular, mas em contexto de predicado de espécie, (21), ou de indivíduo, (22), parecem pouco ou mesmo nada aceitáveis. Só (23), construído com um predicado de estádio, não levanta quaisquer problemas, embora exiba uma leitura episódica.

(20) Baleias são mamíferos de grandes dimensões.

(21) ??Elefantes estão extintos.

(22) * Elefantes são inteligentes.

(23) Elefantes comeram a erva do parque.

Os nomes simples massivos parecem também poder ocorrer em contexto definitório e apresentam pouca aceitabilidade em contexto de predicado de espécie, tal como os contáveis no plural.

(24) Ouro é um metal precioso.

(25) ?? Ouro é raro (em Portugal). (predicado de espécie).

2.2. Nominais em posição de objeto direto

Nesta posição podemos encontrar alguns casos de leitura de espécie com artigo definido quer com nomes contáveis no singular, quer ainda com massivos em associação com predicados de espécie eventivos, como é o caso de *inventar*. Com indefinidos, só a leitura taxinómica parece ser aceitável, como se pode ver em (28):

(26) Bell inventou o telefone / ??os telefones.

(27) Os gregos inventaram o vinho.

¹⁰ Para um desenvolvimento desta questão do ponto de vista semântico, veja-se Oliveira (1998b) e Müller e Oliveira (2002).

¹¹ De acordo com Kleiber (1990), trata-se da noção ou do conceito, no caso concreto, de *baleia*.

(28) X inventou um chip.

Quanto aos nomes simples contáveis e também massivos, podemos dizer que, em Português Europeu, admitem excepcionalmente uma leitura de espécie em contextos muito particulares, distinguindo-se neste aspeto das outras línguas românicas que, como o Italiano e o Espanhol, admitem nomes simples em outras construções.

Convém, no entanto, referir que, em Português Europeu, nomes simples contáveis no plural e massivos são aceitáveis quando governados por um núcleo lexical e nomes simples sem número não o são, tal como se pode ver nos exemplos seguintes:

(29) A Maria comeu bolachas / sopa.

(30) *A Maria comeu bolacha.

Assim, a excepcionalidade do Português Europeu reside na possibilidade de obter uma leitura de espécie de nomes simples contáveis no plural e também massivos associados a predicados estativos (disposicionais) de indivíduo, como em (31)-(34). O exemplo (33) parece constituir uma exceção ao que acaba de ser dito comparativamente com (34). No entanto, o referido exemplo é aceitável uma vez que se operou uma mudança de tipo de nome, deixando *coelho*, neste contexto, de ser um nome contável para passar a ser um nome massivo.

(31) Ela adora gatos (siameses).

(32) Ele adora café / chá.

(33) Ele detesta *coelho*.

(34) * Ele detesta gato.

Do que atrás foi dito pode concluir-se que os sintagmas com leitura de espécie ocorrem preferencialmente com definidos, quer no singular (contáveis e massivos), quer no plural (contáveis). Com indefinidos a leitura de espécie parece ser a taxinómica e com nomes simples não manifestam leitura de espécie a não ser em posição de objeto direto com certos estativos, como se viu acima.

Com efeito, em posição de sujeito pré-verbal nomes simples, massivos e contáveis no plural, podem ocorrer, modificados ou não, com leitura genérica em contextos adequados¹² ou com leitura existencial, mas não apresentam leitura de espécie, como se pode observar nos exemplos (35)-(37) em que este último tem leitura existencial.

(35) Leite (magro) faz bem à saúde.

(36) Baleias (brancas) invadem a baía frequentemente.

(37) Baleias (brancas) invadiram a baía.

¹² Esses contextos são em especial predicados caracterizadores, o aspeto habitual e advérbios de quantificação como *sempre*, *frequentemente*.

Assim, a discussão sobre a articulação entre termos de espécie e tipos de predicados, que a seguir se apresenta, vai incidir fundamentalmente sobre os sintagmas com definido, quer singular, quer plural.

3. Termos de espécie e contextos de ocorrência

Em virtude de podermos considerar que espécies são regularidades que ocorrem na natureza (ou no mundo) cujas manifestações espaço-temporais são tipicamente ‘descontínuas’, podemos também dizer que a cada propriedade natural (como *ser leão*) corresponde uma espécie e para cada espécie natural haverá uma correspondente propriedade (a de pertencer a essa espécie).

Porém, o que conta como espécie não é diretamente estabelecido pela gramática, mas pelo conhecimento partilhado.¹³ Por isso, varia, até certo ponto, com o contexto.

Assim, o objetivo central dos pontos seguintes consiste em determinar os contextos que licenciam uma leitura de espécie para uma expressão nominal (com definido singular e plural).

3.1. Leitura de espécie *versus* leitura existencial

Uma das questões mais interessantes que se nos colocam quando observamos o comportamento linguístico de sintagmas que, de alguma forma, manifestam a capacidade de receber uma interpretação de espécie prende-se com as restrições a que uma tal leitura parece estar sujeita. Com efeito, se a interpretação existencial dos referidos sintagmas não levanta grandes problemas, pelo menos quando lidamos com indivíduos ou grupos, na medida em que se afigura perfeitamente acessível em praticamente todos os seus contextos de ocorrência, à exceção dos designados predicados de espécie (cf. (38)-(43)), já a leitura de espécie está confinada a determinadas configurações particulares ((44)-(49)).

(38) O(s) lobo(s) comeu/comeram o veado.

(39) O(s) lobo(s) saltou/saltaram.

(40) O(s) lobo(s) atravessou/atravessaram o rio.

(41) O(s) lobo(s) é/são grande(s).

(42) O(s) lobo(s) é/são assustador(es).

(43) O(s) lobo(s) habitou/habitaram esta região (antes de ter(em) ido para as montanhas).

(44) # O(s) lobo(s) comeu/comeram o veado.¹⁴

(45) # O(s) lobo(s) saltou/saltaram.

¹³ Veja-se a este respeito Krifka *et al.* (1995) ou Chierchia (1998).

¹⁴ Embora nem todos os “nomes de espécie” sejam identificáveis com entidades da natureza como animais e plantas, com taxinomias perfeitamente delimitadas, optámos por iniciar a nossa exposição utilizando um desses exemplos, com o objetivo de facilitar a distinção entre leitura existencial e leitura de espécie. De facto, esta última poderá ser obtida através da substituição da expressão nominal pela designação científica correspondente (no presente caso *Canis lupus*).

- (46) # O(s) lobo(s) atravessou/atravessaram o rio.
- (47) O(s) lobo(s) é/são grande(s).
- (48) O(s) lobo(s) é/são assustador(es).
- (49) O(s) lobo(s) habitou/habitaram esta região (antes de ter(em) ido para as montanhas).

À primeira vista, poderíamos supor que uma leitura de espécie se encontra intimamente ligada ao caráter estativo das predicções envolvidas: nesse sentido, tal leitura estaria exclusivamente confinada a contextos estativos. Os dados que apresentam sintagmas definidos com potencial de espécie em posição de objeto direto parecem apontar na mesma direção:

- (50) # O Pedro avistou o(s) lobo(s). (leitura de espécie)
- (51) #A Maria prendeu o(s) lobo(s). (leitura de espécie)
- (52) O Pedro adora o(s) lobo(s). (leitura de espécie)
- (53) A Maria teme o(s) lobo(s). (leitura de espécie)

No entanto, a hipótese aqui sugerida enfrenta obstáculos difíceis de superar. Nomeadamente, existem estados, como os dos exemplos (54)-(56), em que uma leitura de espécie dos sintagmas definidos é totalmente excluída, tal como sucede com a grande maioria dos eventos.

- (54) # O(s) lobo(s) está/estão deitado(s). (leitura de espécie)
- (55) # O(s) lobo(s) está/estão faminto(s). (leitura de espécie)
- (56) # O(s) lobo(s) teve/tiveram febre. (leitura de espécie)

Verificamos, pois, que a presença de uma predicção estativa não é condição suficiente para o licenciamento da leitura de espécie. Quais serão, nesse caso, as propriedades semânticas que propiciam uma tal leitura? É o que procuraremos investigar em seguida.

3.2. Predicados de indivíduo *versus* predicados de estádio

Dados como os apresentados em (54)-(56) sugerem que os designados estados de estádio se comportam, basicamente, como os eventos, no sentido em que não parecem acomodar uma leitura de espécie para as descrições definidas que neles participam. Tal facto poderá servir-nos como ponto de partida para a elaboração de uma nova hipótese de explicação para o problema que nos tem vindo a ocupar aqui.

Na esteira de Carlson (1977b), que defende que a distinção entre predicados de indivíduo e predicados de estádio estará na origem das divergências, ao nível da interpretação, que surpreendemos no seio dos “meros plurais”¹⁵ – nomeadamente, que uma leitura existencial se encontra indissociavelmente ligada a predicados de estádio, ao passo que uma leitura “genérica” é despoletada por predicados de

¹⁵ “Meros plurais” é uma expressão que traduz “bare plural”. No entanto, é também comum na literatura utilizar-se “nomes simples”.

indivíduo –, proporemos que uma tal divisão comporta importantes consequências no que respeita ao estabelecimento de uma leitura de espécie com sintagmas definidos.

Antes, porém, de prosseguirmos esta linha de análise, importa dar, ainda que brevemente, algumas indicações acerca da distinção de que nos iremos ocupar.

Os predicados de indivíduo poderão ser encarados como aqueles que diretamente caracterizam uma entidade, descrevendo as propriedades que lhe são “permanentes” ou “intrínsecas”. Os predicados de estádio, pelo contrário, apenas dão conta de especificidades que se relacionam com “porções” espaço-temporalmente delimitadas de um indivíduo, o que significa que, tipicamente, revelam um caráter, por assim dizer, mais “temporário”.

Uma definição como esta vai acarretar, naturalmente, consequências importantes ao nível do comportamento linguístico ostentado por cada uma das classes propostas. Dado que os estados de indivíduo caracterizam diretamente uma entidade, eles irão revelar algumas incompatibilidades com determinados adverbiais temporais de duração e de localização, sendo, por outro lado, praticamente impossível quantificá-los por meio de expressões como *sempre que*. Os predicados de estádio, pelo contrário, não manifestam quaisquer restrições combinatórias com adverbiais de duração e de localização temporal, podendo ser facilmente quantificados e ocorrendo, sem grandes dificuldades, no contexto de adverbiais de localização temporal estrita (pontuais), ocasionando uma interpretação de inclusão destes no tempo em que decorrem. Finalmente, predicados manifestamente de estádio parecem ser de todo impossíveis sob o escopo do operador aspetual *passar a*, ao contrário do que sucede com os predicados de indivíduo. Observe-se o contraste entre os dois grupos de exemplos seguintes:

- (57) * O João foi alto na semana passada.
- (58) * Sempre que o João é alto, inscreve-se na equipa de basketball.
- (59) * O João foi/era alto às duas da tarde.
- (60) O João passou a ser alto (desde que foi para a praia todos os verões).

- (61) A Maria esteve doente na semana passada.
- (62) Sempre que a Maria está doente, toma chá de limão com mel.
- (63) A Maria esteve/estava doente às duas da manhã.
- (64) * A Maria passou a estar doente. (leitura não habitual)

Tal como, segundo Carlson (1977b), os predicados de indivíduo induzem leituras “genéricas” aos meros plurais, poderíamos sugerir que a referida classe favorece ou permite uma leitura de espécie para os sintagmas definidos, tanto em posição de sujeito quanto de objeto direto. Ou seja, diríamos que uma leitura de espécie somente será admissível no contexto de predicados de indivíduo, embora não excluindo interpretações existenciais das configurações em causa, como, por exemplo, em “O miúdo é alto”.

Uma abordagem deste género parece ter a seu favor um conjunto significativo de factos linguísticos, dos quais destacaremos apenas três: a. as construções habituais; b. a distinção entre *ser* e *estar*; c. a diferença entre estados “faseáveis” e não “faseáveis”.

Se admitirmos, como os exemplos que se seguem deixam transparecer, que as frases de cariz habitual se comportam como verdadeiros predicados de indivíduo (nomeadamente, apresentam restrições quanto à combinação com adverbiais de mera localização temporal como em (65) e (68)); resistem à quantificação por expressões como *sempre que* como em (66) e (69) e se submetem, sem problemas, ao escopo do operador *passar a* como em (67) e (70)), não será de estranhar que suportem uma leitura de espécie para sintagmas definidos, tal como é ilustrado por (71)-(73):

- (65) * Ontem, o João ia ao cinema habitualmente.
- (66) * Sempre que o João ia ao cinema habitualmente, atrasava os seus trabalhos.
- (67) O João passou a ir ao cinema habitualmente.
- (68) * Ontem, a Maria escrevia artigos frequentemente.
- (69) * Sempre que a Maria escrevia artigos frequentemente, ficava famosa.
- (70) A Maria passou a escrever artigos frequentemente.
- (71) A(s) águia(s) faz(em) os ninhos nas montanhas. (leitura de espécie)
- (72) O(s) lobo(s) caça(m) javalis. (leitura de espécie)
- (73) O(s) mamute(s) comia(m) erva. (leitura de espécie)

As frases não habituais correlativas, na medida em que descrevem simples eventos, correspondendo a predicados de estádio, não parecem tolerar a leitura de espécie aqui patenteada. Com efeito, as inferências obtidas entre os dois tipos de estruturas são bem diferentes, corroborando o que acabámos de afirmar: se uma frase não habitual como “As águias fizeram o ninho nas montanhas” pode, sob um certo ponto de vista, ser parafraseada por “As aves fizeram o ninho nas montanhas”, já a construção habitual correspondente ostentando uma leitura de espécie (ou seja, “As águias fazem o ninho nas montanhas”) não é de todo equiparável a “As aves fazem o ninho nas montanhas”, demonstrando que existem divergências muito significativas em termos do estatuto semântico do sintagma em posição de sujeito. Em particular, diremos que um SN que ostente uma leitura meramente existencial pode ser substituído, nos contextos relevantes, pelos seus hiperónimos sem que se verifique uma considerável alteração do significado; pelo contrário, um SN com valor de espécie não se encontra sujeito a este tipo de monotonicidade.¹⁶

Em segundo lugar consideremos a distinção entre *ser* e *estar* em construções de tipo predicativo que, como veremos, parecem apoiar a análise aqui desenvolvida. Tradicionalmente tem sido defendido que as configurações com *ser* descrevem predicados de indivíduo, enquanto as que integram *estar* veiculam predicados de estádio. Se uma tal assunção está correta, isso significa que, tipicamente, apenas

¹⁶ Esta generalização parece estender-se também aos casos em que a habitualidade não está envolvida. Comparem-se os seguintes exemplos:

- (i) Os gatos estão deitados a descansar. (leitura existencial)
- (ii) Os felinos estão deitados a descansar. (leitura existencial)
- (iii) Os gatos são mansos. (leitura de espécie)
- (iv) Os felinos são mansos. (leitura de espécie)

Se é certo que (ii) pode parafrasear (i), já (iv) não parece equivaler a (iii). Ou seja, nos casos sob análise, a equivalência de significação na monotonicidade crescente apenas se aplica à leitura existencial.

as estruturas com *ser* permitem uma interpretação de espécie para os sintagmas envolvidos. Os exemplos que a seguir indicamos apontam nesse sentido:

- (74) Os gnus são herbívoros.
- (75) As baleias são pacíficas.
- (76) Os elefantes são fortes.
- (77) # Os gnus estão deitados.
- (78) # As baleias estão pacíficas.
- (79) # Os elefantes estão fortes.

Um último argumento em favor das propostas que temos vindo a defender prende-se com o comportamento linguístico dos designados estados “faseáveis”. Quando revelam plenamente o seu cariz estativo, estas estruturas permitem, sem dificuldades, uma leitura de espécie para os SNs que as integram; se, pelo contrário, sofrem comutações na rede aspetual que as obrigam a alterar a sua configuração temporal interna para a que caracteriza os processos, apenas uma leitura existencial se encontra disponível. Vejam-se os exemplos (82)-(84) em que, através da aplicação do operador de Progressivo ou da integração em orações temporais introduzidas por *quando*, se evidencia a impossibilidade de uma leitura de espécie.¹⁷

- (80) O(s) lobo(s) é/são agressivo(s).
- (81) O(s) coelho(s) é/são guloso(s).
- (82) # O(s) lobo(s) está/estão a ser agressivo(s). (leitura de espécie)
- (83) # O(s) coelho(s) está/estão a ser guloso(s). (leitura de espécie)
- (84) # Quando os cães os atacaram, os lobos foram agressivos. (leitura de espécie)
- (85) # Quando viram o monte de cenouras, os coelhos foram gulosos (e por isso caíram na armadilha). (leitura de espécie)

Propostas como as desenvolvidas por Kratzer (1995) parecem, pelo menos até certo ponto, ser adequadas para descrever este tipo de comportamentos. Com efeito, a ideia de que os predicados de estádio, contrariamente aos de indivíduo, ostentam um argumento adicional para a localização espaço-temporal poderá ser muito útil no que diz respeito à explicação para os padrões distribucionais dos nomes de espécie. Vejamos em que medida.

Sempre que o operador de genericidade se aplica a predicados de estádio, ele integrará o argumento espaço-temporal que obrigatoriamente os acompanha no seu escopo, dando origem a frases caracterizadoras (i.e., quantificando sobre a predicação em si mesma). Pelo contrário, quando o operador de genericidade se combina com predicados de indivíduo, os únicos argumentos disponíveis para “preencherem” o seu domínio de aplicação serão os nominais presentes na frase, obtendo-se, assim, a leitura de espécie característica destes contextos.

A teorização de Kratzer (1995) parece explicar, de forma adequada, a razão pela qual não é possível encontrar nominais com uma leitura de espécie no contexto

¹⁷ A construção progressiva ou o recurso a orações temporais constituem alguns dos critérios que permitem distinguir estados faseáveis de não faseáveis. Estes últimos não ocorrem em tais contextos.

de eventos e de estados de estádio: na medida em que tais predicacões integram um argumento de natureza espaço-temporal, este será o único candidato disponível para a aplicação do operador de genericidade. Somente nos casos em que a referida posição argumental se encontra ausente, i.e., com predicados de indivíduo, é que os nominais estarão em condições de ocorrer sob o escopo do operador de genericidade, obtendo uma leitura de espécie.

Se é certo que a abordagem que aqui temos vindo a expor não oferece quaisquer problemas à análise de predicacões básicas, já a acomodação dos factos manifestados por parte de certas estruturas derivadas (nomeadamente no que concerne aos estados habituais) requer uma revisão das assunções adotadas. Na verdade, tais construções, porque derivadas a partir de eventos, comportam, necessariamente, um argumento espaço-temporal. Dado que nos encontramos perante frases caracterizadoras, tal argumento estará sob o escopo de um operador de genericidade. O que se torna mais interessante, porém, é que, nestes casos, se afigura possível inserir um outro operador de quantificação genérica aplicado a nominais com um potencial de leitura de espécie. Comparem-se as seguintes frases:

- (86) (Gosto muito destas águias que passam por aqui ao fim da tarde.) As águias fazem os ninhos nas montanhas (e descem para os campos junto ao rio à procura de alimento). (leitura existencial)
- (87) (Porque precisam de defender as crias contra os predadores), as águias fazem os ninhos nas montanhas. (leitura de espécie)

Tanto em (86) quanto em (87) estamos perante frases caracterizadoras, o que significa, em última instância, que um operador de genericidade atua sobre eventos por forma a conferir-lhes um valor de habitualidade. Em (87), porém, confrontamo-nos adicionalmente com um sintagma ostentando uma leitura de espécie, o que nos leva a acreditar que um outro operador de genericidade, neste caso diretamente aplicado ao indivíduo descrito pela expressão nominal, tem que estar presente. Ora, uma proposta como a de Kratzer não parece poder prever a integração, numa mesma frase, de dois operadores de quantificação genérica, um associado ao argumento espaço-temporal e o outro a um nominal (atribuindo-lhe uma interpretação de espécie). Se, pelo contrário, assumirmos que a presença de um predicado de indivíduo, seja qual for a sua constituição interna, é suficiente para licenciar uma leitura de espécie, exemplos como (87) deixarão de ser problemáticos: independentemente da presença de um argumento espaço-temporal, as frases habituais comportam-se como estados de indivíduo, o que será suficiente para a admissão de um sintagma com leitura de espécie.¹⁸

A distribuição dos nominais com um valor de espécie levanta, contudo, dificuldades ainda mais complexas, que nenhuma das propostas até aqui desenvolvidas

¹⁸ Levada às suas últimas consequências, a proposta de Kratzer não poderia admitir a ideia de que um estado habitual seria um predicado de indivíduo, dado que comporta, obrigatoriamente, um argumento espaço-temporal. Veja-se, além disso, a argumentação desenvolvida por Parsons (1990) e também por Chierchia (1995), que vai no sentido de defender a necessidade de um argumento situacional tanto para predicados de estádio quanto de indivíduo.

está em condições de solucionar. Na próxima secção deste trabalho procuraremos refletir um pouco sobre elas, bem como sobre algumas pistas que nos conduzam à sua resolução.

4. Dados para uma revisão da proposta apresentada

A hipótese de trabalho que temos vindo a prosseguir ao longo da secção anterior não está, de modo algum, isenta de objeções. Uma das mais significativas, em nossa opinião, tem a ver com o facto de certas configurações linguísticas, que ostentam um comportamento com evidentes pontos de contacto com o dos predicados de estádio (cf. eventos singulares considerados suficientemente relevantes para se aplicarem à totalidade da espécie ou estados formados a partir de várias ocorrências temporalmente diferenciadas), suportarem uma interpretação de espécie para os SNs que os integram. Uma tal constatação é tanto mais surpreendente quanto algumas destas estruturas se revelam verdadeiros predicados de espécie, ou seja, predicados que, tendencialmente, se aplicam em exclusivo a nomes de espécie, ocasionando anomalia semântica na presença de outros tipos de indivíduos (cf. *estar em vias de extinção, ser abundante/raro, etc.*).

Observem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

- (88) O homem (= a espécie humana) chegou à Lua em 1969. (leitura de espécie)
- (89) Bell inventou o telefone. (leitura de espécie)
- (90) O(s) lobo(s) está/estão em vias de extinção. (leitura de espécie)
- (91) O(s) cogumelo(s) é/são abundantes. (leitura de espécie)

(88) combina um predicado eventivo (considerado suficientemente relevante) com um sintagma em posição de sujeito que ostenta uma leitura de espécie; (89) ilustra um caso semelhante, mas com o nominal que recebe a leitura de espécie desempenhando a função sintática de objeto direto. (90) e (91) integram estativos que, apesar de não se enquadrarem totalmente no padrão de ocorrência típico dos estados de indivíduo, suportam, sem grande dificuldade, interpretações de espécie para os seus nominais em posição de sujeito. Uma leitura de espécie será, por conseguinte, possível em predicções que não se comportam (pelo menos à superfície) como verdadeiros predicados de indivíduo. Revelarão estes exemplos a capacidade de invalidar totalmente a hipótese de tratamento anteriormente avançada? Como poderemos compatibilizar as predições efetuadas em 3.2. – em nosso entender basicamente corretas – relativas a estados habituais, à oposição entre *ser* e *estar* e à questão da “faseabilidade” com tais configurações?

Uma pista muito interessante para a resolução do problema sob análise prende-se com a observação de que, embora as configurações em causa não possam ser de todo concebidas enquanto predicados de indivíduo em estado “puro”, manifestam sempre, de uma maneira ou de outra, propriedades que considerámos serem típicas desta classe de predicados. Por outras palavras, encontramos-nos face a predicados que, pelo menos a avaliar pelo seu comportamento algo “híbrido”, por alguma razão, “absorvem” marcas características dos predicados de indivíduo. Tal alteração sucede

tanto com eventos considerados suficientemente relevantes para se alargarem a uma espécie quanto com estados cuja significação envolva a possibilidade de recorrência de uma dada situação, como os exemplos que a seguir apresentamos parecem confirmar.

- (92) Ontem, o homem chegou à Lua.¹⁹
- (93) O homem chegou à Lua às 2 horas da manhã.
- (94) * O homem passou a chegar à Lua.
- (95) # Sempre que o homem chega à Lua, espantamo-nos com o desenvolvimento tecnológico. (leitura de espécie)
- (96) Ontem, Bell inventou o telefone.
- (97) Bell inventou o telefone às duas da manhã.
- (98) * Bell passou a inventar o telefone.
- (99) * Sempre que Bell inventa o telefone, recebe um prémio em dólares.

Estas frases ilustram casos em que uma única ocorrência de um evento relevante é suficiente para conferir uma nova característica à espécie envolvida. Nesse sentido, não surpreende que, tal como sucede com os predicados de indivíduo, não seja possível qualquer tipo de quantificação com expressões do género de *sempre que*. No restante, as estruturas sob análise comportam-se como a generalidade dos eventos, isto é, enquanto predicados de estádio.

- (100) * Ontem, os lobos estiveram em vias de extinção.
- (101) * Os lobos estiveram em vias de extinção às 5 da tarde.
- (102) Os lobos passaram a estar em vias de extinção.
- (103) Sempre que os lobos estão em vias de extinção, a sua caça é expressamente proibida.
- (104) # Ontem, os cogumelos foram abundantes.
- (105) * Os cogumelos foram abundantes às seis da manhã.
- (106) Os cogumelos passaram a ser abundantes (nesta região).
- (107) Sempre que os cogumelos são abundantes, as empresas que os vendem têm lucros consideráveis.

As predicções aqui representadas parecem ter origem num conjunto recorrente de ocorrências que, tomado na sua globalidade, permite caracterizar a espécie envolvida. Suportam, sem problemas, a quantificação mas manifestam importantes restrições no que respeita à combinação com advérbiais de localização temporal, como acontece com os predicados de indivíduo. Ou seja, apesar de manterem algumas propriedades que as aproximam inegavelmente dos predicados de estádio, as configurações sob análise demonstram igualmente características típicas dos predicados de indivíduo.

Uma análise atenta dos dados expostos permite-nos, pois, acreditar que a intuição

¹⁹ Não estamos aqui, obviamente, interessados na veracidade destes enunciados, mas apenas na questão da sua aceitabilidade em termos puramente formais. Uma frase como (92) parece absolutamente adequada se proferida no dia seguinte à chegada de Neil Armstrong à Lua.

inicial que nos tem conduzido está no caminho certo: existe, na realidade, uma forte ligação entre nominais com leitura de espécie e traços relativos a predicados de indivíduo. Importa, no entanto, reformular a proposta adiantada, por forma a enquadrar exemplos como os que nos têm vindo a ocupar.

Antes, porém, de tentarmos fornecer um esboço de postulado que nos permita acomodar, de modo adequado, as condições que regem a leitura de espécie de sintagmas definidos, prestaremos ainda um pouco mais de atenção aos casos de predicados eventivos em combinação com nomes de espécie.

O que levará as construções em causa a alterarem algumas das suas propriedades intrínsecas com vista a uma aproximação aos predicados de indivíduo? A presença de sintagmas ostentando um potencial de leitura de espécie, em conjugação com um certo tipo de “relevância” da eventualidade descrita no decurso da História, poderá considerar-se uma hipótese interessante. Observem-se os contrastes seguintes:

- (108) O homem chegou à Lua. (leitura de espécie)
- (109) O *vaivém* Discovery chegou à Lua. (leitura existencial)
- (110) O(s) canguru(s) apareceu/apareceram na Austrália. (leitura de espécie)
- (111) O(s) canguru(s) apareceu/apareceram no meu quintal. (leitura existencial)
- (112) # Sempre que o homem chega à Lua, há avanços na ciência.
- (113) Sempre que o *vaivém* Discovery chega à Lua, há avanços na ciência.
- (114) # Sempre que o canguru aparece na Austrália, os cientistas ficam atónitos.²⁰
- (115) Sempre que o canguru aparece no meu quintal, os cientistas ficam atónitos.

O que parece fazer a diferença, no que respeita à estrutura semântica destas frases, é a presença *versus* ausência de um nominal com uma leitura de espécie. Na realidade, quando nos confrontamos com uma leitura meramente existencial do sintagma em causa, a quantificação torna-se possível, comportando-se a predicação como um verdadeiro predicado de estádio; se, no entanto, é introduzido um nominal com valor de espécie, a predicação altera algumas das suas características típicas (nomeadamente em termos quantitativos), ostentando um comportamento mais próximo daquele que identifica os predicados de indivíduo.

Não se nos afigura, pois, de todo descabido colocar a hipótese de que é a presença de um nominal com potencial de espécie que, provavelmente em conjugação com o contexto da frase, altera algumas das suas especificações por forma a poder vir a ser licenciado por ela. Isto significa, em última análise, que não são apenas os predicados que condicionam a comparência de sintagmas com uma leitura de espécie, mas que o elemento nominal poderá, em circunstâncias apropriadas, dar o seu contributo no sentido de criar as condições indispensáveis para a sua ocorrência.

Sublinhemos, no entanto, que existem configurações cuja estrutura não pode ser

²⁰ Note-se que não se deve confundir uma leitura estritamente de espécie com uma leitura que remete para membros de uma espécie. Por exemplo, uma frase como “Sempre que os mosquitos aparecem nesta região, o governo toma medidas de controlo” parece remeter para o conjunto de indivíduos e não para a espécie em si mesma, pelo que a quantificação se torna natural. A fronteira entre uma leitura de espécie e a de membros de uma espécie não é, no entanto, sempre fácil de delimitar. Não sendo este o objetivo central do presente trabalho, deixamos a questão em aberto.

reorientada no sentido de uma leitura como predicados de indivíduo, nomeadamente nos casos em que as propriedades veiculadas pela globalidade do evento não são concebidas como suficientemente “relevantes” para a espécie que caracterizariam. Daí a completa impossibilidade de SNs com valor de espécie em frases como as que se seguem:

(116) # Os gatos subiram à árvore.

(117) # Os gatos desapareceram do meu quintal.

Em suma, a hipótese de tratamento que aqui propomos baseia-se na ideia de que se estabelece, pelo menos até certo ponto, uma dialética ou interação recíproca entre o predicado e as expressões de carácter nominal com valor de espécie que o acompanham: os predicados de indivíduo fornecem as condições indispensáveis para a comparência de uma leitura de espécie dos nominais; estes, por sua vez, poderão, em circunstâncias apropriadas, despoletar certas alterações nas características básicas das configurações em que ocorrem, conferindo-lhes traços de predicados de indivíduo, requisito necessário para que uma leitura de espécie possa vir a ser licenciada.

Com o objetivo central de acomodar devidamente todos os casos aqui analisados, propomos a seguinte reformulação para a descrição das condições de licenciamento de nominais com valor de espécie:

(118) *Um nominal (definido) está em condições de receber uma interpretação de espécie sse a predicação em que comparece ostenta (pelo menos alguns) traços ou marcas de predicado de indivíduo.*

Uma formulação deste género permite não só dar conta da plena compatibilidade que se verifica entre a totalidade dos predicados de indivíduo (básicos ou derivados) e uma leitura de espécie para as expressões nominais definidas, mas também dos casos em que, embora estando presentes predicações de estádio, estas veem o seu “perfil” semântico alterado (provavelmente devido à influência dos nominais com valor de espécie) no sentido de uma aproximação às características típicas dos predicados de indivíduo.

Em conclusão, diremos que uma leitura de espécie parece estar confinada, de uma forma ou de outra, a configurações que manifestem “marcas” ou traços de predicados de indivíduo, mesmo que estes não pertençam ao seu “perfil” semântico de origem. Assim, são passíveis de integrar nominais como termos de espécie todos os predicados de indivíduo, independentemente de serem: a. básicos ou derivados; b. eventos que se convertem em predicados de espécie em função da sua relevância em termos históricos; c. estados construídos a partir da múltipla ocorrência de situações que, embora temporalmente delimitáveis, podem caracterizar uma espécie.

As interpretações existenciais, pelo contrário, não parecem estar sujeitas a quaisquer restrições semânticas relevantes, surgindo com todos os tipos de predicados.

Finalmente, é importante sublinhar que os nominais com potencial de leitura de espécie não se apresentam nas estruturas em causa de um modo inteiramente “passivo”, mas, ao invés, desempenham, por vezes, um papel fulcral na modificação de certas propriedades características das predicações em que se integram, por forma a criarem as condições requeridas para a sua ocorrência. Tal observação remete-nos para o facto de a própria constituição interna dos sintagmas em questão não ser de

todo indiferente no que diz respeito ao problema que aqui nos ocupa. Com efeito, existem variações significativas, em termos de interpretação, em conformidade com o tipo de sintagma que veicula a leitura de espécie.

5. Questões para uma explicação

Como se pode observar do que foi dito anteriormente, os predicados de indivíduo (ou predicados com ‘traços’ destes predicados) constituem uma condição necessária para a leitura de espécie de um nominal. No entanto, tal condição não é suficiente para a obtenção dessa leitura, uma vez que são possíveis exemplos com predicados de indivíduo em que a leitura do nominal não é de espécie, como em (119).

(119) O(s) miúdo(s) é/ são inteligente(s).

Por outro lado, alguns predicados de espécie podem eles próprios ser objeto de generalização como é o caso de (103), aqui repetido, em que parece ser possível aceitar *os lobos estarem em vias de extinção* como uma situação única que se pode quantificar, o que, note-se, é típico dos predicados de estádio.

(120) Sempre que os lobos estão em vias de extinção, a sua caça é expressamente proibida.

É claro que se pode considerar que este predicado de espécie é de um tipo particular, mas o que aqui é relevante é notar que, tal como é possível construir frases genéricas a partir de uma variável de situação, a que corresponde tipicamente um predicado de estádio, também, em certas circunstâncias, um predicado de espécie parece poder fazê-lo. Assim, a mudança de tipo de predicado surge como uma possibilidade, embora fique por averiguar em que condições isso pode ocorrer.

Por último, como podemos explicar que a partir de um evento singular como é o descrito por *Neil Armstrong chegou à Lua em 1969* se possa fazer uma generalização de modo a que o nominal em posição de sujeito da frase *o homem chegou à lua em 1969* apresente uma leitura de espécie?

Estas questões, associadas à possibilidade de constituir um termo de espécie com um nominal singular, colocam alguns problemas à determinação do que envolve um termo de espécie.

Com efeito, *espécies* podem ser conceitos de indivíduo de um certo tipo: funções de mundos (ou situações) para pluralidades, isto é, a soma de todas as instâncias da espécie.²¹ Mas o que é instanciado por um só indivíduo não pode qualificar-se como uma espécie (cf. Chierchia, 1998).

De acordo com Chierchia, há, no entanto, nominais que denotam espécies e ocorrem naturalmente em contextos episódicos, como em (120). Neste caso, quando uma posição argumental é preenchida por um termo de espécie, o tipo de predicado é automaticamente ajustado para introduzir uma quantificação existencial (local)

²¹ Note-se que pode, por vezes, ter uma só instância ou nenhuma (como é o caso do dodo).

sobre instâncias da espécie (cf. 121'). Isto é feito por um mecanismo de mudança de tipo designado "Derived Kind Predication", (cf. 122).

- (121) Aquela espécie de animal está a estragar o meu jardim.
(121') $\exists x [{}^u \text{aquele tipo de animal } (x) \ \& \ \text{estragar o meu jardim } (x)]$
(122) Se P se aplica a objetos e k denota uma espécie, então
 $P(k) = \exists x [{}^u k (x) \ \& \ P (x)]$

Assim, uma hipótese de solução para uma frase como (123) seria a de considerar que tal propriedade se aplica à espécie (homem) e também se aplica a um indivíduo através de uma quantificação existencial (123').

- (123) O homem chegou à lua em 1969
(123') $\exists x [{}^u \text{ o homem } (x) \ \& \ \text{chegar à lua em 1969 } (x)]$

Mas neste caso particular o processo parece seguir a via inversa. Essa é talvez a razão por que (124) não tem uma leitura de espécie por contraste com (125) que a pode exibir sem qualquer problema.

- (124) # O americano chegou à lua em 1969 (leitura de espécie)
(125) Os americanos chegaram à lua em 1969 (leitura de espécie)

Uma questão não abordada neste trabalho é a da possibilidade de um termo de espécie se poder constituir com um nome contável no singular associado a artigo definido.²² Apesar da pouca atenção dada a este problema, Chierchia (1998) aborda-o considerando a existência de dois tipos de termos de espécie, "espécies plurais" e "espécies singulares". No primeiro caso estaríamos perante um conjunto e no segundo caso perante um coletivo, considerado como um átomo. Esta sua proposta poderá ajudar a esclarecer a questão colocada acima.

Assim, parece-nos possível propor que, enquanto "espécies plurais" devem ocorrer com estativos, em particular predicados de indivíduo (ou com traços destes predicados), "espécies singulares" podem também ocorrer com eventos.

Concluindo por agora, podemos dizer que para além de uma leitura de espécie parecer estar confinada, de uma forma ou de outra, a configurações que manifestem "marcas" ou traços de predicados de indivíduo, mesmo que estes não pertençam ao seu "perfil" semântico de origem, outros fatores estão possivelmente envolvidos, como o contexto e o conhecimento do mundo.

Diferentemente da ideia de que a genericidade envolve ou termos de espécie ou frases genéricas, parece-nos que a leitura de espécie de um nominal depende também de toda a frase, em particular do predicado, pelo menos em Português.

Por último, parece-nos relevante mencionar que as frases habituais se comportam como predicados de indivíduo e por isso são um bom contexto para as frases genéricas caracterizadoras.

²² Esta construção encontra-se também em Inglês, apesar de os termos de espécie terem geralmente o formato de nomes simples no plural (contáveis) ou no singular (massivos).

Tipos de genericidade¹

Fátima Oliveira
Luís Filipe Cunha

1. Introdução

Desde Krifka *et al.* (1995), as construções que envolvem genericidade têm sido associadas, na literatura, quer à possibilidade de generalizar sobre indivíduos – caso em que se encontram envolvidos termos de espécie (cf. (1)) – quer à generalização sobre situações – caso em que obtemos as designadas frases caracterizadoras (cf. (2)). Tem sido também largamente reconhecido que são múltiplos os fatores linguísticos que, de alguma forma, interferem neste tipo de estruturas, destacando-se o papel desempenhado pelos tempos gramaticais, pela natureza aspetual básica das situações ou pelo tipo de predicados, (cf. Carlson, 1989; 1995; Chierchia, 1995; Delfitto, 2002; Oliveira & Cunha, 2003, e.o).

- (1) Os lobos são cinzentos.
- (2) A Maria joga ténis.

No entanto, uma mera bipartição das construções genéricas em estruturas que generalizam sobre indivíduos e estruturas que generalizam sobre situações acaba por se revelar insuficiente face a dados como os apresentados nas seguintes frases:

- (3) A Maria fuma.
- (4) # O Jorge dorme.
- (5) A Maria fuma todas as tardes.
- (6) O Jorge dorme todas as tardes.

Tendo em conta que, nas frases sob análise, os contrastes, em termos de aceitabilidade, não podem ser explicados nem com base em diferenças ao nível dos tempos gramaticais selecionados, na medida em que em todas elas figura

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Costa, A.; Falé, I. e Barbosa, P. (orgs.), *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística – Textos Selecionados*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2011, pp.446-459.

o Presente do Indicativo, nem com base em divergências no que diz respeito à natureza aspetual das predicções básicas envolvidas, visto que em todas elas estão representados processos, nem ainda com base na diferença de tipo de predicados, pois todos são, na origem, predicados *s-level*, colocaremos a hipótese de que aqui estarão em causa diferentes tipos de genericidade. Em particular, assumiremos que existem diferenças significativas entre as frases em que não existe quantificação de situações explicitamente marcada (cf. (3)-(4)) – caso em que assumiremos que são atribuídas propriedades aos nominais em posição de sujeito² – e as frases que integram expressões que quantificam sobre intervalos de tempo ou sobre situações (cf. (5)-(6)) – caso em que é veiculada a simples repetição de eventualidades.

Partindo da ideia de que existe uma efetiva diferença entre frases que atribuem propriedades através da generalização sobre situações e frases que meramente veiculam hábitos ou recorrência de eventualidades episódicas, procuraremos descrever adequadamente contrastes como os que se observam entre (4) e (6); uma tal assunção, no entanto, conduzir-nos-á à necessidade de redefinir os vários tipos de genericidade, que, como veremos, estabelecem entre si uma interação dinâmica e complexa.

2. Atribuição de propriedades: predicados de propriedades gerais e predicados de propriedades diferenciadoras

Se assumirmos que frases como as representadas em (7)-(10) veiculam unicamente repetição de situações, seremos incapazes de explicar adequadamente a anomalia patenteada em (8) e (10). Na realidade, nada impede, à partida, a repetição de diferentes situações de “o Jorge dormir” ou de “o João comer”:

- (7) A Maria fuma.
- (8) # O Jorge dorme.
- (9) A Rita canta.
- (10) # O João come.

Frases como estas parecem, de modo geral, atribuir diretamente propriedades aos indivíduos representados pelos nominais na posição de sujeito. Na realidade, as paráfrases adequadas para (7) e (9) serão as que apresentamos em (7') e (9'), em que são explicitamente atribuídas propriedades à Maria e à Rita, respetivamente.

- (7') A Maria é fumadora.
- (9') A Rita é cantora.

Como explicar, então, a estranheza observada em (8) e (10)?

Como ponto de partida, assumiremos que, em frases genéricas, uma propriedade só poderá ser atribuída a um dado indivíduo (ou espécie) se contribuir, de alguma

² Relativamente à interpretação genérica de expressões nominais, limitamo-nos, no presente trabalho, a considerar os SDets em posição de sujeito.

forma, com informação relevante para a sua caracterização (cf. Krifka *et al.*, 1995; Krifka, 2004, e.o). Por outras palavras, a propriedade em questão deve descrever características que se aplicam apenas a algumas entidades, sejam estas indivíduos ou espécies, na medida em que a sua atribuição supõe um certo “contraste”, i.e., a possibilidade de ser concebida como uma característica distintiva.

Este facto explicaria as divergências de aceitabilidade patenteadas por (7) e (8), por (9) e (10) ou ainda por (11) e (12), envolvendo espécies, em que argumentação semelhante se aplica: enquanto (7) nos fornece informação relevante sobre a Maria, caracterizando-a como fumadora, (8) revela-se, em certa medida, irrelevante, tendo em conta que sabemos que todos os seres humanos (e, consequentemente, o Jorge) partilham a propriedade de dormir. Paralelamente, (11) mostra-se uma frase aceitável, visto que mugir é uma propriedade relevante unicamente para certas espécies animais particulares, permitindo distingui-las de muitas outras; já (12) provoca alguma estranheza, dado que a propriedade descrita por *deslocar-se* parece ser considerada comum à grande maioria das espécies animais, não sendo, consequentemente, veiculada qualquer informação útil neste contexto.

(11) As vacas mugem.

(12) # As vacas deslocam-se.

Propomos, assim, a necessidade de distinguir entre predicados de propriedades gerais e predicados de propriedades diferenciadoras. Os primeiros descrevem características comuns à generalidade das entidades a que se aplicam, não permitindo estabelecer o contraste entre um dado indivíduo ou espécie e outros indivíduos ou espécies. Como resultado, as frases em que comparecem são, à partida, anómalas (ou, pelo menos, bastante estranhas), na medida em que não veiculam informação relevante. Os predicados de propriedades diferenciadoras, por seu lado, descrevem características que não são partilhadas pela generalidade das entidades a que se podem aplicar, possibilitando contrastar um dado indivíduo ou espécie com outros indivíduos ou espécies. Nesse sentido, dão origem a frases perfeitamente gramaticais, já que a informação veiculada se revela, de alguma forma, relevante.

Se uma propriedade se constitui como distintiva em relação a uma dada espécie, i.e., se mostra capaz de diferenciar uma espécie relativamente a outras, é expectável que venha a ser concebida como geral em relação aos indivíduos que a formam, tendo em conta que é necessariamente partilhada por todos eles. Como consequência, e seguindo a linha de análise que temos vindo a desenvolver, quando aplicada à espécie, essa propriedade, dado que é distintiva, dará origem a construções perfeitamente aceitáveis mas, quando atribuída aos indivíduos particulares que a constituem, sendo de natureza geral, ocasionará tipicamente alguma estranheza. Esta predição parece estar, de facto, correta, como os exemplos seguintes nos comprovam, podendo ser considerada como mais um argumento em favor da proposta que acabámos de avançar.

(13) Os rios fluem.

(14) # O Cávado flui.

(15) As vacas mugem.

(16) # A Mimososa muge.

3. Atribuição de propriedades vs. quantificação de situações

Como acabámos de observar, frases que integram predicados que expressam propriedades gerais ocasionam, à partida, uma certa estranheza, como os exemplos (17) e (18) nos comprovam. No entanto, em contextos envolvendo configurações semelhantes, mas em que figuram explicitamente quantificadores sobre situações, as estruturas tornam-se perfeitamente aceitáveis, como (19)-(22) ilustram.

- (17) # O Jorge dorme.
- (18) # A Maria chora.
- (19) O Jorge dorme todas as tardes.
- (20) Quando vai a Estrasburgo, o Jorge dorme no Hotel des Arts.
- (21) A Maria chora todas as noites.
- (22) Sempre que vê um filme comovente, a Maria chora.

Frases como as apresentadas em (19)-(22), contrariamente ao que sucede com (17) e (18), não deverão ser concebidas como atribuindo diretamente propriedades gerais aos indivíduos que nelas se encontram envolvidos; se fosse esse o caso, tratando-se de propriedades gerais, uma forte estranheza ao nível da sua interpretação seria o único resultado esperado. Consideraremos, pois, que a presença de quantificadores sobre situações se aplica aos predicados *s-level* básicos, dando origem a uma leitura de repetição ou de recorrência das eventualidades em causa. A esta interpretação, que expressa unicamente um dado padrão de repetição de situações sem, no entanto, implicar a atribuição direta de propriedades a indivíduos ou espécies, daremos o nome de habitualidade.

A confirmar esta nossa linha de análise estão as frases que integram termos de espécie. Na verdade, na ausência de quantificadores sobre situações, a leitura de espécie é normalmente preservada, quer estejamos perante predicados que atribuem propriedades gerais (cf. (23)), quer nos encontremos face a predicados que atribuem propriedades distintivas (cf. (24)). Pelo contrário, quando são explicitamente introduzidos quantificadores sobre situações, embora as estruturas sejam, à partida, perfeitamente aceitáveis, a leitura de espécie para o SDet em posição de sujeito parece, em condições normais, ser bloqueada, sendo “as vacas” preferencialmente interpretado como um conjunto particular de indivíduos (cf. (25)-(26)).

- (23) # As vacas descansam.
- (24) As vacas mugem.
- (25) As vacas descansam todas as tardes.
- (26) As vacas mugem todas as tardes.

Se assumirmos, com Carlson (1977a), que, tendencialmente, os predicados *s-level* não são compatíveis com termos de espécie, obteremos uma explicação plausível para o tipo de interpretação atribuído a (25) e (26): descrevendo a simples repetição de situações episódicas, estas estruturas não vão permitir o licenciamento de uma leitura de espécie para o SDet na posição de sujeito, sendo a interpretação que remete para um simples conjunto de indivíduos a única possibilidade disponível.

Sublinhe-se, por outro lado, que existe uma certa variação no que respeita ao tipo de quantificadores que podem ou não coocorrer com certos predicados. No entanto, tais restrições parecem ter mais a ver com o nosso conhecimento do mundo e com a forma como percebemos a repetição das situações do que propriamente com a (im)possibilidade de quantificar sobre determinados tipos de eventualidades. Contrastem-se, a este respeito, os exemplos de (27)-(29), todos descrevendo a atribuição de propriedades gerais e, como tal, bastante estranhos, com os de (30)-(32), em que podemos observar uma grande variabilidade no que se refere às restrições de compatibilidade com diferentes tipos de expressões que quantificam sobre situações.

- (27) # O João tosse.
- (28) # O Jorge dorme.
- (29) # A Maria respira.
- (30) O João tosse habitualmente / todos os dias / todas as tardes.
- (31) O Jorge dorme # habitualmente / # todos os dias / todas as tardes.
- (32) A Maria respira # habitualmente / # todos os dias / # todas as tardes.

Dadas as grandes variações de aceitabilidade patenteadas nos exemplos (30)-(32), parece ser lícito concluir que as restrições impostas à ocorrência dos quantificadores sobre eventualidades são, em certa medida, independentes do facto de estarmos perante predicados que descrevem propriedades gerais. Na realidade, comparando as diferentes predicções entre si e as consequências que resultam da aplicação das diversas expressões quantificacionais, o que aqui parece estar em causa será a duração inerente aos intervalos de tempo associados às propriedades veiculadas pelo significado dos verbos envolvidos. Assim, o intervalo ocupado pela situação descrita por “respirar” parece ser necessariamente bem maior do que aquele que é tipicamente relacionado com “tossir”. Este diferencial na duração dos intervalos que acompanham as eventualidades vai ter, como é óbvio, importantes consequências ao nível das possibilidades de delimitação das suas porções relevantes e, nesse sentido, nas restrições em termos de quantificação a que cada uma delas estará sujeita.

Visto que o intervalo ocupado por “respirar” é tipicamente de muito longa duração, torna-se difícil delimitar porções independentes suscetíveis de serem quantificadas; como consequência, surgem grandes restrições quando se procura compatibilizar este tipo de predicado com expressões quantificacionais (cf. (32)). Já “tossir” descreve uma situação cuja duração é muito pequena, o que facilita a sua delimitação e, como tal, abre caminho a uma grande variedade de formas de quantificação (cf. (30)).

Para além da duração dos intervalos associados às eventualidades em questão, parecem também estar envolvidos outros fatores, como os padrões expectáveis em que uma dada situação ocorre (cf. a aceitabilidade de “O Jorge dorme todas as tardes vs. a estranheza de “# O Jorge dorme todas as noites”).

Sublinhe-se, no entanto, que, mesmo um predicado como “respirar”, que, como vimos, se mostra bastante restritivo no que se refere à combinação com expressões quantificacionais, pode, em contextos apropriados, ser quantificado, dando origem a construções de repetição de situações, tal como ilustrado em (33), caso em que manifestamente é possível reconhecer intervalos relevantes ou ‘visíveis’ entre as

diferentes eventualidades de “respirar” descritas:

(33) Quando vem à superfície, a baleia respira.

Finalmente, observe-se que, embora fatores pragmáticos possam desempenhar aqui um papel importante (em particular a ideia de que a “afirmação do óbvio” é, em circunstâncias normais, evitada), teremos sempre de recorrer à distinção semântica entre propriedades gerais e propriedades diferenciadoras para dar conta deste tipo de divergências. Na realidade, apenas interpretamos como “óbvias” – e, nesse sentido, conversacionalmente inadequadas – as frases que envolvem propriedades gerais, i.e., propriedades comuns aos indivíduos ou espécies envolvidos; se as propriedades são diferenciadoras, então as construções revelam-se aceitáveis. Ou seja, os efeitos pragmáticos (de (in)adequação discursiva) observados parecem derivar, de alguma forma, das características das propriedades selecionadas.

3.1. Diferenciação entre propriedades distintas e quantificação habitual sobre situações

Uma outra consequência decorrente desta nossa abordagem passaria pela necessidade de distinguir interpretações diferenciadas para estruturas envolvendo atribuição de propriedades distintas e quantificação habitual sobre situações. Dado que, neste caso, ambas as configurações são perfeitamente aceitáveis, deverão existir divergências no que respeita à sua interpretação. Contrastem-se (34) e (35), em que não figuram explicitamente quaisquer quantificadores, com (36) e (37), em que estes se encontram representados:

(34) A Maria fuma.

(35) A Rita canta.

(36) A Maria fuma habitualmente.

(37) A Rita canta habitualmente.

Parecem, de facto, existir algumas diferenças, em termos de interpretação, entre estes pares de exemplos: assim, (34) e (35) atribuem à Maria a propriedade de ser fumadora e à Rita a propriedade de ser cantora, respetivamente, sem, no entanto, fazerem referência direta à quantidade de situações necessária para que essa propriedade lhes possa ser conferida (embora, obviamente, a atribuição da propriedade dependa, em última instância, de um dado padrão de repetição de situações); já (36) e (37), não requerendo obrigatoriamente que a Maria seja fumadora ou que a Rita seja cantora, veiculam simplesmente a informação de que a Maria está envolvida num conjunto de situações de fumar e que a Rita se encontra envolvida num conjunto de situações de cantar, que, neste contexto, constituem hábitos recorrentes.

Observe-se que em (34) e (35) a atribuição de propriedades parece ser, em certa medida, realizada independentemente do número concreto de situações efetivamente ocorridas: o facto de a Maria ser fumadora não obriga a que tenha de fumar muitas vezes. Já em (36) e (37) está em causa informação relativa a um dado conjunto concreto de eventualidades: sob esse ponto de vista, a Maria terá de estar envolvida

num número significativo de situações de fumar para que (36) descreva um estado de coisas verdadeiro.

O par de exemplos que se segue parece-nos ser ainda mais elucidativo a este respeito:

(38) O Pedro conduz.

(39) O Pedro conduz habitualmente.

Para que uma frase como (38) possa ser considerada verdadeira, será, em princípio, suficiente que o Pedro esteja habilitado para conduzir, independentemente do número efetivo de ocorrências da eventualidade em questão (embora, à partida, deva haver um número mínimo de tais ocorrências); já em (39), a recorrência ou a repetição da situação descrita parece desempenhar um papel bem mais relevante no que respeita à interpretação final da predicação. Por outras palavras, assumiremos que, enquanto uma frase como (38) dá conta de uma generalização sobre um conjunto de ocorrências de uma eventualidade – generalização essa que se traduz na atribuição de uma propriedade a um indivíduo –, (39) limita-se a apresentar um determinado padrão de repetição da situação em causa, perspetivando-a como um hábito.

Tomando como ponto de partida os vários exemplos que acabámos de discutir, propomos a seguinte hipótese de generalização para predicções no Presente do Indicativo ou no Imperfeito integrando predicados eventivos de tipo *s-level*³ (para uma proposta de análise divergente, cf. Rimell, 2002).

- Quando uma predicação não integra quantificadores explícitos sobre situações, são diretamente atribuídas propriedades (gerais ou distintivas) aos indivíduos (e eventualmente às espécies) denotados pelo argumento externo da frase.
- Quando uma predicação integra quantificadores explícitos sobre situações, do género de *todos os X* ou de *habitualmente*, é atribuído um hábito – concebido como recorrência ou repetição de uma dada eventualidade – aos indivíduos (e eventualmente às espécies) denotados pelo argumento externo da frase.

4. O papel dos tempos gramaticais

Dado que os diferentes tipos de genericidade nas frases que temos vindo a analisar derivam, em grande medida, de operações realizadas sobre predicados básicos de natureza *s-level*, não surpreende que os tempos gramaticais desempenhem aqui um papel fundamental. Nessa medida, iremos discutir, ainda que brevemente, algumas das consequências, ao nível semântico, decorrentes do uso do Pretérito Perfeito simples, do Presente e do Imperfeito do Indicativo neste género de contextos.

Quando coocorrem com o Pretérito Perfeito simples, tanto os predicados de tipo

³ Embora reconheçamos a sua importância central na interpretação deste tipo de construções, ignoraremos aqui o papel desempenhado pelos argumentos internos dos verbos, dado que a sua consideração implicaria necessariamente um estudo aprofundado acerca da relação entre o tipo de nominal selecionado e a forma como este afeta a leitura final da predicação, o que está fora do âmbito do presente trabalho.

s-level quanto os predicados de natureza *i-level* parecem manter as suas propriedades básicas inalteradas. Isto significa que, tipicamente, não obtemos interpretações genéricas na presença deste tempo gramatical, salvo se estiverem em causa termos de espécie combinados com predicados de indivíduo (cf. (44)).

A interpretação episódica das predicacões é a preferencial com eventos (cf. (40)-(42)), não sendo possível, nesses casos, conferir uma leitura de espécie aos nominais na posição de sujeito (cf. (42)).

Por outro lado, tratando-se de configurações de natureza episódica, não se verificam restrições quanto ao tipo de predicados que nelas podem tomar parte. Em particular, predicados como “comer” que, em contextos de atribuição de propriedades gerais, são bloqueados, comparecem, sem problemas, em frases com o Pretérito Perfeito simples (cf. (41)).

Quando combinados com indivíduos, os predicados de natureza *i-level* atribuem-lhes, como habitualmente, uma propriedade de forma direta (cf. (43)), tal como sucede com os termos de espécie (cf. (44)), embora só neste último caso se possa falar verdadeiramente em construções de tipo genérico – aqui o operador de genericidade aplica-se aos indivíduos e não às situações, tal como proposto em Krifka *et al.* (1995).

- (40) A Rita cantou.
- (41) O João comeu.
- (42) As vacas mugiram.
- (43) A Maria foi alta.
- (44) Os gatos persas foram corpulentos.

Se assumirmos, tal como em Cunha (2004), que o Pretérito Perfeito simples é um tempo gramatical relativamente “neuro” em termos da informação aspetual que veicula, obteremos uma explicação adequada para os dados que acabámos de observar. Em particular, a ausência de transformação aspetual associada ao Pretérito Perfeito simples estará na base da estabilidade das interpretações *s-level* conferidas aos predicados de natureza eventiva.

Quando, em contextos semelhantes, surge o Presente do Indicativo ou o Imperfeito, os resultados obtidos são bem diferentes, como veremos na próxima subsecção deste trabalho. Ao alterarem o perfil aspetual básico dos eventos com que se combinam no sentido da sua estativização, sobretudo graças à possibilidade de recorrência ou de repetição de situações, estes tempos gramaticais vão facilitar interpretações em que está em causa a atribuição de propriedades aos indivíduos.

4.1. Os tempos relevantes: o Presente e o Pretérito Imperfeito

Ao propiciar uma interpretação tendencialmente estativa para os eventos a que se aplica, através de uma leitura que envolve a recorrência ou a repetição de situações, o Presente do Indicativo vai permitir a atribuição direta de propriedades aos indivíduos nas predicacões em que comparece. É o que sucede nos exemplos (45) e (46), devendo-se as divergências de aceitabilidade ao facto de estarmos perante uma propriedade distintiva em (45) e face a uma propriedade geral em (46).

É igualmente a possibilidade de atribuição direta de propriedades associada à emergência de uma leitura estativa que licencia a presença de termos de espécie na posição de sujeito em construções como as de (47): dado que os predicados de tipo *s-level* não se combinam tipicamente com termos de espécie, a interpretação desta frase indicia que o Presente do Indicativo altera significativamente as propriedades aspetuais dos eventos básicos com que coocorre.

Sublinhe-se, finalmente, que com predicados de natureza *i-level* o Presente do Indicativo não desencadeia grandes alterações em termos aspetuais. Assim, em (48) é conferida uma propriedade diretamente a um indivíduo, enquanto (49) envolve a atribuição de uma propriedade a uma espécie.

- (45) A Rita canta.
- (46) # O João come.
- (47) As vacas mugem.
- (48) A Maria é alta.
- (49) Os tigres são corpulentos.

O Imperfeito encontra-se envolvido em estruturas inteiramente paralelas às que integram o Presente do Indicativo, diferindo apenas o tipo de informação de localização temporal veiculada. Assim, quando estão em causa eventos básicos, assistimos a importantes alterações de índole aspetual, que passam pela estativização a partir da repetição das situações, o que irá ter como consequência a possibilidade de atribuição direta de propriedades a indivíduos (cf. (50)-(51)) ou a espécies (cf. (52)). Mais uma vez, apenas a atribuição de propriedades distintivas dá origem a frases perfeitamente aceitáveis (cf. (50)), enquanto a atribuição de propriedades gerais ocasiona uma certa estranheza no que diz respeito à interpretação da predicação em questão (cf. (51)).

O Imperfeito, nestes casos, difere do Presente por localizar as predicções num intervalo do passado ou por não atribuir a propriedade (no presente) devido ao facto de o indivíduo não continuar a existir (cf. Oliveira, 2004).

Quando estão representados predicados de indivíduo, o Imperfeito, tal como o Presente do Indicativo, não promove quaisquer alterações ao nível aspectual na predicação em que comparece, podendo ocorrer em contextos de atribuição direta de propriedades tanto a indivíduos (cf. (53)) quanto a espécies (cf. (54)).

- (50) A Rita cantava.
- (51) # O João comia.
- (52) (Antes de se terem tornado animais terrestres), os pinguins voavam.
- (53) A Maria era alta.
- (54) Os tigres dente-de-sabre eram corpulentos.

5. Tipos de genericidade

De toda a discussão que foi levada a cabo até ao momento, podemos concluir que existem, de facto, diferentes tipos de genericidade, traduzidos em estruturas

linguísticas e comportamentos semânticos bastante divergentes. Assumiremos que são dois os fatores fundamentais no que diz respeito à generalização sobre indivíduos e espécies: a atribuição de propriedades e a repetição de situações.

Tal como observado em Krifka *et al.* (1995), podemos obter interpretações de cariz genérico quando são diretamente atribuídas propriedades a termos de espécie através de predicados de indivíduo, como ilustrado em (55):

(55) As chitas são velozes.

Por outro lado, podemos encontrar construções genéricas que supõem atribuição de propriedades a indivíduos ou a espécies através da generalização sobre situações, desde que a sua natureza seja suficientemente relevante para estabelecer um contraste com outros indivíduos ou espécies, i.e., desde que estejam envolvidas propriedades distintivas (cf. (56)-(57)):

(56) A Cristina dança.

(57) Os gnus pastam.

Finalmente, é possível ainda encontrar estruturas que manifestam a simples repetição de situações, sem que se verifique a atribuição de uma propriedade, tal como ilustrado em exemplos do género de (58). Como observámos atrás, estas configurações envolvem normalmente algum tipo de quantificação ou de modificação explícita das eventualidades básicas representadas.

(58) A Maria compra pão todos os dias.

As construções que, de alguma forma, atribuem diretamente propriedades a indivíduos ou a espécies serão aqui designadas frases caracterizadoras, na medida em que as propriedades em questão se vão constituir como características distintivas dos referidos indivíduos ou espécies.

As construções que, de alguma forma, envolvem repetição ou recorrência de situações serão designadas frases habituais, na medida em que descrevem apenas um hábito, concebido como um simples padrão de repetição de eventualidades, sem consequências ao nível da caracterização dos indivíduos envolvidos (cf. Kleiber, 1987; Rimell, 2002 ou Dobrovie-Sorin, 2002, embora apresentando propostas divergentes).

A necessidade de uma separação clara entre estes dois tipos de genericidade parece ser confirmada pelas interações que se observam no interior das predicções relevantes.

Assim, podemos dizer que nem todas as frases caracterizadoras envolvem habitualidade. É o caso das frases genéricas em que são atribuídas propriedades por meio de predicados de tipo *i-level* a espécies, como ilustrado em (59). Recorde-se, a este respeito, que os predicados de indivíduo não são, por natureza, compatíveis com expressões que quantificam sobre eventualidades (cf. “* A Maria é alta todos os dias / habitualmente”), pelo que, neste género de estruturas, nunca poderá estar representada a habitualidade, concebida como repetição de situações.

(59) As chitas são velozes.

Em contrapartida, nem todas as frases que exprimem habitualidade são obrigatoriamente caracterizadoras, na medida em que podem não atribuir quaisquer propriedades aos indivíduos que nelas comparecem. É o que sucede, por exemplo, em construções como as de (60).

(60) A Maria lê o jornal todos os dias.

É importante notar que, não atribuindo propriedades, as construções que unicamente veiculam habitualidade são impossíveis com termos de espécie, como o exemplo (61), em que apenas é viabilizada uma leitura envolvendo grupos de indivíduos particulares, nos sugere.

(61) Os gnus bebem água no rio todas as manhãs.⁴

Finalmente, é possível constatar que existem frases que parecem combinar os dois tipos de genericidade aqui considerados. É o que sucede em exemplos como (62) e (63), em que as propriedades que caracterizam o indivíduo (i.e. “a Cristina”) ou a espécie (i.e. “os gnus”) são obtidas a partir de uma generalização sobre a repetição de situações episódicas de “dançar” ou de “pastar”, respetivamente. Por outras palavras, estas frases envolvem habitualidade, visto que veiculam, de uma certa forma, repetição ou recorrência de situações; mas, para além disso, são caracterizadoras, tendo em conta que não se limitam a dar conta de uma sucessão de eventualidades mas constroem, a partir dela, uma propriedade capaz de caracterizar os indivíduos ou espécies envolvidos.

(62) A Cristina dança.

(63) Os gnus pastam.

A observação de que predicados como “dançar” e “pastar” são, na origem, eventos de natureza *s-level*, que, nestas construções, estão sujeitos a algum tipo de repetição – o que indicia a presença de quantificação habitual –, em conjugação

⁴ Em resposta ao comentário de um revisor anónimo sobre a possibilidade de em contextos como os de (i) se poder ter uma leitura de espécie, sublinhe-se que, tal como sucede com muitas outras classificações de natureza semântica, o contexto pode produzir comutações ao nível da interpretação final (de espécie ou de indivíduo) dos nominais envolvidos. Assim, se em (61) temos uma clara interpretação que envolve indivíduos, um contexto que force uma leitura de espécie como em (i) viabiliza essa leitura para o SDet “os gnus”, embora seja ainda assim preferencial “de manhã” em vez de “todas as manhãs”:

(i) Ao contrário de outras espécies de herbívoros (que só bebem água no rio ao fim da tarde), os gnus bebem água no rio todas as manhãs/de manhã.

Inversamente, uma frase como (ii), em que a leitura preferencial para o SDet “os gatos” é a de espécie, pode, com a intervenção de outros elementos linguísticos, remeter para uma interpretação em que estão em causa indivíduos particulares, como em (iii):

(ii) Os gatos são traiçoeiros.

(iii) Os gatos da minha vizinha são traiçoeiros.

com o licenciamento de uma leitura de espécie para o SDet “os gnus” em (63) e com a possibilidade de uma paráfrase como “A Cristina é dançarina” para (62) – indicadores de que existe efetivamente atribuição de propriedades – parecem confirmar a análise que temos vindo a propor para estas estruturas.

6. Conclusões

Ao contrário do que é comumente assumido (cf. e.g. Krifka *et al.*, 1995), a expressão da genericidade não parece poder limitar-se simplesmente à possibilidade de generalizar sobre indivíduos (termos de espécie) e à possibilidade de quantificar sobre situações (frases caracterizadoras).

A viabilização e as restrições interpretativas que observámos para certas frases conduziram-nos à ideia de que a genericidade parece assumir diferentes formas – atribuição direta de propriedades distintivas a espécies, atribuição de propriedades por repetição de situações a espécies e a indivíduos e simples repetição de situações sem atribuição de propriedades.

As diferenças entre estes tipos de genericidade são bem visíveis nas estruturas linguísticas que lhes estão associadas: a presença *vs.* ausência de quantificadores explícitos sobre situações, o licenciamento de termos de espécie e a comparência de certos tempos gramaticais como o Presente ou o Imperfeito do Indicativo revelam-nos contrastes cruciais que nos permitiram fundamentar esta nova divisão no interior das construções que, de uma forma ou de outra, poderão ser consideradas genéricas.

Adjetivos massivos e contáveis em construções predicativas com *ser* e *estar*¹

Luís Filipe Cunha
Idalina Ferreira
António Leal

0. Introdução

A divisão massivo/contável tem recebido, inegavelmente, grande atenção na literatura: recorreu-se a ela, inicialmente, para a caracterização semântica de certos comportamentos observados no domínio nominal, tendo sido, posteriormente, alargada também ao tratamento das propriedades quantificacionais das eventualidades.

Em trabalhos anteriores, propusemos que uma tal distinção se aplica também ao domínio adjetival (cf. Cunha, Ferreira e Leal, 2010a; 2010b), o que explicaria as restrições de ocorrência de certos adjetivos em posição predicativa com adverbiais de contagem e de localização temporal.

Nesse sentido, propomo-nos, com este trabalho, investigar até que ponto essa distinção se pode cruzar com a oposição já clássica entre predicados de indivíduo e predicados de estádio. Advogaremos que, embora partilhem propriedades semânticas e possam coocorrer com as mesmas construções gramaticais, não podemos assimilar a oposição massivo/contável no domínio adjetival à oposição predicado de indivíduo/predicado de estádio, na medida em que parece haver, pelo menos em Português Europeu (doravante PE), evidências empíricas em favor de uma separação clara entre estas duas realidades.

Assim, principiaremos por uma caracterização da oposição massivo / contável no domínio adjetival. Com base em observações do seu comportamento em contexto predicativo, defenderemos a existência de adjetivos contáveis, massivos e não especificados quanto ao referido parâmetro. Em segundo lugar, abordaremos, ainda que brevemente, a interação que se estabelece entre a distinção massivo/contável no domínio adjetival e as propriedades semânticas da predicação na sua globalidade. Finalmente, proporemos alguns testes que nos permitem distinguir predicados de

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Cano López, P.; Cortiñas Ansoar, S.; Dieste Quiroga, B.; Fernández López, I. e Zas Varela, L. (eds.), *Atas del XXXIX Simposio de la Sociedad Española de Lingüística*, Santiago de Compostela: Unidixital (CD-Rom), 2010.

indivíduo de predicados de estádio, com adjetivos em posição predicativa, sendo essa distinção independente da oposição massivo/contável.

1. A distinção massivo / contável no domínio adjetival

Tal como defendemos em trabalhos anteriores (cf. Cunha, Ferreira e Leal, (2010a; 2010b), no domínio adjetival é relevante a distinção entre termos massivos e termos contáveis. No sentido de justificar uma tal afirmação, recorreremos a alguns dos principais testes propostos em Rothstein (1999; 2004) para o diagnóstico da referida oposição, nomeadamente a coocorrência com expressões de contagem do género de *N vezes* ou a compatibilidade com adverbiais de localização temporal em construções predicativas. Consideramos, para além disso, e tal como Kleiber (1994), que a oposição em apreço não se pode basear nas propriedades da divisibilidade e da cumulatividade, tal como se defende para os domínios nominal e verbal, na medida em que as propriedades relevantes não podem ser aplicadas estritamente aos adjetivos, mas às expressões formadas pelo adjetivo e pelo nome que este modifica. Por outro lado, apresentaremos, ao longo deste trabalho, apenas adjetivos em contexto predicativo, na medida em que, quando ocorrem em posição atributiva, em combinação com expressões nominais, é o núcleo nominal que determina, em última instância, a natureza contável ou massiva de toda a expressão, não tendo o adjetivo qualquer interferência (para uma argumentação mais aprofundada, cf. Kleiber, 1994). Como veremos mais adiante, a noção de *delimitação*, aplicável também aos domínios nominal e verbal, será crucial no que respeita à caracterização dos adjetivos enquanto entidades massivas ou contáveis.

Em termos muito gerais, podemos dizer que se verifica a existência de casos de adjetivos em posição predicativa que, independentemente de ocorrerem com *ser* ou com *estar*, manifestam um comportamento regular e sistemático quando combinados com adverbiais de contagem e de localização temporal. Desta forma, adjetivos *massivos* são sempre incompatíveis com adverbiais de contagem e de localização temporal, quer cooçam com *ser*, quer com *estar*, enquanto adjetivos *contáveis* são sempre compatíveis com adverbiais de contagem e de localização temporal nas mesmas condições.

Acrescente-se ainda que, como veremos mais à frente, há casos de adjetivos que aparentam ser termos não especificados no que diz respeito à distinção massivo / contável. Nestes casos, a ocorrência de *ser* ou de *estar* é relevante, visto que, em grande medida, vai determinar as possibilidades de comparência dos referidos adverbiais.

1.1. Adjetivos contáveis

Existem adjetivos que, tipicamente, podem ser considerados sempre contáveis, na medida em que se combinam com adverbiais de contagem, independentemente do verbo copulativo com que comparecem. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (1) a. O João foi feliz três vezes (ao longo da sua vida).
b. O João esteve feliz três vezes (na semana passada).
- (2) a. A Maria foi gorda três vezes (durante a sua vida).
b. A Maria esteve gorda três vezes (durante o ano passado).

Tanto em (1) como em (2), as predicções com os adjetivos *feliz* e *gorda* podem combinar-se sem problemas com o adverbial de contagem *três vezes*, tanto nos casos em que comparece *ser* como nos casos em que surge *estar*, o que mostra que, à partida, a possibilidade de contagem não depende do verbo, mas do adjetivo.

A aplicação do teste de compatibilidade com localizadores temporais reforça esta nossa observação. Na realidade, tanto na construção com *ser* como na construção com *estar*, tal como (3) e (4) nos revelam, os advérbios temporais ocorrem sem problemas, fornecendo uma dada localização para as diferentes situações descritas. Um tal comportamento sugere que estamos, em qualquer dos casos, face a estruturas de natureza contável.

- (3) a. O João foi feliz em 1984.
- b. O João esteve feliz na semana passada.
- (4) a. A Maria foi gorda (apenas) em 1984.
- b. A Maria esteve gorda (apenas) no verão.

1.2. Adjetivos massivos

Ao contrário do que observámos nos exemplos anteriores, alguns adjetivos nunca comparecem com advérbios de contagem, independentemente do verbo copulativo com que ocorrem. Vejam-se os exemplos em (5) e (6).

- (5) a. * A Maria foi velha três vezes (cf. *A Maria é velha*).
- b. * A Maria esteve velha três vezes (cf. *A Maria está velha*).
- (6) a. * Este chocolate foi delicioso três vezes (cf. *Este chocolate é delicioso*).
- b. * Este chocolate esteve delicioso três vezes (cf. *Este chocolate está delicioso*).

Em ambos os casos, a impossibilidade da ocorrência do adverbial *três vezes* indicia que *velho* e *delicioso* pertencem, não ao domínio dos termos contáveis, mas antes ao dos massivos, tanto quando ocorrem com *ser* como com *estar*.

Para além disso, estes adjetivos revelam também uma certa incompatibilidade quanto à combinação com advérbios de localização temporal, como se constata em (7) e (8), o que reforça a ideia de que *velho* e *delicioso* são, de facto, termos massivos.

- (7) a. * A Maria foi velha em 1984.
- b. * A Maria esteve velha no verão passado.
- (8) a. * Este chocolate foi delicioso na semana passada.
- b. * Este chocolate esteve delicioso na semana passada.²

² Note-se que este exemplo se torna aceitável quando o nominal em posição de sujeito tem uma interpretação de ocorrências espaço-temporalmente distintas do mesmo tipo, o que acaba por não ser relevante para a nossa discussão, na medida em que estamos a considerar a atribuição *direta* de propriedades a um dado indivíduo. Considere-se, por exemplo, o contexto de um bar que serve chocolate quente: as ocorrências de chocolate quente da semana anterior podem ter propriedades diferentes das ocorrências da semana seguinte, que, no entanto, se constituem necessariamente como indivíduos distintos entre si.

1.3. Adjetivos não especificados quanto à distinção massivo / contável

Finalmente, pode ser identificado um terceiro grupo de adjetivos que não revelam, *a priori*, uma natureza marcadamente massiva ou contável, desempenhando a distinção entre *ser* e *estar* um papel preponderante quanto à atribuição do estatuto massivo ou contável a toda a predicação. Considerem-se os exemplos (9) e (10):

- (9) a. * O João foi doente três vezes (cf. *O João é doente*).
b. O João esteve doente três vezes.
(10) a. * O sol foi vermelho três vezes (cf. *O sol é vermelho*).
b. O sol esteve vermelho três vezes.

Nestes casos, e ao contrário do que verificámos para os exemplos anteriores, os adjetivos *doente* e *vermelho* só ocorrem com adverbiais de contagem se o verbo copulativo for *estar*; na presença de *ser*, gera-se anomalia semântica.

A combinação com adverbiais de localização fornece o mesmo tipo de resultados. Assim, só com *estar* é possível a ocorrência de localizadores temporais, do género de *em 1984*, *na semana passada*, *no mês de agosto* e *ao fim da tarde*, enquanto com *ser* este tipo de modificação não é de todo possível. Vejam-se (11) e (12).

- (11) a. * O João foi doente em 1984.
b. O João esteve doente na semana passada.
(12) a. * O sol foi vermelho no mês de agosto.
b. O sol esteve vermelho ao fim da tarde / no mês de agosto.

Esta assimetria não se deve, obviamente, à informação veiculada pelo adjetivo. Propomos, portanto, que este tipo de adjetivos não deve ser especificado quanto ao traço massivo / contável.

Colocaremos a hipótese de que, em casos como estes, o comportamento observado se deve essencialmente à distinção entre *ser* e *estar*. Na verdade, *ser*, enquanto suporte de predicados de indivíduo, terá maiores dificuldades em comparecer em estruturas de contagem, ao passo que *estar*, sendo propiciador de predicados de estádio, se compatibilizará melhor com este tipo de estruturas. Ou seja, quando o adjetivo é *neutro* quanto à distinção massivo/ contável, *ser* favorece a integração da predicação no domínio massivo, enquanto *estar* a integra no domínio contável.

Como vimos, pelos exemplos discutidos anteriormente, há, em PE, adjetivos que se comportam como termos massivos, outros que ostentam as propriedades dos termos contáveis e outros ainda que parecem não ser portadores de informação respeitante à distinção massivo / contável. O quadro I sintetiza esta proposta de classificação:

adjetivos	Combinação com <i>ser</i> + adverbial de contagem/localização temporal	Combinação com <i>estar</i> + adverbial de contagem/localização temporal
contáveis	<i>Ser feliz três vezes/na semana passada</i>	<i>Estar feliz três vezes/na semana passada</i>
massivos	* <i>Ser velho três vezes/na semana passada</i>	* <i>Estar velho três vezes/na semana passada</i>
Não especificados	* <i>Ser doente três vezes/na semana passada</i>	<i>Estar doente três vezes/na semana passada</i>

Quadro I

2. O papel do verbo copulativo

Em face dos testes propostos para a *contagem* de situações, parece-nos lícito concluir que o comportamento semântico das construções predicativas resulta de uma interação dinâmica entre o carácter contável, massivo ou não especificado dos adjetivos envolvidos e a possibilidade de comparência de um predicado de indivíduo, quando o verbo *ser* é selecionado, ou de um predicado de estádio, quando a escolha recai sobre o verbo *estar* (cf. Carlson, 1977a, b; Mateus *et al.*, 1989; Kratzer, 1995).

Exemplos como os apresentados em (9)-(12) poderiam, numa primeira análise, apontar para a ideia de que *ser* e *estar* seriam, à partida, portadores de informação explícita sobre o carácter massivo ou contável das predicacões em que comparecem. Assim, *ser* estaria diretamente associado a predicacões de tipo massivo, o que explicaria as restrições patenteadas nas frases em (9a), (10a), (11a) e (12a); pelo contrário, *estar* daria conta de predicacões de tipo contável, o que tornaria perfeitamente aceitáveis as frases em (9b), (10b), (11b) e (12b).

Uma abordagem deste género revela-se, contudo, demasiado forte, na medida em que prediria a completa impossibilidade do surgimento de *ser* em configurações de natureza contável e de *estar* em estruturas de cariz massivo. No entanto, tais restrições não se verificam de todo: exemplos como (1a), (2a), (3a) e (4a) ilustram a viabilidade da comparência de *ser* em predicacões de tipo contável, ao passo que exemplos como (5b), (6b), (7b) e (8b) ilustram a compatibilidade de *estar* com predicacões de tipo massivo.

No sentido de encontrar uma solução satisfatória para o problema, assumiremos, como ponto de partida, e com base em propostas como as de Mateus *et al.* (1989: 5.4.1.), Cunha (2004) ou Cunha & Ferreira (2004), que, em contexto predicativo, *ser* contribui para a emergência de predicados de indivíduo, ao passo que *estar* remete para predicados de estádio (cf. Carlson, 1977a, 1977b; Kratzer, 1995).

Assim, quando o adjetivo representado na construção predicativa manifesta explicitamente o seu carácter contável ou massivo, uma tal propriedade é imediatamente incorporada no todo da predicacão, não desempenhando o verbo copulativo um papel de especial relevância a este nível. No entanto, quando o adjetivo não fornece qualquer informação a este respeito, i.e., quando pertence à classe dos adjetivos não

especificados, tal como definida em 1.3., será o verbo copulativo que, embora de forma indireta, vai estabelecer o carácter contável ou massivo da predicação em causa.

Dado que *ser* remete para a caracterização de um indivíduo como um todo, propiciando a ocorrência de predicados estáveis, conferirá à predicação em que participa uma interpretação tipicamente massiva (cf. (9a), (10a), (11a) e (12a)). Pelo contrário, descrevendo porções temporalmente delimitadas de um dado indivíduo, que são, por princípio, episódicas, *estar* participará preferencialmente em estruturas de tipo contável (cf. (9b), (10b), (11b) e (12b)).

Uma hipótese como esta supõe, porém, a necessidade de uma distinção muito clara entre a oposição massivo/contável ao nível adjetival e a oposição predicado de indivíduo/predicado de estádio ao nível da globalidade da predicação. Na realidade, poder-se-ia ser levado a supor que uma distinção entre predicados de indivíduo e de estádio poderia ser a responsável pela definição do carácter massivo ou contável dos adjetivos ao nível lexical. Contudo, uma tal suposição não daria conta de alguns factos, em nosso entender bastante relevantes. Em primeiro lugar, torna-se necessário dar conta de certas restrições combinatórias, quer com *ser*, quer com *estar*. Supondo que os adjetivos determinariam à partida a distinção predicado de indivíduo/predicado de estádio, seríamos forçados a assumir que a distinção entre *ser* e *estar* em contextos como os ilustrados de (1) a (8) seria neutralizada pela informação veiculada pelo SADJ. Ora, existem contextos em que certos adjetivos só podem ocorrer ou com *ser* ou com *estar*. Como explicar então este tipo de restrições, assumindo que a distinção entre *ser* e *estar* não se encontraria ativada?

A hipótese de que a oposição massivo/contável no domínio adjetival opera independentemente da oposição predicado de indivíduo/predicado de estádio, para além de acomodar adequadamente os dados relativos às diferentes possibilidades de interpretação massiva ou contável das estruturas predicativas com adjetivo, permite, igualmente, dar conta de um segundo tipo de restrições.

Se assumirmos que certos adjetivos, para além de informação relativa ao seu carácter massivo ou contável, comportam igualmente traços respeitantes à seleção de predicados de indivíduo ou de estádio, obteremos uma explicação bastante plausível para as restrições observadas em exemplos como (13) e (14):

- (13) a. Esta mesa é redonda.
b. * Esta mesa está redonda.
(14) a. * A Maria é grávida.
b. A Maria está grávida.

Adjetivos como *redonda*, em (13), veiculariam a informação de que apenas são compatíveis com predicados de indivíduo, o que explicaria a anomalia semântica da sua coocorrência com *estar* (cf. (13b)). Inversamente, adjetivos como *grávida*, em (14), selecionariam, à partida, somente predicados de estádio, o que tornaria compreensível a sua incompatibilidade com *ser* (cf. (14a)).

Por outro lado, adjetivos como *velho* e *gordo* apenas veiculariam a informação respeitante à oposição massivo/contável, o que explicaria a sua ocorrência tanto com *ser* como com *estar* (cf. (2) e (5)), dado não haver, *a priori*, qualquer informação respeitante à distinção predicado de indivíduo/predicado de estádio.

Se é certo que este tipo de abordagem resolve alguns dos problemas com que nos temos vindo a confrontar, não deixa, contudo, de ser verdade que levanta outras questões. Em particular, é necessário investigar de forma mais aprofundada qual a relação que se estabelece entre a oposição massivo / contável e a distinção predicado de indivíduo / predicado de estádio e de que forma estas oposições podem ser identificadas de um modo independente.

3. Oposição massivo/contável vs. oposição predicado de indivíduo/predicado de estádio

Se assumirmos que a oposição massivo/contável e a oposição predicado de indivíduo/predicado de estádio, embora interagindo entre si, operam de forma relativamente independente, será necessário encontrar critérios linguísticos que sustentem a validade de cada uma delas. Como vimos, para a oposição massivo/contável, os testes relevantes são a compatibilidade com adverbiais de contagem e de localização temporal. Haverá então testes que nos permitam estabelecer uma distinção inequívoca entre predicados de indivíduo e predicados de estádio e que sejam totalmente independentes da distinção massivo/contável? A resposta parece ser positiva, pelo menos a avaliar pelos dados do PE. De facto, a distinção predicado de indivíduo/predicado de estádio parece ser suportada por testes como o da compatibilidade com o operador aspetual *passar a* ou com orações introduzidas por *quando* com valor quantificacional. Nestes mesmos contextos, a oposição massivo/contável ao nível adjetival parece não desempenhar nenhum papel relevante.

Independentemente de ocorrerem adjetivos massivos, contáveis ou não especificados, o operador aspetual *passar a* só é compatível com predicados de indivíduo (básicos ou derivados), pelo que ocorre facilmente em estruturas com o verbo *ser*, rejeitando construções com *estar*, salvo numa leitura habitual que, como é defendido em Cunha (2006a), ostenta propriedades muito semelhantes às dos predicados de indivíduo.

Os exemplos (15)-(17) mostram que *grosso* é um adjetivo massivo, *pobre* é um adjetivo contável e *azul* é um adjetivo não especificado quanto a esta distinção. No entanto, as predicações em que se inserem comportam-se da mesma forma quando ocorrem no escopo de *passar a*, como se constata em (18)-(20). Em particular, as construções com *ser*, que denotam predicados de indivíduo, são licenciadas, enquanto as construções com *estar*, que denotam predicados de estádio, não o são.

- (15) a. * O tronco do sobreiro foi grosso 3 vezes.
b. * O tronco do sobreiro esteve grosso 3 vezes.
- (16) a. O João foi pobre 3 vezes.
b. O João esteve pobre 3 vezes.
- (17) a. * O rio Sado foi azul 3 vezes.
b. O rio Sado esteve azul 3 vezes.
- (18) a. O tronco do sobreiro passou a ser grosso (desde que deixaram de retirar a cortiça).
b. * O tronco do sobreiro passou a estar grosso (desde que deixaram de retirar a cortiça).

- (19) a. O João passou a ser pobre (desde o *crash* da bolsa).
b. ??? O João passou a estar pobre (desde o *crash* da bolsa).
(20) a. O rio Sado passou a ser azul (quando foi despoluído).
b. # O rio Sado passou a estar azul (quando foi despoluído). –
gramatical apenas com leitura de habitualidade

O mesmo se passa no contexto de orações introduzidas por *quando* com valor quantificacional. Neste contexto, os predicados de indivíduo com *ser* são anómalos, enquanto os predicados de estádio com *estar* são perfeitamente aceitáveis, independentemente do tipo de adjetivo que comparece (cf. (21)-(23)).

- (21) a. * Quando o tronco deste sobreiro é grosso, tiram-lhe a cortiça.
b. Quando o tronco deste sobreiro está grosso, tiram-lhe a cortiça.
(22) a. * Quando o João é pobre, recorre ao banco alimentar.
b. Quando o João está pobre, recorre ao banco alimentar.
(23) a. * Quando o rio Sado é azul, os golfinhos têm boa visibilidade.
b. Quando o rio Sado está azul, os golfinhos têm boa visibilidade.

Sublinhe-se, no entanto, que, para que este último critério funcione plenamente, é necessário que as situações envolvidas sejam repetíveis. Esta é, contudo, uma condição independente da distinção predicado de indivíduo/predicado de estádio, (cf. (24)-(25)).

- (24) * Quando o João está alto, joga basquetebol.
(25) * Quando esta maçã está madura, como-a.

De facto, tanto em (24) como em (25), as situações envolvidas, embora descrevendo predicados tipicamente de estádio, na medida em que se revelam, à partida, temporários, não podem, no entanto, ser repetidas, de acordo com o nosso conhecimento do mundo.

4. Conclusões

Tendo em conta o comportamento dos adjetivos em posição predicativa face aos testes da (in)compatibilidade com adverbiais de contagem e de localização temporal, podemos concluir que a distinção massivo/contável desempenha um papel importante no domínio adjetival: há adjetivos massivos, contáveis e não especificados quanto a este traço.

Observámos ainda que, quando os adjetivos são não especificados, as predicções com *ser* se comportam como massivas, enquanto as predicções com *estar* se revelam contáveis.

Constatámos também que a distinção massivo / contável não poderá ser confundida com a oposição predicado de indivíduo / predicado de estádio. A (in)compatibilidade com o operador aspetual *passar a* ou com orações introduzidas por *quando* com valor quantificacional mostra que, na realidade, a oposição predicado de indivíduo/predicado de estádio opera independentemente da oposição massivo/contável.

Cada vez mais: algumas observações acerca da quantificação e da graduação¹

Luís Filipe Cunha
António Leal

0. Introdução

O item lexical *cada*, um quantificador universal com leitura tipicamente distributiva, pode ocorrer, em Português Europeu, na expressão *cada vez mais/menos*. Vejamos alguns exemplos.

- (1) A heroína é cada vez mais uma droga fumada e menos injetada. (ext.875)²
- (2) E na Penha de França cheira cada vez menos a chocolate. (ext.4191)

Cremos, contudo, que estes exemplos ilustram não apenas uma, mas duas construções, com estruturas sintáticas e valores semânticos distintos: uma construção, designada “construção comparativa serial” em Marques (2003), que é um tipo de construção comparativa que expressa uma ordenação de grau tipicamente em relação a uma série de entidades; uma outra construção, que consiste num tipo de expressão adverbial de quantificação sobre o padrão de ocorrência das eventualidades.

Assim, em primeiro lugar, iremos apresentar, de uma forma breve, a proposta de Marques (2003) e avançaremos com algumas evidências que suportam a divisão em duas estruturas subjacentes a esta expressão. De seguida, analisaremos esta construção enquanto instanciação de uma “construção comparativa serial”, relacionando-a com o tipo de constituintes que podem ocorrer no seu escopo, concentrando-nos sobretudo nos de natureza nominal. Analisaremos também esta construção enquanto adverbial de quantificação, realçando o seu papel aspetual.

¹ Este trabalho foi apresentado no XXXVI Simpósio de la Sociedad Española de Lingüística, Madrid, 2006.

² Os exemplos assinalados com “ext” são retirados do *Corpus CETEMPúblico 1.7 anotado 2.0*.

1. Cada vez mais como “construção comparativa serial” e como adverbial de quantificação

1.1. As construções comparativas seriais (Marques, 2003)

Marques (2003:278) analisa a expressão “cada vez mais/menos”, integrando-a, entre outras, no conjunto das “construções comparativas seriais”. Segundo o autor, estas construções “...expressam uma ordenação de grau relativamente a uma série. Ou seja, é considerada uma escala e um conjunto de entidades ordenadas temporalmente, sendo indicada uma relação entre estes dois conjuntos ordenados” (Marques, 2003:269). “Essa série pode ser constituída por entidades de natureza temporal (“dia”, “verão”) ou por situações ou intervalos típicos (“vez”)” (Marques, 2003:271).

“Cada vez mais/menos” são construções comparativas, dado que está envolvida a comparação entre graus (de temperatura, de interesse, de dificuldade...), mas distinguem-se das restantes construções comparativas por expressarem uma correlação de escalas (à medida que se avança numa escala, avança-se também na outra).

No que diz respeito à sua estrutura, são constituídas por uma construção comparativa simples (expressa por *mais/menos*), sob o escopo de um sintagma como “cada vez”, “de dia para dia”, “à medida que”, etc. (designado por elemento estruturante da ordem ou elemento ordenador). Este elemento ordenador é constituído pelo quantificador “cada” e uma estrutura nominal, que identifica um conjunto de objetos ordenado no tempo; em alguns casos, o elemento ordenador é um advérbio (“progressivamente”, “crescentemente”).

Para Marques (2003), só há, portanto, um tipo de construção, que explica todos os exemplos anteriores.

1.2. Cada vez mais: evidências para a defesa de duas estruturas subjacentes

Acreditamos que, contudo, há dois tipos de construções subjacentes a esta expressão. Num caso, ela funciona como um único constituinte. No outro, temos dois constituintes autónomos, que podem ocorrer em adjacência na frase. Iremos analisar apenas dois casos em que é visível a distinção entre estas construções (cf. Leal (2012), para um aprofundamento desta questão).

O primeiro aspeto que distingue os dois tipos de construções tem a ver com a interpretação que cada uma delas recebe. Vejamos os seguintes exemplos.

- (3) a. A Maria bebe cada vez mais cerveja.
- b. Cada vez a Maria bebe mais cerveja.
- c. Cada vez mais a Maria bebe cerveja.

O exemplo (3a) é ambíguo e as paráfrases (3b) e (3c) ilustram claramente ambos os sentidos que (3a) pode ter. Em (3b), o advérbio *mais* quantifica diretamente sobre o objeto direto *cerveja*, daí resultando a seguinte interpretação: de cada vez que há uma verificação do predicado “a Maria beber mais cerveja”, “a Maria bebeu mais

cerveja que na vez anterior”. Esta será a leitura que Marques (2003) identifica como sendo a leitura das construções comparativas seriais. A informação veiculada por *cada vez* é apenas a de quantificação sobre um par de unidades de tempo ordenadas; esse par é constituído por intervalos típicos, expressos por “vez” e por verificações da eventualidade (“a Maria beber cerveja”).

A leitura da frase (3c) é diferente. De cada vez que há uma verificação da eventualidade “a Maria beber cerveja”, a Maria não bebeu mais cerveja do que na vez anterior, mas sim, possivelmente, *a mesma quantidade*. Por seu lado, a informação veiculada por *cada vez mais* é a de que o número de vezes em que ocorre a eventualidade “a Maria beber cerveja” aumentou. Por outras palavras, há um adverbial de frequência, que quantifica o predicado, em (3c): *cada vez mais*.

A frase (3a), como foi dito antes, é ambígua entre estas duas leituras. Contudo, na oralidade, podemos, por meios prosódicos, focalizar um ou outro constituinte, de forma a desambiguar as frases.

- (4) a. A Maria bebe CADA VEZ mais cerveja.
- b. A Maria bebe CADA VEZ MAIS cerveja.

Em (4a), a entoação permite focalizar o constituinte “cada vez”, dando origem à interpretação apontada para (3b) anterior. Já em 4b, a entoação permite focalizar o constituinte “cada vez mais”, dando origem à mesma interpretação que (3c) anterior.

O segundo tipo de evidências tem a ver com o licenciamento de construções comparativas. Vejamos os exemplos.

- (5) a. O Pedro gosta mais de matemática do que o Ricardo (gosta de matemática)
- b. O Pedro gosta cada vez mais de matemática do que o Ricardo (gosta de matemática)
- c. Cada vez o Pedro gosta mais de matemática do que o Ricardo (gosta de matemática)
- d. */?? Cada vez mais o Pedro gosta de matemática do que o Ricardo (gosta de matemática)

Em (5a), encontramos a típica construção comparativa, com o conector de comparação “do que” a introduzir o segundo termo de comparação. Compara-se o grau de “gostar de matemática” possuído pelo Pedro com o grau de “gostar de matemática” possuído pelo Ricardo e afirma-se que o primeiro é superior, na escala, ao segundo. Já em (5b) se afirma que o intervalo entre os graus é maior. Esse aumento está ligado a verificações do predicado. Os constituintes “cada vez” e “mais” aparecem em adjacência, contudo são distintos, e “mais”, sendo um constituinte autónomo, licencia a estrutura comparativa, tal como em (5a). A interpretação de (5c) é exatamente igual à de (5b). Neste caso, verificamos claramente que estamos a lidar com dois constituintes distintos, “cada vez” e “mais”.

O exemplo (5d) é agramatical. A anteposição não só de “cada vez” como também de “mais” não permite o licenciamento da estrutura comparativa, o que indicia que estamos na presença de um só constituinte que nada tem a ver com as estruturas comparativas anteriores. Note-se que, se o segundo termo de comparação

for removido, o exemplo é gramatical, embora com uma leitura semântica distinta.

(6) Cada vez mais o Pedro gosta de matemática.

Em síntese, verificámos que a interpretação de “cada vez mais” como um só constituinte consiste no aumento das ocorrências da eventualidade e não no aumento do grau de um predicado, não licenciando estruturas comparativas. Por seu lado, a interpretação de “cada vez... mais” como dois constituintes autónomos consiste, pelo contrário, no aumento do grau de um predicado, mas não no aumento das verificações da eventualidade, licenciando estruturas comparativas.

2. Algumas observações acerca da construção comparativa serial

A construção comparativa serial *cada vez mais/menos* aparenta ser uma instância da quantificação de graduação, na terminologia de Peres (1992), ou da quantificação de grau, segundo Sánchez López (1999). Este facto é comprovado de várias maneiras. Em primeiro lugar, esta construção pode afetar predicados nominais, mas também adjetivais (principalmente), preposicionais, adverbiais e verbais.

- (7) A moderna comunicação social tem-se desenvolvido dando cada vez mais importância ao audiovisual. (ext.21914)
- (8) Os investidores, cada vez mais sensíveis, estão a reagir prontamente não tomando posições. (ext.32)
- (9) Traduzindo assim o sentimento de medo e de abandono da população, numa ilha cada vez mais à margem do Estado de direito. (ext.6814)
- (10) O responsável pelo centro referiu que o balanço de dois anos de existência é positivo porque os toxicodependentes recorrem à consulta cada vez mais cedo. (ext.12234)
- (11) Na 5 de Outubro, em Lisboa, fala-se cada vez mais na última reviravolta na RTP. (ext.2779)

Em segundo lugar, esta expressão encontra-se em distribuição complementar com os quantificadores de grau proporcionais.

- (12) A moderna comunicação social tem-se desenvolvido dando {demasiada/muita/bastante/pouca/alguma} importância ao audiovisual.
- (13) Os investidores, {demasiado/muito/bastante/pouco/algo} sensíveis, estão a reagir prontamente não tomando posições.
- (14) Traduzindo assim o sentimento de medo e de abandono da população, numa ilha {demasiado/muito/bastante/pouco/algo} à margem do Estado de direito.
- (15) O responsável pelo centro referiu que o balanço de dois anos de existência é positivo porque os toxicodependentes recorrem à consulta {demasiado/muito/bastante/?pouco/algo} cedo.
- (16) Na 5 de Outubro, em Lisboa, fala-se {demasiado/muito/bastante pouco/?algo} na última reviravolta na RTP.

Note-se, contudo, que esta expressão licencia estruturas comparativas, tal como os quantificadores de grau comparativos.

- (17) Os investidores, cada vez mais sensíveis do que distraídos, estão a reagir prontamente não tomando posições.

Isto parece evidenciar que esta construção se situa entre os quantificadores proporcionais e os quantificadores comparativos, na terminologia de Sánchez López (1999).

Em terceiro lugar, quando esta expressão afeta predicados nominais, estes são tipicamente cumulativos (Krifka, 1998): nomes contáveis no plural sem determinação ou nomes não contáveis no singular. Isto confirma a ideia de Peres (1992) de que a quantificação de graduação é um subtipo da quantificação de medição e não de contagem.

- (18) O autarca explica que, contrariamente ao sustentado pelo governante, «este ano houve as maiores dificuldades de sempre, porque se vive com cada vez menos dinheiro e mais encargos». (ext.141751)

O facto de os nominais afetados pela construção comparativa serial serem tipicamente cumulativos está relacionado com o facto de, com nominais, a construção comparativa serial ter associada a si uma escala de grau que expressa “quantidade” ou “número de”. Por outras palavras, a escala relevante indica o número ou quantidade de elementos que pertencem à denotação do nominal no escopo da expressão. Por outro lado, a construção comparativa serial determina que a progressão na série de unidades temporais seja acompanhada por uma progressão equivalente na escala de grau. Ou seja, o aumento do número de entidades pertencentes à denotação do nominal no escopo de *mais* acompanha a progressão na escala de entidades ordenadas temporalmente. Isto implica que se excluam desta construção os nominais com alguma espécie de determinação que requeira a individuação quer de partes singulares quer de partes plurais. De facto, ao corresponderem ou a uma parte singular ou a uma parte plural de um conjunto base, os sintagmas definem um certo número de entidades, o que contraria a informação veiculada pela construção comparativa serial de que o número de entidades está a aumentar. Vejamos os seguintes exemplos.

- (19) * Vi cada vez mais {o/um/os/uns} aluno(s) na sala.
(20) Vi {o/um/os/uns} alunos na sala.
(21) Vi cada vez mais alunos/ água na sala.

(19) é agramatical em qualquer das variantes, pois o sintagma no escopo de *mais* considera ou partes singulares (*o, um*) ou partes plurais (*os, uns*) do conjunto base definido pelo nominal *alunos*. Isto não está de acordo com a informação veiculada por *cada vez mais*, que indica que o número de entidades que são *alunos* e que estão envolvidos na situação que consiste em *ver alunos na sala* aumenta de intervalo relevante para intervalo relevante, ou seja, de verificação para verificação. A remoção da construção comparativa serial recupera a gramaticalidade da frase, como se vê

pelo exemplo (20). A gramaticalidade do exemplo (21), com um mero plural ou com um massivo no singular sem determinação, pode ser explicada se adotarmos a perspectiva de Chierchia (1998b) no tratamento dos nominais. Para este autor, os nomes massivos têm um comportamento semelhante ao dos nomes contáveis no plural porque a sua denotação é essencialmente igual. Os nomes contáveis no singular denotam uma classe de objetos e no plural denotam uma classe de grupos desses objetos. Por seu lado, os nomes massivos denotam não só o conjunto de indivíduos que são partes mínimas da sua extensão, mas também todas as pluralidades possíveis desses indivíduos. Ou seja, os nomes massivos surgem do léxico como plurais semânticos e é esse aspeto que os distingue dos nomes contáveis (Hipótese da Pluralidade Inerente). Dado que não está determinado quantas entidades em questão é que são *água* ou que são *alunos*, nem por que número de entidades é que são formadas as pluralidades das entidades em questão, podemos interpretar “cada vez mais água” como “à medida que se avança no tempo, os grupos de pluralidades de entidades que são *água* têm em maior grau a propriedade numérica, ou seja, são mais numerosos”. Por seu lado, a interpretação de “cada vez mais alunos” é a seguinte: “à medida que se avança no tempo, os grupos de pluralidades de entidades que são *alunos* têm em maior grau a propriedade numérica, ou seja, são mais numerosos”.

Estas observações são aparentemente contrariadas por exemplos como (1), agora reenumerado como (22), e (23).

(22) A heroína é cada vez mais uma droga fumada e menos injetada. (ext.875)

(23) A Espanha é cada vez mais o maior parceiro comercial de Portugal. (ext.8377)

Em qualquer um dos casos, o nominal no escopo de *cada vez mais* ocorre determinado (por *uma, o*). Contudo, note-se que o constituinte em questão tem uma função predicativa e não argumental. Assim, nestes casos, não estamos a falar de entidades denotadas por *droga* ou *parceiro*, mas sim de propriedades, como *ser uma droga fumada, ser uma droga injetada, ser o maior parceiro comercial de Portugal*, propriedades essas que vão estabelecer uma escala, nestes casos de tipo “qualitativo”, necessária para a comparação de graus. Este facto é particularmente notório em frases predicativas identificacionais, que se caracterizam por necessitarem de duas expressões referenciais, que são permutáveis. A construção comparativa serial parece, nestes casos, transformar a expressão referencial numa expressão predicativa, com um significado do tipo “comportar-se tipicamente como” ou “ter as propriedades típicas da entidade em questão”.

(24) O Sócrates é o Primeiro Ministro/ O Primeiro Ministro é o Sócrates.

(25) O Sócrates é cada vez mais o Primeiro Ministro e cada vez menos o secretário geral do PS.

Note-se, por fim, que, numa construção predicativa, o estabelecimento de uma escala quantitativa é possível sem qualquer nominal no escopo de *cada vez mais/menos* (parafraseável por *cada vez mais/menos numerosos*).

- (26) Os participantes nas conversações são cada vez menos. (ext.57470)
(27) São cada vez mais os operadores que se mostram convencidos disso. (ext.17527)

Em suma, a construção comparativa serial *cada vez mais/menos* parece ser uma instância da quantificação de graduação (Peres, 1992; Sánchez López, 1999), afetando constituintes de natureza nominal, adjetival, preposicional, adverbial e verbal. Quando afeta nominais, a escala de grau é normalmente de tipo quantitativo, expressando uma propriedade numérica. Assim, é necessário que esses nominais possam denotar pluralidades de entidades cujo número possa aumentar. Daí que a ocorrência de nominais corresponda, na maior parte dos casos, a nomes massivos ou contáveis no plural sem determinação. A ocorrência de nomes sujeitos a operações de determinação é possível apenas quando a expressão é predicativa. Nestes casos, não está em causa o número de entidades, ou seja, a propriedade que determina a escala de grau não é numérica (número de entidades em questão), mas sim uma propriedade “qualitativa”.

Passamos agora à análise de *cada vez mais* enquanto adverbial de quantificação.

3. Cada vez mais quantificador sobre situações

Reunidas as circunstâncias adequadas, *cada vez mais* pode funcionar como um verdadeiro quantificador sobre situações, dando conta do aumento da frequência em que estas ocorrem. Na aceção em apreço, a sua interpretação corresponde a paráfrases como *cada vez mais vezes* ou *cada vez mais frequentemente*.

Preferencialmente, *cada vez mais* quantificador de situações surge no início da frase, funcionando, no seu todo, como um operador sobre eventualidades. Isto significa que não é, em princípio, decomponível, na medida em que não suporta a separação de qualquer dos elementos que intervêm na sua construção, independentemente do material linguístico introduzido.

Procuraremos, em seguida, fornecer uma breve caracterização do funcionamento de *cada vez mais* quantificador de situações, centrando-nos sobretudo na determinação tanto do seu *input* quanto do seu *output*.

3.1. Possibilidades combinatórias

À exceção dos estados de indivíduo não faseáveis, que, por razões óbvias, não podem ser quantificados (cf. (28)-(29)), *cada vez mais* pode surgir com todas as classes aspetuais de predicções, como os exemplos que se seguem nos confirmam:

- (28) * Cada vez mais a Maria é alta. (estado de indivíduo não faseável)
(29) * Cada vez mais o João tem um BMW. (estado de indivíduo não faseável)
(30) Cada vez mais o meu cão é agressivo com as visitas. (estado de indivíduo faseável)
(31) Cada vez mais a Paula está doente. (estado de estádio)
(32) Cada vez mais o António ouve música clássica. (processo)
(33) Cada vez mais o José apresenta o telejornal. (processo culminado)

(34) Cada vez mais o João encontra a Maria na faculdade. (culminação)

(35) Cada vez mais o João bate à porta da vizinha. (ponto)

No entanto, *cada vez mais* quantificador revela fortes restrições no que respeita às suas possibilidades de coocorrência não só com certos processos (cf. (36)-(37), mas inclusivamente com processos culminados (cf. (38)) e com culminações (cf. (39)):

(36) * Cada vez mais o Jorge dorme. (processo)

(37) * Cada vez mais os gnus pastam. (processo)³

(38) * Cada vez mais o João come este/o bolo. (processo culminado)

(39) * Cada vez mais o meu gato morre. (culminação)

Como poderemos explicar este tipo de restrições? O que condiciona, em última instância, as possibilidades de ocorrência de *cada vez mais* quantificador de situações?

Uma hipótese de resposta a estas questões passa pela consideração da distinção entre as eventualidades que podem ser “contadas” e aquelas que se encontram de todo impedidas de surgir nos contextos em causa. Tal como observado em Cunha (2007), as situações representadas em (36)-(39) não se combinam com expressões do género de “N vezes”, o que significa que, de alguma forma, não reúnem as condições necessárias para tomarem parte em estruturas de “contagem” (cf. (40)-(43)):

(40) * O Jorge dormiu três vezes.

(41) * Os gnus pastaram três vezes.⁴

(42) * O João comeu este/o bolo três vezes.

(43) * O meu gato morreu três vezes.

Também no caso de *cada vez mais* quantificador de situações, as eventualidades de tipo “contável” não poderão, em princípio, ser diretamente correlacionadas com as predicções de natureza “quantizada”, ao contrário do que é geralmente defendido na literatura (vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Krifka (1989, 1992, 1998) ou de Filip (1996, 2000a,b)).

Na realidade, os autores em apreço sustentam que o carácter “quantizado” de uma dada situação depende, basicamente, do facto de esta ostentar um perfil aspetual de índole tética. Com efeito, é tipicamente assumido que, para que uma situação possa ser considerada “quantizada”, ela terá de ser também obrigatoriamente tética.

³ Sublinhe-se que, quando é acrescentado um adverbial que, de alguma forma, favorece a delimitação dos processos básicos, estas frases tornam-se perfeitamente aceitáveis, como (i) e (ii) nos confirmam:

(i) Cada vez mais o Jorge dorme no Hotel Tuela.

(ii) Cada vez mais os gnus pastam fora da reserva natural.

⁴ Sublinhe-se que uma frase como a ilustrada em (41) se torna perfeitamente natural se houver um adverbial que forneça um enquadramento apropriado (cf. “Os gnus pastaram três vezes esta semana”). Procuraremos fornecer uma explicação adequada para estes casos mais à frente, sugerindo que a determinação do intervalo proporcionada por este género de adverbiais facilita a delimitação das situações sob o escopo do quantificador em causa.

No entanto, não só encontramos estados e processos no escopo de *cada vez mais* quantificador de eventualidades (cf. (30)-(32)) como também subsistem certas predicções inegavelmente télicas, como processos culminados e culminações, que não admitem a integração em construções de “contagem” (cf. (42)-(43)).

No sentido de encontrar uma solução mais satisfatória para o problema das restrições combinatórias manifestadas por *cada vez mais* quantificador de situações, adotaremos aqui a proposta de Cunha (2007) para a caracterização das eventualidades “contáveis”, que pode ser sintetizada da seguinte forma: uma situação pode comparecer numa estrutura de “contagem” se e só se (i) ostenta um perfil interno temporalmente bem delimitado e (ii) pode ser repetível.

Uma abordagem como esta permite explicar a total incompatibilidade de *cada vez mais* quantificador de situações com estados de indivíduo não faseáveis (cf. (28)-(29)), na medida em que, aplicando-se diretamente às entidades que predicam, os estativos em causa não podem, por princípio, ser espaço-temporalmente delimitados.

A nossa proposta de análise será igualmente capaz de dar conta das flutuações de aceitabilidade que se observam relativamente aos processos. Comparem-se, a este respeito, os exemplos em (44) e (45) com os de (46) e (47):

(44) * Cada vez mais o Pedro fala.

(45) * Cada vez mais os gnus pastam.

(46) Cada vez mais o Pedro fala na televisão.

(47) Cada vez mais os gnus pastam fora do Parque Nacional.

Em casos como os acima representados, a informação veiculada pelos adverbiais que acompanham os processos, facilitando a sua delimitação, parece ser a responsável pela sua possibilidade de “contabilização” e, conseqüentemente, pela sua aceitabilidade no contexto de *cada vez mais* quantificador de situações.

Finalmente, a incompatibilidade de certas predicções télicas com *cada vez mais* quantificador de situações, ilustrada em exemplos como (38) e (39), fica a dever-se, muito provavelmente, à irrepetibilidade que caracteriza as eventualidades envolvidas.

No entanto, note-se que nem todas as eventualidades que podem ser contadas surgem, sem dificuldades, no contexto de *cada vez mais* quantificador de situações. Comparem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(48) A Maria esteve grávida três vezes.

(49) O Pedro esteve preso três vezes.

(50) # Cada vez mais a Maria está grávida.

(51) # Cada vez mais o Pedro está preso.

Contrastes como os que acabámos de apresentar sugerem que, para além da mera “contabilização” das situações envolvidas, *cada vez mais* requer, de alguma forma, um número mínimo de ocorrências para ser licenciado sem problemas. Uma tal observação remete-nos para a necessidade de caracterizar o *output* que resulta da aplicação do quantificador em análise, o que faremos em seguida.

3.2. Cada vez mais quantificador de situações: entre a frequência e a habitualidade

O facto de *cada vez mais* quantificador de situações parecer exigir um número mínimo de ocorrências das eventualidades a que se aplica para poder ser interpretável sugere que estamos, efetivamente, perante uma construção de frequência (cf. Cunha, 2006a; 2012).

Na realidade, uma das características que identificam as configurações de cariz frequentativo é a sua sensibilidade ao número concreto de ocorrências das situações envolvidas, na medida em que se trata de uma construção que tipicamente veicula a simples quantificação, deixando para um plano secundário as consequências ao nível do perfil temporal interno final das eventualidades. Ou seja, as estruturas que exprimem frequência, tal como *cada vez mais*, têm em conta a quantidade de situações repetidas, mesmo que não a especifiquem em termos numéricos (veja-se a distinção entre baixa, média e alta frequência proposta em Cunha, 2006a; 2012).

Sob este ponto de vista, *cada vez mais* quantificador de situações encontra-se em plena conformidade com as restantes expressões que, de um modo ou de outro, remetem para leituras frequentativas, na medida em que, como elas, dá lugar preferencialmente a uma operação de cariz manifestamente quantitativo, no caso um padrão de ocorrências que exprime a variação crescente da repetição.

Por outras palavras, ao veicular um padrão de repetição variável crescente, *cada vez mais* interfere sobretudo no número ou na quantidade de eventualidades envolvidas, relegando para um plano secundário as propriedades relativas ao seu perfil aspetual.

No entanto, *cada vez mais* quantificador de situações manifesta comportamentos linguísticos que o aproximam, de forma inequívoca, das configurações de habitualidade. Vejamos em que medida.

Em primeiro lugar, sublinhe-se que *cada vez mais* quantificador sobre situações parece não poder ocorrer com todos os tempos gramaticais do Português. Na realidade, existe uma forte tendência para a seleção de tempos que, de alguma forma, remetam para a não delimitação do intervalo em que as eventualidades são localizadas, como é o caso do Presente do Indicativo e do Imperfeito. Contrastem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

- (52) Cada vez mais o meu cão foge de casa.
- (53) Cada vez mais o meu cão fugia de casa.
- (54) * Cada vez mais o meu cão fugiu de casa.
- (55) * Cada vez mais o meu cão tinha fugido de casa.

O facto de *cada vez mais* quantificador de situações selecionar forçosamente os tempos que explicitamente denotam a não delimitação dos intervalos para que remetem aproxima a construção em apreço das frases habituais que, como é consensualmente assumido na literatura, se encontram tipicamente associadas a este género de tempos gramaticais, chegando mesmo a ser, muitas vezes, desencadeadas por eles.

Um outro ponto de convergência entre *cada vez mais* quantificador de situações e

as estruturas que exprimem habitualidade tem que ver com as restrições manifestadas em relação aos adverbiais temporais. Com efeito, tanto *cada vez mais* (cf. (56)-(59)) quanto as frases habituais (cf. (60)-(63)) requerem intervalos de tempo relativamente longos para o seu licenciamento, contrastando com as construções frequentativas que, em geral, são muito mais flexíveis e menos exigentes a este nível (cf. (64)-(67)):

- (56) # De há dois dias para cá / desde há dois dias, cada vez mais o meu computador apanha vírus estranhos.
- (57) # De há uma semana para cá / desde há uma semana, cada vez mais o meu computador apanha vírus estranhos.
- (58) De há dois anos para cá / desde há dois anos, cada vez mais o meu computador apanha vírus estranhos.
- (59) De há vinte anos para cá / desde há vinte anos, cada vez mais o meu computador apanha vírus estranhos.
- (60) # De há dois dias para cá / desde há dois dias, o meu computador apanha vírus estranhos habitualmente.
- (61) # De há uma semana para cá / desde há uma semana, o meu computador apanha vírus estranhos habitualmente.
- (62) De há dois anos para cá / desde há dois anos, o meu computador apanha vírus estranhos habitualmente.
- (63) De há vinte anos para cá / desde há vinte anos, o meu computador apanha vírus estranhos habitualmente.
- (64) De há dois dias para cá / desde há dois dias, o meu computador apanha vírus estranhos poucas / algumas / muitas vezes / frequentemente.
- (65) De há uma semana para cá / desde há uma semana, o meu computador apanha vírus estranhos poucas / algumas / muitas vezes / frequentemente.
- (66) De há dois anos para cá / desde há dois anos, o meu computador apanha vírus estranhos poucas / algumas / muitas vezes / frequentemente.
- (67) De há vinte anos para cá / desde há vinte anos, o meu computador apanha vírus estranhos poucas / algumas / muitas vezes / frequentemente.

Com base nas observações que acabámos de efetuar, poderemos concluir que *cada vez mais* quantificador de situações combina propriedades típicas das frases habituais com características próprias das construções de cariz frequentativo. Na realidade, embora manifeste importantes restrições no que diz respeito às possibilidades combinatórias com os adverbiais temporais e selecione apenas tempos gramaticais que remetem para a não delimitação dos intervalos – comportamentos que, até certo ponto, podem ser diretamente associados às estruturas habituais – a configuração em apreço, ao dar conta de um padrão de repetição variável crescente de eventualidades, aponta prioritariamente para a simples quantificação e não tanto para a caracterização ou para a generalização das entidades que predica, aproximando-se, assim, das configurações frequentativas.

Observações semelhantes podem ser estendidas à construção *cada vez menos*, quando esta precede, como um todo, a predicação com que se combina. Sublinhe-se, no entanto, que, neste caso, estaremos perante a expressão da quantificação de um padrão variável decrescente de ocorrências das eventualidades envolvidas.

4. Conclusões

Concluindo, verificámos que a expressão *cada vez mais* pode ser analisada como duas construções distintas. Esta diferenciação baseia-se, entre outros fatores, na possibilidade de atribuição de diferentes interpretações e no licenciamento de construções comparativas.

Em relação a *cada vez mais* construção comparativa serial, vimos que esta expressão veicula quantificação de graduação, operando sobre nominais de tipo cumulativo.

No que diz respeito a *cada vez mais* quantificador de situações, observámos que seleciona exclusivamente como seu *input* eventualidades “contáveis”, i.e., estados de coisas delimitados e repetíveis.

O seu efeito mais visível será, pois, o de explicitar uma repetição de padrões de ocorrência variável crescente, que parece estar a meio caminho entre a expressão da frequência e a da habitualidade.

Iteração, frequência e habitualidade: algumas reflexões¹

Luís Filipe Cunha

1. Introdução

O objetivo central do presente trabalho será o de explorar algumas das diferenças que, em termos semânticos, nos permitem distinguir iteração, frequência e habitualidade. Procuraremos caracterizar cada uma destas configurações, destacando as suas propriedades semânticas mais relevantes. Defenderemos a ideia de que são fatores eminentemente aspetuais que estarão na base das divergências de comportamento manifestadas pelas três construções em análise.

Na secção 2 daremos destaque às configurações iterativas; em 3 analisaremos as construções de frequência e em 4 voltaremos a nossa atenção para a expressão da habitualidade. Finalizaremos com uma breve referência a alguns dos critérios que nos permitem diferenciar frequência e habitualidade.

2. Iteração

Em termos gerais, assumiremos que a iteração se caracteriza pela emergência de um padrão de repetição de situações “contíguas” (i.e., sem pausas significativas entre si) que, no seu conjunto, dão origem a uma eventualidade derivada de tipo processual. Em consequência, as configurações iterativas deverão ocorrer tipicamente em intervalos de tempo curtos e perfeitamente delimitados.

Procuraremos, seguidamente, avaliar em que medida as propriedades de carácter geral que acabámos de apontar se encontram, na verdade, refletidas no comportamento linguístico ostentado pelas estruturas em questão.

Sob um certo ponto de vista, podemos dizer que as construções de iteração dão conta de um evento de carácter processual formado a partir da “concatenação” de um número variável de situações. Encontramo-nos, pois, perante a repetição de eventos

¹ Este trabalho foi publicado anteriormente em *Atas del VII Congr s de Ling stica General*, Barcelona, Departament de Ling stica General, Universidade de Barcelona, 2006. (Disponível em CD-Rom)

de natureza idêntica no interior de uma única eventualidade de índole derivada.

Como veremos mais à frente, as subeventualidades que constituem os processos iterados comportam-se, de uma certa forma, como as “fases” constitutivas dos processos de tipo básico. Isto significa que os eventos sujeitos à operação de iteração remetem para “partes” ou “porções” espaço-temporalmente integradas na situação derivada.

Por outro lado, e tal como sucede com as subfases constitutivas de uma qualquer atividade, não é possível determinar com precisão o número de eventos repetidos no interior de um processo obtido por iteração. Esta indefinição quanto à cardinalidade das subsituações constitutivas de um processo iterado estará, por certo, na base do carácter relativamente homogêneo e cumulativo que o identifica.

A iteração pode ser desencadeada por uma série de fatores que vão desde certas propriedades lexicais e morfológicas associadas ao verbo (cf. (1)) até ao tipo de argumentos internos subcategorizados (cf. (2)) ou adverbiais temporais durativos em conflito com o “perfil” temporal básico do evento da frase (cf. (3)).

- (1) O canário saltitou na gaiola.²
- (2) O Guilherme comeu bolachas (durante meia hora).
- (3) O Pedro bateu à porta durante meia hora.

Em exemplos como os de (2), a não delimitação associada à presença do mero plural parece poder conduzir a uma leitura iterativa da predicação em causa. Já em (3), é a combinação de um adverbial durativo com uma situação básica de cariz pontual que desencadeia a iteração manifestada.

Como já fizemos notar anteriormente, as configurações iterativas dão conta de processos de natureza derivada – também designados Atividades de múltiplos eventos (*Multiple-event Activities*), na terminologia de Smith (1991) –, cujas subfases sucessivas são, tipicamente, formadas pelos eventos repetidos que as constituem. Procuraremos, em seguida, aduzir alguns argumentos que nos possibilitarão sustentar um tal ponto de vista.

Refira-se, desde já, que as configurações que envolvem iteração ostentam as propriedades características dos processos, ou seja, dão conta de predicações de tipo dinâmico, durativo e atélico. Poderemos, pois, afirmar que a operação de iteração resulta num “*output*” de natureza processual. A aplicação dos diferentes “testes” comumente utilizados para a identificação da categoria aspetual em causa confirma este facto.

² Sublinhe-se que, em estruturas como as representadas em (1), não nos encontramos, em rigor, perante casos de iteração. Na realidade, embora ostentando um comportamento muito próximo ao dos verdadeiros processos iterados, este género de configurações não nos permite, em última instância, um acesso direto aos eventos básicos que compõem a atividade em questão, ou seja, não encontramos referência explícita à predicação de origem a partir da qual esta seria obtida. No entanto, estão disponíveis nominalizações (cf. saltos) que, sob um certo ponto de vista, parecem poder ser identificadas como as subfases sucessivas requeridas pelas construções em causa. Um caso muito semelhante será o de “martelar”: embora este verbo, para a maioria dos falantes, dê lugar a leituras de índole necessariamente processual, existe uma ligação evidente entre o referido processo e a nominalização com que se relaciona, i.e., as marteladas. Dadas as limitações de espaço a que estamos sujeitos, não aprofundaremos aqui este problema.

Observe-se, em primeiro lugar, que, tal como sucede com os restantes processos, as construções iterativas são cumulativas e (relativamente) homogêneas. Assim, se é verdade que “O Pedro bateu à porta das 8.00 h. às 8.15 h.” e que “O Pedro bateu à porta das 8.15 h. às 8.30 h.”, então podemos concluir que “O Pedro bateu à porta das 8.00 h. às 8.30 h.” descreve um estado de coisas igualmente verdadeiro. Por outro lado, se é verdade que “O João saltou durante meia hora”, então “O João saltou durante um quarto de hora” também o será necessariamente. Finalmente, se “O João está a saltar há cinco minutos” descreve um estado de coisas verdadeiro, então daí poderemos inferir que “O João saltou (durante cinco minutos)”.

Sublinhe-se, porém, que, tal como nas restantes atividades, e contrariamente ao que sucede com os estativos, a homogeneidade manifestada pelas construções iterativas é relativa, na medida em que a verdade da proposição veiculada não se verifica em todo e qualquer instante do intervalo considerado. De facto, tal como “correr” é constituído por subfases sucessivas (as passadas) que impõem um limite à divisibilidade da referida situação, também no caso das configurações de iteração cada evento-base que as integra se assume como uma subfase do processo derivado, para além da qual a divisibilidade se torna inviável. Nos exemplos acima referidos, cada evento particular de “O Pedro bater à porta” ou de “O João saltar” constitui uma subfase do processo iterado para além da qual a ideia de homogeneidade deixa de desempenhar um papel relevante.

Note-se, de passagem, que, dado tratarem-se de situações básicas, as subfases sucessivas que constituem os processos iterados se “destacam” de uma forma bem mais evidente do que as que compõem os processos não derivados, pelo que, por assim dizer, o tipo de homogeneidade ostentado pelos primeiros é talvez percecionado como sendo um pouco menor e menos óbvio do que o dos segundos. Todavia, a aplicação dos testes relevantes demonstra que, pelo menos até um certo ponto, as configurações iterativas manifestam um certo grau de homogeneidade, na medida em que preservam inalteradas as suas propriedades características quando sujeitas à divisibilidade (naturalmente, até um determinado limite).

Por outro lado, as configurações iterativas revelam-se perfeitamente compatíveis com adverbiais de simples duração, mesmo quando os eventos-base que as constituem não admitem a sua comparência. Comparem-se, a este respeito, (4) e (5), que descrevem processos iterados integrando pontos e culminações, respetivamente, com (6) e (7), em que a repetição das eventualidades pontuais correspondentes não é permitida:

- (4) O Pedro bateu à porta durante vinte minutos.
- (5) O Rui chutou a bola durante vinte minutos.
- (6) * A bomba explodiu durante vinte minutos.
- (7) * A Lígia partiu o braço durante vinte minutos.

As construções iterativas são igualmente compatíveis com os vários operadores aspetuais que, segundo Cunha (1998c) e Oliveira (2003) requerem um “*inpu*” de tipo processual. Referimo-nos, por exemplo, a *continuar a*, a *parar de* ou a *acabar de*. Os exemplos que se seguem ilustram este facto, comparando, mais uma vez, processos iterados (cf. (8)-(10)) com eventos pontuais que não admitem iteração (cf. (11)-(13)):

- (8) A Maria continuou a bater à porta.
- (9) O António parou de tossir.
- (10) Ontem, o Pedro acabou de chutar a bola às cinco da tarde.
- (11) * A bomba continuou a explodir.
- (12) * A Lígia parou de partir o braço.
- (13) * Ontem, o comboio acabou de chegar às cinco da tarde.

Por fim, os processos iterados são perfeitamente conciliáveis com “marcadores” que, de alguma forma, suponham dinamismo, comparecendo, sem quaisquer problemas, quer com expressões que remetem para a agentividade (cf. (14)-(16)), quer sob o escopo do Progressivo (cf. (17)). Tal como os restantes eventos dinâmicos, e ao contrário dos estativos, recebem uma leitura preferencial de habitualidade quando combinados com o Presente do Indicativo (18):

- (14) João, salta durante vinte minutos!
- (15) O professor de ginástica obrigou o João a saltar durante vinte minutos.
- (16) O João saltou voluntariamente durante vinte minutos.
- (17) O João está a saltar há vinte minutos.
- (18) O João salta durante vinte minutos (# neste momento / habitualmente).

Tomando como ponto de partida os resultados obtidos através da aplicação dos diferentes “testes” relevantes a que acabámos de proceder, estamos em condições de concluir que as estruturas de iteração, tal como os restantes processos, manifestam as seguintes propriedades identificadoras: são cumulativas e (relativamente) homogéneas, como as relações de inferência a que respondem indiciam; são durativas e atélicas, como a preferência pelos adverbiais de simples duração e os padrões combinatórios com os operadores aspetuais nos confirmam; finalmente, são de natureza dinâmica, como a compatibilidade com expressões agentivas e a leitura preferencial de habitualidade no contexto do Presente do Indicativo nos sugerem.

Importa, neste momento, prestar alguma atenção às propriedades do “*input*” requerido pelas configurações de iteração, nomeadamente no que respeita às restrições que lhe são impostas e à natureza das classes aspetuais admitidas.

Visto que as eventualidades básicas que servem como “*input*” às configurações de iteração são, como vimos, perspetivadas enquanto subfases sucessivas do processo derivado, torna-se necessário que tais situações ostentem uma natureza não homogénea. Isto significa, em última instância, que estados e a maior parte dos processos se encontram, à partida, excluídos deste género de estruturas. Na realidade, dada a homogeneidade manifestada pelas referidas situações, não seria possível identificá-las como constituindo unidades discretas, autónomas ou atómicas, condições necessárias para a sua identificação como subfases sucessivas de um processo iterado.

Concluimos, pois, que as construções de iteração requerem um “*input*” de cariz não homogéneo, delimitado ou, possivelmente, discreto, por forma a responder satisfatoriamente à necessidade de identificação das subfases constitutivas do processo derivado.

Dado que a iteração se constitui como o único mecanismo que torna possível

a sua conversão em eventos de carácter processual, os pontos afiguram-se como o “*input*” preferencial para os processos iterados (cf. (19) e (20)):

- (19) A águia bateu as asas (durante meia hora).
- (20) O João espirrou (durante meia hora).

Porque representam eventualidades tipicamente não homogéneas, as culminações e os processos culminados podem, igualmente, surgir, sem problemas, no contexto sob análise, constituindo “*inputs*” aceitáveis para a operação de iteração (cf. (21)-(24)):

- (21) O João chutou a bola (durante meia hora).
- (22) O Zé fotografou a Câmara do Porto (durante meia hora).
- (23) O João tocou a sonata (durante duas horas).
- (24) Os patos atravessaram o lago (durante toda a tarde).

Contrariamente ao que acontece com os pontos, nem todas as leituras durativas de culminações e de processos culminados dão forçosamente origem a interpretações iterativas. Assim, no contexto de culminações, os adverbiais de simples duração podem medir a extensão do estado consequente (cf. (25) e (26)) e, no contexto de processos culminados, dar conta da extensão do respetivo processo preparatório (cf. (27) e (28)):

- (25) O Luís ligou o computador durante duas horas.
- (26) A Inês fechou o quarto durante meia hora.
- (27) O Pedro pintou a casa durante duas horas.
- (28) O Nuno leu o jornal durante meia hora.

Frases como (25) e (26), na sua leitura preferencial, descrevem a duração dos estados consequentes que resultam das culminações, conduzindo às inferências em (25’) e (26’):

- (25’) O computador do Luís esteve ligado durante duas horas.
- (26’) O quarto da Inês esteve fechado durante meia hora.

Já as frases de (27) e (28) descrevem os processos preparatórios associados aos respetivos processos culminados, a que foram retiradas as culminações, podendo ser parafraseadas por (27’) e (28’):

- (27’) O Pedro esteve a pintar a casa durante duas horas.
- (28’) O Nuno esteve a ler o jornal durante meia hora.

É provavelmente com base neste tipo de observações que Moens (1987) sugere que os pontos, sejam básicos ou derivados, constituem o único “*input*” adequado para a operação de iteração, devendo, nessa medida, as culminações e os processos culminados ser previamente convertidos na referida classe aspetual, por forma a

reunirem todas as condições necessárias para tomarem parte num processo iterativo.

Uma abordagem deste género tem a vantagem, por um lado, de evitar conflitos e ambiguidades no que diz respeito à derivação aspetual dos processos culminados e das culminações no contexto de advérbios de simples duração, já que determina diferentes percursos no interior da Rede Aspetual para cada uma das suas leituras divergentes, unificando, simultaneamente, a obtenção das configurações iterativas graças à exigência de um “*input*” “constante” e, por outro, de assumir que as subfases sucessivas de um processo iterado são sempre de natureza idêntica, i.e., pontos.

No entanto, o facto de não existirem alterações visíveis ao nível da duração dos eventos básicos que integram o processo iterado coloca importantes reservas à presente proposta. Na realidade, quando usamos uma frase como “O Rui tocou a sonata durante duas horas”, supomos a manutenção da duração inicial dos vários processos culminados básicos, i.e., não nos é fornecida qualquer evidência quanto à modificação da extensão dos intervalos por si ocupados no sentido da sua conversão em eventos pontuais.

Dada a extrema complexidade que envolve a determinação do “*input*” preciso para as construções iterativas, deixaremos para uma outra oportunidade a sua resolução. Seja como for, e tendo em vista os resultados dos “testes” relevantes, podemos concluir que o “*output*” da operação de iteração é sempre de natureza processual, sendo o fator “delimitação” em termos temporais determinante para a seleção do respetivo “*input*”.

Não poderíamos encerrar a presente secção deste trabalho sem fazer uma breve referência ao papel desempenhado pelos meros plurais na obtenção de leituras iterativas.

A importante influência que os argumentos internos têm sobre a determinação de algumas propriedades aspetuais das situações em que tomam parte é desde há muito reconhecida pelos linguistas. Por exemplo, Krifka (1989) observa a emergência de uma relação de homomorfismo que se verifica entre características dos argumentos internos e o “perfil” aspetual das eventualidades: argumentos internos massivos darão origem a predicções de cariz atélico (cf. (29)), ao passo que argumentos internos contáveis darão lugar a predicções de natureza télica (cf. (30)):

(29) O João comeu o bolo (em dez minutos). (processo culminado)

(30) O João comeu leite-creme (durante dez minutos). (processo)

Tomando como ponto de partida algumas observações efetuadas, entre outros, por Verkuyl (1993, 1995) e por Geenhoven (2004), procuraremos sugerir, em seguida, que uma relação de homomorfismo se torna igualmente viável no caso de o argumento interno do verbo ser realizado por meros plurais. Nestas circunstâncias, a pluralidade do nominal seria, em contextos adequados, estendida ou transmitida ao todo da predicção.

Comecemos por observar os seguintes exemplos ilustrativos:

(31) O Guilherme comeu bolachas de chocolate.

(32) O Zé fotografou gnus no Quénia.

Frases como as de (31) e (32) são ambíguas entre uma leitura grupal (Landman, 1989), em que é realizado apenas um único evento e o nominal denota um número não especificado de entidades nele envolvidas, e uma leitura distributiva, em que a pluralidade inerente ao argumento interno é projetada homomorficamente sobre o todo da predicação, i.e., em que se verifica uma correspondência direta entre a pluralidade (não especificada) que caracteriza a expressão nominal e o número de eventos efetivamente ocorridos.

Numa leitura grupal, i.e., em que está envolvido um único evento, estas frases serão totalmente compatíveis com adverbiais pontuais, como (33) e (34) nos sugerem:

(33) O Guilherme comeu bolachas de chocolate às cinco da tarde.

(34) O Zé fotografou gnus no Quénia às cinco da tarde.

A interpretação grupal de uma frase como a de (31) pode ser parafraseada por “Existe um único evento em que o Guilherme comeu (por/de uma só vez) um número não especificado de bolachas de chocolate”. Similarmente, uma frase como (32), nesta mesma aceção, receberá a paráfrase “Existe um único evento em que o Zé fotografou (uma só vez) um número não especificado de gnus no Quénia”. Em qualquer dos casos, a pluralidade que caracteriza o nominal não se projeta homomorficamente sobre o todo da situação descrita.

Pelo contrário, nos contextos em que é favorecida uma leitura distributiva destes exemplos, as propriedades quantificacionais dos meros plurais parecem estender-se ou transmitir-se ao todo da predicação, dando, conseqüentemente, origem à ocorrência de um número não especificado de eventos da mesma natureza.

Se, por um lado, os diversos eventos resultantes da operação de distribuição são organizados de forma “contígua”, sem admitirem pausas significativas entre si, de modo a poderem ser encarados como subfases sucessivas de uma única eventualidade e se, por outro, o intervalo de ocorrência da situação, vista como um todo, é relativamente curto e bem delimitado, então estaremos perante configurações de iteração, como (35) e (36) deixam adivinhar:

(35) O Guilherme comeu bolachas de chocolate durante meia hora.

(36) O Zé fotografou gnus no Quénia durante meia hora.

Se, pelo contrário, a extensão do intervalo de ocorrência favorece a presença de pausas entre os diferentes eventos considerados, que, assim, podem ser perspetivados de forma “isolada”, então estaremos perante um caso de quantificação frequentativa (cf. a discussão na próxima secção deste trabalho). (37) e (38) ilustram:

(37) O Guilherme comeu bolachas de chocolate durante duas semanas / durante as férias.

(38) O Zé fotografou gnus durante duas semanas / durante as férias.

Quer estejamos perante uma interpretação puramente iterativa, quer diante de uma leitura de índole eminentemente frequentativa, o facto é que nos confrontamos com casos de evidente homomorfismo: as propriedades quantificacionais de

pluralidade que caracterizam as expressões nominais parecem estender-se ao todo da predicação, dando origem à pluralização dos eventos considerados.³

Em síntese, e tomando em linha de conta todas as observações que têm vindo a ser realizadas ao longo da presente secção, diremos que a iteração se comporta como um verdadeiro operador aspetual que converte uma série de eventos de cariz delimitado, idênticos entre si, numa única situação de natureza processual.

Sistematizamos, em seguida, algumas das propriedades que se nos afiguram mais relevantes no que respeita à identificação de uma configuração iterativa:

- As configurações de iteração convertem um número não especificado de eventos de natureza delimitada ou discreta num único evento de caráter até certo ponto homogêneo, em que as situações repetidas se apresentam como as suas subfases constitutivas.

- As configurações de iteração descrevem tipicamente situações formadas a partir de um conjunto de eventos idênticos entre si, que se organizam em contiguidade, sem suportarem pausas significativas, assumindo o papel das subfases sucessivas de um processo.

- As configurações de iteração ostentam as propriedades características de um evento processual, ou seja, comportam-se como situações de natureza dinâmica, durativa e atética.

- As configurações de iteração requerem, normalmente, um intervalo de ocorrência relativamente curto e bem delimitado.

3. Frequência

Em termos muito gerais, diremos que as construções de frequência dão conta de diversos padrões de simples repetição de eventualidades. Isto significa que, ao contrário da iteração, as configurações frequentativas remetem unicamente para a quantificação de situações, sem ocasionarem quaisquer alterações significativas em termos aspetuais. Nesse sentido, os intervalos de enquadramento em que ocorrem são bastante flexíveis e de extensão muito variável.

Dado que as configurações de frequência não desempenham, em geral, um papel muito determinante no que diz respeito à comutação do perfil temporal interno básico das situações a que se aplicam, não será difícil diferenciá-las das estruturas iterativas que, como já referimos na secção 2, operam sobre as eventualidades com que ocorrem, convertendo-as em processos iterados de tipo derivado.

Tendo em vista que as construções de frequência mantêm inalterada a identidade aspetual das situações a que se aplicam, estas não terão de se constituir como um todo

³ É provavelmente com base nestas observações que Van Geenhoven (2004) propõe tratar a iteração e a frequência como operadores de pluralização sobre eventos. Dado, porém, que defenderemos aqui uma diferenciação clara entre construções iterativas e configurações frequentativas, uma tal explicação, embora plausível, será insuficiente para alcançar os objetivos a que nos propomos, na medida em que, no que diz respeito à distinção em apreço, estão também envolvidos importantes fatores de índole aspetual, como iremos demonstrar ao longo do presente trabalho.

relativamente homogêneo, subsistindo, por conseguinte, a inferência da existência de pausas entre si, em contraste com o que sucede com as estruturas iteradas, em que os eventos básicos se convertem obrigatoriamente nas subfases sucessivas e contíguas de um único processo.

Por outras palavras, poderemos afirmar que as eventualidades que integram uma configuração frequentativa não estão sujeitas a grandes alterações no que se refere à sua estruturação temporal interna básica, bem como a todas as propriedades identificadoras de origem que as acompanham. Ou seja, numa construção de frequência, as diferentes situações representadas mantêm a sua autonomia e independência próprias.

Em consequência, os intervalos de enquadramento que tipicamente acompanham as estruturas frequentativas podem ser de extensão muito variável, em contraste com o que acontece com os processos iterativos, que se encontram forçosamente confinados a períodos de tempo relativamente curtos.

Os exemplos que a seguir apresentamos ilustram a extrema variabilidade no que diz respeito à extensão dos intervalos de tempo em que uma configuração de frequência pode comparecer:

- (39) Entre as sete e as dez / No dia 10 de junho, o meu computador bloqueou várias vezes / frequentemente.
- (40) Na semana passada, encontrei a Maria várias vezes / frequentemente.
- (41) Em 1999, o João foi a Coimbra várias vezes / frequentemente.
- (42) Durante os últimos trinta anos, o António conduziu um Volvo várias vezes / frequentemente.

Em suma, podemos concluir que as configurações frequentativas impõem muito menos restrições às situações que as integram do que as estruturas de iteração, quer no que diz respeito à existência de pausas, quer no que se refere à extensão do intervalo de enquadramento que as acompanha. Uma tal divergência de comportamentos linguísticos deve-se provavelmente ao facto de a expressão da frequência manter a independência e a autonomia das eventualidades que reitera, ao contrário da iteração, que as converte em subfases de um único evento de tipo processual.

Em línguas como o Português, a representação da frequência está normalmente associada à comparação de certos advérbiais frequentativos (ex.: *frequentemente*, *ocasionalmente*) e a outras expressões que quantificam sobre situações (ex.: *várias vezes*, *muitas vezes*). No entanto, conflitos entre a duração das eventualidades e a dos advérbiais temporais que as acompanham, bem como outras indicações fornecidas pelo contexto, podem conduzir a uma leitura frequentativa.

É importante sublinhar que os padrões de ocorrência de situações descritos nas estruturas frequentativas são muito variáveis. Nesse sentido, os falantes do Português têm à sua disposição formas linguísticas que permitem diferenciar claramente vários “graus” ou “níveis” de frequência. Propomos, assim, a distinção entre expressões que denotam baixa frequência (cf. (43)-(45)), média

frequência (cf. (46)) e alta frequência (cf. (47)-(48)):⁴

- (43) No mês passado, o João telefonou à Maria poucas vezes.
- (44) No mês passado, o João telefonou à Maria ocasionalmente.
- (45) No mês passado, o João telefonou à Maria de vez em quando.
- (46) No mês passado, o João telefonou à Maria algumas / várias vezes.
- (47) No mês passado, o João telefonou à Maria muitas vezes.
- (48) No mês passado, o João telefonou à Maria frequentemente.

Por outro lado, afigura-se-nos de crucial relevância distinguir entre os adverbiais inequivocamente frequentativos, como *ocasionalmente* ou *frequentemente*, que, para além da quantificação a que procedem, denotam um certo padrão de regularidade no que respeita à comparência das situações envolvidas e expressões como “poucas / algumas / várias / muitas vezes”, que apenas parecem apontar para a determinação de uma dada quantidade de ocorrências da eventualidade em causa, sem, no entanto, fornecerem quaisquer indicações concretas acerca da proporcionalidade, ao nível de distribuição, em que tal acontece.

Assim, uma frase como “Em 1999, o João foi a Coimbra frequentemente” supõe não só que, no período de tempo indicado, existiu um número bastante significativo de situações de “o João ir a Coimbra” mas também que tais eventualidades aconteceram em intervalos regulares distribuídos por todo o ano de 1999. Já uma frase como “Em 1999, o João foi a Coimbra muitas vezes” apenas reporta o facto de que o padrão de repetição da situação descrita foi alto, sem, no entanto, fazer qualquer referência à distribuição das eventualidades ao longo do período em questão.

Em suma, diremos que, em sentido estrito, a expressão da frequência dá conta da repetição de uma determinada quantidade (não totalmente especificada) de situações distribuídas regularmente ao longo de um intervalo de tempo. No entanto, no presente trabalho continuaremos a privilegiar a ideia de que a frequência remete, principalmente, para a mera quantificação de eventualidades, pelo que incluiremos na nossa análise, para além dos adverbiais frequentativos, formas como “poucas / algumas / várias / muitas vezes”.

Como já foi dito, as configurações frequentativas limitam-se, por princípio, a dar conta de diferentes padrões de repetição de situações, sem, contudo, conduzirem a quaisquer alterações significativas ao nível do seu perfil aspetual básico.

Isto significa que as propriedades características das eventualidades básicas que integram uma construção frequentativa são, normalmente, preservadas. Com efeito, os dados relativos à comparência de adverbiais temporais parecem confirmar esta hipótese:

- (49) Quando trabalhava na fábrica, a Maria fez várias vezes / frequentemente o almoço em 5 minutos. (processo culminado)
- (50) Quando esteve emigrado, o João trabalhou várias vezes / frequentemente durante 15 horas (seguidas). (processo)

⁴ Como ficará bem claro na secção 4 do presente trabalho, este tipo de diferenciação irá desempenhar um papel crucial no que respeita à descrição de certas divergências ao nível do comportamento linguístico manifestado pelas configurações frequentativas.

- (51) Durante as férias, a Maria acordou várias vezes / frequentemente às 8 da manhã. (culminação)
(52) Durante o inverno, o António tossiu várias vezes / frequentemente às 3 da manhã. (ponto)

As frases em (49)-(52) sugerem-nos, pelo menos até um certo ponto, que o perfil temporal interno básico das predicções a que as expressões frequentativas se aplicam é tendencialmente preservado, na medida em que se mantêm inalterados os diferentes padrões combinatórios com adverbiais temporais característicos de cada uma das classes aspetuais representadas.

Por outro lado, e ao contrário do que sucede com as configurações de iteração, as estruturas frequentativas combinam-se praticamente com todas as classes aspetuais de predicções, não impondo restrições particulares quanto ao tipo de eventualidade a que se aplicam. Este facto sugere que os seus efeitos em termos de seleção aspetual são mínimos.

As frases que a seguir apresentamos ilustram a comparência das diversas classes aspetuais em configurações frequentativas. Excetuam-se, naturalmente, os estados de indivíduo não “faseáveis”, na medida em que, aplicando-se diretamente às entidades que predicam e requerendo intervalos de ocorrência longos e estáveis, tais estativos não aceitam facilmente a repetição, seja de que natureza for. Sublinhe-se, por conseguinte, que a impossibilidade da presença de estados de indivíduo não “faseáveis” em estruturas de frequência não se deve a restrições particulares impostas pela construção em si, mas às próprias características inerentes a estes estativos, que se revelam incompatíveis com quaisquer formas de repetição.⁵

- (53) Em 1999, a Maria esteve várias vezes / frequentemente doente. (estado de “estádio”)
(54) O meu cão foi várias vezes / frequentemente agressivo com as visitas. (estado “faseável”)
(55) No ano passado, a Maria esquiu várias vezes / frequentemente. (processo)
(56) O Rui cantou várias vezes / frequentemente o Hino Nacional na escola. (processo culminado)
(57) Durante a gravidez, a Paula desmaiou várias vezes / frequentemente. culminação)
(58) Durante a noite passada, a Ana espirrou várias vezes / frequentemente. (ponto)

Podemos, por conseguinte, considerar a frequência como simples quantificação sobre situações, dando conta da sua ocorrência num número não especificado de vezes.

O facto de as configurações frequentativas se limitarem a dar conta de padrões de repetição de eventualidades, sem produzir alterações muito significativas em termos do perfil temporal interno básico que as identifica, terá importantes consequências ao nível da sua própria caracterização. Em particular, como vimos, parece favorecer

⁵ Para a discussão e para a fundamentação, em termos semânticos, da classificação dos estativos a que recorremos aqui, veja-se Cunha (2004).

uma grande flexibilidade no âmbito de aplicação das referidas estruturas.

Assim, a ausência de efeitos aspetuais relevantes intrínseca às construções frequentativas poderá ajudar a explicar algumas das propriedades que lhes atribuímos, nomeadamente: a presença de pausas ou hiatos, de extensão variável, entre as situações repetidas; a extrema flexibilidade quanto à seleção de intervalos de enquadramento em que a reiteração de eventualidades pode ocorrer (cf. (39)-(42)); e, finalmente, a grande variabilidade quanto ao número de repetições expresso, patenteada pela distinção entre baixa, média e alta frequência (cf. (43)-(48)).

Dadas todas as observações que acabámos de efetuar, afigura-se-nos plausível encarar o efeito resultante da aplicação das estruturas frequentativas como uma espécie de pluralização de situações (cf. Geenhoven, 2004): tal como sucede com os nominais pluralizados, a expressão da frequência não especifica o número exato de ocorrências da eventualidade repetida. Sob este ponto de vista, podemos dizer que as construções frequentativas permitem exprimir uma pluralidade de ocorrências, mantendo, todavia, a plena autonomia e a identidade de cada uma das situações que as constituem. Com efeito, parecem ser integralmente preservadas, por exemplo, as características em termos espaço-temporais que definem cada uma das eventualidades que participam numa configuração de frequência (i.e., numa frase do género de “O João visitou a Maria frequentemente / várias vezes”, cada uma das visitas particulares mantém, em princípio, as suas propriedades espaço-temporais básicas inalteradas).

A expressão da frequência permite, pois, dar conta de diferentes padrões de repetição de situações do mesmo tipo, preservando, no entanto, a independência e a “individualidade” de cada uma delas.

Em síntese, e tomando em consideração as observações realizadas ao longo da presente secção, estamos em condições de concluir que as configurações frequentativas funcionam fundamentalmente como meros quantificadores sobre situações, exprimindo diferentes padrões de repetição de (um número não especificado de) predicções, cada uma das quais mantém relativamente inalteradas as suas propriedades aspetuais básicas e a sua autonomia espaço-temporal.

Sumarizamos, em seguida, as principais características que permitem identificar as construções frequentativas:

- As configurações de frequência não alteram substancialmente o perfil aspetual básico das eventualidades a que se aplicam, funcionando, em geral, como meros operadores de quantificação ou de pluralização.

- As configurações de frequência admitem, sem problemas, a presença de pausas entre as situações repetidas, o que indicia fortemente a sua independência em termos espaço-temporais.

- As configurações de frequência comparecem em períodos de tempo de extensão bastante variável, não impondo grandes restrições quanto ao tipo de intervalo de enquadramento que as acompanha.

- As configurações de frequência permitem dar conta de padrões de repetição muito diversificados, sendo possível distinguir entre estruturas que apontam para a baixa, para a média ou para a alta frequência de ocorrência das situações. Para além disso, se pensarmos na expressão da frequência em sentido estrito, ela dá igualmente

conta de uma certa regularidade no que respeita à distribuição das eventualidades repetidas pelo intervalo de tempo em que decorrem.

4. Habitualidade

Em termos gerais, diremos que a habitualidade descreve características genéricas e identificadoras dos indivíduos que nela tomam parte. Nesse sentido, as estruturas em causa comportam-se linguisticamente como os estados de indivíduo, embora preservem algumas das propriedades básicas das situações a que se aplicam. Por outro lado, as construções de habitualidade distinguem-se das restantes configurações que exprimem a repetição de eventualidades por decorrerem em intervalos de tempo obrigatoriamente longos e preferencialmente não delimitados.

Mais do que simplesmente quantificarem sobre situações, as configurações de habitualidade dão conta de características gerais que permitem qualificar os indivíduos que nelas se encontram envolvidos. É por essa razão que Krifka *et al.* (1995) as incluem no conjunto de estruturas a que dão o nome de frases caracterizadoras.

Embora compreendam tipicamente repetição de eventualidades, tal como sucede com as construções frequentativas, as estruturas de habitualidade vão para além da mera indicação da ocorrência de um número não especificado de situações, caracterizando, generalizando ou estabelecendo propriedades identificadoras das diversas entidades que predicam. Não surpreende, por conseguinte, que realizem, pelo menos em certa medida, como iremos ver, alguns dos comportamentos típicos dos estados de indivíduo.

Não é, pois, apenas o número ou a quantidade de ocorrências das eventualidades que estão em causa nas configurações habituais, mas sobretudo a sua relevância no que se refere à caracterização das entidades envolvidas. Na expressão da habitualidade estão, assim, implicados conceitos como o de “normalidade”, o de “tipicidade” ou o de “generalização” que, sob um certo ponto de vista, a podem aproximar da representação da modalidade.

Em línguas como o Português, uma leitura de habitualidade pode ser obtida por meio de configurações muito diversificadas. De entre os vários elementos linguísticos que se revelam capazes de conferir uma interpretação habitual às eventualidades com que comparecem, destacaremos o verbo aspetual *costumar* (cf. (59)-(60)); adverbiais que remetem especificamente para a habitualidade ou para a generalização de situações, do tipo de *habitualmente* ou de *geralmente* (cf. (61)-(62)); e certos tempos gramaticais – nomeadamente o Presente do Indicativo e o Imperfeito – que podem ser caracterizados como indutores de estatividade e que, no contexto de predicções eventivas, favorecem uma interpretação preferencial de cariz habitual (cf. (63)-(64)):

(59) O João costuma passear no jardim.

(60) A Ana costumava ler o jornal.

(61) O João geralmente vai de metropolitano para a faculdade.

(62) A Ana telefonava às amigas habitualmente.

(63) O João fuma.

(64) O Manuel nadava nas piscinas do Fluvial.

Importa sublinhar ainda que fatores de natureza contextual podem desencadear, em condições adequadas, uma leitura habitual das predicções: o nosso conhecimento do mundo e o contexto global em que um dado discurso se insere favorecem, por vezes, a perspetivação das situações envolvidas como estados habituais. É o que sucede, por exemplo, quando nos deparamos com adverbiais que, de alguma maneira, apontam para longos períodos de tempo, em interação com eventos básicos cujo perfil aspetual se revela de todo incompatível com a duração especificada. Este parece, na verdade, ser o caso das frases em (65) e (66):

(65) O António fumou durante vinte anos.

(66) O Manuel trabalhou na CP durante trinta e seis anos.

É evidente que, nos exemplos que acabámos de apresentar, a discrepância entre a duração do evento e o intervalo para que remete o adverbial só parece ser interpretável se conferirmos à predicção um valor de reiteração de natureza habitual.

A observação atenta dos exemplos aqui expostos leva-nos, porém, a concluir que se torna extremamente difícil isolar e identificar elementos linguísticos que, por si sós, sejam passíveis de suportar a habitualidade. Pelo contrário, a interpretação habitual parece ser o resultado da interação dinâmica entre múltiplos fatores que envolvem não só a informação explicitamente contida na frase mas também indicações respeitantes ao contexto e ao nosso conhecimento do mundo.

Como já referimos, as configurações habituais perspetivam as situações básicas a que se aplicam como predicções de cariz estativo. As estruturas sob análise tomam como seu “*input*” uma série de situações episódicas do mesmo tipo, quantificando-as e conferindo-lhes um valor genérico, o que se traduz na sua inclusão num estado de tipo habitual.

Mas, ao contrário dos operadores aspetuais geralmente estudados na literatura, as construções de habitualidade não comutam integralmente as eventualidades básicas a que se aplicam. Com efeito, veremos que as estruturas habituais permitem preservar certas características fundamentais das situações que se constituem como o seu “*input*”, combinando-as com as propriedades da categoria de saída a que dão origem, i.e., dos estativos. Neste ponto, contrastam com os operadores aspetuais que procedem a uma completa conversão da situação base numa outra de natureza diferente, apagando todas as marcas da primeira em favor das da segunda.

Na sequência das propostas de Cunha (2004), assumiremos que as configurações que remetem para a habitualidade funcionam como “perspetivadores” aspetuais, ou seja, como elementos linguísticos que, apesar de alterarem substancialmente o perfil temporal interno de uma dada situação, não a transformam ou comutam integralmente, mantendo visíveis algumas das características básicas que a identificam.

Nesse sentido, surpreendemos nas construções habituais a coexistência pacífica de dois adverbiais temporais, ambos indicando medição, um respeitante à categoria de base e outro relativo ao todo do estado habitual. Observem-se os seguintes exemplos:

- (67) A Ana trabalhava / trabalhou 8 horas (por dia) durante os primeiros anos na empresa.
(68) A Rosa Mota correu / corria a maratona em duas horas durante 15 anos.
(69) O João chegava / chegou à faculdade às onze da manhã durante 35 anos.
(70) O meu relógio despertava / despertou às oito horas da manhã durante muitos anos.⁶

Em cada uma das frases aqui apresentadas, os dois adverbiais temporais parecem desempenhar o mesmo tipo de função, a saber, a circunscrição ou medição do intervalo de tempo ocupado por uma determinada eventualidade. No entanto, existem diferenças bastante substanciais entre eles: enquanto os primeiros se destinam fundamentalmente à delimitação do evento básico, os segundos têm escopo somente sobre o estado habitual de cariz derivado.

Por outro lado, os exemplos de (67)-(70) comprovam que os diversos adverbiais que se encontram ligados às situações de base variam consoante a categoria aspetual por elas veiculada, o que significa, em última instância, que se mostram sensíveis a (pelo menos algumas) características definitórias das predicções de origem, mesmo após o licenciamento da interpretação de habitualidade. Este é, sem dúvida, um forte argumento em favor da ideia de que a expressão da habitualidade é tipicamente levada a cabo por um “perspetivador” aspetual, bem diferente, portanto, de um mero operador, cujo “*output*”, como dissemos, perde claramente a “memória” da classe de que provém.

Com base nos factos que acabámos de discutir, proporemos a hipótese de que as configurações habituais combinam, de forma explícita, propriedades das predicções de origem a que se aplicam com características dos estativos, a classe aspetual que, como veremos em seguida, resulta da sua aplicação.

Ao contrário do que sucede com as construções frequentativas que preservam na totalidade as propriedades aspetuais mais relevantes das predicções a que se aplicam, temos vindo a assumir, ao longo da presente exposição, que as estruturas que envolvem habitualidade são, em última análise, de natureza estativa. Existirão, porém, argumentos linguísticos capazes de fundamentar, de modo satisfatório, uma tal tomada de posição? É o que procuraremos investigar em seguida.

A aplicação dos diversos critérios propostos por Cunha (2004) para a deteção da presença de estatividade indicia fortemente que nos encontramos, na realidade, face a construções de índole estativa. Assim (e embora o “teste” da leitura preferencial com o Presente do Indicativo não seja, por razões óbvias, ajustável a estes casos), as estruturas habituais podem surgir, sem dificuldades, sob o escopo do verbo de operação aspetual *passar a* (cf. (71)-(72)) e, integradas na subordinada de orações temporais introduzidas por *quando*, incluem, obrigatoriamente, os eventos presentes na principal (cf. (73)-(74)).

⁶ Notemos, de passagem, que, no que respeita a simples operadores aspetuais, a comparência de dois adverbiais de “medição” temporal (um relativo ao “*input*”, outro ao “*output*”) dá lugar a uma notória anomalia semântica, como exemplos do género de “* A Maria esteve a escrever uma carta em meia hora durante vinte minutos” ou de “* A Ana começou a correr durante vinte minutos às três da tarde” deixam bem patente.

- (71) O João passou a fumar (habitualmente / # neste momento).⁷
(72) O meu cão passou a ladrar de noite.⁸
(73) Quando o João fumava, teve uma síncope cardíaca.
(74) Quando a Rita trabalhava na faculdade, recebeu um prémio de mérito.

Se, como a aplicação dos “testes” relevantes deixa adivinhar, nos encontramos efetivamente perante verdadeiros estativos, importa investigar agora a que subclasse de estado pertencem as construções habituais.

Não se afigura muito difícil provar que as estruturas que envolvem habitualidade veiculam estados de indivíduo. Com efeito, tais configurações revelam-se compatíveis, como já referimos, com o operador *passar a*, manifestam restrições relevantes quanto à cocorrência com adverbiais de mera localização temporal (vejam-se os exemplos em (75)-(76)) e não permitem a comparência de quantificadores do género de *sempre que* (cf. (77)-(78)). Refira-se, porém, que este último facto poderá ser também devidamente explicado com recurso ao princípio mais geral de que as expressões de tipo habitual quantificam sobre eventos, encontrando-se, por esse motivo, incapacitadas para receber qualquer outro elemento que desempenhe uma função semelhante.

- (75) * Ontem, o João fumava habitualmente.
(76) * No dia 1 de junho de 2001, o meu cão ladrava habitualmente.
(77) * Sempre que o João fumava habitualmente, ia para o hospital.
(78) * Sempre que o meu cão ladrava habitualmente, a vizinha queixava-se à polícia.

Em suma, e face ao seu comportamento linguístico, diremos que as estruturas de habitualidade representam estados de indivíduo, obtidos a partir de uma generalização efetuada sobre eventualidades episódicas. Sob este ponto de vista, a função central do “perspectivador” de habitualidade seria a de converter predicções de “estádio” em predicados de indivíduo: graças à múltipla repetição de situações episódicas, obter-se-ia uma característica “genérica” a atribuir ao(s) participante(s) envolvido(s). Isto explicaria o facto de todas as classes aspetuais, exceto estados de indivíduo não “faseáveis”, poderem comparecer em estruturas habituais, como os seguintes exemplos ilustram.⁹

⁷ Refira-se que nos interessa unicamente a interpretação do adverbial relativa à situação integrada no escopo de *passar a* e não à globalidade da predicção, entendida como um todo. Nesse sentido, um exemplo como este servirá fundamentalmente para deixar claro que apenas estados habituais (e não eventos básicos) podem surgir, sem problemas, no contexto em causa.

⁸ Compare-se esta frase com “# O meu cão passou a ladrar”, em que uma leitura habitual da predicção sob o escopo do operador se afigura pouco plausível, tornando o resultado final algo estranho. De qualquer forma, a ser aceitável, este exemplo apenas poderá corresponder à interpretação habitual, em que o meu cão adquiriu a capacidade de ladrar, e nunca à leitura episódica, correspondente a “O meu cão começou a ladrar”.

⁹ Acresce que, tal como já referimos anteriormente, os estados de indivíduo não “faseáveis”, ao caracterizarem diretamente as entidades que predicam e ao requererem um intervalo estável para a sua ocorrência, se revelam, à partida, incompatíveis com quaisquer processos de repetição.

- (79) * O João é habitualmente alto. (estado de indivíduo)
- (80) * A Lígia sabe habitualmente francês. (estado de indivíduo)
- (81) A Ana está habitualmente doente. (estado de “estádio”)
- (82) O meu cão é habitualmente agressivo. (estado faseável)¹⁰
- (83) O Rui joga ténis habitualmente. (processo)
- (84) A Rosa Mota corre a maratona habitualmente. (processo culminado)
- (85) O meu cão salta habitualmente o muro dos vizinhos. (culminação)
- (86) O Pedro espirra habitualmente. (ponto)

Podemos, por conseguinte, concluir que a função central do “perspetivador” de habitualidade é a de generalizar sobre situações de caráter episódico, convertendo-as em estados habituais, uma das realizações possíveis da genericidade em línguas como o Português.

No entanto, como já tivemos oportunidade de sublinhar, as construções habituais não comutam integralmente as situações com que se combinam. Na realidade, enquanto “perspetivadores” aspetuais, preservam algumas das características das predicções básicas a que se aplicam. Este facto é particularmente evidente no que diz respeito às possibilidades combinatórias com os adverbiais temporais (cf. (67)-(70)) e à capacidade de manutenção das relações intradiscursivas que se estabelecem entre eventualidades linearmente ordenadas (cf. (87)-(88)):

- (87) Habitualmente, o despertador tocava, a Maria levantava-se, descia as escadas e fazia o pequeno-almoço.
- (88) Habitualmente, o comboio chegava, os passageiros saíam e dirigiam-se para a praça de táxis.

Embora, encaradas na sua globalidade, as situações representadas nas frases (87) e (88) descrevam estados habituais, não deixam de preservar a interpretação sequencial característica dos eventos básicos de que são formadas. Por outras palavras, verificamos que a quantificação propiciada pelo estado habitual não apaga por completo a relação de sucessividade que os eventos, antes da sua aplicação, estabelecem entre si.

Nesse sentido, e apesar do inegável efeito de “perspetivação” como estados de indivíduo a que dão lugar, as estruturas habituais mantêm acessíveis algumas das mais relevantes propriedades básicas das situações com que comparecem.

Em síntese, uma análise como a que acabámos de propor, alicerçada na noção de “perspetivação” aspetual, permite-nos conciliar o caráter indubitavelmente estativo ostentado pelas construções habituais com a preservação de certas características das eventualidades de origem que nelas tomam parte.

Notemos, finalmente, que uma configuração habitual pode descrever um estado de coisas verdadeiro num determinado intervalo de tempo (por exemplo, no momento da enunciação), sem que qualquer das eventualidades-base que a constituem esteja

¹⁰ A comutação prévia de estados de indivíduo de cariz [+faseável] em processos e a sua posterior reconversão em eventualidades de cariz estativo seria plenamente justificável pela atribuição de um valor habitual às predicções em causa.

a ser atualizada. Ou seja, para que “O João fuma” seja verdadeiro, não é obrigatório que “O João está a fumar” também o tenha que ser simultaneamente. Isto significa, em última instância, que o estado habitual terá lugar num intervalo de tempo que transcende a simples soma dos tempos ocupados pelos eventos que lhe dão origem.

Sob este ponto de vista, diremos que a habitualidade exprime, mais do que uma mera quantificação, uma verdadeira generalização sobre a repetição de situações.

Não é suficiente, por outro lado, a simples ocorrência de um dado evento para formar um estado habitual. Torna-se necessário que o padrão de ocorrências da referida predicação se revele razoavelmente significativo para se converter numa característica típica do(s) indivíduo(s) envolvido(s). Ou seja, o padrão de repetição de situações deve corresponder ou ser concebido como uma propriedade geral das entidades que predica.

Mais do que um conjunto de situações concretas, a habitualidade exprime uma generalização, um potencial, em que a um dado indivíduo é atribuída a característica de se encontrar envolvido num determinado tipo de eventualidade. Assim, uma frase como “O João joga basquetebol” não traduz tanto as diferentes situações particulares em que o João jogou basquetebol, mas antes a propriedade geral correspondente ao estado de “o João ser jogador de basquetebol”.

Tomando em linha de conta toda a discussão que aqui empreendemos, estamos em condições de concluir que as estruturas de habitualidade perspetivam uma repetição de situações como um estado de natureza habitual que dá conta de certas características genéricas dos indivíduos que predica.

As propriedades mais relevantes que nos permitirão identificar as construções habituais são as seguintes:

- As configurações de habitualidade expressam normalmente certas características típicas ou atribuem propriedades de cariz genérico aos indivíduos que predicam, efetuando, assim, uma generalização sobre eventualidades.
- As configurações de habitualidade, ao conferirem propriedades gerais às entidades a que se aplicam, manifestam um comportamento linguístico muito próximo daquele que caracteriza os estados de indivíduo. Porém, não comutam integralmente as situações básicas que nelas tomam parte, funcionando, dessa forma, não como operadores, mas como “perspetivadores” aspetuais.
- As configurações de habitualidade, mais do que quantificarem sobre situações, exprimem propriedades gerais, o que significa, em última instância, que tanto o número concreto de eventos que as integram quanto o grau de frequência em que estes ocorrem não se revelam indicadores particularmente relevantes para o seu licenciamento.
- As configurações de habitualidade, ao descreverem estados de indivíduo, requerem um intervalo de comparência obrigatoriamente longo e estável que, preferencialmente, se apresenta como não delimitado.

5. Distinções entre construções de frequência e de habitualidade

Embora as construções frequentativas e habituais partilhem comportamentos linguísticos que inequivocamente as aproximam, descrevem, na essência, padrões de repetição de situações bem distintos.

Nessa medida, constatámos ao longo das secções anteriores que, enquanto as estruturas frequentativas remetem para a simples quantificação sobre eventualidades, as configurações habituais dão origem a um estado que caracteriza os indivíduos a que se aplicam. Ao passo que a frequência se limita a enumerar a ocorrência de situações, a habitualidade generaliza-as às entidades que predica.

Uma tão significativa divergência em termos do alcance dos efeitos da repetição de situações a que dão lugar terá, necessariamente, importantes consequências ao nível do comportamento linguístico ostentado por estes dois tipos de configuração. Vejamos em que medida.

Uma das distinções mais evidentes que nos permitem traçar uma fronteira clara entre a frequência e a habitualidade tem que ver com as restrições impostas ao intervalo de ocorrência em que as referidas estruturas podem ter lugar. Enquanto as configurações frequentativas manifestam uma grande flexibilidade no que diz respeito ao intervalo de enquadramento que as acompanha, as construções habituais encontram-se limitadas a períodos de tempo longos e estáveis. Assim, e ao contrário do que sucede com as frases que denotam frequência (cf. (89)-(90)), as que exprimem habitualidade dão tipicamente origem a anomalia semântica quando o intervalo em que decorrem é relativamente curto (cf. (91)-(92)).

(89) No dia 10 de junho / Entre as oito e as dez da noite, o meu computador bloqueou várias vezes / frequentemente.

(90) Na semana passada, a Maria telefonou-me várias vezes / frequentemente.

(91) # No dia 10 de junho / Entre as oito e as dez da noite, o meu computador bloqueou habitualmente.

(92) # Na semana passada, a Maria telefonou-me habitualmente.

Por outro lado, a frequência, enquanto expressão da simples quantificação ou da enumeração de situações, parece requerer a ocorrência obrigatória, em termos absolutos, de um número mínimo de eventualidades para que possa ser licenciada. Pelo contrário, a habitualidade, ao generalizar sobre os indivíduos a que se aplica, parece ser bem mais flexível a este respeito. Comparem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(93) (#) O João passa várias vezes / frequentemente o Natal com os pais.

(94) O João passa habitualmente o Natal com os pais.

(95) (#) A Paula participa várias vezes / frequentemente nos Jogos Olímpicos.

(96) A Paula participa habitualmente nos Jogos Olímpicos.

Juízos de aceitabilidade como os que acabámos de apresentar parecem sugerir que, enquanto as configurações frequentativas têm em conta a cardinalidade absoluta no que se refere à ocorrência das situações com que comparecem, as estruturas

habituais, ao procederem a uma generalização sobre eventualidades, privilegiam, de preferência, não tanto o número das suas realizações concretas, mas antes o tipo de relação que estabelecem com os indivíduos que predicam.

Mesmo quando os falantes aceitam exemplos como os representados por (93) e (95), é unicamente a quantidade de ocorrências da situação que parece estar em causa, eventualmente associada, no caso do adverbial de frequência, a uma certa regularidade em termos de distribuição das eventualidades. Pelo contrário, em (94) e (96), não é tanto o número de situações repetidas mas sobretudo a forma como elas se relacionam com os indivíduos envolvidos, conferindo-lhes uma propriedade genérica, que terá uma maior relevância ao nível da sua interpretação.

Uma outra distinção a que já fomos fazendo referência prende-se com o facto de as estruturas habituais manifestarem importantes efeitos ao nível aspetual sobre as situações a que se aplicam, convertendo-as forçosamente em estativos. A expressão da frequência, pelo contrário, parece não acarretar necessariamente tais consequências. Isto significa, em última instância, que as construções habituais ocorrerão preferencialmente com tempos gramaticais que indiciam a não delimitação das situações, como o Presente do Indicativo ou o Imperfeito, ao passo que as configurações frequentativas selecionam tipicamente tempos gramaticais que remetem para o confinamento dos intervalos em questão, como sucede com o Pretérito Perfeito.

6. Conclusões

Iteração, frequência e habitualidade representam três modos distintos de encarar a repetição de situações. Assim, a iteração procede à plena conversão de um padrão de eventualidades idênticas entre si num processo de cariz derivado; a frequência limita-se a quantificar situações da mesma natureza, sem proceder a alterações significativas ao nível das suas propriedades básicas intrínsecas; a habitualidade, por seu lado, generaliza sobre os estados de coisas com que se combina, perspetivando-os enquanto estativos capazes de caracterizar os indivíduos que predicam.

Verificamos, por conseguinte, que as principais distinções entre estes três modos de repetição de situações radicam fundamentalmente nos efeitos aspetuais a que podem ou não dar lugar.

A confirmar a independência e a identidade próprias destas três estratégias de repetição de situações, encontram-se configurações que, de um certo modo, evidenciam a possibilidade da coexistência e da interação que entre elas por vezes somos capazes de surpreender:

(97) Habitualmente, a Maria saltava à vara, ocasionalmente, durante mais de vinte minutos.

(98) Habitualmente, o João espirrava algumas vezes durante meia hora.

Embora, à primeira vista, estes exemplos possam parecer pouco naturais, o facto é que se nos afiguram perfeitamente aceitáveis: (97) integra um processo iterado, formado a partir do evento pontual “saltar à vara”, cuja duração nos é fornecida pela

expressão “durante mais de vinte minutos”. O adverbial *ocasionalmente* caracteriza a frequência – i.e., o tipo de regularidade – de ocorrência da situação em questão. Por sua vez, o adverbial de habitualidade confere ao todo da eventualidade um “perfil” estativo que permite caracterizar o indivíduo envolvido. Da mesma forma, (98) poderá ser parafraseado por “Existiu um hábito do João que consistiu no facto de ele se encontrar envolvido num processo (derivado) de espirrar com a duração de meia hora que se repetiu num número ou quantidade de ocorrências aqui referenciado pela expressão algumas vezes”.

Encontramo-nos, por conseguinte, perante três modos distintos e perfeitamente diferenciados de repetição de situações que, em contextos apropriados, podem coexistir numa mesma e única predicação.

Apesar da sua autonomia própria, confirmada pelas significativas divergências em termos do comportamento linguístico ostentado, iteração, frequência e habitualidade partilham importantes propriedades comuns. Esses pontos de contacto são, por vezes, bem evidentes, como acontece, por exemplo, nos casos em que determinados adverbais de frequência participam em estruturas de natureza estativa, característica esta que, como constatámos, permite identificar as configurações habituais.

Nesse sentido, propomo-nos encarar estas três formas de reiteração de situações como constituindo uma espécie de contínuo ou de escala, em que fatores como o grau de generalização alcançado, a duração do intervalo de enquadramento ou a quantidade de situações que dão corpo ao padrão de repetição podem ser tomados em consideração enquanto elementos relevantes para o seu estabelecimento e organização.

Consecutive sentences in European Portuguese: a quantificational approach¹

António Leal
Luís Filipe Cunha
Purificação Silvano

1. Introduction

Consecutive sentences constitute a complex and controversial topic in linguistics. In European Portuguese, for instance, (but also in other Romance languages) there is no agreement neither on the syntactic nature of this kind of sentences, nor on the linguistic means involved. As a matter of fact, as we will see shortly, the grammar books on Romance languages discussed in this paper differ substantially in some important aspects concerning the analysis of these constructions. Thus, our main goal will be to provide answers to the following questions:

- (i) How can we characterise consecutive sentences?
- (ii) What are their core properties?
- (iii) What linguistic structures are involved in consecutive sentences?

In order to obtain satisfactory answers to those questions, we will discuss in more detail the expression of consecutive sentences in European Portuguese. In particular, we will explore some syntactic and semantic restrictions associated with the different “triggers”² available in this language, namely *tanto* (‘so much/so many’), *tão* (‘so much’), *cada* (‘such’), *um* (‘a’), *um tal* (‘such a’) and *tal* (‘such’), comparing their linguistic behaviour and characteristics.

¹ This text has been published in *Actas del VIII Congreso de Lingüística General*, Madrid: Departamento de Lingüística, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Madrid, 2008.

² We chose to use in this paper the term “trigger” to refer to words or expressions that occur in the main clause of consecutive sentences expressing some kind of quantification or intensification that leads to the consequence expressed by the consecutive clause. The choice of this more neutral term is justifiable by the fact that, although some of these words or expressions are unequivocally quantifiers, others are not.

Finally, we will provide a semantic analysis of consecutive sentences based on the notion of quantification. As we will argue, consecutive sentences may quantify over individuals, over eventualities or over properties and this will be a distinctive characteristic of these constructions.

2. The analysis of consecutive sentences by grammar books of European Portuguese, Spanish, French and Italian

An examination of some grammar books on Romance languages such as European Portuguese, Spanish, French and Italian will endow us with a general view of how the complex sentences with consecutive clauses are treated within those languages and, simultaneously, it will disclose the upside and downside of those treatments.

In order to achieve this goal, we consulted the following grammar books of reference for each of the languages already mentioned:

European Portuguese - Mateus, M. H., A. Brito, I. Duarte & I. Faria (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, 5.^a edição, revista e aumentada.

Spanish - Bosque, I. & V. Demonte (orgs) (1999). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa.

French - Grevisse, Maurice (1988). *Le Bon Usage: Grammaire Française*. Douzième édition refondue par André Goose. Paris: Duculot.

Riegel, Martin, Jean-Christophe Pellat & René Rioul (1997). *Grammaire Méthodique du Français*. Paris: Presses Universitaires de France.

Italian - Renzi, Lorenzo & Giampaolo Salvi (orgs.) (1997). *Grande Grammatica Italiana di Consultazione*. Urbino: Ed. Il Mulino.

The study of these grammar books reveals an analysis of complex sentences with consecutive clauses focused mainly on syntactic and lexical questions. In fact, all the five grammar books, in a more or less detailed manner, refer to the definition of this type of sentences; to the types of consecutive sentences; to the type of words that introduce the main and subordinate clauses; to the word classes that are modified by the quantifiers in the main clause; to the selection of the mood in the consecutive clause; and to their syntactic features.

For a start, the analysed grammar books present a very brief semantic definition of complex sentences with consecutive clauses. Brito and Matos (2003: 754) defines the consecutive clauses as “orações que exprimem uma consequência da intensidade de uma qualidade, da quantidade de um objecto, da qualidade de um processo descritos na oração matriz”. According to Alvarez (1999: 3741), the consecutive clauses express the consequence of an action, the circumstance or the quality referred to in the main clause. In their *Grammaire Méthodique du Français*, Riegel et al. (1997: 516) suggest that consecutive clauses mainly express “la conséquence (...) pour justifier une évaluation marquant le degré élevé d’une qualité ou l’intensité

d'un procès". Giusti (1997: 824) says that "le frasi consecutive esprimono l'effetto o il risultato di un elemento dell'intero evento della frase principale."

As far as the classification of the consecutive sentences is concerned, the criteria vary from grammar book to grammar book. On one hand, the French and the Italian grammar books distinguish between consecutive clauses with and without antecedent. On the other hand, the Spanish grammar book differentiates between the consecutive clauses featured by subordination (consecutives of intensity, consecutives of manner, consecutive-comparatives and causal-intensive) and those featured by coordination and juxtaposition. The Portuguese grammar book establishes one type of canonical consecutive clauses, the consecutive clauses of intensity, and it approximates these to the infinitive consecutive clauses and to some conclusive coordinate clauses³.

A recurrent topic in the analysis of complex sentences with consecutive clauses by grammar books is what type of words or expressions introduce the consecutive clauses and which their antecedents are. Notwithstanding that, the designations of those words or expressions vary a lot: some call them 'markers', other 'subordinators' or 'lexical items'; some call them 'adverbs', other 'expressions of quantity' or 'quantifiers'. The following table illustrates some of the words or expressions used in a complex sentence with a consecutive clause⁴.

	European Portuguese	Spanish	French	Italian
Main clause	tal, tanto, tão, tamanho	tanto, tal, cada, un, así	si, tant, tellement	Così, tanto, talmente
Subordinate clause	que	que	que	che
Example	Este filme é tão cómico que os espectadores riem todo o tempo. (755)	Gritaba tanto que no podíamos oír nada.(3741)	Elle a tant d'amoureux qu'elle ne sait lequel prendre. (516)	Ha sposato una ragazza così bella che fa girare la testa a tutti.(826)

Another common step of the analysis is the scrutiny of which word classes can be modified by the quantifiers in the main clauses. It follows that they can select nouns, adjectives and verbs, according to the French and Italian grammar books. Besides these, the European Portuguese and Spanish grammar books add adverbs to the list of possible word classes that can co-occur with the quantifiers in the main clause.

Furthermore, the consultation of the grammar books informs us that the selection

³ Although the author points out that the typical consecutive clauses are of intensity and that the other two only relate to those insofar as meaning is concerned, they still name one of these consecutive. However, as far as we know, there is not enough syntactic or semantic evidence to support this classification of clauses introduced by expressions as *suficiente*, *bastante* ("enough")... *para* ("to"). The same observation is valid for the classification proposed by the Spanish grammar book for these types of clauses. The author named them consecutive-comparative.

⁴ The aim of this table is not at all to establish a comparison between the four languages, but merely to exemplify the words and expressions used as subordinators of consecutive clauses and as their antecedents.

of the mood by the subordinate clause is also considered in the characterisation of consecutive clauses. One can come across with the Indicative, the Subjunctive, the Infinitive or the Conditional depending on the subordinator and/ or the degree of certainty intended for the situation expressed by the subordinate clause. Nonetheless, the Italian grammar book, for instance, does not go into the different readings originated by the use of different moods.

What is more, only the Spanish grammar book examines thoroughly the possible combinations of tenses in complex sentences with consecutive clauses.

Undoubtedly, the syntactic description occupies a prominent place in the analysis of this type of sentences. Nevertheless, one fact is clear from the analysis: there are still many unsolved problems as to their classification. The European Portuguese grammar book groups the consecutives with the comparative, ‘conformational’ and proportional sentences under the branch of structures of gradation and comparison, separating them from the adverbial sentences and from the relative sentences. Yet, the author observes that the consecutive sentences also differ from the comparative as respect to the type of subordinator that introduces the subordinate clause:

“Todos estes comportamentos permitem concluir que as consecutivas diferem das comparativas pelo facto de o *que* ser um complementador; distinguem-se das subordinadas adverbiais por não serem deslocáveis e não poderem ser objecto de clivagem; têm afinidades, mas também diferenças importantes, com as relativas.” (Brito 2003: 759)

The Spanish grammar book states that consecutive sentences are closer to the comparative and relative sentences than to the adverbial ones:

“Constituyen, así pues, un tipo de subordinada diferenciado de las adverbiales causales, condicionales, concesivas, modales, temporales, o locativos, puesto que no funcionan como complementos del núcleo verbal de la oración sino integrados junto con su antecedente en un sintagma nominal, adjetival o adverbial.” (Álvarez, 1999: 3746)

The French grammar books claim that the consecutive sentences belong to the so-called *systeme corrélatif* (correlative system) (they are neither subordinate nor coordinate sentences), since the two clauses involved in this construction are interdependent. Regardless of that, Grevisse (1988) recognises that not all consecutive sentences are correlative propositions. In fact, expressions like *de telle sorte que* (‘in such a manner that’), *si bien que* (‘so well that’) or *à tel point que* (‘to such a point that’) introduce adverbial subordinate clauses, having no antecedent in the matrix.

The Italian grammar book classifies the consecutive sentences as adverbial sentences (“frasi avverbiali”) next to the temporal, final, causal, conditional, concessive and comparative sentences.

There are other syntactic features that are considered by the grammar books namely: the possible positions of the main clause and subordinate clause; the places of the quantifier and the modified element in the main clause; and the syntactic functions of the antecedent.

Overall, the analysis of the consecutive sentences by the grammar books takes the examined topics into consideration. Even so, there are two grammar books, the European Portuguese and the Spanish, that go into a semantic description of this type of sentences, though to a different extent. Whereas the former only alludes to the expression of degree, quantity and intensity as a distinguishing feature of the consecutive sentences, the latter does an examination to a larger extent, taking into account the different semantic readings resulting from the use of several expressions of intensity.

All in all, the treatment proposed by the five grammar books poses some questions which we will address in the following paragraphs.

The definitions presented mention two important features of the consecutive clauses, that is, the expression of some kind of intensity in the main clause and the expression of the consequence of that intensity in the subordinate clause. But is it enough such a definition to characterise the consecutive clauses? We argue that in fact the definitions are vague and imprecise and they do not include relevant aspects such as what type of intensity is represented in the main clause.

Furthermore, the list of the words and expressions that can occur in the main clause, though necessary, reveals itself precarious without a thorough description of their possible readings. The same observation is valid for the list of word classes that are modified by the quantifiers in the main clause.

The selection of mood and possible combinations of tenses represent, without a doubt, an important contribution to the study of consecutive sentences. Nonetheless, there are aspectual restrictions imposed by the use of some quantifiers and/ or the co-occurrence of some quantifiers with nouns, adjectives, verbs or adverbs that need to be taken into consideration too.

Moreover, the syntactic analysis is not peaceful and many problems arise. Although many syntactic tests validate the hypothesis that the consecutive sentences are not neither adverbial nor relative, there is not still a solid argumentation and background that allow us to create a consistent classification. Maybe, a more complete semantic description may contribute to a clarification of a possible classification.

In sum, the grammar books subjected to our study show some of the upsides and downsides of the treatment of consecutive sentences. On one side, the lexical information and some syntactic knowledge present themselves quite valuable for a more complete understanding of this type of sentences. On the other side, the lack of a systematic semantic analysis constitutes a significant obstacle to a full comprehension of several types of readings and, therefore, to a more accurate characterisation of consecutive sentences.

For the remainder of this paper, we will focus on structures that are consensually classified as consecutive sentences, since they involve some kind of quantification. To this end, we will take into consideration in our proposal finite subordinate consecutive sentences involving triggers like *tanto* ('so much/ so many'), *tão* ('so'), *cada* ('such'), *um* ('a'), *um tal* ('such a') and *tal* ('such').

As a matter of fact, we claim that a semantic analysis of the finite subordinate consecutive sentence, more specifically an analysis grounded on quantificational issues, is of significant importance for an adequate treatment of this type of sentences because it gives us information that will enable us to propose a semantic classification, clarifying the role of each type of consecutive sentence.

3. Some “triggers” of consecutive structures in European Portuguese: a brief analysis

In this section, we will describe and analyse some of the linguistic expressions that give rise to consecutive sentences in European Portuguese. In particular, we will focus on *tanto* (‘so much/so many’), on *tão* (‘so’), on *cada* (‘such’), on *um* (‘such a’) and on *tal* (‘such’), discussing some of the syntactic and semantic restrictions that limit their possibilities of occurrence, as well as the type of quantification in which they are normally involved. We will specifically take into consideration the ontological nature of the entities that are in the scope of the quantification.

3.1. *Tanto* (‘so much/so many’)

One of the most frequent triggers of consecutive sentences in European Portuguese is the quantifier *tanto* (‘so much/so many’). However, we must clearly distinguish two different operators that, as we will see shortly, behave quite differently: the determiner-like inflected *tanto* (‘so much/so many’), selecting nominal expressions, and the adverb-like non-inflected *tanto* (‘so much’), having scope over predications.

3.1.1. The inflected *tanto* (‘so much/so many’)

In European Portuguese, the inflected *tanto* (‘so much/so many’) behaves like a determiner in that it takes in its scope only nominal expressions. In addition, it agrees with them in gender and number. Furthermore, it must always appear in adjacency to the noun phrases in its scope, as the following examples illustrate:

- (1) O Guilherme // comeu // tantas // bolachas // que // ficou // doente.
The Guilherme // ate // so-manyFEM/PL // cookiesFEM/PL // that // got // sick.
‘Guilherme ate so many cookies that he got sick.’
- (2) *O Guilherme // tantas // comeu // bolachas // que // ficou // doente.
The Guilherme // so-manyFEM/PL // ate // cookiesFEM/PL // that // got // sick.
*‘Guilherme so many ate cookies that he got sick.’
- (3) *Tantas // o Guilherme // comeu // bolachas // que // ficou // doente.
So-manyFEMPL // the Guilherme // ate // cookiesFEMPL // that // got // sick.
*‘So many the Guilherme ate cookies that he got sick.’

Almost all kinds of nominals are compatible with the inflected *tanto* (‘so much/so many’). In fact, it can combine either with count or mass nouns, as (4) and (5) confirm:

- (4) A Ana // ganhou // tantos // prémios // que // ficou // rica.
The Ana // won // so-manyMASC/PL // prizesMASC/PL // that // got // rich.
‘Ana won so many prizes that she got rich’
- (5) A Ana // ganhou // tanto // dinheiro // que // ficou // rica.
The Ana // won // so-muchMASC/SING // moneyMASC/SING // that // got // rich.
‘Ana won so much money that she got rich.’

In any case, the occurrence of the eventuality expressed in the consecutive clause seems to be dependent on the attainment of some quantity associated with the nominal in the antecedent clause. In the case of (1), for instance, it is the number of cookies that Guilherme ate that leads to his state of sickness. Similarly, in (5), it is the amount of money won by Ana that leads to her state of richness.

In the case of count nouns, it is the number of entities that is responsible for the consequence expressed in the consecutive clause; in the case of mass terms, it is the amount of stuff that gives rise to the conveyed consequence.

Even in sentences like (6),

(6) O João // fez // tanto // barulho // que // acordou // os // vizinhos.

The João // made // so-muchMASC/SING // noiseMASC/SING // that // woke-up // the // neighbours.

‘John made so much noise that he woke up his neighbours.’

it is the quantity or the amount of noise that is relevant for the waking up of the neighbours.

When combined with the noun *vezes* (‘times’), the inflected *tanto* (‘so much/so many’) unambiguously brings on the quantification over situations reading, as the following example illustrates:

(7) A Maria // lavou // o // casaco // tantas // vezes // que // ele // encolheu.

The Maria // washed // the // coat // so-many // times // that // it // shrank.

‘Maria washed the coat so many times that it shrank.’

In (7), it is the quantity of repeated situations in which Maria washed her coat that leads to its shrinking.

This is not quite surprising since, as pointed out, among others, in Cunha and Leal (2006)⁵ and in Cunha (2007), the quantification over situations is frequently carried out by expressions involving the noun *vezes* (‘times’), such as *N vezes* (‘N times’), *cada vez mais vezes* (‘more and more times’) or *muitas/ poucas /algumas vezes* (‘many/ few/ some times’).

Finally, it is interesting to point out that, given some interactions between inferences and our world knowledge, some sentences involving quantification over individuals can indirectly prompt a quantification-over-situations reading. Consider the example in (8):

(8) Este // crocodilo // comeu // tantos // gnus // que // cresceu // rapidamente.

This // crocodile // ate // so-many // gnus // that // grew-up // quickly.

‘This crocodile ate so many gnus that it grew up quickly.’

In sentences like (8), the determiner *tanto* (‘so much/so many’) quantifies explicitly over the individuals in its scope – namely, *gnus* (‘gnus’). The interpretative conditions imposed by the consequence referred to in the subordinate clause, however, force an inference of multiple eventualities: in order for the crocodile to

⁵ Cf. pp.199-210 deste livro.

grow up, it must have eaten many gnus in different situations. Such reading does not, nonetheless, follow from the semantics of the quantifier *tanto* ('so much/so many') but from the semantics of the whole sentence and from our world knowledge.

3.1.2. The non-inflected *tanto* ('so much')

Contrary to the inflected *tanto* ('so much/ so many'), which, as we have just seen, obligatorily combines with nominal expressions, the non-inflected *tanto* ('so much') applies to the predication as a whole. In this sense, it will quantify either over a range of eventualities or over the properties characterising a given eventuality.

Since it applies to the whole predication and, consequently, it is not restricted to any of its constitutive parts, the non-inflected *tanto* ('so much') may occur in several positions in the sentence (cf. (9)-(11)). As we will argue shortly, the different positions that *tanto* ('so much') takes in a sentence, in combination with other information, will have important consequences with respect to its interpretative possibilities.

- (9) O // gnu // correu // tanto // que // escapou // ao // ataque // dos // leões.
The // gnu // ran // so-much // that // escaped // from-the // attack // of-the // lions.
'The gnu ran so much that it escaped from the lions' attack.'
- (10) O // gnu // tanto // correu // que // escapou // ao // ataque // dos // leões.
The // gnu // so-much // ran // that // escaped // from-the // attack // of-the // lions.
'The gnu ran so much that it escaped from the lions' attack.'
- (11) Tanto // o // gnu // correu // que // escapou // ao // ataque // dos // leões.
So-much // the // gnu // ran // that // escaped // from-the // attack // of-the // lions.
'So much the gnu ran that it escaped from the lions' attack.'

As we have just pointed out, the non-inflected *tanto* ('so much') can be used not only to quantify over a set of situations, as in (12), but also to express a high degree of some property that, in a way or another, characterises the eventuality of the antecedent clause and that leads to the consequence expressed, as in (13).

- (12) O Guilherme // comeu // tanto // que // ficou // doente.
The Guilherme // ate // so-much // that // got // sick.
'Guilherme ate so much that he got sick.'
- (13) O Guilherme // comeu // tanto // que // engordou.
The Guilherme // ate // so-much // that // got-fat.
'Guilherme ate so much that he got fat.'

The preferred reading of a sentence like (12) seems to involve a single occurrence of the eating situation, the state of sickness being a consequence of some property of that eventuality (e.g. Guilherme ate an enormous amount of food). Conversely, in (13), the most likely reading points to a repetition of the eating situation: Guilherme only can get fat if he eats repeatedly a great quantity of food.

So, we may conclude that the non inflected *tanto* ('so much') is clearly ambiguous between a quantification-over-situations and a quantification-over-properties reading. The consequence expressed in the subordinate clause, as well as other contextual

factors, such as our world knowledge, may favour one of the two available interpretations.

It is interesting to notice that, in some of these examples, the position in the sentence occupied by the non-inflected *tanto* ('so much') is somehow relevant with respect to its final interpretation. Thus, a quantification-over-situations reading seems to be preferred when *tanto* ('so much') occupies a pre-verbal position than when it occurs in a post-verbal one; in this last case, the property intensifying interpretation seems to be strengthened.

Although undoubtedly subtle, this difference shows up more sharply if we consider structures in which we can explore some scope ambiguities. Consider the following illustrative examples:

- (14) O João // bateu // tanto // na Maria // que // ela // saiu // de // casa.
The João // beat // so-much/so-many-times // in-the Maria // that // she // left // from // home.
'João beat Maria so much/so many times that she left home.'
- (15) O João // tanto // bateu // na Maria // que // ela // saiu // de // casa.
The João // so-much/so-many-times // beat // in-the Maria // that // she // left // from // home.
'João beat Maria so much/so many times that she left home.'

Although both sentences are, to a certain extent, ambiguous, their preferential readings seem to be quite different. While (14) points to an intensive property interpretation, in which Maria leaves home as a consequence of a particularly violent or long beating by João – the post-verbal quantifier is considered to have narrow scope –, (15) expresses typically a quantification over situations in which Maria leaves home as a consequence of repeated beatings by João: here, the pre-verbal quantifier is seen as having wide scope over the whole eventuality, causing its reiteration.

In short: although the adverbial *tanto* ('so much') leads to a true interpretative ambiguity between an intensive property and a quantification-over-situations reading, which normally is solved by the nature of the eventuality expressing the consequence and by some other contextual factors, its placement in the sentence may be relevant concerning the choice speakers make.

3.2. *Tão* ('so')

In European Portuguese, *tão* ('so') typically quantifies over properties, preferably selecting adjectives⁶ (cf. (16)) and adverbs (cf. (17)). However, unlike the non-inflected *tanto* ('so much'), which, as we have just pointed out, always applies to properties of the whole predications, *tão* ('so') can also refer to properties ascribed to particular individuals.

⁶ We follow the division proposed, in Brito (2003), Demonte (1999) and Miguel (2006), in three lexical-syntactic classes of adjectives: qualificative adjectives (express, e.g., qualities or states of the names that they modify), relational adjectives (express a relation between the noun they modify and its arguments) and adverbial adjectives (modify "the way how the concept or intension of a term applies itself to a certain referent" (Miguel, 2006) or a situation).

- (16) O João // é // tão // rico // que // tem // cinco // casas.
The João // is // so // rich // that // has // five // houses.
'João is so rich that he has five houses.'
- (17) A // escola // da Maria // é // tão // longe // que // ela // demora // três // horas
a // chegar // lá.
The // school // of-the Maria // is // so // far // that // she // takes // three // hours
// to // arrive // there.
'Maria's school is so far that she takes three hours to get there.'

In order to be quantified by *tão* ('so'), an adjective must establish some kind of "scale" or "gradation" – in fact, it is the attainment of a certain degree of that scale that leads to the consequence expressed in the consecutive clause. Thus, it is not surprising that qualificative adjectives are suitable to occur in these constructions, as shown in (18), contrasting with the relational ones, which normally induce semantic anomaly, as illustrated in (19)⁷.

- (18) A // invasão // foi // tão // brutal // que // morreram // milhões // de // pessoas.
The // invasion // was // so // brutal // that // died // millions // of // persons.
'The invasion was so brutal that millions of people died.'
- (19) *A // invasão // foi // tão // militar // que // morreram // milhões // de // pessoas.
The // invasion // was // so // military // that // died // millions // of // persons.
*'The invasion was so military that millions of people died.'

However, if it is possible to recategorise a relational adjective (cf. (20)) and an adverbial adjective (cf. (21)) into a qualificative one, ascribing to it a "scalar" structure, the combination with *tão* ('so') becomes perfectly acceptable.

- (20) A // escola // do Jaime // era // tão // urbana // que // os // alunos // do
campo // eram // discriminados.
The // school // of-the Jaime // was // so // urban // that // the // students // from-
the // countryside // were // discriminated.
'James' school was so urban that the students from the countryside were
discriminated.'
- (21) A // promessa // era // tão // falsa // que // a Maria // nunca // mais // acreditou
// nele.
The // promise // was // so // false // that // the Maria // never // again // believed
// in-him.
'The promise was so false that Maria never believed him again.'

Similar observations can be extended to adverbs co-occurring with *tão* ('so'). In fact, we can find adverbs of manner (22), adverbs of time (23) and adverbs of place (24) in these contexts, provided that they convey properties that, in a way or another,

⁷ We will not explore the behaviour of adverbial adjectives because, since they constitute a complex and heterogenous class, its study would require a treatment that goes beyond the scope of this paper.

can be “gradated” in a qualitative scale, what amounts to say that they can be placed in some point of that scale, in order to fulfil the conditions to get the consecutive clause.

- (22) O // gnu // correu // tão // rapidamente // que // fugiu // ao // ataque // dos // leões.
The // gnu // ran // so // fast // that // escaped // from-the // attack // of-the // lions.
‘The gnu ran so fast that it escaped from the lions’ attack.’
- (23) A Maria // chegou // à // escola // tão // tarde // que // perdeu // a // primeira aula.
The Maria // arrived // at-the // school // so // late // that // lost // the // first // class.
‘Maria arrived at school so late that she lost the first class’
- (24) O // avião // voou // tão // baixo // que // chocou // contra // os // prédios.
The // airplane // flew // so // low // that // collided // against // the // buildings.
‘The airplane flew so low that it collided with the buildings.’

It is interesting to notice that *tão* (‘so’) while combined with adjectives it typically ascribes a property to an individual and while combined with adverbs it normally describes a property of a situation.

Tão (‘so’) is normally ruled out when it is combined with nominal expressions, as the following example illustrates:

- (25) *O Guilherme // comeu // tão // bolo // que // ficou // doente.
The Guilherme // ate // so // cake // that // got // sick.
*‘Guilherme ate so cake that he got sick.’

Nevertheless, if a noun is used adjectivally, expressing some relevant scalar characteristics of a given individual it will be fairly acceptable in this context, as (26) shows:

- (26) Sou // tão, // tão // fado // que // até // me // sinto // feliz // por // ser // triste.
(*corpora*)⁸
Am // so, // so // fado // that // even // me // feel // happy // to // be // sad.
‘I am so, so fado that I even feel happy to be sad.’

3.3 *Cada* (‘such’), *um* (‘a’), *um tal* (‘such a’) and *tal* (‘such’)

Similarly to the inflected *tanto* (‘so much/so many’), expressions such as *cada* (‘such’), *um* (‘a’), *um tal* (‘such a’) and *tal* (‘such’) exclusively apply to nominal expressions. In spite of this, they differ from the trigger discussed in 3.1.1. in that they do not quantify over the number of individuals involved but rather over their characterising properties. That is, although we have nouns under the scope of *cada*

⁸ All examples signalled with ‘corpora’ were taken from the *corpus CETEMPúblico v1.7*, available at the web page <http://acdc.linguateca.pt/cetempublico/>.

(‘such’), *um* (‘a’), *um tal* (‘such a’) and *tal* (‘such’), the quantification is effectively made over some relevant properties associated with the selected nominal expressions.

Therefore, we can say that the consecutive triggers under analysis in the present subsection combine with nominal expressions but do not quantify over individuals; they convey some kind of intensive quantification over relevant qualities or properties associated with them.

It is interesting to observe that *cada* (‘such’) obligatorily requires a plurality of individuals in its scope; however, it is not the number of entities that is quantified. Consider the following example:

- (27) A // gazela // deu // cada // salto // que // espantou // os // leões.
The // gazelle // gave // such // jump // that // scared // the // lions.
‘The gazelle gave such a jump that it scared the lions.’

What is relevant in (27) is not the real number of jumps performed by the gazelle, but the quality of those jumps (e.g. their height or their length).

Similar remarks can be made for the other expressions considered here, except for the plurality requirement. In the sentences of (28)-(30) we get a consistent intensive quantification over properties:

- (28) O João // deu // UM // pontapé // ao // amigo // que // o // pôs // a // chorar.
The João // gave // A // kick // at-the // friend // that // him // put // to // cry.
‘João gave his friend A kick that it made him cry.’
- (29) Cristiano Ronaldo // marcou // um // tal // golo // que // entusiasmou // os // espectadores.
Cristiano Ronaldo // scored // a // such // goal // that // thrilled // the // viewers.
‘Cristiano Ronaldo scored such a goal that it thrilled the viewers.’
- (30) A Maria // sentiu // tal // dor // que // chamou // uma // ambulância.
The Maria // felt // such // pain // that // called // an // ambulance.
‘Maria felt such pain that she called an ambulance.’

In sentence (29), for instance, what is said is that it were the exceptional characteristics of the goal performed by Cristiano Ronaldo that caused the enthusiasm of the viewers; in fact, Cristiano Ronaldo scored a single goal, so it is not the quantity of entities (goals, in our example) that is measured out by expressions as those we are analysing here.

It is important to point out that structures including *um* and, to a certain extent, *cada*, are only considered consecutive sentences if it is used a special prosody. In fact, in (28), unless there is a special prosody, *um* is interpreted as an indefinite article and the subordinate clause as a relative.

Note, finally, that, although they frequently occur in the singular, nothing prevents *um* (‘a’), *um tal* (‘such a’) and *tal* (‘such’) from taking in their scope a plurality of entities. However, their interpretation does not change, i.e., they continue to quantify over properties, not over individuals. (31) exemplifies with *tal* (‘such’):

- (31) A Teresa // contou // tais // histórias // às // crianças // que // elas // ficaram //

assustadas.

The Teresa // told // such // stories // to-the // children // that // they // became // frightened.

‘Teresa told the children such stories that they became frightened.’

In summary, we can say that operators such as *cada* (‘such’), *um* (‘a’), *um tal* (‘such a’) and *tal* (‘such’) do not quantify directly over entities but, instead, they intensify some relevant qualitative properties associated with the nominals in their scope. The consecutive clause will be the result of the attainment of a certain degree on the scale provided by the above-mentioned property.

4. A semantic classification of consecutive sentences

The analysis of the data strongly suggests a semantic classification of the described consecutive sentences grounded on the types of quantification, namely on the ontological nature of the entities that are quantified.

We argue that consecutive sentences can be divided into three types. In fact, whenever consecutive sentences occur, there is quantification over individuals (objects), over situations or over properties. Furthermore, the expression of a contextually established quantity of individuals, situations or properties described in the main clause is responsible for the existence of the eventuality represented in the consecutive clause.

4.1. Quantification over individuals

In the case of the “quantification over individuals” consecutive sentences, the occurrence of the eventuality expressed by the consecutive clause is dependent on the existence of a certain quantity of entities or it is dependent on the existence of a certain portion of an entity. This variability is due to the fact that the relevant noun can be a count or a non count one. In both cases, the denotations of the nouns are involved in the state of affairs expressed by the main clause. For example, in (32) and (33), the occurrence of the eventuality “ficar mal disposto” (to get sick) is related to the existence of a certain portion of the entity “água” (water), a non count noun, or of a certain quantity of objects denoted by “bolachas” (cookies), a count noun.

(32) O João // bebeu // tanta // água // que // ficou // mal disposto.

The-João // drank // so-much // water // that // got // sick.

‘João drank so much water that he got sick.’

(33) O João // comeu // tantas // bolachas // que // ficou // mal disposto.

The-João // ate // so-many // cookies // that // got // sick.

‘João ate so many cookies that he got sick.’

The exact amount of entities or of portions of an entity is not determined and it is lexically and/or contextually dependent, as illustrated by (34). In both cases, the

eventuality expressed by the consecutive clause (“ganhar o jogo/ o campeonato” – *to win the game/ the championship*) is related to the number of goals FC Porto scored. In (34a), the quantity of goals may be three, four or five goals, but, in (34b), the quantity of goals may be forty, fifty or even more. This difference is due to the fact that the required number of goals to be champion is greater because it is necessary to play several games, and not only one game.

- (34) a. FC Porto // marcou // tantos // golos // que // ganhou // o // jogo.
FC Porto // scored // so-many // goals // that // won // the // game.
‘FC Porto scored so many goals that it won the game.’
b. FC Porto // marcou // tantos // golos // que // ganhou // o // campeonato.
FC Porto // scored // so-many // goals // that // won // the // championship.
‘FC Porto scored so many goals that it won the championship.’

4.2. Quantification over situations

In the “quantification over situations” consecutive sentences, the eventuality expressed by the consecutive clause arises as a result of the repetition or the recurrence of a given situation, expressed by the main clause, in a non-specified number of times. In other words, the repetition of a given situation (expressed by the main clause) gives rise to the eventuality in the consecutive clause. In (35), the repetition of occurrences of the event “o Pedro gritar” (*Peter screaming*) in a non-specified number of occasions leads to the eventuality “acordar os vizinhos” (*to wake up the neighbours*).

- (35) O Pedro // gritou // tantas // vezes // que // acordou // os // vizinhos.
The Pedro // screamed // so-many // times // that // woke // the // neighbours.
‘Pedro screamed so many times that he woke up the neighbours.’

Notice that this kind of quantification implies some restrictions in what concerns the aspectual types that can occur in the main clause. Events that cannot be repeated are excluded (cf. (36)). This restriction also applies to all individual-level non-phase statives (cf. Cunha, 2004), as we can see in (37).

- (36) * O // meu // gato // morreu // tantas // vezes // que // o // enterrei // no // jardim.
The // my // cat // died // so-many // times // that // him // buried // in-the // garden.
*‘My cat died so many times that I buried him in the garden.’
(37) * O João // foi // tantas // vezes // alto // que // jogou // numa // equipa // de // basquetebol.
The João // was // so-many // times // tall // that // played // in-a // team // of // basketball.
*‘João was tall so many times that he played in a basketball team.’

4.3. Quantification over properties

The “quantification over properties” consecutive sentences can be divided into two groups, according to the kind of quantification: quantification over properties of individuals and quantification over properties of situations.

As far as the quantification over properties of individuals is concerned, there is the representation of an intensified property belonging to referents that are denoted by noun phrases occurring in the main clause (cf. (38)). In the case of the quantification over properties of situations, there is the representation of a property of a stative or eventive situation denoted by the verb phrase of the main clause (cf. (39)).

(38) Cavaco Silva // foi // tão // democrata // que // nem // quis // contrariar // o
Catroga (*corpora*).

Cavaco Silva // was // so // democrat // that // not-even // wanted // to-go-
against // the Catroga.

‘Cavaco Silva was so democrat that he didn’t even want to go against Catroga.’

(39) Neste // Mundial, // há // equipas // que // correm // tanto // que // parecem //
acreditar // que, // dessa // forma // atlética, // o // jogo // dura // menos // ou
// acaba // antes. (*corpora*)

On-this // World-Championship // are // teams // that // run // so-much // that
// seem // believe // that // in-that // way // athletic // the // game // last // less
// or // ends // before.

‘On this world championship there are teams that run so much that they seem
to believe that, in that athletic way, the game lasts less time or it ends before.’

This kind of quantification over properties requires the locating of a property in a point of a qualitative scale featured by many points. Therefore, there are some restrictions as to the adjectives, nouns and adverbs that can occur in this construction (cf. section 3).

As shown, quantification plays a very important role on the semantic interpretation of consecutive clauses. Since different readings arise depending on the distinct ontological nature of individuals, situations and properties, we believe that the classification we have just presented adequately describes the data and therefore is fully justifiable.

5. Conclusions

In sum, we tried to provide a unified semantic analysis of a group of consecutive sentences based on the notion of quantification.

We began by recognising some of the most relevant upsides and downsides of the treatment of consecutive sentences presented in several grammar books of European Portuguese, Spanish, Italian and French. In particular, we observed that the authors do not agree with respect to the properties that unambiguously distinguish and unify consecutive sentences.

Then, we explored some linguistic properties associated with different

“triggers” of consecutive clauses in European Portuguese, namely *tanto* (‘so much/so many’), *tão* (‘so much’), *cada* (‘such’), *um* (‘a’), *um tal* (‘such a’) and *tal* (‘such’). We observed that they take different syntactic constituents in their scope (nominal, adjectival, verbal, adverbial or even clausal configurations) and that these restrictions have important consequences in their semantic interpretation in the sense that they regulate, to a certain extent, the kind of quantification expressed.

Finally, we proposed a semantic characterisation of consecutive sentences based on the core notion of quantification. We argue that consecutive sentences must perform some kind of quantification or intensification that takes scope either over individuals, over eventualities, or over properties. A consecutive sentence must include, in the main clause, some linguistic “trigger” that takes individuals, eventualities or properties in its scope and that will be responsible for the consequence expressed in the subordinate clause.

BIBLIOGRAFIA

- Abusch, Dorit (1986) *Verbs of change, causation and time*. Center for the Study of Language and Information, Stanford University.
- Abusch, Dorit (1997) Sequence of tense and temporal *de re*. *Linguistics and Philosophy* 20.1, pp.1-50.
- Abusch, Dorit (2004) On the Temporal Composition of Infinitives. In Guéron, Jacqueline & Lecarme, Alexander (eds.), *The Syntax of Time*. Cambridge MA: MIT Press, pp.27-53.
- Álvarez, Alfredo (1999) Las Construcciones Consecutivas. In Bosque, Ignacio & Demonte, Violeta (orgs.) (1999) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, pp.3739-3804.
- Alves, Ana Teresa (2002) *Sobre a Localização Temporal Adverbial Anafórica em Português*. Dissertação de Doutorado, Universidade dos Açores.
- Amaral, Patrícia & Howe, Chad (2012) Nominal and verbal plurality in the diachrony of the Portuguese Present Perfect. In Laca, Brenda & Cabredo-Hofherr, Patricia (eds.) *Verbal Plurality and Distributivity*. Series Linguistische Arbeiten, De Gruyter, pp.25-53.
- Arche, María (2006) *Individuals in Time: Tense, Aspect and the Individual / Stage Distinction*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publication Company.
- Asher, Nicholas (1993) *Reference to Abstract Objects in Discourse*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Asher, Nicholas & Alex Lascarides (2003) *Logics of Conversation*. Cambridge: University Press.
- Asher, Nicholas; Prévot, Laurent & Vieu, Laure (2008) Setting the background in discourse. *Discours*, vol.1.
- Bach, Emmon (1986) The Algebra of Events. *Linguistics and Philosophy* 9, pp.5-16.
- Bäuerle, Rainer; Schwarze, Christoph & von Stechow, Arnim (eds.) (1983) *Meaning, use and interpretation of language*. Berlin: Walter de Gruyter.
- Barbosa, Jerónimo Soares (1822) *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias (5.^a edição, 1871).
- Beavers, John (2008) Scalar Complexity and the Structure of Events. In Dölling, Johannes; T. Heyde-Zybatow, Tatjana & Schäfer, Martin (orgs.) *Event Structures in Linguistic Form and Interpretation*. Walter de Gruyter, pp.245-268.
- Bennett, Michael & Partee, Barbara (1978) *Toward the Logic of Tense and Aspect in English*. Indiana: Indiana University Linguistics Club.
- Bertinetto, Pier & Squartini, Mario (1995) An attempt at defining the class of ‘gradual completion’ verbs. In Bertinetto, Pier; Bianchi, Valentina; Higginbotham, James & Squartini, Mario (eds.) *Temporal Reference, Aspect and Actionality, 1: Semantic and Syntactic Perspectives*. Torino: Rosenberg and Sellier, pp.11-26.
- Bertinetto, Pier & Lenci, Alessandro (2012) Pluractionality, habituality and gnomic imperfectivity. In Binnick, Robert (ed.) *Oxford Handbook of Tense and Aspect*. Oxford: Oxford University Press, pp.852-880.

- Binnick, Robert (1991) *Time and the Verb. A Guide to Tense and Aspect*. Oxford: Oxford University Press.
- Bosque, Ignacio & Demonte, Violeta (orgs.) (1999) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa.
- Brito, Ana & Matos, Gabriela (2003) Construções de graduação e comparação. In Mateus, Maria Helena *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, pp.729-766.
- Brito, Ana Maria (2003) Orações consecutivas. In Mateus, Maria Helena *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, pp.754-761.
- Brito, Ana Maria (2003) O sintagma adjectival. In Mateus, Maria Helena *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, pp.370-390.
- Bunt, Harry (1985) *Mass Terms and Model-Theoretic Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Campos, Maria Henriqueta Costa (1984) Pretérito Perfeito Simples/Pretérito Perfeito Composto: uma oposição aspectual e temporal. *Letras Soltas* 2, pp.11-53 (republicado em *Tempo, Aspecto e Modalidade. Estudos de Linguística Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1997, pp.9-51).
- Carecho, Judite (1996) *Sobre a semântica das construções com "quando"*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Carlson, Gregory (1977a) A Unified Analysis of the English Bare Plural. *Linguistics and Philosophy* 1, pp.413-456.
- Carlson, Gregory (1977b) *Reference to kinds in English*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Massachusetts em Amherst. Publicado em 1980, Nova York: Garland Press.
- Carlson, Gregory (1989) The Semantic Composition of English Generic Sentences. In Chierchia, Gennaro; Partee, Barbara & Turner, Raymond (orgs.) *Properties, Types and Meaning*, vol. 2: *Semantic Issues*. Dordrecht: Kluwer, pp.167-191.
- Carlson, Gregory (1995) Truth Conditions of Generic Sentences: Two Contrasting Views. In Carlson, Gregory & Pelletier, Francis (eds.) *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press, pp.176-223.
- Carlson, Gregory & Pelletier, Francis (eds.) (1995) *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Chierchia, Gennaro (1995) Individual-Level Predicates as Inherent Generics. In Carlson, Gregory & Pelletier, Francis (orgs.) *The Generic Book*. Chicago: The Chicago University Press, pp.176-223.
- Chierchia, Gennaro (1998a) Reference to Kinds across Languages. *Natural Language Semantics* 6, pp.339-405.
- Chierchia, Gennaro (1998b) Plurality of Mass Nouns and the Notion of *Semantic Parameter*. In Rothstein, Susan (ed.) *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp.53-104.
- Cunha, Celso & Cintra, Lindley (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Cunha, Luís Filipe (1998a) *Breve Análise da Semântica do Progressivo*. Cadernos de Linguística 4, Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Cunha, Luís Filipe (1998b) *As Construções com Progressivo no Português: Uma Abordagem Semântica*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Cunha, Luís Filipe (1998c) *Os Operadores Aspectuais do Português: Contribuição para uma Nova Abordagem*. Cadernos de Linguística 1, Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Cunha, Luís Filipe (2000) *Valores Temporais das Orações com Quando*. Cadernos de Linguística 8, Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Cunha, Luís Filipe (2004) *Semântica das Predicações Estativas: para uma Caracterização Aspectual*

- dos Estados*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto. Publicada em 2007, Lincom Europa.
- Cunha, Luís Filipe (2006a) Frequência vs. Habitualidade: Distinções e Convergências. In *Actas del XXXV Simpósio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*. León: Sociedad Española de Lingüística, pp.333-357. Disponível on-line em <http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas/Cunha.pdf>.
- Cunha, Luís Filipe (2006b) Iteração, Frequência e Habitualidade: Algumas Reflexões. In *Actas del VII Congrès de Lingüística General*. Barcelona: Departament de Lingüística General, Universidade de Barcelona. (Disponível em CD-Rom).
- Cunha, Luís Filipe (2007) Algumas reflexões em torno das possibilidades de ‘contagem’ no domínio das eventualidades. In *Textos Seleccionados do XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Lingüística, pp.341-353.
- Cunha, Luís Filipe (2011) Phase states and their interaction with individual-level and stage-level predicates. In Carrasco-Gutiérrez, Ángeles (ed.) *Sobre estados y estatividad*. Munique: Lincom GmbH, pp.45-62.
- Cunha, Luís Filipe (2012) Frequentative and Habitual Quantification: Similarities and Differences. In Schmedecker, Catherine & Armbrecht, Constanze (eds.), *La Quantification et ses Domaines – Actes du Colloque de Strasbourg*. Paris: Honoré Champion Éditeur, pp.339-352.
- Cunha, Luís Filipe (2013) Aspeto. In Raposo, Eduardo Paiva; Nascimento, Maria Fernanda; Mota, Maria Antónia; Segura, Luísa & Mendes, Amália (orgs.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.585-622.
- Cunha, Luís Filipe & Ferreira, Idalina (2004) Tipologia de Adjectivos e Construções Predicativas com *Ser* e *Estar* em Português Europeu. In *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Lingüística, pp.421-432.
- Cunha, Luís Filipe & Ferreira, Idalina (2007) Tipologia de Adjectivos e Construções Predicativas com *Ser* e *Estar* em Português Europeu. In *Actas del VI Congreso de Lingüística General*, vol. II. Madrid: Arco / Libros, pp.2141-2150.
- Cunha, Luís Filipe; Ferreira, Idalina & Leal, António (2010a) A Distinção Massivo / Contável em Diferentes Categorias Gramaticais. In *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies – Revista do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa*, 5, Lisboa, Edições Colibri, pp.163-175.
- Cunha, Luís Filipe; Ferreira, Idalina & Leal, António (2010b) A Distinção Massivo / Contável no Domínio Adjectival: o Caso das Construções Predicativas com Adjectivos. In Brito, Ana Maria; Silva, Fátima; Veloso, João & Fiéis, Alexandra (orgs.) *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Porto: Associação Portuguesa de Lingüística, pp.385-396.
- Cunha, Luís Filipe; Ferreira, Idalina & Leal, António (2010c) Adjectivos Massivos e Contáveis em Construções Predicativas com *Ser* e *Estar*. In Cano López, Pablo; Cortiñas Ansoar, Soraya; Dieste Quiroga, Beatriz; Fernández López, Isabel & Zas Varela, Luz (eds.) *Actas del XXXIX Simpósio de la Sociedad Española de Lingüística*. Santiago de Compostela: Unidixital (disponível em CD-Rom).
- Cunha, Luís Filipe & Leal, António (2006) Cada vez mais: algumas observações acerca da quantificação e da gradação. Comunicação apresentada no *XXXVI Simpósio de la Sociedad Española de Lingüística*, UNED, Madrid.
- Cunha, Luís Filipe; Leal, António & Silvano, Purificação (2008) Relações retóricas e temporais em construções gerundivas adverbiais. In Oliveira, Fátima & Duarte, Isabel Margarida (orgs.) *O Fascínio da Linguagem*, Actas do Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca. Porto: CLUP/ FLUP, pp.265-276.

- Cunha, Luís Filipe & Silvano, Purificação (2006) A Interpretação Temporal dos Infinitivos em Orações Completivas de Verbo. In Oliveira, Fátima & Barbosa, Joaquim (orgs.) *Textos Seleccionados do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.303-314.
- Dahl, Östen (1995) The Marking of the Episodic/Generic Distinction in Tense-Aspect Systems. In Carlson, Gregory & Pelletier, Francis (orgs.) *The Generic Book*. Chicago: The Chicago University Press, pp.412-425.
- Davidson, David (1967) The Logic Form of Action Sentences. In Rescher, Nicholas (org.) *The Logic of Decision and Action*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, pp. 81-97.
- Declerck, Renaat (1991) *Tense in English: its Structure and Use in Discourse*. London & New York: Routledge.
- Delfitto, Denis (2002) *Genericity in Language*. Alessandria: Edizioni dell'Orso.
- Delfitto, Denis & Bertinetto, Pier Marco (2000) Word Order and Quantification over Times. In Higginbotham, James; Pianesi, Fabio & Varzi, Achille (eds.) *Speaking of Events*. New York / Oxford: Oxford University Press, pp.207-243.
- Demonte, Violeta (1999) El Adjetivo: Clases y usos. La Posición del Adjetivo en el Sintagma Nominal. In Bosque, Ignacio & Demonte, Violeta (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, pp.129-215.
- De Swart, Henriëtte (1991) *Adverbs of Quantification: A Generalized Quantifiers Approach*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Gröningen.
- Diesing, Molly (1992) *Indefinites*. Cambridge: MIT Press.
- Dobrovie-Sorin, Cleo (2002) Adverbs of Quantification and Genericity. In Beyssade, Claire; Bonomi, Olivier; Cabrero-Hofherr, Patricia & Corblin, Francis (orgs.) *Empirical Issues in Formal Syntax and Semantics 4*. Paris: Presses Universitaires de la Sorbonne.
- Dowty, David (1979) *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: Reidel.
- Duarte, Inês; Gonçalves, Anabela; Miguel, Matilde & Mota, Maria Antónia (1998) 'Não cheguei de aprender nada'. Áreas de Variação e Tendências de Mudança no Português de Moçambique. In *Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Aveiro: Associação Portuguesa de Linguística, vol I, pp.477-493.
- Duarte, Inês & Oliveira, Fátima (2003) Referência Nominal. In Mateus, Maria Helena *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, pp.205-242.
- Duarte, Inês & Oliveira, Fátima (2010) Sobre participios e construções resultativas em português. In Cano López, Pablo & Cortiñas Ansoar, Soraya (eds.) *Actas do XLIX Simpósio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela.
- Filip, Hana (1996) Boundedness in Temporal and Spatial Domains. In Casad, Eugene H. (ed.) *Cognitive Linguistics Research – Cognitive Linguistics in the Redwoods, the Expansion of a New Paradigm in Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp.665-692.
- Filip, Hana (2000a) Nominal and Verbal Semantic Structure: Analogies and Interactions. In Gisborne, Nikolas (ed.) A special issue of *Language Sciences*, N.º 23, Elsevier Science, pp.453-501.
- Filip, Hana (2000b) The Quantization Puzzle. In Pustejovsky, James & Tenny, Carol (eds.) *Events as Grammatical Objects, from the Combined Perspectives of Lexical Semantics, Logical Semantics and Syntax*. Stanford: CSLI Pub., pp.3-60.
- Filip, Hana (2004) The Telicity Parameter Revisited. In *Proceedings from Semantics and Linguistic Theory XIV*. Ithaca, NY: Cornell University, pp.92-109.
- Fonseca, Fernanda Irene (1984) Para o estudo das relações de tempo no verbo em português. *Boletim de Filologia*, XXIX, pp.405-420.

- Fonseca, Fernanda Irene (1992) *Deixis, Tempo e Narração*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- Fonseca, Joaquim (1993) Verbos Simétricos. In *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*. Porto: Porto Editora, pp.127-147.
- Fonseca, Joaquim (1994) *Pragmática linguística: introdução, teoria e descrição do Português*. Porto: Porto Editora, pp.133-196.
- Giorgi, Alessandra & Pianesi, Fabio (1997) *Tense and Aspect: From Semantics to Morphosyntax*. Oxford: Oxford University Press.
- Giusti, Giuliana. (1997) Le frasi consecutivi. In Renzi, Lorenzo & Salvi, Giampaolo (orgs.) *Grande grammatica italiana di consultazione*. Urbino: Ed. Il Mulino, pp.825-832.
- Grevisse, Maurice (1988) *Le Bon Usage: Grammaire Française*. Douzième édition refondue par André Goose. Paris: Duculot.
- Grice, Paul (1975) Logic and Conversation. In Cole, Peter & Morgan, Jerry (orgs.) *Syntax and Semantics*, vol. 3. Nova Iorque: Academic Press, pp.41-58.
- Hay, Jen (1998) *The non-uniformity of degree achievements*. Disponível on-line em <http://www.lacl.canterbury.ac.nz/jen/pubs.html>.
- Hay, Jen; Kennedy, Christopher & Levin, Beth (1999) Scalar structure underlies telicity in “degree achievements”. In *Proceedings of SALT 9*. Ithaca, NY: CLC Publications, pp.127-144.
- Hinrichs, Erhard (1986) Temporal anaphora in discourses of English. *Linguistics and Philosophy* 9, 1, pp.63-82.
- Hobbs, J. (1985) *On the coherence and structure of discourse*. Report on CSLI-85-37, Center for the Study of Language and Information.
- Kamp, Hans & Reyle, Uwe (1993) *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Kamp, Hans & Rohrer, Christian (1983) Tense in Texts. In Bäuerle, Rainer; Schwarze, Christoph & von Stechow, Arnim (eds.) *Meaning, use and interpretation of language*. Berlin: Walter de Gruyter, pp.250-269.
- Kearns, Kate (2007) Telic senses of deadjectival verbs. *Lingua*, 117, pp.26-66.
- Kehler, Andrew (2002) *Coherence, reference, and the theory of grammar*. United States: CSLI Publications.
- Kennedy, Christopher & McNally, Louise (2005) Scale structure and the semantic typology of gradable predicates. *Language* 81, pp.345-381.
- Kennedy, Christopher & Levin, Beth (2008) Measure of Change: The Adjectival Core of Degree Achievements. In McNally, Louise & Kennedy, Christopher (eds.) *Adjectives and Adverbs: Syntax, Semantics, and Discourse*. Oxford: Oxford University Press, pp.156-182.
- Kleiber, Georges (1987) *Du Côté de la référence verbale. Les phrases habituelles*. Berna: Peter Lang.
- Kleiber, Georges (1990) *L'article LE générique: La généricité sur le mode massif*. Genebra: Librairie Droz.
- Kleiber, Georges (1994) L'opposition *Massif-Comptable* et les adjectifs. *Nominales. Essais de Sémantique Référentielle*. Paris: Armand Colin Éditeur, pp.29-47.
- Kratzer, Angelika (1995) Stage-Level and Individual-Level Predicates. In Carlson, Gregory & Pelletier, Francis (eds.) *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press, pp.125-175.
- Krifka, Manfred (1989) Nominal Reference, Temporal Constitution, and Quantification in Event Semantics”. In Bartsch, R.; van Benthem, J. & van Boas, P. (eds.) *Semantics and Contextual Expression*. Dordrecht: Foris Publication, pp.75-115.
- Krifka, Manfred (1992) Thematic Relations as Links between Nominal Reference and Temporal

- Constitution. In Sag, Ivan & Szabolcsi, Anna (eds.) *Lexical Matters*. Stanford: CSLI Publications, Chicago University Press, pp.29-53.
- Krifka, Manfred (1998) The Origins of Telicity. In Rothstein, Susan (ed.) *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp.197-235.
- Krifka, Manfred (2004) Bare NPs: Kind-referring, Indefinites, Both, or Neither? In Bonami, Olivier & Cabrero Hofherr, Patricia (orgs.) *Empirical Issues in Formal Syntax and Semantics 5*, pp.111-132.
- Krifka, Manfred; Pelletier, Francis; Carlson, Gregory; ter Meulen, Alice; Chierchia, Gennaro & Link, Godehard (1995) Genericity: An Introduction. In Carlson, Gregory & Pelletier, Francis (orgs.) *The Generic Book*. Chicago: The Chicago University Press, pp.1-124.
- Laca, Brenda (2006) Indefinites, quantifiers and pluractionals. What scope effects tell us about event pluralities. In Vogeleer, Svetlana & Tasmowski, Liliane (eds.). *Non-definiteness and Plurality*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp.191-217.
- Laca, Brenda (2010) Perfect Semantics: How Universal Are Ibero-American Present Perfects? In Borgonovo, Claudia; Español-Echevarría, Manuel & Prévost, Philippe (eds.) *Selected Proceedings of the 12th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, pp.1-16.
- Landman, Fred (1989a) Groups I. *Linguistics and Philosophy* 12.5, pp.559-605.
- Landman, Fred (1989b) Groups II. *Linguistics and Philosophy* 12.6, pp.723-744.
- Lascarides, Alex & Asher, Nicholas (1993) Temporal Interpretation, Discourse Relations and Commonsense Entailment. *Linguistics and Philosophy* 16.5, pp.437-493.
- Leal, António (2001) *O Valor Temporal das Orações Gerundivas em Português*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Leal, António (2002) O Valor Temporal das Orações Gerundivas em Português. In Mendes, Amália & Freitas, Tiago (orgs.) *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: Associação Portuguesa de Linguística, pp.455-464.
- Leal, António (2009) *Semântica Aspectual e Nominal – Contributo das Expressões Nominais para a Construção Aspectual das Frases*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto.
- Leal, António (2010) A seleção de propriedades aspetualmente relevantes nos verbos de argumento incremental. In Brito, Ana Maria; Silva, Fátima; Veloso, João & Fiéis, Alexandra (orgs.) *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: Associação Portuguesa de Linguística, pp.487-498.
- Leal, António; Ferreira, Idalina & Cunha, Luís Filipe (2010) Algumas reflexões sobre a escalaridade e *degree achievements* em Português Europeu. In Costa, Armanda; Falé, Isabel & Barbosa, Pilar (orgs.) *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.316-324.
- Leal, António (2012) *Cada vez mais/menos: comparative construction or quantification over eventualities?*. In. Schnedecker, Catherine & Armbrrecht, Constanze (eds.) *La quantification et ses domaines*. Paris: H. Champion, pp.355-366.
- Leal, António; Cunha, Luís Filipe & Silvano, Purificação (2008) Consecutive Clauses in European Portuguese: towards a quantificational approach. In *Actas do 8º Congreso de Lingüística General. El valor de la diversidad [meta]lingüística*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- Leal, António & Oliveira, Fátima (2008) Subtipos de verbos de movimento e classes aspetuais. In Frota, Sónia & Santos, Ana Lúcia (orgs.) *Textos Seleccionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Évora: Associação Portuguesa de Linguística, pp.287-298.
- Lenci, Alessandro (1995) The Semantic Representation of Non-quantificational Habituals. In Bertinetto, Pier Marco; Bianchi, Valentina; Higginbotham, James & Squartini, Mario (eds.) *Temporal Reference, Aspect and Actionality, vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*. Torino:

- Rosenberg & Sellier, pp.143-158.
- Lenci, Alessandro & Bertinetto, Pier Marco (2000) Aspects, Adverbs, and Events: Habituality vs. Perfectivity. In Higginbotham, James; Pianesi, Fabio & Varzi, Achille (eds.) *Speaking of Events*. Oxford: Oxford University Press, pp.245-287.
- Levin, Beth (1993) *English Verb Classes and Alternations: a Preliminary Investigation*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Levin, Beth & Rappaport Hovav, Malka (1995) *Unaccusativity. At the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge: The MIT Press.
- Lewis, David (1975) Adverbs of Quantification. In Keenan, Edward (org.) *Formal Semantics of Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.3-15.
- Link, Godehard (1983) The logical analysis of plurals and mass terms: a lattice-theoretical approach. In Bäuerle, Rainer; Schwarze, Christoph & von Stechow, Arnim (eds.) *Meaning, use and interpretation of language*. Berlin: Walter de Gruyter, pp.302-323.
- Lobo, Maria (2001) *Aspectos da Sintaxe das Orações Gerundivas Adjuntas do Português*. In Gonçalves, Anabela & Correia, Clara Nunes (orgs.) *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.47-265.
- Lobo, Maria (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais*. Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- Longobardi, Giuseppe (2001) How Comparative is Semantics? A Unified Parametric Theory of Bare Nouns and Proper Names. *Natural Language Semantics* 9, pp.335-369.
- Maienborn, Claudia (2005) A Discourse-Based Account of Spanish *Ser / Estar*. *Linguistics* 43, pp.155-180.
- Mann, William & Thompson, Sandra (1988) Rhetorical structure theory: A theory of text organization. *Text* 8, pp.243-281.
- Marín, Rafael (2004) *Entre Ser y Estar*. Cuadernos de Lengua Española. Madrid: Arco / Libros.
- Marín, Rafael (2010) Spanish Adjectives Within Bounds. In Cabredo Hofherr, Patricia & Matushansky, Ora (eds.) *Adjectives: Formal Analyses in Syntax and Semantics*. *Linguistik Aktuell / Linguistics Today*, vol. 153. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp.307-332.
- Marques, Rui (2003) *Para uma Semântica das Construções Comparativas em Português*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Martínez Atienza, María (2008) Dos formas de oposición en el ámbito románico. In Carrasco Gutiérrez, Ángeles (ed.) *Tiempos compuestos y formas verbales complejas*. Madrid: Lingüística Iberoamericana, pp.204-229.
- Mateus, Maria Helena; Brito, Ana Maria; Duarte, Inês & Faria, Isabel Hub (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Mateus, Maria Helena; Brito, Ana Maria; Duarte, Inês; Faria, Isabel Hub; Frota, Sónia; Matos, Gabriela; Oliveira, Fátima; Vigário, Marina & Villalva, Alina (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, 5.^a edição revista e aumentada.
- Miguel, Matilde (2006) *Subclasses de adjetivos: comportamento sintático em posição pré-nominal e pós-nominal*. Comunicação apresentada no Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Moens, Marc (1987) *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Edimburgo.
- Moens, Marc & Steedman, Mark (1988) Temporal Ontology and Temporal Reference. *Computational Linguistics*, 14.2, pp.15-28.
- Móia, Telmo & Viotti, Evani (2004) Sobre a Semântica das Orações Gerundivas Adverbiais. In Duarte, Inês & Leiria, Isabel (orgs.) *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.715-729.

- Molsing, Karina (2010) *The Present Perfect: an Exercise in the Study of Events, Plurality and Aspect*. Dissertação de Doutoramento, PUC-RGS.
- Müller, Ana & Oliveira, Fátima (2002) *Nomes Simples e o Parâmetro Nominal no Português Europeu e no Português Brasileiro*. Comunicação apresentada no 3.º Colóquio Português Europeu e Português Brasileiro. *Unidade e Diversidade na passagem do Milénio*. FLUL, Lisboa.
- Musan, Renate (1997) Tense, Predicates, and Lifetime Effects. *Natural Language Semantics* 5, n.º 3, pp.271-301.
- Neto, José Borges & Foltran, Maria José (2001) Construções com Gerúndio. In Correia, Clara Nunes & Gonçalves, Anabela (orgs.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.725-735.
- Oliveira, Fátima (1986) Algumas Considerações acerca do Pretérito Imperfeito. In *Actas do 2.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.78-96.
- Oliveira, Fátima (1994) Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português. In *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* (volume II). Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.151-190.
- Oliveira, Fátima (1997) Frases Genéricas. *Sentido que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, pp.745-755.
- Oliveira, Fátima (1998a) Algumas Questões Semânticas acerca da Sequência de Tempos em Português. *Revista da Faculdade de Letras “Línguas e Literaturas”*. XV. Porto, pp.421-436.
- Oliveira, Fátima (1998b) Frases Genéricas: Algumas Especificidades do Português. *Seminários de Linguística*, 2, pp.5-19.
- Oliveira, Fátima (2003) Tempo e Aspecto. In Mateus, Maria Helena et al., *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, pp.127-173.
- Oliveira, Fátima (2004) O Imperfeito e o Tempo dos Indivíduos. In Oliveira, Fátima & Duarte, Isabel Margarida (orgs.) *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, pp.505-528.
- Oliveira, Fátima (2006) Bare Nous in European and Brazilian Portuguese. In *Proceedings of VI general linguistics conference*. Santiago de Compostela: Arcos Libros, pp.2207-2216.
- Oliveira, Fátima (2013) Tempo Verbal. In Raposo, Eduardo Paiva; Nascimento, Maria Fernanda; Mota, Maria Antónia; Segura, Luísa & Mendes, Amália (orgs.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.509-556.
- Oliveira, Fátima & Ana Lopes (1995) Tense and Aspect in Portuguese. In Thieroff, Rolf (org.) *Tense Systems in European Languages*, Vol. II. Tübingen: Niemeyer, pp.95-115.
- Oliveira, Fátima & Cunha, Luís Filipe (2003) Termos de Espécie e Tipos de Predicados. In *Língua Portuguesa: Estruturas, usos e Contrastes*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, pp.57-78.
- Oliveira, Fátima & Cunha, Luís Filipe (2011) Tipos de genericidade. In Costa, Armanda; Falé, Isabel & Barbosa, Pilar (orgs.) *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.446-459.
- Oliveira, Fátima & Duarte, Inês (2003) Referência nominal. In Mateus, Maria Helena et al., *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, pp.205-242.
- Oliveira, Fátima & Leal, António (2012) Sobre a Iteração do Pretérito Perfeito Composto em Português Europeu. *Linguística* 7, pp.65-88.
- Parsons, Terence (1990) *Events in the Semantics of English: a Study in Subatomic Semantics*. Cambridge: The MIT Press.
- Partee, Barbara (1984) Nominal and temporal reference. *Linguistics and Philosophy* 7, pp.243-286.
- Peres, João (1992) Questões de Semântica Nominal. *Cadernos de Semântica 1*, Lisboa, FLUL.

- Peres, João (1994) Sobre a Semântica das Construções Perfectivas do Português. In *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* (volume II). Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.33-58.
- Peres, João (1996a) Reconsidering Perfectives in DRT or Being Fair to the Past Participle. *Cadernos de Semântica 19*. FLUL.
- Peres, João (1996b) Sobre a semântica das construções perfectivas em português. *Cadernos de Semântica 19*. FLUL.
- Pustejovsky, James (1995) *The Generative Lexicon*. Cambridge: The MIT Press.
- Ribeiro, Maria Raquel (2001) Co-referência Livre / Obrigatória do DP Sujeito da Construção Gerundiva. In Gonçalves, Anabela & Correia, Clara Nunes (orgs.) *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.399-406.
- Riegel, Martin; Pellat, Jean-Christophe & Rioul, René (1997) *Grammaire méthodique du français*. Paris: Presses Universitaires de France, pp.516-517.
- Rimell, Laura (2002) Habitual Sentences and Generic Quantification. In *Proceedings of the 23rd West Coast Conference on Formal Linguistics (WCCFL-23)*. Davis, California, pp.663-676.
- Rothstein, Susan (ed.) (1998) *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Rothstein, Susan (1999) Fine-Grained Structure in the Eventuality Domain: the Semantics of Predicative Adjective Phrases and *Be*. *Natural Language Semantics 7*, n.º4, pp.347-420.
- Rothstein, Susan (2004) *Structuring Events: a Study in the Semantics of Lexical Aspect*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.
- Rothstein, Susan (2009) *Another look at Accomplishments and Incrementality*. Guião da comunicação apresentada no workshop *Events across Categories* (Madrid, Centro de Ciencias Humanas y Sociales, 27-28/05/2009).
- Sánchez López, Cristina (1999) Los Cuantificadores: Clases de Cuantificadores y Estructuras Cuantificativas. In Bosque, Ignacio & Demonte, Violeta (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, pp.1025-1127.
- Santos, Ana Lúcia (1999) *O participio absoluto em português e em outras línguas românicas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Schmitt, Cristina, (2005) Semi-Copulas: Event and Aspectual Composition. In Kempchinsky, Paula & Slabakova, Roumyana (eds.) *Aspectual Inquiries*. Dordrecht: Springer, pp.121-145.
- Silvano, Purificação (2002) *Sobre a Semântica da Sequência de Tempos em Português Europeu. Análise das Relações Temporais em Frases Complexas com Completivas*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- Silvano, Purificação (2004) A questão semântica da subordinação temporal em frases complexas com completivas finitas e não finitas. In Freitas, Tiago & Mendes, Amália (orgs.) *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.667-678.
- Silvano, Purificação (2010) *Temporal and rhetorical relations: the semantics of sentences with adverbial subordination in European Portuguese*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto.
- Silvano, Purificação (2013) A Semântica das Frases com Subordinação Adverbial: o Contributo das Relações Retóricas. In Silva, Fátima; Falé, Isabel & Pereira, Isabel (orgs.) *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da APL*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.595-614.
- Silvano, Purificação & Cunha, Luís Filipe (2009) O papel das restrições aspectuais nas relações retóricas: o caso das frases complexas com *quando*. In Fiéis, Alexandra & Coutinho, Maria Antónia (orgs.) *Textos Seleccionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.239-250.

- Smith, Carlota (1991) *The Parameter of Aspect*. Dordrecht: Kluwer Academic Press.
- Squartini, Mario & Bertinetto, Pier Marco (2000) The Simple and Compound Past in Romance Languages. In. Dahl, Östen (ed.) *Tense and Aspect in the Languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp.403-440.
- Stump, Gregory (1985) *The Semantic Variability of Absolute Constructions*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company.
- Tenny, Carol (1994) *Aspectual Roles and the Syntax-Semantics Interface*. Dordrecht: Kluwer.
- Van Geenhoven, Veerle (2004) For-Adverbials, Frequentative Aspect, and Pluractionality. *Natural Language Semantics* 21, 2, pp.135-190.
- Vendler, Zeno (1957) Verbs and times. *Philosophical Review*, 46, pp.143-160.
- Vendler, Zeno (1967) *Linguistics in Philosophy*. New York: Cornell University Press.
- Verkuyl, Henk (1993) *A Theory of Aspectuality. The Interaction between Temporal and Atemporal Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Verkuyl, Henk (1995) Indices and Habituality. In Bertinetto, Pier Marco; Bianchi, Valentina; Higginbotham, James & Squartini, Mario (eds.) *Temporal Reference, Aspect and Actionality, vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*. Torino: Rosenberg & Sellier, pp.195-217.
- Verkuyl, Henk (2000) Events as Dividuals: Aspectual Composition and Event Semantics. In Higginbotham, James; Pianesi, Fabio & Varzi, Achille (eds.) *Speaking of Events*. Oxford: Oxford University Press, pp.169-206.
- Vlach, Frank (1981) The Semantics of the Progressive. In Tedeschi, Philip & Zaenen, Annie (eds.) *Syntax and Semantics, vol. 14: Tense and Aspect*. New York: Academic Press, pp.271-292.
- Zwarts, Joost (2005) Prepositional Aspect and the Algebra of Paths. *Linguistics and Philosophy* 28, pp.739-779.

ESTUDOS DE
SEMÂNTICA